

# Revista

# ENFRENTAMENTO!

Movimento Autogestionário



24

ISSN 1983-1684

# **REVISTA ENFRENTAMENTO**

*Uma revista na luta cultural*

*Movimento Autogestionário*

*ISSN 1983-1684*

## **EXPEDIENTE**

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário – MOVAUT. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária e autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. Os textos publicados são de responsabilidade de seus autores. Contudo, o Conselho Editorial da Revista Enfrentamento e o Movimento Autogestionário reservam-se ao direito de só publicar os artigos que expressem claramente os pontos de vista políticos e teóricos do Movimento Autogestionário.

## **CORPO EDITORIAL**

Diego Marques P. Dos Anjos

Gabriel Teles

Lucas Maia

Mateus Orio

Ricardo Golovaty

## **CAPA**

Mateus Orio

(Imagem retirada da internet).

## SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b> .....	<b>5</b>
<b>BLOCOS sociais e estratégia de classe</b>	
<i>Nildo Viana</i> .....	<b>10</b>
<b>LUTA CULTURAL e Estratégia Revolucionária</b>	
<i>Edmilson Marques</i> .....	<b>33</b>
<b>CAPITALISMO contemporâneo e estratégia revolucionária hoje</b>	
<i>Lucas Maia</i> .....	<b>56</b>
<b>MPL-SP, JUNHO de 2013 e os limites do autonomismo</b>	
<i>Diego Marques</i> .....	<b>88</b>
<b>MARXISMO Autogestionário e Leninismo: oposição ou antagonismo?</b>	
<i>Gabriel Teles</i> .....	<b>117</b>
<b>NEOLIBERALISMO DISCRICIONÁRIO e seus impactos na educação: a resposta autogestionária</b>	
<i>Movimento Autogestionário (MOVAUT)</i> .....	<b>130</b>
<b>A consciência em Marx</b>	
<i>Alessandro Macedo</i> .....	<b>150</b>
<b>José PAULO NETTO e a definição não marxista de marxismo</b>	
<i>Aline C. Ferreira</i> .....	<b>157</b>
<b>As IDEOLOGIAS</b>	
<i>Anton Pannekoek</i> .....	<b>166</b>
<b>Qual posição Tomar?</b>	
<i>Otto Rühle</i> .....	<b>181</b>
<b>MULHERES MEMBROS DO PARLAMENTO</b>	
<i>Sylvia Pankhurst</i> .....	<b>187</b>
<b>MANIFESTO DOS ANTIPARLAMENTARES Alemães para o PROLETARIADO de Todo o Mundo (1921)</b>	
<i>KAPD</i> .....	<b>191</b>

## EDITORIAL

O Movaut é um coletivo autogestionário que vem atuando há cerca de trinta anos. Nossa perspectiva vai da radicalidade da análise, o movimento de escrutínio às raízes do capitalismo, para a radicalidade das formas de luta que levam à sua abolição. Nossa análise funda-se na perspectiva de classe do proletariado como classe autodeterminada, o que leva ao materialismo histórico-dialético e a luta de classes como pressuposto da análise e ação política. O Movaut entende que a realidade existente não deve ser somente criticada, mas também superada concretamente.

A vigésima quarta edição da revista apresenta contribuições significativas para a conscientização dos caminhos que devemos seguir e das barreiras e dos inimigos que precisamos derrotar, para a construção de uma sociedade autogerida.

Somente lutas autogestionárias podem conduzir à autogestão social. Esse é o centro de todos os artigos aqui apresentados, nas três seções da revista: no dossiê “Luta de classes e estratégia revolucionária”, nos demais textos e nas traduções. Não poderia ser diferente. Há mais de um século e meio o proletariado revolucionário em suas ações concretas e em suas expressões teóricas contra a exploração da sociedade capitalista demarcaram os caminhos que demonstram a inviabilidade das instituições orientadas pela burocracia e pela verticalidade como condutoras das lutas. As formas das lutas devem ter relação direta com o conteúdo das lutas. Neste sentido, somente organizações autogestionárias são capazes de apresentar as sementes e as ações concretas de enfrentamento ao capital. Contrarrevolucionárias são todas as formas de organização burocratizadas, centralizadas e lideradas pelos autorrepresentados e autolegitimados intelectuais de vanguarda e seus burocratas, tais como os partidos políticos e os sindicatos.

A luta cultural, expressa na revista **Enfrentamento**, permite a crítica radical dessas instituições e o fortalecimento do bloco revolucionário para os combates contra o bloco dominante e o bloco progressista, rumo ao fortalecimento e consolidação de um bloco revolucionário. O **dossiê Luta de classes e estratégia revolucionária**, aqui apresentado, tem esse objetivo.

Abre o dossiê o texto de Nildo Viana, **Blocos sociais e estratégia de classe**. Nele, há a elucidação das noções de estratégia e tática pela perspectiva do marxismo autêntico, bem como a crítica dessas noções como praticadas pela tradição bolchevique. A partir da teoria dos blocos sociais, Viana apresenta como as classes sociais fundamentais, burguesia e proletariado, bem como as demais classes sociais e suas frações, alinham-se aos blocos sociais, no caso, dominante, progressista e revolucionário. O artigo elucida as respectivas estratégias de cada bloco, demonstrando como as lutas de classe se dão no capitalismo. Por fim, apresenta as lutas que o bloco revolucionário, como expressão do proletariado revolucionário, deve conduzir para a autodeterminação dos trabalhadores e para a sociedade autogerida.

O artigo de Edmilson Marques, **Luta cultural e estratégia revolucionária** traz excelente complemento ao texto anterior. Edmilson Marques define o que é luta cultural, o que é estratégia revolucionária e quais as suas relações. Na primeira parte, demonstra a importância da luta cultural, sua contribuição para a autoformação das classes desprivilegiadas a partir da exploração e alienação que experimentam no capitalismo, analisando como os períodos de menor ou maior acirramento das lutas influenciam esse processo. Na segunda parte, o autor caminha por textos fundamentais do marxismo autogestionário para definir o que é estratégia revolucionária. Assim, na terceira parte, encerra a reflexão explorando as relações entre luta cultural e estratégia revolucionária, sua unidade indissolúvel e como se apresentam em diferentes suportes, seja em forma de teoria, seja em forma de arte.

O leitor que optar pela sequência do dossiê perceberá que o seu caráter orgânico toma forma cada vez mais concreta com o artigo de Lucas Maia, **Capitalismo contemporâneo e estratégia revolucionária hoje**. Maia apresenta uma leitura sintética dos principais elementos que compõem o capitalismo contemporâneo, indo da questão da chamada reestruturação produtiva às formas e crises da acumulação de capital pelas contribuições do conceito de regime de acumulação integral. Na segunda parte, o autor investe em leitura crítica de livros que foram considerados fundamentais pelo bloco progressista para o entendimento do capitalismo contemporâneo, realizando crítica radical dos limites dos livros e, principalmente, do bloco progressista, cada vez mais saudoso de um estado de bem-estar social, à procura de um keynesianismo reformulado.

A síntese das determinações que explicam o capitalismo contemporâneo permite a Maia, na terceira parte do artigo, explorar com a necessária lucidez e utopia os desafios que temos pela frente na luta pela autogestão social. Para tanto, realiza uma análise das formas de luta que se acumulam dos anos de 1990 até hoje, demonstrando suas potencialidades e suas limitações enquanto expressões do bloco revolucionário.

O penúltimo texto do dossiê, **MPL-SP, junho de 2013 e os limites do autonomismo**, de Diego Marques, tem proximidade e complementaridade com o texto anterior, dado que usa da perspectiva autogestionária para realizar um estudo crítico do conteúdo e das formas de organização do MPL-SP, explorando os atos de junho de 2013. A análise de Marques destoa das convencionais interpretações sobre os acontecimentos daquele ano ao escolher tal caminho. O autor torna claro como foram as limitações da radicalidade das formas de ação e das pautas escolhidas pelo movimento os fatores que contribuíram pela sua incapacidade de enfrentar o crescimento das adesões às ações que vinham estabelecendo. Ao sintetizar as determinações do autonomismo, do movimento estudantil e da história do MPL, Marques chega à conclusão de que seu reformismo radical o posiciona como setor radicalizado do bloco progressista, ou seja, distante do bloco revolucionário e da luta radical contra o capitalismo.

À primeira vista, o texto seguinte do texto do dossiê, de autoria de Gabriel Teles, intitulado **Marxismo Autogestionário e Leninismo: oposição ou antagonismo**, pode parecer deslocado da sequência e da organicidade dos textos anteriores. Um grande engano. A luta contra a tradição bolchevique e sua constante atualização nos movimentos sociais, no movimento estudantil, nos partidos e nos sindicatos significa uma das principais formas da luta cultural e das lutas autogestionárias. Como ressaltamos no início, se conteúdo e forma não estão ligados, as lutas são limitadas ou contrarrevolucionárias. Neste sentido, o artigo de Teles explora de modo sintético, seja para aqueles com maior bagagem de leitura, seja para os iniciantes, como os elementos centrais do leninismo, sobretudo a ideologia da vanguarda e a organização em partidos, são antagônicos ao marxismo autêntico, o marxismo autogestionário. Quando explora as quatro consequências do antagonismo entre leninismo e marxismo autogestionário, o autor deixa claro que não estamos diante de uma querela teórica, mas de questão

central para as organizações do bloco revolucionário. Neste sentido, o texto contribui significativamente para a luta autogestionária.

Encerramos o dossiê da presente edição com o texto do **MOVAUT Neoliberalismo discricionário e seus impactos na educação: a resposta autogestionária**, onde vários militantes do Movaut se reuniram para realizar a crítica do projeto do governo Jair Bolsonaro para a educação superior e tecnológica, chamado FUTURE-SE. Esta nova política educacional insere-se numa nova fase da ofensiva neoliberal, marcada pela agressividade das políticas, rompendo o neopopulismo neoliberal da era dos governos do PT. O artigo realiza a crítica do programa FUTURE-SE e insere tal crítica dentro da estratégia revolucionária de reivindicações imediatas e projeto de transformação social. A leitura deste artigo é fundamental para os interessados em perceber como realizamos a crítica do presente relacionando-a com o projeto de transformação social voltado para o futuro.

A seção **Textos** traz duas contribuições. Alessandro Macedo explora a questão da consciência na obra de Karl Marx. O texto **A consciência em Marx** defende de maneira inequívoca a tese de que “a consciência não é nada mais do que o ser consciente”. Ao trabalhar de modo claro e conciso como Marx desenvolveu o materialismo histórico, Macedo elucida o antagonismo entre marxismo e positivismo, os problemas derivados das oposições entre sujeito e objeto, consciência e realidade, para, ao final, com o debate sobre ideologia e ideólogos, fechar o artigo com as relações entre luta de classes e consciência de classe.

O texto de Aline Ferreira, **José Paulo Netto e a definição não marxista de marxismo** realiza a crítica do livro “O que é marxismo”. Ferreira demonstra de modo desapiedado os limites e falsas contribuições da obra. A autora defende que Netto propositalmente tenta relegar todo o debate e lutas anti-leninistas do começo do século vinte ao esquecimento, para defender de modo precário a tese dos marxismos, ou seja, da pluralidade de perspectivas no interior do marxismo derivadas dos anos 1950 em diante, ou seja, o lugar comum sobre ideias marxianas e ideias marxistas. Com habilidade, Ferreira demonstra as falácias e interesses políticos dessa posição, trazendo, a partir da definição de marxismo como expressão teórica do proletariado revolucionário, os elementos que permitem a defesa de um marxismo autêntico contra

as práticas do pseudomarxismo, infelizmente presentes no ambiente acadêmico e na militância.

A última seção, **Traduções**, traz excelentes reflexões. O texto de Pannekoek, **“As ideologias”**, aponta para a importância da consciência no processo revolucionário: toda luta social é também uma luta de ideias, de concepções e de pensamento. Ou seja, a transformação social exige que uma transformação radical na consciência dos seres humanos; daí a importância fundamental da luta cultural.

Já o texto de Otto Ruhle, **“Qual Posição Tomar?”**, evidencia a necessidade de pensar uma estratégia revolucionária para o proletariado sem cair no canto da sereia da burguesia e da burocracia. O autor escreve no contexto da segunda guerra mundial, a propósito da criação da frente democrática contra o fascismo. Para Ruhle, a solução revolucionária está em romper com as tradições e vestígios das organizações do passado (sejam elas democráticas ou totalitárias, fruto da própria dinâmica capitalista).

O texto **“Mulheres membros do Parlamento”**, de Sylvia Pankhurst, tece uma crítica fundamental as mulheres que reivindicam o parlamento e a democracia burguesa. A revolucionária vincula a ideia de emancipação da mulher a transformação social via movimento operário, colocando que novas formas de organização devem ser construídas para o desenvolvimento do processo revolucionário e que a democracia e o parlamento são contrarrevolucionários.

O documento **“Manifesto dos Antiparlamentares Alemães para o Proletariado de Todo o Mundo”** do KAPD, escrito em 1921, corresponde a uma crítica radical a III Internacional e aos partidos políticos e sindicatos da sua época. O KAPD declara em seu programa, escrito por Otto Ruhle, que “não é um partido no sentido tradicional”, ou seja, não se trata de uma organização burocrática, cujo objetivo é a conquista do poder estatal. Deriva daí elementos de sua estratégia: a) destruição dos partidos políticos e do parlamentarismo como um todo; b) destruição dos sindicatos; c) defesa radical das organizações de empresa e dos conselhos operários como estratégia de organização, ação e luta do proletariado.

O presente texto é uma breve introdução ao problema da estratégia de classe, bem como sua constituição e efetivação concreta via blocos sociais. Para tanto, devemos discutir o que são estratégias de classe, bem como outros conceitos relacionados, mesmo que de forma breve e introdutória, para, posteriormente, analisar a relação entre blocos sociais e estratégia de classe e, a partir disso, observar as principais tendências estratégicas de cada bloco social.

### O Conceito de Estratégia

O primeiro ponto a se destacar refere-se ao que é estratégia de classe. O termo estratégia, como quase todas as palavras de teor político numa sociedade de classes, é definido sob inúmeras formas. O objetivo aqui é apenas apresentar uma possível concepção de estratégia no interior da teoria marxista. Nesse sentido, nada tem a ver com a etimologia e origem da palavra, tal como desenvolvida de acordo com objetivos militares e muito menos com a concepção leninista, que se inspira nas práticas militares.

A origem etimológica da palavra, oriunda do grego *Stratégós* (que é um derivado de “stratos”, que significa “exército”, e “ago”, que significa “comando”), mostra o seu sentido militar, ligado a um “comando de exército”. É nesse sentido que a tradição leninista-stalinista utilizará tal termo<sup>2</sup>. Segundo Stálin,

A estratégia consiste em determinar a direção do golpe principal de ataque do proletariado, tomando como base a etapa em que se encontra a revolução, elaborar o plano adequado para a distribuição das forças revolucionárias (das reservas principais e secundárias), em lutar para levar a cabo este plano em todos os limites onde se encontre a revolução (STÁLIN, 1982, p. 90.).

---

<sup>1\*</sup> Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Goiás.

<sup>2</sup> Lênin não realizará nenhuma discussão mais profunda sobre isso, embora use várias vezes o termo tática e sem maior precisão. Em uma de suas obras é possível perceber o caráter oportunista dos usos que oferece ao termo estratégia (LÊNIN, 1986).

Aqui se nota o caráter militar e dirigista da posição stalinista. A estratégia significa fixar um “golpe principal” usando forças principais e secundárias, ou seja, revela uma concepção etapista e apresenta uma etapa que possui a necessidade de um golpe principal. Daí o termo complementar, que é o de tática:

A tática é que determina a linha de conduta do proletariado durante um período relativamente curto de fluxo ou refluxo do movimento, de subida ou descida revolução, a luta para levar a cabo esta linha através da substituição das antigas formas de luta e de organização por outras novas, através da combinação dessas formas. Entretanto, o fim da estratégia é ganhar a guerra contra o czarismo ou contra a burguesia, levar a cabo a luta contra o czarismo ou contra a burguesia, a tática preocupa-se com objetivos menos essenciais, porque não supõe ganhar a guerra na sua totalidade, mas ganhar estas ou aquelas lutas, levar a cabo com êxito estas ou outras campanhas, estas ou outras ações, de harmonia com a situação concreta existente, neste período de subida ou de descida da revolução. A tática é uma parte da estratégia, a qual serve e à qual está submetida (STÁLIN, 1982, p. 92).

Claro que isso é totalmente antimarxista. Um conceito de estratégia, que tenha utilidade para uma abordagem marxista, a deve remeter à sua teoria da sociedade e não discursos e planos militares (ou burocráticos, como em sua versão leninista-stalinista), ou seja, remete à totalidade e à classe revolucionária que pode destruir o modo de produção capitalista e criar a autogestão social. É por isso que o termo “tática” não tem sentido na concepção marxista. A tática, na concepção bolchevista, é uma etapa da estratégia, que, no fundo, é apenas um plano pensado militarmente para chegar ao poder estatal.

Na concepção marxista, estratégia só pode ter o sentido de ser um projeto que planeja sua concretização, ou seja, é um meio para se chegar a um determinado fim, que, por sua vez, deve manter uma unidade indissolúvel entre meios e fins<sup>3</sup>. Por isso a “tática” não tem muito sentido, pois nada mais é que uma resposta imediata para questão momentânea sem vínculo com o objetivo final. No entanto, no marxismo autêntico nunca houve discussão mais profunda sobre estratégia revolucionária ou mesmo estratégia de classe, menos ainda em relação ao termo mais geral e abstrato de “estratégia”. Nesse contexto, podemos derivar da concepção de estratégia revolucionária um conceito geral de estratégia. Desta forma, consideramos que

---

<sup>3</sup> Sobre unidade entre meios e fins, é possível encontrar discussão em Rosa Luxemburgo (LUXEMBURGO, 1986; LUXEMBURGO, 1991; VIANA, 2013), e ver alguns elementos em Marx, especialmente sua preocupação com a contrarrevolução, bem como em outros marxistas.

estratégia, em geral, é um plano elaborado de forma reflexiva para concretizar um objetivo e que articula meios (e ela é um dos meios) para se chegar ao objetivo final, sendo ambos ligados indissolúvelmente.

Esse é o uso do termo estratégia em sentido amplo e geral. O nosso objetivo aqui, no entanto, é discutir estratégia de classe. Sendo assim, é necessário explicitar o seu significado. Entendemos por estratégia de classe um plano elaborado de forma reflexiva por representantes intelectuais de uma classe social no sentido de apontar um objetivo que articula meios e fins de forma indissolúvel e a partir dos interesses fundamentais da classe social que expressam intelectualmente. Esse é um conceito amplo, pois expressa o que significa estratégia no caso de todas as classes sociais. Porém, existem especificidades em cada caso concreto. Assim, podemos distinguir várias estratégias de acordo com as várias classes sociais existentes. No entanto, as estratégias mais significativas são as das classes sociais fundamentais, que, no capitalismo, são a burguesia e o proletariado<sup>4</sup>. Então o que nos interessa aqui são as estratégias das classes fundamentais. Porém, existe uma terceira classe social que possui uma força e importância na dinâmica da luta de classes a nível global da sociedade capitalista e, além disso, ambiciona substituir a burguesia como classe dominante, embora, historicamente, o máximo que conseguiu foi se fundir com ela. Trata-se da classe burocrática (VIANA, 2018; VIANA, 2015a). A burocracia é uma classe auxiliar da burguesia, mas tem uma possibilidade de autonomização, especialmente em alguns dos seus setores, e assim busca se tornar uma nova classe dominante, gerando ideologias, representações, etc., que apontam para isso.

Desta forma, podemos sintetizar as estratégias de classes em três principais: a da burguesia, a da burocracia e a do proletariado. Porém, as estratégias de classes não são elaboradas por elas, pois grande parte dos indivíduos pertencentes a elas se preocupam com as questões imediatas, não realizam trabalho intelectual, etc. Assim, são os setores

---

<sup>4</sup> A razão disso é que são as classes que definem não somente o processo de produção e distribuição das riquezas, uma sendo explorada e produzindo as riquezas e a outra sendo exploradora e realizando o processo de distribuição, como também são as que possuem objetivos antagônicos que atingem todas as demais classes e giram em torno da conservação ou transformação da sociedade existente. As demais classes, além da pouca influência em sua luta autônoma, raramente possuem projeto alternativo e ficam a reboque, seja da classe dominante, seja da classe explorada.

mais organizados, ativos e conscientes das classes sociais que elaboram suas estratégias. Estes setores são o que denominamos blocos sociais (VIANA, 2015b). Essas três classes sociais geram três blocos sociais, sendo que dois são fundamentais, o dominante (e conservador) e o revolucionário, ligados à burguesia e proletariado, respectivamente. O terceiro é o bloco progressista, que fica entre os dois anteriores e se caracteriza por ter como principal força a classe burocrática. Porém, como já colocamos em outro lugar, não existe homogeneidade nos blocos sociais, pois existem divisões e subdivisões (oriundos das subdivisões das classes sociais, como as frações de classes ou outras subdivisões).

Nesse sentido, é preciso perceber que cada ala de um bloco social pode criar uma estratégia distinta de outra. Porém, em certos momentos históricos emerge uma estratégia hegemônica que consegue amplo apoio dentro do bloco social. Aqui trataremos das estratégias hegemônicas e não de todas elas, pois isso tornaria necessária uma análise mais variada de cada bloco social e demandaria um espaço muito extenso. Após definir o que é estratégia e identificar que sua elaboração é realizada pelos blocos sociais, podemos prosseguir analisando as três principais estratégias de classe no capitalismo.

### **Estratégia Burguesa, Bloco Dominante e Reprodução do Capital**

A estratégia burguesa é um plano elaborado sob forma refletida pelos representantes intelectuais da burguesia cujo objetivo é garantir a reprodução do capital. Os representantes intelectuais da burguesia são vários e estão divididos e subdivididos por diversos motivos (frações de classe, interesses nacionais e regionais, influências ideológicas, alianças, entre diversos outros). Existem também os intelectuais criativos e os reprodutivos, ou seja, aqueles que elaboram estratégias e os demais que apenas as reproduzem, realizando sua divulgação, generalização, etc. Além disso, a elaboração estratégica é realizada por alguns poucos intelectuais. Trata-se dos intelectuais que se preocupam com os processos sociais mais gerais e política institucional. Isso remete para o problema do Estado capitalista, enquanto principal aparato institucional do capital. Os intelectuais atrelados aos governos e burocracia

estatal em geral estão entre os principais responsáveis pela elaboração da estratégia burguesa.

A estratégia burguesa, produzida no âmbito do bloco dominante, aponta como objetivo final a reprodução do capital, o que significa, conseqüentemente, a reprodução do capitalismo como um todo. Para conseguir isso, no entanto, existem três tarefas fundamentais: a econômica (garantir e aumentar a extração de mais-valor e acumulação de capital, bem como combater a tendência declinante da taxa de lucro), a política (prevenir e impedir a ascensão do movimento operário e do bloco revolucionário e, ainda, a fusão de ambos), a cultural (marginalizar tudo que é revolucionário e gerar uma hegemonia que garanta a legitimação da dominação burguesa). Essas três tarefas são inseparáveis, embora possa, na cabeça de alguns ideólogos, serem concebidas separadamente. Elas geram três estratégias específicas e complementares que compõem o conjunto da estratégia burguesa num determinado regime de acumulação.

A estratégia burguesa consiste em diretrizes gerais que visam garantir a continuidade da acumulação capitalista e tudo que está envolvido nesse processo. Num plano mais geral, ela é estática, pois aponta sempre para o mesmo objetivo final e meios fundamentais para sua realização (aumento da extração de mais-valor, forma estatal que visa garantir e criar as condições necessárias para isso, determinadas relações internacionais que complementem este processo). No entanto, como o modo de produção capitalista não é estático e suas mutações geram alterações no capitalismo que denominamos regimes de acumulação (VIANA, 2015c; VIANA, 2009). Assim, podemos colocar que a estratégia burguesa se adapta às tarefas políticas e econômicas que surgem a cada regime de acumulação.

A estratégia burguesa envolve o regime de acumulação como um todo, ou seja, o processo de valorização, a forma estatal e a forma de exploração de internacional, bem como uma política cultural. Assim, a cada fase do capitalismo, existe uma estratégia burguesa diferente. Até aqui mostramos algumas manifestações pouco conscientes da estratégia burguesa. No entanto, há um setor da burguesia bem consciente, assim como houve um processo de conscientização maior com o passar do tempo. O nazifascismo foi a forma mais explícita dessa estratégia burguesa e ele foi, portanto, uma fonte de inspiração para a estratégia de classe que emerge após a Segunda Guerra Mundial. O Estado não só fica mais intervencionista e assume a posição integracionista, mas faz isso de forma cada vez mais consciente (VIANA, 2019a, p. 172).

Essa estratégia burguesa diferente a cada regime de acumulação significa que aquilo que é permanente se mantém, mas muda sua forma. Aqui observamos que a estratégia burguesa pressupõe uma consciência mais desenvolvida e que, com o desenvolvimento capitalista se amplia cada vez mais e, isso, no plano cultural, gera uma política cultural<sup>5</sup>. Antes do regime de acumulação conjugado<sup>6</sup>, existiram estratégias burguesas e políticas culturais correspondentes, mas ainda rudimentares. É a partir desse regime de acumulação que se tornam mais conscientes, elaboradas, etc. A elaboração de uma nova forma da estratégia burguesa ocorre de acordo com as divisões internas do bloco dominante, a força política do proletariado, entre diversas outras determinações e são parte de um processo de renovação hegemônica, pois a cada regime de acumulação emerge um novo paradigma hegemônico.

Não se deve entender que primeiro surge uma estratégia, elaborada pelos ideólogos, e depois sua aplicação à realidade. No fundo, quando um regime de acumulação entra em crise, surgem diversas teses, propostas, concepções, a respeito de solução da crise, bem como iniciativas concretas (alterações nas políticas estatais, ações empresariais, etc.). Inclusive, devido à força da hegemonia promovida no interior de um regime de acumulação, geralmente se busca superar a crise no interior deste mesmo regime de acumulação. É nesse momento que alguns indivíduos e grupos começam a defender ideias e realizar práticas distintas, que, uma vez existentes e com a permanência e/ou aprofundamento da crise, começam a ser percebidas como a solução para a crise (VIANA, 2019a, p. 175-176).

O processo de elaboração estratégica pode ser mais ou menos lento, mais ou menos imediato, dependendo de diversas determinações. A ideologia neoliberal, por exemplo, surge na década de 1940, sendo uma estratégia mais desenvolvida no âmbito econômico e permanece marginalizada até a crise do regime de acumulação conjugado e a necessidade de um novo regime de acumulação e nova estratégia. Mas ela foi adaptada, transformada, inserida numa totalidade mais ampla de pensamento, e assim

---

<sup>5</sup> “Podemos definir política cultural como o planejamento institucional (estatal ou de outra instituição) ligado a determinados interesses de classe e voltado para a produção, controle e difusão de cultura, entendendo por este conceito o conjunto das produções intelectuais, o que inclui arte, ciência, filosofia, técnica, etc. [...], e que é realizado por quem detém o poder nessa instituição. Cabe ao aparato estatal, a principal forma de regularização das relações sociais na sociedade capitalista, a elaboração da forma mais importante e influente de política cultural. Outras instituições também elaboram e realizam políticas culturais, como o capital comunicacional, fundações, partidos políticos, etc.” (VIANA, 2019a, p. 175).

<sup>6</sup> O regime de acumulação conjugado vigorou no capitalismo imperialista entre 1945-1980, aproximadamente, e teve como elementos constitutivos o fordismo, o estado integracionista e o imperialismo oligopolista transnacional (VIANA, 2009; VIANA, 2015c)

foi recuperada e passou a ser parte da nova estratégia burguesa. Assim, são as necessidades e novas tarefas da burguesia que faz com que ideias antes marginalizadas sejam retomadas e adaptadas para atender a elas.

### **Estratégias Burocráticas, Bloco Progressista e Burocratização**

A estratégia burocrática é o plano elaborado refletidamente pelos representantes intelectuais da burocracia visando a concretização do objetivo final, que é a burocratização. Ela articula meios e fins a partir dos interesses fundamentais da classe burocrática. No entanto, a classe burocrática, ao contrário da burguesia e do proletariado, é ambígua. Existe uma divisão no interior da burocracia que gera estratégias distintas e concorrentes, sendo que a hegemonia pode se alterar dependendo da correlação de forças internas e externas, situação nacional, pressão da burguesia e do proletariado, etc.

Um elemento importante para entender as estratégias burocráticas é sua ambiguidade e seu ecletismo ideológico derivado do fato dela não ser uma classe fundamental do modo de produção capitalista e por isso fica entre a burguesia e o proletariado. Nesse contexto, alguns setores da burocracia (geralmente os escalões superiores da burocracia estatal, a burocracia dos partidos conservadores, etc., que são aqueles que detém maior renda e poder) se dispõem a apoiar a burguesia e seguir seus ditames, executando fielmente o seu caráter de classe auxiliar da classe dominante. Outros setores acompanham essa dinâmica, mas apresentam o interesse de classe da burocracia no sentido da burocratização (aumentar a burocracia – instituições e cargos burocráticos – e o controle social) e para isso lança mão do apoio popular, especialmente o eleitoral. Esse setor é um pouco mais autônomo em relação ao anterior e envolvem escalões semelhantes da burocracia e alguns abaixo, incluindo os extratos mais baixos da burocracia, bem como consegue aglutinar setores da intelectualidade e outras classes sociais, bem como parte da juventude. Um outro setor, por sua vez, já expressa mais fielmente os interesses de classe da burocracia, que é a burocratização ao ponto de se tornar a nova classe dominante. Esse setor é composto pelos extratos mais baixos da burocracia e da intelectualidade, bem como busca aglutinar outras classes sociais, especialmente trabalhadores e atrai parte da juventude.

Assim, temos três posições políticas principais no interior da classe burocrática. A primeira é uma posição atrelada à burguesia e sua fiel serviçal (com destaque para a burocracia militar, muitas vezes mais “realista do que o rei”, ou, em outras palavras, “mais burguesa que a burguesia”). A segunda é vinculada geralmente ao reformismo e buscando unir interesses da burguesia e interesses imediatos (não os fundamentais) do proletariado, que se expressa ideologicamente principalmente através da social-democracia. A terceira é a de posição extremista e que tem como principal expressão ideológica o bolchevismo. Sem dúvida, existem mutações nessas três posições de acordo com as mudanças históricas e regimes de acumulação, bem como existem divisões internas. Porém, aqui podemos desconsiderar a primeira posição, pois ela segue a burguesia e suas estratégias, devido sua pouca autonomia diante dela. Outra questão é que as duas últimas se aproximam e muitos passam de uma para outra, mudando de estratégia, sendo que os reformistas podem, o que ocorre em casos raros, se aproximar do extremismo, ou se aproximar da burguesia, ficando ainda mais moderada.

Assim, grosso modo, temos duas grandes estratégias burocráticas<sup>7</sup>. A primeira é a eleitoral e a segunda é a insurrecional. A burocratização pela via eleitoral significa a conquista da burocracia governamental e diversos cargos conquistados no aparato estatal, tanto legislativos quanto executivos. Para conseguir isso, é necessário atender, simultaneamente, reivindicações burguesas e proletárias, embora, nesse último caso, geralmente seja mais discurso e migalhas do que atendimento efetivo de demandas. Isso significa, no fundo, que essa estratégia burocrática está subordinada à estratégia burguesa, sendo uma estratégia secundária e auxiliar, assim como a posição de classe da burocracia.

A segunda estratégia é a insurrecional. A burocratização pela via insurrecional significa a conquista do aparato estatal (ou seja, não apenas a burocracia governamental, mas também a burocracia estatutária) e promove a estatização dos meios de produção. Porém, se isso ocorre com a manutenção da produção de mais-valor,

---

<sup>7</sup> Se seguirmos Jensen (2016), comentando Stanley Moore (1968) e as “três táticas marxistas”, acrescentaríamos mais uma. No entanto, o que Moore coloca é bastante problemática e as duas primeiras táticas apresentadas por ele são, no fundo, uma só, com variações de justificativa e não de estratégia ou objetivo. Sendo assim, sobram as duas estratégias (que Moore denomina “táticas”, o que foi criticado por Jensen) que aqui discutimos.

ao invés de gerar um modo de produção “burocrático”, o que se efetiva é a formação de um capitalismo estatal, e isso significa que ocorre uma fusão entre burocracia e burguesia, gerando uma burguesia burocrática (VIANA, 2019). Isso significa uma autonomização da burocracia diante da burguesia, mas relativa, e, ao mesmo tempo, a sua busca de aproximação com o proletariado e demais classes inferiores no sentido de obter apoio para conquistar o aparato estatal.

Quem produz as estratégias burocráticas? A resposta, inicialmente, seria relativamente fácil: os burocratas. E, em parte, isso é correto. No entanto, em matéria de indivíduos, quem elabora as estratégias burocráticas são burocratas que produzem ideias (geralmente políticas e estratégicas, sem maior domínio geral de outros processos sociais)<sup>8</sup>, e intelectuais associados às burocracias partidárias, geralmente integrantes de partidos políticos. Sem dúvida, os burocratas estrategistas são mais pragmáticos do que os intelectuais estrategistas, mas eles se reforçam e se unificam. Desta forma, a elaboração das estratégias burocráticas é responsabilidade de burocratas e intelectuais, enquanto indivíduos, mas geralmente aquartelados em organizações burocráticas, componentes do bloco progressista. Diversas estratégias são elaboradas, mas a hegemonia pertence aos principais partidos políticos do bloco progressista. A partir do surgimento do capitalismo estatal russo e a bolchevização dos partidos comunistas, o eixo de formação de estratégias específicas se deslocou para o aparato estatal da URSS e sua correia de transmissão, o Cominter<sup>9</sup>. No caso dos partidos social-democratas, há uma maior independência, bem como de outros setores do bloco progressista (trabalhistas, por exemplo).

---

<sup>8</sup> E isso apesar de muitos se dizerem “marxistas”. Porém, são pseudomarxistas quando se declaram assim. E aí podemos ver a diferença radical entre Marx, que abordava temas considerados “filosóficos”, “econômicos”, “políticos”, “culturais”, etc., e os supostas marxistas, que passaram a trabalhar fundamentalmente com política e, secundariamente, com economia (pela importância dessa na análise e projeto, bem como pelo determinismo econômico de muitos pseudomarxistas). Esse, por exemplo, é o caso de Lênin, Trotsky, Stálin e muitos outros. Quando eles tentavam sair dessas áreas, nas quais já se saíam muito mal, e adentravam, por exemplo, em questões filosóficas, o que era raro, conseguiam ser ainda mais simplórios e problemáticos.

<sup>9</sup> *Communist International*, ou seja, a Internacional Comunista, também conhecida como “Terceira Internacional”.

No entanto, as estratégias, em âmbito mais geral, se encontram nos escritos dos representantes intelectuais desses setores da burocracia (Lênin, Trotsky, Kautsky, etc.). Porém, elas são adaptadas (seja de forma oportunista, o que foi predominante, ou não) para situações nacionais, interesses, etc. A cada regime de acumulação, elas se adequam ao paradigma hegemônico, aos interesses do momento, etc. A elaboração dessas adequações das estratégias burocráticas tem como explicação a autonomização relativa da burocracia como classe social, pois ela fica subordinada à episteme burguesa e paradigmas hegemônicos, usando linguagem e roupagem marxista, de acordo com seus interesses e objetivos, não saindo do ecletismo e dos limites da consciência burguesa.

As estratégias burocráticas também geram estratégias específicas no âmbito econômico, político e cultural, bem como tem divisões (há setores autonomizados – da ala extremista do bloco progressista – que se aproximam mais do proletariado e por isso são mais “esquerdistas” e mais críticos, enquanto que há setores intermediários e os mais moderados, que se aproximam mais da burguesia e, por conseguinte, são mais próximos, simultaneamente, da social-democracia e com a ala moderada do bloco progressista). As estratégias do bloco progressista têm também dois elementos que mostram sua face eclética: um aspecto voltado para a burguesia e outro voltado para o proletariado. A ala moderada busca aliança com a burguesia, bem como passar uma imagem de não radicalismo, especialmente em momentos eleitorais com reais chances de vitória; e busca, ao mesmo tempo, fazer promessas e discursos para o proletariado, embora no nível dos interesses imediatos e incluindo outras classes e setores da sociedade. A ala extremista também busca aliança com a burguesia (“nacional”, “revolucionária”, “anti-imperialista”, etc.) em certos contextos, apesar de ser mais discursivamente crítica; e, em relação ao proletariado, também faz discursos e promessas, buscando o seu apoio e controle. No fundo, ambas as alas buscam apoio da burguesia ou de setores dela, sendo que os mais “esquerdistas” da ala extremista escapam disso. Elas também buscam o apoio do proletariado, uma sob forma predominantemente eleitoral e a outra sob a forma predominantemente insurrecional. No entanto, isso se altera, como já colocamos anteriormente, e contemporaneamente a via insurrecional é coisa de uma minoria e mesmo assim, na maioria dos casos, de forma ambígua.

## **Estratégia Operária, Bloco Revolucionário e Autogestão**

A estratégia operária seria um plano constituído de forma refletida pelos representantes intelectuais do proletariado apontando para o objetivo final, expressão dos seus interesses fundamentais. O interesse fundamental do proletariado é a abolição do capital e de si mesmo (pois ele só existe nessa relação) e constituição de uma nova sociedade, abolindo as classes sociais, instaurando a autogestão (VIANA, 2018). Isso significa que o proletariado, como classe, não elabora uma estratégia, pois isso seria impossível, a começar pelas divisões e subdivisões, diferenças nacionais, regionais, etc., bem como o fato de geralmente ele existe como classe determinada pelo capital (logo, submetido à sua hegemonia). Então são os representantes intelectuais do proletariado, os seus teóricos, que elaboram a estratégia de classe do proletariado, que pode ser denominada, resumidamente, como estratégia revolucionária. Assim, é no interior do bloco revolucionário que emerge a estratégia proletária. E coube ao marxismo, de forma pioneira por Karl Marx, elaborar a primeira versão da estratégia revolucionária.

A estratégia, no sentido marxista, só pode ser o projeto de revolução social que reflete sobre si mesmo e busca manter a unidade entre meios e fins. Assim, podemos definir estratégia revolucionária como a reflexão sobre os meios e fins necessários para realização do projeto autogestionário. Em outras palavras, a estratégia revolucionária, por conseguinte, é a reflexão sobre os meios e fins necessários, bem como sobre sua unidade, para a concretização da revolução social, ou seja, da autogestão social que ela materializa.

Quando se fala de estratégia, geralmente nos meios ditos “revolucionários”, se pergunta sobre a “tática”. Se houver, nessa teoria, alguma utilidade para a palavra “tática”, seria no sentido de *ação possível*, ou seja, é a atividade ou luta que pode ser desenvolvida num determinado contexto, no qual é um momento anterior para desencadear ou gerar algo mais profundo. Assim, a tática não entra em contradição com a estratégia e nem é etapa para ela, mas parte dela, só que numa situação de recuo e servindo para sua superação. Isso significa que tática, no sentido marxista, é ação possível, e que isso significa que nunca cai no oportunismo, etapismo, e outros problemas típicos do pseudomarxismo.

A estratégia revolucionária pressupõe, portanto, reflexão. Ela é produto da reflexão e caso esta tenha uma base teórica e metodológica, ou seja, um saber complexo que analisa a totalidade da sociedade e suas tendências, potencialidades, contradições, crises, objetivo final, etc., então consegue ser mais eficaz e de acordo com sua razão de ser. Logo, estratégia revolucionária pressupõe formação e teoria<sup>10</sup>. É a partir de um determinado saber sobre a realidade é que se torna possível uma elaboração estratégica mais profunda, eficaz. Nesse sentido, toda organização revolucionária deve se preocupar com a formação teórica e com a estratégia revolucionária, sendo que a primeira é a base da segunda e esta é a razão de ser de qualquer organização revolucionária<sup>11</sup>.

A estratégia revolucionária, por sua vez, só tem sentido por buscar concretizar o objetivo final, no caso, a revolução autogestionária. Por conseguinte, é fundamental a reflexão e consciência de qual é esse objetivo final, sobre o significado da autogestão, pois ela pode ser confundida com coisas nada revolucionárias, como cooperativas, cogestão, controle operário, capitalismo de estado, reformas sociais, etc. O fundamental é o objetivo final, a autogestão social, e, portanto, a revolução proposta não é qualquer revolução, não é tomada do poder estatal, não é insurreição armada, é transformação radical do conjunto das relações sociais no sentido de instaurar o comunismo, uma sociedade fundada na igualdade e liberdade, o que significa abolição do capital, estado,

---

<sup>10</sup> E a estratégia em geral, pois é um pressuposto. Porém, no caso da estratégia revolucionária, a reflexão se fundamenta em teoria e no caso das estratégias de outras classes, se fundamentam em ideologias e doutrinas, o que mostra sua fragilidade e seu misto de verdade e ilusão. A ilusão, no entanto, é útil para a dominação burguesa e burocrática, mas é nociva para o proletariado e sua estratégia. Assim, estratégia burguesa e burocrática não entram em contradições com ilusões (mas, é claro, os momentos de verdade existem e são corretos para a perspectiva de classe, apesar de suas justificativas, formas de legitimação, etc., sejam falsos, pois não podem se assumir como sendo interesse de uma ou outra classe social), mas a estratégia operária sim e por isso é preciso a crítica radical dos equívocos e processos ilusórios no interior do bloco revolucionário. Além da teoria, o método dialético é fundamental na elaboração da estratégia revolucionária, pois método e estratégia são similares. Abordaremos esta questão em outra oportunidade, pois seria uma discussão muito extensa para ser realizada aqui.

<sup>11</sup> Aqui a palavra organização revolucionária significa “grupo organizado” e não “grupo informal” e nada tem a ver com organizações burocráticas, mas sim uma forma de aglutinar indivíduos revolucionários, no sentido de contribuir coletivamente com o projeto autogestionário. Uma organização autenticamente revolucionária só pode ser uma organização autárquica (não-burocrática) (VIANA, 2016).

classes sociais, dinheiro, poder, etc. Portanto, é fundamental ter clareza sobre o objetivo final, a autogestão social.

E essa clareza é tão fundamental que é graças a ela que se faz a reflexão sobre as tendências e meios necessários. São os fins que determinam os meios. Mas se tais fins não são claros ou indefinidos, então os meios também são problemáticos. Alice, personagem de Lewis Carrol, pergunta para o Mestre Gato: “por qual caminho devo ir?” e ele responde: “para onde quer ir?”. Essa pergunta é fundamental, bem como a resposta. Alice responde: “para qualquer lugar” e assim o Mestre Gato retruca: “então escolha qualquer caminho”. A resposta foi inadequada e por isso tanto faz a resposta ou o caminho. Para saber qual caminho devo tomar, preciso saber o lugar que quero chegar. Assim, se quero chegar ao lugar chamado autogestão social, não posso ir pelo caminho da burocracia, do capital, etc., tenho que ir pelo caminho das lutas autogeridas. Mas outra opção é possível além do caminho errado (o burocrático, reformista, etc.), que é ficar parado, sem escolher caminho nenhum, seja por desconhecer o lugar (objetivo final), seja por desacreditar que possa chegar até ele, seja por achar que o lugar virá até mim. Por isso, o praticismo e o reboquismo nada têm de revolucionário, é a opção de ficar parado ao invés de dar um passo adiante rumo ao objetivo que se propõe.

A partir destes dois elementos, fica claro que a estratégia revolucionária deve tomar cuidado com os meios e sua necessária correspondência com os fins. Além de analisar e buscar os meios adequados e necessários para atingir o objetivo final, é necessário evitar e criticar os meios inadequados, o que remete para a crítica e recusa das concessões contrarrevolucionárias, adoção de estratégias burocráticas e reboquismo. Rosa Luxemburgo (1991), por exemplo, questionou o bolchevismo por suas concessões contrarrevolucionárias (sem utilizar tal termo)<sup>12</sup>, como a distribuição de terras (que, em outros casos, seria denominado “reforma agrária”) ou votar no menos ruim para evitar o fascismo e assim despolitizar as classes trabalhadoras e desarmá-las<sup>13</sup>. As estratégias burocráticas, sejam as eleitorais ou insurrecionais, significam o abandono da revolução

---

<sup>12</sup> Marx também apontou várias críticas para concessões contrarrevolucionárias, tal como se vê em seu texto sobre a Comuna de Paris (2011) ou a Crítica ao Programa de Gotha (1974).

<sup>13</sup> Isso é mais grave ainda quando o suposto “fascismo” é apenas propaganda eleitoral e oportunista de partidos de esquerda para conquistar votos e apoios, como ocorreu no Brasil nas eleições de 2018.

e a submissão a uma troca de quem realizará a dominação de classe, que se manterá. Esse é o caso dos conselhos operários em Berlim, que ao invés de partir para a abolição do aparato estatal aceitou a aliança entre social-democracia e burguesia para realizar um novo governo ou então dos soviets, na Rússia, que, ao invés de destruir o Estado e combater o bolchevismo, permitiu que esse tomasse o poder estatal. O reboquismo pode acompanhar essas duas outras ações, e significa que setores das classes trabalhadoras e oposicionistas, inclusive a ala semiproletária do bloco revolucionário, vão a reboque de governos, partidos, mobilizações, sem colocar a necessidade da hegemonia proletária, o que remete para a estratégia revolucionária, não gerando avanço e sedimentação da luta operária.

Assim, a partir da clareza do objetivo final, que é mais nítida com a reflexão teórica, além de ser a ideal e mais eficaz, embora seja possível com elementos menos complexos de pensamento, é preciso pensar nos meios. O objetivo final é a autogestão social, então é necessário pensar o que contribui com sua concretização. Quais são os meios para concretizar a autogestão social? A estratégia revolucionária deve, portanto, refletir também sobre tais meios, nunca deixando de lado o vínculo necessário com o objetivo final e sempre tomando este como o eixo norteador e ponto de partida. Não se deve partir dos meios para os fins e sim dos fins para os meios. Claro que isso já foi chamado de utopismo, idealismo, eticismo, etc., mas quem diz isso geralmente são os adeptos das burocracias, os oportunistas, os conservadores, reformistas, burocratas ou então aqueles que são reformistas utópicos, ou místicos que esperam um messias, mesmo que este seja uma classe social.

Estes elementos todos da estratégia revolucionária, apenas esboçados, que são: reflexão, objetivo final e meios, devem ser articulados coerentemente numa totalidade. Pensar apenas no objetivo final sem reflexão sobre os meios ou sem reflexão, significa ficar no utopismo abstrato. O objetivo final não cai do céu e mesmo que haja tendências a seu favor, se quem diz querer sua realização nada faz, então enfraquece a tendência que diz defender. Logo, não é possível ficar apenas no intelectualismo, é preciso agir, organizar, reunir pessoas e fortalecer essa ação e organização, para assim reforçar a tendência que se quer materializar. Não basta declaração de fé na autogestão social, é preciso atuar para sua concretização, através de várias formas, inclusive a referida

declaração, mas é preciso que isso não seja apenas nos sonhos noturnos não comunicados com outros seres humanos ou apenas no discurso abstrato que entra em contradição com as práticas concretas.

Pensar apenas nos meios, por mais que estes estejam de acordo com os fins, é mero formalismo sem conteúdo, cujo mal é menor que o vanguardismo e burocratismo, mas que mantém graves problemas, entre os quais poder ser manipulado ou produzir coisas que serão utilizadas contra o objetivo final. É o mesmo que um indivíduo dizer que o proletariado vai se libertar sozinho e que por isso nada fará ou então que a auto-organização é revolucionária por si mesma (sem clareza do objetivo final, diversas auto-organizações poderão muito bem servir para qualquer outro objetivo, inclusive contrários ao que foi sua intenção inicial ou “pré-concebida”)<sup>14</sup>. Os meios devem apontar para os fins.

O que une tudo isso é a reflexão sobre a totalidade da sociedade e das lutas de classes, no sentido de entender a tendência para a concretização da autogestão social e das lutas autogeridas do proletariado. Aqui entramos noutro aspecto da estratégia revolucionária: quem elabora a estratégia revolucionária? Os proletários ou os revolucionários? A resposta a esta pergunta também é fundamental. Já colocamos anteriormente quem elabora a estratégia revolucionária, mas voltaremos a este ponto para aprofundar tal discussão.

Historicamente, o proletariado nunca elaborou estratégia revolucionária, pois se ele fizesse isso, já teria um objetivo final que seria a autogestão social e sua ação seria apenas tomar conta da produção e da sociedade como um todo, abolindo o Estado e o capital e pronto. O proletariado, através da luta de classes, não desenvolve uma estratégia revolucionária e sim a espontaneidade revolucionária que pode desembocar em autonomização e autogestão. O proletariado avança através de suas lutas espontâneas e autônomas, até que se tornem lutas autogeridas. Nesse momento, há uma estratégia proletária revolucionária, pois o objetivo final está claro (a autogestão social), os meios se esclarecem (autoeducação, auto-organização, articulação e

---

<sup>14</sup> A este respeito é útil a reflexão sobre as organizações autárquicas (VIANA, 2016), pois contribui com a superação do fetichismo da auto-organização.

generalização), apesar dos diversos problemas e obstáculos concretos. A reflexão se amplia e a unidade reflexão-meios e fins se estabelece. Mesmo assim, não é de forma teórica, mas suficiente para gerar a revolução e autogestão social.

No entanto, os obstáculos, a contrarrevolução (burguesia, burocracia, cultura existente, capital, dinheiro, mentalidade, etc.) existe como possibilidade e persiste. A espontaneidade revolucionária, ao avançar, tende a gerar uma estratégia operária revolucionária, mas sua concretização é obstaculizada pela contrarrevolução (especialmente pela burocracia estatal, partidária e sindical e pela hegemonia burguesa ou burocrática). E isso contribui com a derrota e as várias experiências históricas mostram justamente esse processo de contrarrevolução.

Nesse sentido, o que é mais importante em toda essa discussão sobre estratégia revolucionária é justamente a sua necessidade. Mas quem elabora estratégia revolucionária em momentos não-revolucionários são os indivíduos e grupos revolucionários, especialmente os representantes teóricos do proletariado, se bem que alguns só o fazem nos momentos revolucionários (outros que já possuem tal estratégia, podem reformular aspectos, aperfeiçoar, etc.). Por isso é fundamental entender a relação entre organização revolucionária e proletariado<sup>15</sup>, bem como qual é a importância da estratégia revolucionária para as organizações revolucionárias e para o movimento operário revolucionário. Esse processo se torna cada vez mais desenvolvido com as lutas radicalizadas, possibilitando a fusão entre bloco revolucionário e movimento operário. A importância para as organizações revolucionárias é sua razão de ser, ou seja, contribuir com a revolução proletária. A importância para o movimento revolucionário do proletariado é fornecer elementos e apoiar sua luta, fortalecendo a sua tendência de realizar a autogestão social, bem como contribuir com o aceleração desse processo e dificultar a contrarrevolução.

O proletariado tende, através de suas lutas, a desenvolver lutas autogeridas, mas os obstáculos para isso atrasam, dificultam, impedem, dependendo da situação, essa passagem. A passagem de classe determinada pelo capital à classe autodeterminada

---

<sup>15</sup> Não poderemos discutir essa questão aqui. Isso está desenvolvido em alguns capítulos do livro *A Questão da Organização Revolucionária* (VIANA, 2014).

ocorre na luta, mas esta luta não tem apenas um time em campo (o proletariado) e sim vários, sendo que alguns se destacam (burguesia, burocracia, etc.). As organizações revolucionárias (bem como indivíduos, classes aliadas, movimentos sociais, etc.) podem contribuir com essa passagem, inclusive pensando nisso e na necessidade de conseguir apoio para o proletariado de outros setores da sociedade (lumpemproletariado, campesinato, indivíduos revolucionários, etc.), visando apoiar a constituição de um bloco revolucionário sob hegemonia do proletariado (como classe autodeterminada).

Nesse sentido, a discussão sobre estratégia revolucionária é fundamental, bem como a sua elaboração e articulação com estratégias específicas<sup>16</sup>, nas quais, outros setores da sociedade, a partir de sua posição específica, se articulam com a luta proletária e das organizações revolucionárias. Desta forma, é importante realizar uma breve discussão sobre as estratégias específicas e estratégia geral do movimento operário revolucionário e do bloco revolucionário.

As estratégias específicas são aquelas que articulam lutas específicas (em determinados movimentos sociais, instituições, etc.) com lutas gerais (do movimento operário) e lutas imediatas com lutas a longo prazo (que remete ao objetivo final, autogestão social). A articulação específico-geral é fundamental e pode ser exemplificada através de uma reivindicação específica, como, por exemplo, a de um restaurante universitário para estudantes. Essa é uma reivindicação específica do movimento estudantil, mas deve ser articulada com a luta geral do proletariado. E isso pode se manifestar através do vínculo entre necessidade de uso de restaurante universitário pelos estudantes universitários das classes trabalhadoras e o problema da qualidade da alimentação e seu vínculo de classe. Além disso, é possível vincular tal luta com a questão da produção alimentar, da geração de emprego, etc. Por outro lado, esse

---

<sup>16</sup> Estratégias específicas são aquelas nas quais se atua em determinada instituição, movimentos sociais, etc., atendendo a necessidades específicas e imediatas, mas (por ser estratégia) articuladas com necessidades gerais e do movimento operário, por um lado, e a longo prazo, especialmente a autogestão social. Ou seja, mesmo na estratégia específica de um movimento social ou em uma instituição não há o isolamento e sim consideração pela totalidade e nem imediatismo e reformismo e sim vínculo e primazia ao projeto autogestionário.

mesmo exemplo pode servir para ilustrar a articulação imediato-porvir<sup>17</sup>, pois o restaurante universitário deve ser entendido como uma necessidade imediata que deve ser superada, pois ele expressa a divisão de classes, a divisão social do trabalho, a existência de uma instituição separada e especializada que é a universidade, etc., e que tudo isso deve ser superado, com a transformação social. Nesse caso, é uma reivindicação imediata e, por conseguinte, provisória.

Desta forma fica claro que as reivindicações específicas e imediatas são todas provisórias e podem ser realizadas para garantir meios de sobrevivência e luta, bem como meio de reforçar as lutas futuras. Elas só têm sentido nesse contexto e por isso devem estar articuladas com outras lutas, gerais e permanentes (objetivo final). Um restaurante universitário pode contribuir com a permanência de estudantes trabalhadores na instituição universitária, o que é um interesse específico dos estudantes (que trabalham) e imediato, que deve ser articular com os interesses gerais (do proletariado) e a longo prazo. Ou seja, de nada adianta ter estudantes trabalhadores nas universidades se eles estão sob hegemonia burguesa ou burocrática, se estão como expressões de classe determinada. Por isso, além de lutar para ter um maior número possível de estudantes trabalhadores nas universidades, é necessário lutar pela criação de organizações autárquicas destes estudantes, pela sua formação mais ampla, pela mudança curricular e maior criticidade nas instituições universitárias, etc. Isso significa que a luta específica pelo restaurante universitário não pode ser isolada, deve estar articulada com outras lutas, como a curricular e cultural, bem como a organizacional e outras. A luta por esta conquista particular deve ser articulada com objetivos mais amplos e profundos, como os estabelecidos anteriormente, o que significa que o geral e o objetivo final podem coincidir, pois a hegemonia proletária deve estar presente nas lutas específicas.

Um comitê de luta por ampliação ou criação de restaurante universitário significa a criação de uma organização autárquica voltada para uma luta específica, mas que deve ser articular como um comitê de luta mais amplo, estudantil, reunindo outras

---

<sup>17</sup> A luta estudantil é um elemento de politização e serve para sedimentar e preparar para os embates futuros desde que articulada com a luta geral e o objetivo final.

reivindicações imediatas e gerais, bem como o objetivo final. Um tal comitê de luta deve, por exemplo, entender o significado de um restaurante universitário, quem o usa ou necessita dele, quais são os obstáculos existentes para sua criação, manutenção, melhoria, acessibilidade, etc., o que vai remeter para questões mais gerais e amplas, tal como a dinâmica da sociedade capitalista e a mercantilização das relações sociais. Isso, ao mesmo tempo que fornece subsídios para a elaboração de uma estratégia revolucionária a partir de uma estratégia específica, ainda pode gerar organização, politização, hegemonia proletária.

Assim, observamos quem elabora a estratégia revolucionária e algumas de suas características. Mas seria possível, no que se refere à estratégia revolucionária, pensar em sua divisão em econômica, política e cultural? A resposta é negativa, pois ao contrário da estratégia burguesa e das estratégias burocráticas, a ideia é a da abolição da divisão social do trabalho e isso significa abolir tais distinções. Obviamente, que tal divisão existe hoje, mas não é estratégico se submeter a ela. A revolução proletária é uma revolução total e por isso não isola as lutas, tal como o método dialético analisa a realidade social como uma totalidade. Assim, a estratégia revolucionária é antiburocrática e anti-institucional (contra a burocracia, a política institucional, o aparato estatal), anticapitalista (contra o modo de produção capitalista), anti-hegemônica (contra a episteme burguesa, seus paradigmas, e cultura da sociedade capitalista).

As distinções no interior da estratégia revolucionária são as que colocamos anteriormente, ou seja, entre o específico e o geral, o imediato e o do porvir, que são inseparáveis e articuladas. Se não for assim, não é estratégia revolucionária. Uma outra distinção é a que remete para o bloco revolucionário e seu significado no interior da luta operária. Já desenvolvemos reflexões a este respeito (VIANA, 2019b; VIANA, 2014) e Marx já havia colocado alguns elementos fundamentais desse processo (MARX; ENGELS, 1988), o que foi apontado por outros em outros contextos, embora sem grande fundamentação. O bloco revolucionário (que inclui as organizações e indivíduos revolucionários) é a fração mais resoluta, mais avançada teórica e estrategicamente, a que busca unificar o proletariado e seus aliados, etc., e por isso luta pela formação de organizações autárquicas e autoformação, bem como luta cultural que reforça esses dois aspectos. Nesse sentido, ele tem um significado importante na luta operária, pois é não

só um veículo para hegemonia proletária como um instrumento para combater a contrarrevolução e colaborar com a passagem do proletariado para classe autodeterminada e que efetive a autogestão de suas lutas.

A revolução proletária é o momento em que o bloco revolucionário (em sua ala proletária, que é reforçada pela radicalização e passagem de setores da ala semiproletária para suas fileiras, bem como adesão de indivíduos de outros blocos, o que é mais raro) se fortalece (em quantidade e qualidade) e se funde com o movimento operário, que torna-se revolucionário. O bloco revolucionário é peça chave para a vitória do proletariado e por isso ele deve se organizar, avançar teoricamente e politicamente, aumentar quantitativamente (sem formar organizações burocráticas, o que significaria o seu abandono do projeto revolucionário), desenvolver estratégias específicas, etc. As lutas espontâneas e autônomas do proletariado se unificam com as lutas revolucionárias do bloco revolucionário. A tendência autogestionária se fortalece com um bloco revolucionário mais forte e se enfraquece com sua fraqueza.

Assim, as diretrizes gerais da estratégia revolucionária são as mesmas no decorrer da história do capitalismo. Porém, com as mutações do capitalismo, novas questões podem emergir e trazer a necessidade de novas estratégias específicas. No regime de acumulação conjugado se tornou necessário uma crítica do paradigma subjetivista, uma atenção aos movimentos sociais que se fortaleciam, uma crítica e recusa do consumismo, estado integracionista, imperialismo oligopolista transnacional e outros processos, que deveriam gerar estratégias específicas que não surgiram. Apenas no bojo da rebelião estudantil de Maio de 1968 é que, no calor da luta, se esboçou uma estratégia específica articulada com a estratégia revolucionária. No capitalismo contemporâneo, a crítica e recusa do paradigma subjetivista, do estado neoliberal, do identitarismo, etc., são outros elementos, também traz a necessidade de novas estratégias específicas articuladas com a estratégia revolucionária. Porém, a cada regime de acumulação isso se torna necessário e cabe ao bloco revolucionário conseguir gerar teóricos do proletariado que, vinculados ou não a lutas específicas, gerar tal complemento da estratégia revolucionária.

## **Considerações Finais**

O objetivo do presente texto foi discutir as estratégias de classe, visando promover um esclarecimento teórico e conceitual. Para tanto, apresentamos o conceito de estratégia de classe, bem como as estratégias das três principais classes sociais da sociedade capitalista. Esse processo analítico serviu para explicitar alguns elementos fundamentais. O primeiro deles é perceber que existe uma estratégia burguesa e que sua compreensão é fundamental para o proletariado e as demais classes, pois ela permite atuar mais eficazmente no sentido de luta pela transformação radical e total das relações sociais. O segundo é compreender que existem estratégias burocráticas, cuja compreensão possui o mesmo significado, especialmente pelo fato que estas tentam se infiltrar no movimento operário e desviá-lo de sua luta revolucionária e gerar contrarrevolução burocrática. O terceiro ponto é a percepção da existência de uma estratégia revolucionária, pois isso foi ofuscado pelos ideólogos do bloco dominante e principalmente do bloco progressista. O quarto ponto é entender a necessidade de uma estratégia revolucionária e da elaboração de estratégias específicas, o que remete para o quinto e último ponto, que é a importância do bloco revolucionário na luta pela transformação radical do conjunto das relações sociais.

Desta forma, o presente artigo contribui, modestamente, para se pensar a questão da estratégia em geral e ele mesmo faz parte da estratégia revolucionária. Outros elementos poderiam e deveriam ter sido discutidos, tal como a relação entre método e estratégia, bem como outros que já foram esboçados ou desenvolvidos em outros textos ou por outros autores (como a questão da organização revolucionária, das concessões contrarrevolucionárias, a questão das estratégias específicas no interior da estratégia operária, a constituição das estratégias burguesas, as divergências das estratégias burocráticas, a deformação burocrática da estratégia operária, etc.), mas não puderam ser desenvolvidos por sua extensão. Isso demandaria outras análises e um espaço enorme. Nos contentamos com uma abordagem mais geral e panorâmica, servindo como introdução para desdobramentos posteriores. Se esse artigo funcionar como ponto de partida para desdobramentos e aprofundamentos, isso significa que realizou o seu objetivo.

## Referências

- JENSEN, Karl. *Que Fazer? A Resposta Proletária*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.
- LÊNIN, W. *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. 6ª edição, São Paulo: Global, 1986.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- LUXEMBURG, Rosa. *O Que Quer a Liga Spartacus?* In: LUXEMBURG, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou Revolução?* São Paulo, Global, 1986a.
- MARX, Karl. *A Comuna de Paris*. In: VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários Sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro, Rizoma, 2011.
- MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. Lisboa, Nunes, 1974.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MOORE, Stanley. *As Três Táticas Marxistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- STÁLIN, Joseph. *Fundamentos do Leninismo*. São Paulo: Global, 1982.
- VIANA, Nildo. *A Questão da Organização Revolucionária*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2014.
- VIANA, Nildo. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Lisboa: Chiado, 2018.
- VIANA, Nildo. Blocos Sociais e Luta de Classes. *Espaço Livre*, Vol. 10, n.º 10, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://informecritica.blogspot.com/2016/03/blocos-sociais-e-luta-de-classes.html> Acesso: 31/12/2015b.
- VIANA, Nildo. Burocracia: Forma Organizacional e Classe Social. *Revista Marxismo e Autogestão*. Ano 02, num. 03, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jviana3/297> Acessado em: 31/13/2015a.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015c.
- VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019a.
- VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Rizoma, 2019b.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. Organizações: Reprodução ou Transformação Social. *Revista Espaço Livre*. Vol. 11, num. 21, 2016. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/440/391> acessado em: 31/12/2016.

VIANA, Nildo. *Rosa Luxemburgo e a Autogestão Social*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013.

*Quando se fala de ideias que revolucionam uma sociedade inteira, isto quer dizer que, no seio da velha sociedade, se formaram os elementos de uma nova sociedade e que a dissolução das velhas ideias marcha ao lado da dissolução das antigas condições de vida. Karl Marx, em Manifesto do Partido Comunista.*

### Introdução

Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, expressam que a história que conhecemos até hoje é a história da luta de classes. A dinâmica da luta de classes é o que determina se a sociedade se mantém enquanto tal ou se dá lugar a uma nova, dividida em classes ou sem classes<sup>2</sup>. A luta de classes, no entanto, se manifesta em todas as instâncias da sociedade, o que quer dizer que atinge tudo e todos. Além disso, se manifesta de forma diversa, na forma mais explícita e fundamental, através da relação entre a classe que domina e a classe que é explorada, nos locais de produção; nos demais locais de trabalho, entre patrão (ou a burocracia) e empregados; no cotidiano, entre a sociedade civil e o estado; ou de forma implícita, através dos valores e interesses das classes, por exemplo, entre as relações de competição em confronto com a solidariedade, da valorização do dinheiro versus valorização do ser humano, entre o ter e o ser etc.

Partindo deste pressuposto, este texto propõe abordar uma questão que integra a luta de classes, tratando-se da relação entre a luta cultural e a estratégia revolucionária. Para realizar esta discussão o texto foi dividido em três partes. Na primeira será abordada a luta cultural, o objetivo neste tópico é entender o que é luta cultural, a sua

---

<sup>1</sup> Militante do Movimento Autogestionário (MOVAUT). Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

<sup>2</sup> Na Revolução Russa em 1917, por exemplo, emergiu uma nova forma de sociedade, que foi chamada por muitos estudiosos de capitalismo de estado (ver, por exemplo, Pannekoek, 2011), estabelecida sob o crivo da luta de classes. Já as diversas experiências da luta revolucionária do proletariado (o grande exemplo é a Comuna de Paris de 1871, ver Marx, 1986) demonstraram na prática o projeto de sociedade fundada na autogestão, uma sociedade sem classes.

razão de ser e como esta se manifesta concretamente. A segunda parte do texto é dedicada a entender o que é estratégia revolucionária. Por fim, na última parte, será analisada a relação da luta cultural com a estratégia revolucionária.

### **A luta cultural**

A luta cultural é a expressão da luta de classes na esfera cultural (MARQUES, 2013; MARQUES, 2018). A luta de classes é o pressuposto da luta cultural, a primeira é a razão de ser da segunda. A luta de classes, por sua vez, tem como razão de ser a sociedade dividida em classes sociais. As classes sociais estabelecem um conflito constante entre si no processo em que buscam a efetivação dos seus interesses. As classes sociais têm sua origem demarcada historicamente no modo de produção e de distribuição das riquezas necessárias para satisfazer as necessidades humanas.

O atual modo de produção, o capitalista, por exemplo, foi desenvolvido a partir de um projeto de sociedade elaborado pela classe capitalista e é fundamentado na extração e apropriação do mais-valor. Com o seu desenvolvimento emerge uma forma de vida específica que tem como base fundamental a relação entre os proprietários dos meios de produção (os capitalistas) e os explorados (o proletariado)<sup>3</sup>.

A relação entre os capitalistas e o proletariado é uma relação de exploração. Nas relações de trabalho os produtores são constrangidos a trabalharem em troca de uma pequena parte do trabalho realizado, o salário. Os produtores, por sua vez, não são indiferentes a esta situação, demonstram iniciativas diversas de contestação, começam a lutar contra a forma de vida instituída. “A princípio, a luta é assumida por operários isolados; mais tarde, por operários de uma mesma fábrica; finalmente, por operários do mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente” (MARX; ENGELS, 1988, p. 83).

A burguesia, no entanto, cria meios para manter e reproduzir o seu projeto de sociedade e faz isso por intermédio da repressão e do controle nos locais de trabalho, regularizados por leis através do estado. O estado torna-se o auxiliar exemplar da

---

<sup>3</sup> Sobre as classes no capitalismo, ver Viana (2018a).

burguesia. Sua tarefa é manter intacta a ordem capitalista, fazendo-o através da regularização das relações sociais.

Neste contexto, emergem duas formas distintas e fundamentais de consciência de classe: a consciência burguesa e a consciência do proletariado revolucionário. É o modo de produção burguês que eleva a consciência de ambas as classes. Com o desenvolvimento do capitalismo um conjunto de questões tornam-se sagradas para a consciência burguesa, quais sejam: a propriedade privada, o trabalho assalariado (alienado), as leis, o estado, a produção e venda de mercadorias. Outras questões emergem daí e fortalecem o modo de pensar burguês<sup>4</sup>, a exemplo da competição, da burocratização, mercantilização etc. Ao criar leis para garantir a manutenção da forma de vida burguesa, a burguesia dá um passo fundamental para sistematizar sua consciência. Segundo Marx e Engels (2007, p. 93):

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanação direta de seu comportamento material.

Em decorrência da forma de vida burguesa instituída, que constrange a totalidade da sociedade a viver de acordo com o modo de produção estabelecido, eleva-se a forma de pensar burguesa. Aos poucos, esta é sistematizada por um conjunto de indivíduos que passam a dedicar-se exclusivamente ao trabalho intelectual. Com isso a vida burguesa que predomina na realidade passa também a predominar na esfera da produção intelectual. Assim, além da luta que se estabelece nos locais de produção com o proletariado, estabelece-se também uma luta cultural.

A luta cultural da burguesia se estabelece através do bloco dominante, que reúne, além do aparato estatal e toda sua capacidade de produção, divulgação, manipulação, cultural, as grandes organizações privadas (tais como fundações, tanto as internacionais quanto as nacionais), os partidos políticos, as instituições estatais (universidades e escolas), os meios de comunicação (estatais e o capital comunicacional), a maior parte da classe intelectual, etc. (VIANA, 2015, p. 10).

Marx e Engels (2007) já haviam ressaltado que as ideias da classe dominante são as ideias dominantes, o que significa dizer que no modo de produção capitalista as ideias

---

<sup>4</sup> Sobre o modo de pensar burguês, ver Viana (2018b).

dominantes são as ideias da classe burguesa. Isso pode ser percebido na realidade através da predominância da crença na propriedade privada, no trabalho assalariado, nas leis, no estado, na produção e venda de mercadorias, na competição etc.

A produção cultural burguesa naturaliza a forma de vida burguesa. Isso se efetiva quando não questiona a realidade de classes, quando não apresenta um projeto de sociedade futuro, quando demonstra uma descrença na transformação social, quando trata de assuntos diversos sem relacioná-los com o modo de produção existente (fundado na exploração), quando não discute os fundamentos da sociedade, a luta de classes e sua tendência à autogestão.

A burguesia, por deter o poder financeiro, consegue se apropriar do conjunto das instituições produtoras e divulgadoras de cultura, exercer o controle do estado, além de financiar intelectuais para produzir formas culturais que estejam de acordo com o seu modo de vida. Neste contexto, suas ideias predominam e são convertidas em conteúdos fundamentais no processo de formação da consciência em geral, constringendo a maior parte da sociedade a reproduzirem-nas. O indivíduo que não conhece outra forma de sociedade que não seja a capitalista é constringido a viver eternamente, pensando que a única forma de vida possível é a vida burguesa. E como a maioria da população mundial vive neste contexto, isso representa, obviamente, uma força de reprodução significativa do modo de vida burguês.

Apesar do poder que mantém em suas mãos, a burguesia permanece lado a lado com a classe que contesta a sociedade, o proletariado. Este, em decorrência da exploração que sofre, desenvolve uma forma de consciência que é distinta da consciência burguesa. Enquanto a burguesia lhe impõe e defende o trabalho alienado, desenvolvendo uma consciência que busca naturalizar as relações de produção existentes, o proletariado desenvolve uma consciência de não aceitação do trabalho alienado e de contestação das relações de produção. A luta pela supressão do trabalho alienado, que lhe provoca o descontentamento, é espontânea. Apesar do controle e da necessidade do trabalho assalariado para sobreviver, não aceita passivamente o trabalho que lhe é imposto.

Deste questionamento emerge uma consciência crítica da realidade, que no início é limitada aos parâmetros da vida burguesa, pois questiona e luta para alterar questões específicas, como os baixos salários, as más condições e as longas jornadas de trabalho. É neste contexto que o proletariado começa a se organizar e a criar organizações para fortalecer sua luta.

Com o avanço de sua consciência surgem os sindicatos, que logo são regularizados pelo estado e integrados na dinâmica do capitalismo. Os sindicatos, de organizações proletárias, são convertidos em organizações burocráticas, com o objetivo de negociar a força de trabalho. Portanto, limitam a luta operária por estabelecer uma luta que não vai além das relações de produção existentes. Ao serem regularizados pelo estado se separam da classe operária e se tornam autônomos, passando a ser regidos por um grupo de dirigente que agora são convertidos em integrantes da burocracia; portanto, auxiliares da burguesia no processo de controle do proletariado.

Apesar da ação contrarrevolucionária do estado e do conjunto das organizações burocráticas, o proletariado age e continua sua luta, desenvolve sua consciência e avança, passando a questionar essas organizações. Com a autonomização de sua luta surge o princípio da auto-organização, a partir do qual desenvolve novas formas de organização pautadas no princípio da autogestão.

Todo esse processo fundamentado na radicalização da luta operária expressa o avanço de sua consciência. Neste contexto, o proletariado, assim como a burguesia, recebe o auxílio de indivíduos que integram a sua luta e buscam articular teoricamente as suas experiências, a sua consciência. Vai se formando, com isso, um bloco revolucionário. “Os agentes do bloco revolucionário são algumas parcelas da juventude, círculos militantes, intelectuais engajados, proletários e indivíduos mais politizados das classes desprivilegiadas” (VIANA, 2015, p. 11).

Daí emerge a teoria do proletariado ou a cultura revolucionária. Nunca é demais lembrar que “a existência de ideias revolucionárias numa determinada época pressupõe desde já a existência de uma classe revolucionária” (MARX; ENGELS, 2007, p. 48). A consciência do proletariado revolucionário, agora sistematizada teoricamente, foi essencial para o processo de formação e fortalecimento da sua luta, pois, agora

extrapola a esfera da produção e passa a ser realizada nas várias instâncias da sociedade. Nesse sentido, a luta da classe operária recebe um reforço e passa a se manifestar na esfera cultural, sendo convertida em luta cultural.

A luta cultural, portanto, é a expressão da luta de classes na esfera da cultura. E por cultura entendemos aqui “o conjunto das produções intelectuais de determinada sociedade” (VIANA, 2006, p. 126). A cultura se manifesta de diversas formas. No interior da luta de classes assume formas que estão relacionadas aos interesses das classes existentes, dando origem à luta cultural, a exemplo da teoria e dos teoremas (concepção do proletariado) em confronto com as ideologias, a ciência e a esfera artística (concepção burguesa) etc.

No interior desta forma que assume a luta de classes, isto é, a forma da luta cultural, a burguesia mantém a sua hegemonia, assim como acontece nos locais de produção. Isso se dá em decorrência de seu poder financeiro, como já foi dito anteriormente, que lhe possibilita produzir, se apropriar e controlar os locais de produção da cultura, assim como financiar a maior parte da produção intelectual, além de manter um rígido controle sobre os meios de divulgação da mesma. Por isso que, segundo Viana (2015, p. 50-51),

A luta cultural pode e deve ocorrer sob as mais variadas formas, tal como concretamente ocorre. A teoria, a arte, o humor, a propaganda generalizada, a crítica, os projetos alternativos, são formas de luta cultural [...] sob os mais variados meios: livros, revistas, panfletagens, boletins, obras de arte (música, poesia, contos, etc.), uso da internet, etc.

É em decorrência do perigo que pode representar para a burguesia a liberdade de uso dos meios de comunicação, que ao estado é delegada a tarefa de criar leis para regularizar o processo de criação e divulgação da cultura. Com isso, a cultura relacionada à concepção do proletariado – como, por exemplo, a crítica ao estado<sup>5</sup>, à classe burguesa, à sociedade de classes e seus derivados – é obliterada. Os meios oligopolistas de comunicação estão sob o poder da burguesia, são uma fração do capital, o capital

---

<sup>5</sup> Não se refere aqui ao indivíduo ou partido que está no estado, concepção que predomina na realidade, mas à própria existência do estado enquanto um aparato burocrático que presta auxílio à burguesia.

comunicacional. Sendo uma fração do capital, não desempenhariam outro papel senão o de ser o meio de divulgação da cultura burguesa.

Portanto, com o poder do estado em suas mãos, com as leis (expressão de sua consciência) através das quais realiza o controle dos meios de produção e de divulgação da cultura, com a intelectualidade auxiliando-a na produção de ideologias e o conjunto das instituições atuando de acordo com os seus interesses, a burguesia consegue criar um mundo à sua imagem e semelhança. A luta cultural burguesa se torna inigualavelmente mais poderosa do que a luta cultural proletária.

O proletariado não tem acesso aos meios oligopolistas de comunicação e sua concepção é marginalizada. A produção e divulgação da sua cultura, no entanto, é realizada através de meios alternativos. O apoio de trabalhadores intelectuais para sistematizar a sua luta é um ato voluntário. É uma atividade que não oferece vantagem financeira, e, além disso, muitos sofrem com a marginalização e constrangimentos.

Apesar desta situação, o proletariado tem uma vantagem sobre a burguesia, a maior parte dos trabalhadores intelectuais que passam a se dedicar à luta cultural revolucionária o fazem por convicção. Além disso “tem a vantagem de possuir compromisso com a verdade e com a transformação social” (VIANA, 2015, p. 11). Carregam consigo a chama da esperança de uma nova sociedade onde a vida criada pela burguesia seja um dia superada; mantêm em sua luta o objetivo de dar a sua contribuição rumo à transformação social.

A luta cultural que é estabelecida na perspectiva do proletariado não é nada fácil, considerando o contexto em que esta se dá. No entanto, assim como o proletariado luta constantemente nos locais de produção – fazendo-o de forma espontânea e independente, e que em determinado contexto avança e torna-se autônomo, com a tendência para atingir a autogestão social –, os militantes que se dedicam à luta cultural seguem o mesmo princípio da luta constante. Todavia, é preciso destacar um diferencial: enquanto nos períodos não revolucionários o proletariado apresenta-se como classe em si (isto é, como determinado pelo interesse do capital), na esfera da luta cultural mantém o princípio da classe para si, ou seja, como classe autodeterminada.

Uma vez que a sua forma de manifestação em período revolucionário é articulada teoricamente, a consciência proletária mantém o seu caráter revolucionário no plano da cultura; mantém vivas as experiências anteriores que se tornou classe para si, momento em que conseguiu se tornar classe revolucionária e colocar em xeque a sociedade burguesa. Portanto, a teoria continua mantendo o seu papel de antecipar na esfera da cultura a sociedade do futuro. Mas é em decorrência das diversas dificuldades que a luta cultural revolucionária enfrenta que surge a necessidade de criar estratégias para ser efetivada.

### **A estratégia revolucionária**

Antes de abordar a luta cultural e sua relação com a estratégia revolucionária, o que será feito no próximo tópico, é preciso discutir o que é estratégia revolucionária. Embora sejam raras as reflexões sobre esse tema, alguns intelectuais dedicaram a refletir a questão da estratégia. A maior parte da pouca produção existente foi sistematizada a partir da perspectiva burguesa, logo, contribui com a reflexão de estratégias voltadas para a reprodução do modo de produção capitalista, o que demonstra, ao mesmo tempo, que a burguesia recebe o apoio de intelectuais e militantes políticos na luta cultural. Há, por exemplo, aqueles que discutem a estratégia a partir da ação sindical, a exemplo de Gorz (1968); outros de partidos políticos, como Altamira (1997) e Almeida e Cancelli (1998); na concepção militar, como Baeza (1991) ou ainda na perspectiva da intelectualidade, como Anderson (1986). Mas e a estratégia na perspectiva do proletariado?

No interior da escassa produção existente, destaco aqui a concepção de Marx, que apesar de não ter se dedicado especificamente a este tema deixou um conjunto de reflexões que são fundamentais para a abordagem da estratégia revolucionária. Aqui vou tratar de um texto específico que foi escrito com Engels. Além disso, há as reflexões de Viana que tratam especificamente sobre este tema, aqui retomaremos algumas das questões que colocou como forma de fundamentar a discussão apresentada.

No *Manifesto do Partido Comunista*, há um capítulo específico em que Marx e Engels abordam a posição dos comunistas diante do proletariado. Esta análise é

fundamental para avançar na reflexão sobre a estratégia revolucionária. Um primeiro ponto a ser destacado é que os comunistas não elaboram uma concepção oposta à da classe operária. Não “têm interesse que os separem do proletariado em geral. Não proclamam princípios particulares, segundo os quais pretenderiam modelar o movimento operário” (MARX; ENGELS, 1988, p. 88).

Nesta passagem fica evidente que os comunistas não formam um partido autônomo, desassociado da luta operária, com interesses próprios e possuídos de poder para controlar e dirigir a classe operária, como ele ressalta, para “modelar o movimento operário”. Os comunistas formam uma unidade com a classe operária e buscam expressar a luta revolucionária na esfera cultural e nas demais instâncias da sociedade. Há, no entanto, apenas duas distinções, segundo Marx e Engels, entre os comunistas e os operários. Essas duas distinções são:

1. Nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade;
2. Nas diferentes fases por que passa a luta entre proletários e burgueses, representam sempre e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto (MARX; ENGELS, 1988, p. 88).

Esta concepção deixa evidente a existência de uma unidade entre os interesses dos comunistas e os interesses da classe operária. O objetivo pelo qual lutam é o mesmo, qual seja, o de abolir a sociedade de classes e instituir a autogestão. Os comunistas, no entanto, têm a tarefa de manter acesa a chama revolucionária da luta operária, de manter em constante evidência o objetivo da luta, os fins que buscam atingir o movimento operário. Isso é fundamental uma vez que o estado cria um conjunto de estratégias para manter o controle da classe operária, a exemplo de se colocar como intermediário na resolução dos interesses imediatos.

Na concepção de Marx e Engels a luta pelos interesses imediatos dos comunistas deve ser articulada para contribuir com o alcance do objetivo final da luta operária. Ou seja, “os comunistas combatem pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento” (MARX; ENGELS, 1988, p. 107). Não se trata de reduzir a luta aos interesses imediatos, mas de fortalecer a luta operária e contribuir para que seja instituído um processo revolucionário.

Nesse sentido, ele destaca que os interesses imediatos dos comunistas devem se pautar pela “constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (MARX; ENGELS, 1988, p. 88). Esta última questão criou uma série de confusões, pois acabou sendo interpretada como se estivessem defendendo que o proletariado devesse assumir o poder do estado. Considerando o que Marx manifesta em várias obras<sup>6</sup>, conclui-se que estão se referindo aqui ao processo em que o proletariado se torna autônomo em relação à classe burguesa e ao estado e atua enquanto classe autodeterminada. No entanto, afirmam que:

A supremacia do proletariado fará com que tais demarcações e antagonismos desapareçam ainda mais depressa. A ação comum do proletariado, pelo menos nos países civilizados, é uma das primeiras condições para sua emancipação (MARX; ENGELS, 1988, p. 94).

Quando citam a “supremacia do proletariado” se referem ao processo em que o proletariado está passando para a terceira fase de sua luta<sup>7</sup>, a autogestionária, momento em que toma em suas próprias mãos a direção de sua vida e inicia o processo de instituição da autogestão. Isso significa que a autogestão é fruto de um processo que percorre a luta operária. Segundo Marx e Engels (1988, p. 95): “o proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia”.

Viana apresenta uma discussão sobre a estratégia revolucionária que acrescenta, aprofunda, desenvolve e apresenta de forma atualizada questões colocadas por Marx e Engels neste texto discutido anteriormente. O autor discute a estratégia revolucionária em dois textos específicos, em um capítulo de sua obra *Manifesto Autogestionário* e em um artigo intitulado *Blocos Sociais e a Estratégia de Classe*. Esses textos não serão aqui discutidos minuciosamente, o que demandaria mais espaço e a citação de outras obras do autor, portanto, vou apenas ressaltar alguns elementos para nos auxiliar nesta discussão.

O primeiro ponto que Viana ressalta na introdução do livro *Manifesto Autogestionário* é que este se trata de uma atualização do *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels. O autor aborda a estratégia revolucionária na terceira seção

---

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Marx (1986).

<sup>7</sup> Sobre as fases da luta operária ver Jensen (2001).

do livro. Uma das atualizações do texto do Manifesto a ser ressaltada aí é a substituição do termo “comunista” por “militantes autogestionários”. Esta mudança é explicada por uma necessidade de manter a sua autenticidade, “principalmente depois da deformação do pensamento marxista realizado pelo leninismo e social-democracia” (VIANA, 2008, p. 11), os quais converteram a concepção teórica de comunismo de Marx, pautada no autogoverno dos produtores, em uma concepção ideológica, burguesa.

Viana (2008, p. 31) ressalta que “o movimento autenticamente revolucionário sempre evitou elaborar uma estratégia revolucionária. Para este movimento, a verdadeira estratégia revolucionária se expressava na luta operária, ou seja, na prática do movimento operário”. A tarefa do militante revolucionário era a de contribuir com a classe operária, no sentido de radicalizar a sua luta até se criar um contexto revolucionário. Esta observação é importante para distinguir as concepções ideológicas que emergiram posteriormente a Marx. É pressuposto que Viana faz a crítica às deformações do pensamento de Marx, realizadas principalmente pelo reformismo, com Bernstein e Kautsky, e pelo bolchevismo, com Lenin, Trotski e Stalin.

É em decorrência destas deformações e da necessidade de ação dos militantes autogestionários que o autor ressalta a importância de se discutir a tarefa dos revolucionários, logo, a necessidade de elaborar uma estratégia revolucionária. Para o autor isso é necessário “para que a atividade dos militantes revolucionários se torne uma prática política consciente e ligada intimamente aos interesses históricos do proletariado, ou seja, aos interesses da luta pela autogestão” (VIANA, 2008, p. 34).

Viana (2008) considera a estratégia revolucionária “como a forma de luta política dos militantes revolucionários, submetida aos interesses e ao desenvolvimento do movimento real dos trabalhadores objetivando a constituição da sociedade autogerida” (VIANA, 2008, p. 34). Isso quer dizer que a luta revolucionária mantém uma unidade com o objetivo da luta empreendida pelo proletariado revolucionário, qual seja, o de abolir as relações de produção capitalista e instituir a autogestão.

Nesse sentido, o papel do militante revolucionário passa a ser o de “acelerar o processo revolucionário e reforçar as condições necessárias para a vitória do proletariado” (VIANA, 2008, p. 35). O autor ressalta que a estratégia revolucionária deve

articular reforma e revolução, movimento e objetivo. Esse processo deve integrar as lutas cotidianas ao objetivo final, o qual deve ser o pressuposto para a definição dos meios a serem utilizados para atingi-lo, a exemplo das lutas reivindicativas já apontadas por Marx e Engels.

Para Viana, as lutas reivindicativas representam uma das fraquezas do movimento revolucionário, pois, este têm demonstrado uma incapacidade de articular aquelas com a luta revolucionária. As reformas propostas pelo estado para atender os interesses específicos das classes desprivilegiadas limitam a luta, por isso essa deve se pautar pela articulação entre reformas revolucionárias e revolução, que segundo Viana (2008, p. 38) “criam brechas revolucionárias que alteraram a correlação de forças beneficiando o proletariado em sua luta contra o capital”.

Um último ponto a ser destacado ainda neste texto de Viana é a separação que o autor propõe entre estratégia específica e estratégia global. A estratégia específica “é aquela aplicada em determinado movimento social (ecológico, estudantil, feminista, negro etc.) ou em determinado local (moradia, lazer trabalho) e a estratégia global é aquela aplicada ao movimento operário em geral e na sociedade em sua totalidade” (VIANA, 2008, p. 38). Essa questão é fundamental para não se cair no reformismo, quando a luta é empreendida por questões específicas desassociadas da estratégia global.

A estratégia global do movimento operário, ao qual deve estar submetida as estratégias específicas em geral, é articular as lutas em cada unidade de produção generalizando-as a ponto de expandir em nível nacional a greve geral. Essa deve assumir o caráter de greve de ocupação ativa, implantando os conselhos de fábrica ou empresa autônomos e autogeridos que instituirão a autogestão nas fábricas e, conseqüentemente a dualidade política (VIANA, 2008, p. 39).

Aos militantes revolucionários, portanto, cabe a tarefa de aderir a este movimento levado a cabo pelo proletariado, criar estratégias específicas, no sentido de favorecer a instalação de um processo revolucionário, submetendo-as à estratégia global. Neste ponto, é importante a sua atuação nos diversos movimentos sociais e demais setores da sociedade para fortalecer o bloco revolucionário<sup>8</sup>. Assim, quando o

---

<sup>8</sup> Para Viana (2008, p. 42), “o bloco revolucionário contaria com o conjunto das classes exploradas e o conjunto dos movimentos sociais juntamente com os militantes autogestionários e correntes políticas de esquerda e estaria sob a hegemonia revolucionária do proletariado”.

processo revolucionário for instituído, sua tarefa passa a ser a de colaborar com a estratégia global. Haveria outros pontos a serem destacados que contribuem para esclarecer a estratégia revolucionária, mas não temos muito espaço para continuar. Por ora, ressaltamos estes pontos, uma vez que há outros a serem considerados em seu outro texto sobre a estratégia revolucionária.

Viana também discute a estratégia revolucionária no artigo *Blocos Sociais e Estratégia de Classe*, que apesar de ser “uma breve introdução” ao tema, como ressalta o autor, oferece contribuições importantes para compreendê-lo. Segundo ressalta logo no início, o termo estratégia já foi definido sob inúmeras formas e pretende apresentar uma concepção de estratégia revolucionária no interior da teoria marxista. Após fazer a crítica à tradição leninista-stalinista, que utilizou o termo no sentido de sua etimologia, em uma perspectiva militar, dirigista, ou seja, antimarxista, Viana (2019, p. 01) ressalta que na perspectiva marxista a estratégia “só pode ter o sentido de ser um projeto que planeja sua concretização, ou seja, é meio para se chegar a um determinado fim, que, por sua vez, deve manter uma unidade indissolúvel”. A revolução social, objetivo final da luta operária, mantém uma unidade indissolúvel com a estratégia revolucionária. Através desta se estabelece os meios que possam contribuir com o processo para atingir aquela.

Assim, podemos definir estratégia como a reflexão sobre os meios e fins necessários para realização de um projeto. Estratégia revolucionária, por conseguinte, é a reflexão sobre os meios e fins necessários, bem como sobre sua unidade, para a concretização da revolução social, ou seja, da autogestão social que ela materializa (VIANA, 2019, p. 10, grifos do autor).

A estratégia revolucionária pressupõe reflexão; necessita, portanto, de uma base teórica que lhe favoreça a eficácia na ação. Esta base teórica possibilita analisar “a totalidade da sociedade e suas tendências, potencialidades, contradições, crises, objetivo final, etc” (VIANA, 2019, p. 10). Nesse sentido, a estratégia revolucionária pressupõe a formação e a teoria, pois é partindo de um determinado saber e concepção da realidade que torna possível a elaboração de uma estratégia eficaz. Esse saber vai possibilitar a clareza sobre o lugar onde se quer chegar, o fim a ser alcançado, ou seja, a autogestão. Toda organização revolucionária, portanto, precisa se preocupar com a formação teórica e com a estratégia revolucionária, sendo a primeira o pressuposto da segunda e a segunda a razão de ser de qualquer organização revolucionária.

Essa percepção é fundamental, pois, como ressalta, os fins justificam os meios, e sendo o fim a ser alcançado a autogestão só tem sentido utilizar de meios que favoreçam a luta para atingi-la. Nesse sentido, o caminho a ser seguido é o da luta autogerida e não o da burocracia, do capital e/ou de outros que derivam daí, pois estes últimos só podem levar à reprodução da sociedade de classes. Mas não apenas seguir o caminho do capital pode favorecê-lo, como também o de manter-se no imobilismo, permanecer estático em relação à luta de classes. “Sem ação humana não há mudança e sem ação que gere já uma mudança, nada irá alterar” (VIANA, 2018, p. 137).

Como destaca o autor, a ação é essencial para provocar a mudança. Ficar esperando que o proletariado faça a revolução é cair no imobilismo e isso favorece a burguesia, pois não gera nenhuma mudança na realidade. É contraditório criar estratégias sem o pressuposto da ação. As declarações de concordância com a transformação social sem uma ação concreta tão pouco contribuem para favorecer a sua realização. Por isso é preciso agir de alguma forma para reforçar o bloco revolucionário, o que pode ser feito através da reunião de pessoas, da autoformação, da luta cultural etc.

Outro ponto discutido pelo autor é que o proletariado nunca elaborou uma estratégia revolucionária, pois na luta de classes desenvolve uma espontaneidade revolucionária. Esta espontaneidade se manifesta através das lutas espontâneas e autônomas, que podem chegar ao estágio das lutas autogeridas. E segundo ele só neste ponto é que há uma estratégia revolucionária, pois, o objetivo final torna-se claro, a autogestão social, e os meios evidentes, a autoeducação, auto-organização, articulação e generalização. Esse processo gera a reflexão e a unidade entre os meios e os fins, que apesar de não ser baseada em uma forma teórica, aponta para o objetivo da luta revolucionária, a autogestão.

Nesse contexto, a classe operária pode sofrer com a ação contrarrevolucionária do capital e da burocracia, por isso a necessidade de colocar a estratégia como questão fundamental da luta revolucionária. Contudo, conforme ressalta Viana, quem elabora uma estratégia revolucionária em momentos não-revolucionários são os indivíduos e grupos revolucionários. Daí a importância de discutir a relação das organizações revolucionárias com o proletariado e a estratégia revolucionária para ambos. Para as

primeiras a estratégia revolucionária é sua razão de ser, cujo objetivo é contribuir com a luta do proletariado. Já para esse, a importância da estratégia revolucionária “é fornecer elementos e apoiar sua luta, fortalecendo a sua tendência de realizar a autogestão social, bem como contribuir com o aceleração desse processo e dificultar a contrarrevolução” (VIANA, 2018).

Há outros elementos apontados por Viana neste texto que contribuem para compreender a estratégia revolucionária, mas não temos mais espaço para prolongar esta discussão. Alguns outros pontos retomaremos no tópico seguinte, na abordagem sobre a relação da luta cultural com a estratégia revolucionária.

### **Luta Cultural e Estratégia Revolucionária**

Vimos no primeiro tópico que a luta cultural é expressão da luta de classes na esfera da cultura. No segundo tópico, que a estratégia revolucionária corresponde à reflexão sobre os meios e fins utilizados pelos militantes revolucionários para contribuir com a luta proletária com objetivo de instituir um processo revolucionário rumo à autogestão. Considerando estas duas questões, o primeiro ponto a ser ressaltado é que, entre diversos outros, a luta cultural é um dos meios fundamentais utilizado pelos militantes revolucionários como estratégia fundamental da luta revolucionária.

Para compreender o porquê de a luta cultural ser uma estratégia importante para a luta revolucionária é preciso compreender que a cultura é mobilizadora e interfere na dinâmica da luta de classes. Engels, em uma carta endereçada a Joseph Bloch<sup>9</sup> em 1890, evidencia a influência das formas culturais na dinâmica da luta de classes. Segundo ele:

*A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, as constituições estabelecidas uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa; as formas jurídicas e mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as concepções religiosas, e seu desenvolvimento ulterior em sistema dogmáticos – exercem igualmente sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de maneira preponderante sua forma (ENGELS, 1957, p. 309, grifo nosso).*

---

<sup>9</sup> Estudante de Matemática em Berlin, e redator da revista Berlin, que abordava o socialismo científico.

No plano das formas de regularização (superestrutura) estão as formas culturais, a luta cultural. Esta, como ressalta Engels, influencia as lutas históricas, a luta de classes. Essa mesma concepção é compartilhada por Marx, segundo o qual a teoria transforma-se em uma força material ao ser utilizada como orientação nas lutas estabelecidas. Segundo afirma em uma de suas primeiras obras, “é certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas *a teoria converte-se em poder material quando penetra nas massas*” (MARX, 2005, p. 151, grifo nosso).

A partir desta concepção de Marx vemos o quão essencial é a afirmação que Viana apresenta de que a luta cultural pressupõe a reflexão, logo, o domínio da teoria. O militante revolucionário deve colocar como um dos pressupostos a sua autoformação, o domínio básico da expressão teórica da luta revolucionária do proletariado, o que pressupõe leitura constante do método, da teoria, das críticas às ideologias e das experiências do proletariado. Isso possibilita não perder de vista o objetivo da luta revolucionária e contribuir para que no decorrer da vida cotidiana evite reproduzir a concepção burguesa.

O passo seguinte é utilizar essa formação para pensar estratégias que possam auxiliar a luta revolucionária, isso significa que tendo clareza do fim a ser alcançado, os meios devem ser criados e descobertos pelo militante revolucionário. É neste contexto que a luta cultural emerge como meio fundamental. A dedicação à luta cultural não é simples, uma vez que exige, de um lado, assegurar os pressupostos teórico-metodológicos da concepção revolucionária, de outro, contribuir com o aprofundamento da concepção revolucionária, uma vez que o proletariado está sempre criando meios novos para lutar contra o capital, e por fim, dedicar à crítica da realidade criada pelo capital e das ideologias sistematizadas por seus auxiliares, que estão a cada dia criando ideias e formas novas para reproduzir a sociedade de classes.

Como foi colocado anteriormente as estratégias equivalem à reflexão. É através desta que efetiva-se o processo de criação dos meios necessários para elaborar e realizar as estratégias. Não há uma cartilha, um modelo a ser seguido, uma vez que cada situação exigirá ações distintas, mas é possível elencar algumas das estratégias já utilizadas na

luta cultural. Uma das estratégias realiza-se através da produção teórica e da crítica das ideologias.

A produção teórica é uma estratégia importante na luta cultural por ser o meio de expressar a luta revolucionária estabelecida pelo proletariado em sua história. Uma vez sistematizada serve como fonte de formação fundamental para os militantes revolucionários, além de se tornar um material que pode possibilitar outros indivíduos a avançarem e romperem com a concepção burguesa.

Neste ponto, a produção teórica pressupõe também a crítica às ideologias, entendidas aqui como uma falsa consciência sistematizada. Marx é um exemplo nesse processo, em toda a sua vida dedicou a fazer a crítica dos ideólogos de sua época partindo da perspectiva do proletariado. A partir da crítica que realizou emergiu o oposto às ideologias, a teoria. Por isso é considerado atualmente um dos principais teóricos do proletariado. A crítica é essencial para superar as ilusões que são sistematizadas pelos ideólogos, que acabam dificultando a consciência de avançar. A ideologia representa uma força mobilizadora, no sentido da reprodução da realidade, pois, além de ocultar as relações de exploração, naturalizam as relações de produção existentes.

A negação da perspectiva revolucionária no interior das universidades é um claro exemplo da predominância da ideologia. Aquele é o espaço dos ideólogos, logo, é onde são sistematizadas as ideologias. Enquanto tal contribui para a sistematização da perspectiva burguesa, portanto, é ao mesmo tempo um espaço onde a luta de classes se manifesta. Nesse sentido, uma das estratégias revolucionárias pressupõe a luta neste espaço. Enquanto os intelectuais burgueses dedicam a produzir ideias de acordo com os interesses da burguesia, aos intelectuais revolucionários cabe a tarefa de produzir ideias de acordo com os interesses do proletariado. Esta é uma estratégia importante, pois, a concepção proletária articulada teoricamente servirá de material de formação para ser utilizada em grupos de estudos, em palestras etc., sendo estas, portanto, estratégias importantes na luta cultural.

A produção teórica e a crítica das ideologias, no entanto, não são as únicas formas que assumem a estratégia da luta cultural, esta pode acontecer também na esfera

artística, que envolve a atuação revolucionária através do cinema, da música, dos quadrinhos, do teatro etc. A esfera artística é integrada pelas diversas formas de arte. Historicamente, tem servido como instrumento de reprodução das relações de produção capitalistas. Assim como o papel que desempenha as universidades, também interfere na luta de classes a favor da burguesia. Prevalece atualmente as ideologias que promovem a idolatria da arte, a não crítica da arte, o que pressupõe que esta não deve ser criticada. Contudo, da perspectiva do proletariado, esta nada mais é do que uma concepção que deve ser combatida, por ocultar o que está por trás das produções artísticas, os valores e interesses concretizados de determinadas classes sociais, que ao manterem contato com os indivíduos influenciam as suas ações.

Nesse sentido, outra estratégia importante para a luta cultural revolucionária é a dedicação também à produção artística. O pressuposto para a produção de uma determinada obra é a mesma da produção teórica, qual seja, a perspectiva do proletariado. A diferença entre a produção artística e a produção teórica está na forma que é concretizada. Na primeira a forma não permite uma articulação aprofundada de uma determinada discussão, por isso, apenas fragmentos da teoria são manifestados; por isso Viana denomina esta forma de arte revolucionária como teorema. O teorema corresponde a fragmentos da teoria. Por exemplo, Marx escreveu *O Capital*, a sistematização teórica do modo de produção capitalista, e o mesmo foi representado na obra *O Capital em Quadrinhos* na forma de quadrinhos por Ploeckinger e Wolfram (1980), sendo este último apenas fragmentos daquele. Assim, *O Capital* é uma teoria e *O Capital em Quadrinhos* é um teorema, um fragmento da obra mais extensa de Marx.

A questão é que a música, assim como o cinema, a pintura etc., possibilitam a manifestação de uma determinada concepção de forma limitada, fragmentada. Em um livro podemos discutir o estado retomando a sua história, os ideólogos e os teóricos que dedicaram ao seu estudo, às suas formas atuais etc., o que é impossível em um único filme, ou em uma música ou em uma tira de quadrinhos. No entanto, a crítica ao estado é possível ser realizada através de uma das formas que pode assumir a arte. A crítica é articulada, neste caso, com fragmentos da teoria já sistematizada.

É preciso considerar que a arte, assim como qualquer outra forma cultural, interfere na luta de classes, mobiliza pessoas, influencia a forma de pensar e de agir.

Nesse sentido, é estratégico atuar no interior da esfera artística estabelecendo uma luta cultural através da produção e divulgação de obras artísticas, de forma que a perspectiva do proletariado seja manifestada também nesta esfera.

Atualmente, prevalecem produções musicais, cinematográficas, literárias etc., que expressam a perspectiva burguesa. Isso se dá, como já foi colocado anteriormente, devido ao poder financeiro da burguesia, que se apropria dos meios de produção da arte assim como financia diversas produções. Além disso, detém o controle do estado, o que lhe permite um controle também sobre o que se produz artisticamente. Esse controle se dá por intermédio de leis e de mecanismos associados aos interesses dos capitalistas, do lucro. Uma gravadora não produzirá uma música quando se tem a certeza de que não irá vender. Questões ligadas ao cotidiano da vida burguesa tornam-se a matérias primas destas produções, e neste universo a concepção revolucionária não tem espaço. Mesmo que um revolucionário queira gravar suas músicas em uma grande gravadora, teria que despender muito dinheiro, o que é um grande limitador para a produção musical revolucionária.

É por isso que a estratégia revolucionária torna-se fundamental para encontrar meios que possibilitem instituir uma luta cultural através da esfera artística. As grandes produtoras de arte são dominadas pelo capital, neste espaço prevalece a produção artística burguesa. No entanto, formas alternativas podem ser utilizadas pelo militante revolucionário para produzir suas obras. No caso do cinema, por exemplo, há muitos casos de produtores que fazem gravações por celulares e edições com softwares gratuitos etc. Esse processo, inclusive, permite que um mesmo indivíduo desenvolva as várias habilidades necessárias na produção de um filme, como gravação, produção, edição, etc., habilidades que no interior do capital comunicacional são limitadas por serem desenvolvidas por especialistas, todo o processo conta com o trabalho de várias pessoas que desempenham atividades específicas.

Por fim, uma última questão a ser abordada da relação da luta cultural e a estratégia revolucionária é sobre a forma de divulgação da produção cultural dos militantes revolucionários. Assim como a maior parte dos meios de produção cultural estão nas mãos da burguesia os meios de sua divulgação também estão. Os meios oligopolistas de comunicação são dominados pela burguesia, não há espaço para a

perspectiva revolucionária. Não veremos em uma rede qualquer de televisão, por exemplo, um revolucionário discutindo a concepção do proletariado, não veremos notícias sobre a possibilidade do fim do capitalismo ou sobre o projeto de autogestão. Quando divulgam algo que favorece a crítica o fazem por acidente, como é o caso de reportagens ao vivo em que indivíduos mostram cartazes com determinadas mensagens, ou invadem a reportagem para criticar os canais de tv etc.

Por isso, elaborar estratégias para a divulgação da produção revolucionária também é fundamental para a luta cultural, pois é através desta que a perspectiva revolucionária poderá se tornar conhecida e fortalecer o bloco revolucionário. Meios alternativos também representam um caminho, através de livros, panfletos, cartazes, internet etc. Além desses, há outros que são mais difíceis de serem utilizados, mas não é impossível, o que demandaria outras estratégias, como a criação de emissoras de rádio, a utilização de programas comerciais de rádio e tv, colunas de jornais, revistas, cds, que neste caso demandaria recursos financeiros, portanto, a contribuição coletiva dos militantes revolucionários pode ser uma forma de possibilitar a sua realização.

O processo de divulgação pode acontecer também de forma individualizada ou coletiva. As formas individualizadas correspondem à ação dos militantes em seu cotidiano, nos locais de trabalho, de moradia, de diversão etc., o que exigiria novas estratégias em decorrência da repressão que pode sofrer, pois, é mais fácil combater um militante sozinho, com sua demissão, prisão etc., do que um grupo organizado. Dependendo do local de trabalho a ação individual pode ser dificultada, mas em outros há maiores possibilidades. Além da ação individual é também preciso encontrar estratégias para a luta cultural que possam ser efetivas de forma coletiva, que pode dar mais segurança para seus militantes assim como ter resultados mais amplos.

O fundamental para um militante revolucionário é ter clareza de que a luta cultural é uma das estratégias essenciais da luta revolucionária. A luta cultural não é menos importante do que as demais estratégias revolucionárias, pelo contrário, é indispensável e o pressuposto para a atuação em atividades específicas. A reflexão sobre as ações revolucionárias é fundamental, por isso é preciso colocar a estratégia da luta cultural como um ponto central da ação.

## **Considerações finais**

A proposta deste texto foi a de discutir a relação da luta cultural com a estratégia revolucionária. Um primeiro tópico sobre a luta cultural foi necessário para esclarecer as bases da luta cultural, seus pressupostos e razão de ser. A discussão realizada demonstrou que as bases da luta cultural é o modo de produção estabelecido na sociedade de classes, cujo pressuposto e razão de ser é a luta de classes. Foi explicitado que as classes sociais fundamentais desenvolvem interesses distintos em decorrência do lugar que ocupam na divisão social do trabalho, de um lado a burguesia manifesta o interesse de reprodução das relações de produção fundada na produção e extração do mais-valor, de outro, o proletariado manifesta o interesse de suprimir essas mesmas relações de produção. Os interesses de ambas as classes são radicalmente distintos e não restringirão às relações de produção, pois serão manifestados em toda a sociedade, incluindo a esfera cultural, onde se estabelece uma nova forma de luta de classes, a luta cultural. A luta cultural, portanto, é a expressão da luta de classes na esfera da cultura.

Um segundo tópico também foi necessário para abordar a estratégia revolucionária. Dois autores foram fundamentais nesta discussão, tratando-se de Marx e Viana, os quais ofereceram importantes contribuições para se discutir a estratégia revolucionária. Ambos ressaltam a tarefa do militante revolucionário, qual seja, a de contribuir com a luta do proletariado para abolir o capitalismo e instituir a autogestão. A autogestão deve ser o objetivo a ser alcançado por qualquer revolucionário. É nesta perspectiva que Viana define a estratégia revolucionária como a reflexão sobre os meios e os fins utilizados para a realização da transformação social.

Essas duas partes iniciais foram fundamentais para a abordagem proposta no terceiro tópico sobre a luta cultural e sua relação com a estratégia revolucionária. Foi evidenciado que a estratégia revolucionária assume várias formas e uma delas é a luta cultural. A luta cultural, portanto, mantém uma relação de unidade com a estratégia revolucionária e se manifesta de diversas formas, como através da teoria, da crítica às ideologias, da produção artística etc., assim como através das diversas formas de divulgação da perspectiva revolucionária (livros, artigos, cds, teatro, internet etc).

A luta cultural é uma forma de estratégia revolucionária indispensável no combate às ilusões sistematizadas pelos ideólogos, logo, possibilita o avanço da consciência revolucionária. A estratégia da luta cultural é essencial em período de refluxo da luta operária uma vez que cria a possibilidade da emergência de um processo revolucionário. Quando realizada fortalece o bloco revolucionário e auxilia a luta da classe proletária mantendo intacta a consciência revolucionária na esfera cultural; deixa evidente os fins a serem alcançados com a luta, qual seja, o de abolir o modo de produção capitalista e instituir a autogestão.

Considerando tudo o que foi dito, finalizamos esta análise da forma que iniciamos, com a epígrafe colocada no início deste texto, que expressa o que representa a estratégia revolucionária da luta cultural. Reescrita a partir do conteúdo aqui apresentado neste artigo, a mesma pode ser entendida da seguinte forma: a luta cultural como estratégia revolucionária desenvolve ideias que podem revolucionar a sociedade inteira, enquanto está sendo efetivada está formando no seio do capitalismo os elementos que podem a qualquer momento dissolver as ideias burguesas com a dissolução do modo de produção capitalista.

## **Referências**

ALTAMIRA, Jorge. *Teoria Marxista e Estratégia Política*. São Paulo: Xamã, 1997.

ALMEIDA, Jorge e CANCELLI, Vitoria (Orgs.). *Estratégia: a luta política além do horizonte visível*. São Paulo: Cromosete, 1998.

ANDERSON, Perry et al. *Crítica Marxista: a estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986.

BAEZA, Mario Fernandez et al. *Política y Estrategia*. Santiago-Chile: Academia Nacional de Estudios Políticos y Estrategias, 1991.

ENGELS, Friedrich. Carta de Engels a J. Bloch. In: MARX e ENGELS. *Correspondencia*. Buenos Aires: Cartago, 1957.

GORZ, André. *Estratégia Operária e Neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

JENSEN, Karl. *A Luta Operária e os Limites do “Autonomismo”*. Revista Ruptura, ano 08, nº 07, agosto de 2001.

- MARQUES, Edmilson. *Histórias em Quadrinhos: valores e luta cultural*. Curitiba: Appris, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Intelectualidade e Luta Cultural*. In: MARQUES, Edmilson e BRAGA, Lisandro. *Intelectualidade e Luta de Classes*. São Carlos-SP: Pedro e João, 2013.
- MARX e Engels. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX e Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1988.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Global, 1986.
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. *Sr. Vogt (II)*. Lisboa-Portugal: Iniciativas Editoriais, 1976.
- PANNEKOEK, Anton. *Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.
- PLOECKINGER, K.; WOLFRAM, G. *O Capital em quadrinhos*. São Paulo: Editora e Livraria Escrita, 1980.
- VIANA, Nildo. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Portugal: Chiado, 2018a.
- VIANA, Nildo. *Blocos Sociais e Estratégia de Classe*. Goiânia: Revista Enfrentamento, ano 13, n. 24, jul./dez, 2018.
- VIANA, Nildo. *Hegemonia e Luta Cultural*. Revista Sociologia em Rede, vol. 05, n. 5, 2015.
- VIANA, Nildo. *Introdução à Sociologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.
- VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês: episteme burguesa e episteme marxista*. Curitiba: CRV, 2018b.

## **CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA HOJE**

*Lucas Maia*<sup>1</sup>

Objetivamos com este texto apresentar, mesmo que de modo geral e esquemático, alguns elementos constituintes da estratégia revolucionária hoje. Não se trata de tarefa fácil, tendo em vista o conjunto de ideologias que apontam para o fim das utopias, das lutas de classes (condição primeira para se pensar a estratégia revolucionária). Da mesma forma, o avanço concreto do capital sobre o trabalho, por meio da reestruturação produtiva e do estado neoliberal, impingindo às classes trabalhadoras uma condição atroz, que já perdura por algumas décadas. Estes elementos tornam a discussão sobre a elaboração de uma possível estratégia revolucionária algo difícil, pois pode soar a muitos como impróprio, como fora da realidade. Pretendemos com este demonstrar a falsidade, mentira, equívoco e erro que caracteriza esta premissa.

Para tanto, discutimos inicialmente o que caracteriza o capitalismo contemporâneo, ou seja, o regime de acumulação integral, suas consequências sociais, tanto nos países de capitalismo central, quanto nos de capitalismo subordinado. Após caracterizar a etapa atual do capitalismo, passamos ao passo seguinte, discutir as lutas de classes e lugar dos blocos sociais nestas lutas. Os blocos dominante, reformista e revolucionário tem significado importante na compreensão das lutas sociais na contemporaneidade. Por isto, realizamos discussão apresentando cada um e o lugar que ocupam no conjunto das lutas sociais.

Para finalizar, apresentamos alguns elementos que constituem uma estratégia revolucionária para a contemporaneidade. Para demonstrar o enraizamento histórico de nossas afirmações, apresentamos tal estratégia como elemento racional, derivado da compreensão das lutas de classes emergidas nas últimas décadas, sobretudo após final dos anos de 1990, momento em que o regime de acumulação integral já começa a apresentar alguns sinais de desestabilização, que vem se confirmando e aprofundando

---

<sup>1</sup> Militante do Movimento Autogestionário (MOVAUT). Professor do IF/Aparecida de Goiânia.

nas décadas seguintes. A estratégia revolucionária hoje, portanto, emerge da avaliação destas lutas, mas sobretudo, da compreensão da tendência histórica de que o modo de produção capitalista não pode olvidar, ou seja, da possibilidade de revolução proletária. Este é nosso ponto de partida e nosso ponto de chegada. Qualquer estratégia que se pretenda revolucionária deve partir daí. Sem isto, perde necessariamente seu caráter revolucionário, Autogestionário.

### **Capitalismo contemporâneo: o regime de acumulação integral**

A partir da década de 1980, o mundo entrou em uma nova era, o capitalismo contemporâneo, muito bem denominado por Viana (2009) de *regime de acumulação integral*. Não se trata de um novo tipo de sociedade, de uma sociedade nova, como alguns quiseram qualificar este novo momento do capitalismo, chamando-o de “pós-moderno”. A pobreza desta qualificação é tão evidente, que nem se deram ao trabalho de inventar um termo novo, contentando-se unicamente com o prefixo “pós”. Contudo, esta nova era do capital carrega em si mecanismos velhos de reprodução, que não deixaram ainda o terreno da história: a exploração da burguesia sobre o proletariado através de extração de mais-valor, as consequências sociais da acumulação de capital (miséria, fome etc. por um lado e concentração de riquezas por outro), a luta de classes...

Usar estes termos hoje parece coisa de gente jurássica, vinda da poeira de livros de algum museu de ideias. Esse é bem o sentimento que ainda hoje assola aqueles que insistem em criticar a cortina ideológica que impede, como véu soturno, enxergarmos a realidade. Contudo, se deseja ver, é necessário devassar este véu, passar por cima das ideologias (“fim do trabalho”, “fim da história”, “sociedade pós-moderna”, “fim do proletariado”, “fim da luta de classes”, “gênero”, “interseccionalidade”, “livre mercado”, “empresa cidadã”, “empreendedorismo” etc. etc. etc.). Este novo mundo é um velho baú de novas e velhas ideologias!!!

Para ser mais preciso, este novo mundo, esta nova fase do modo de produção capitalista já nem é assim tão nova. Já se aproxima de ser um quadragenário. Quase meio século de história já dá a verdadeira dimensão de que seus últimos dias se aproximam, ainda fugidios, no horizonte. Não vou aqui descrever seu processo de implantação, sua

história, suas características de forma extensa e detalhada. Há uma literatura volumosa a respeito<sup>2</sup>. Interessa-me muito mais discutir os processos emergentes de lutas que se engendraram com o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e a estratégia revolucionária que daí se precipita.

O regime de acumulação integral é a etapa atual do modo de produção capitalista. A história deste modo de produção é a história da sucessão de regimes de acumulação<sup>3</sup>, que é definido como uma forma estabilizada das lutas de classes, caracterizado por uma determinada forma de organização do processo de trabalho (extração de mais-valor), que exige determinada forma de organização da instituição estatal (estado integracionista, neoliberal etc.), que por sua vez necessita determinados processos de relações internacionais, denunciando o caráter expansivo e totalizante do capital (neocolonialismo, imperialismo, neoimperialismo...).

Assim, em cada regime de acumulação, há a conformação de determinados processos de articulação e determinação mútua entre processo de valorização do capital, formas de estado e relações internacionais. O elemento dinâmico, que impele a transformações inevitáveis nestes regimes de acumulação é a própria dinâmica espontânea do capital, que tende a uma “queda da taxa de lucro médio”<sup>4</sup> à medida que

---

<sup>2</sup> Para compreender sua história, características e consequências sociais consulte, por exemplo: Harvey (1992; 2008), Viana (2009), Porto-Golçalves (2013), Santos (2015), Forrester (1997), Dupas (1999), Wacquant (2001), Braga (2013), Chussodovsky (1999)...

<sup>3</sup> Consulte Viana (2009). Os regimes de acumulação são: acumulação primitiva (até o século XVIII); regime de acumulação extensivo (da revolução industrial até final do século XIX); regime de acumulação intensivo (do final do século XIX até a segunda guerra mundial); regime de acumulação conjugado (da segunda guerra mundial até 1980); regime de acumulação integral (da década de 1980 até os dias atuais). Escusado dizer que a divisão por datas assim tão precisas não corresponde ao processo concreto. Estes períodos variam de país para país. Também, este esquema serve muito mais ao capitalismo dos países imperialistas que são pioneiros na renovação dos regimes de acumulação, estando os países do bloco subordinado atrasados em alguns anos em relação aos do bloco imperialista.

<sup>4</sup> A tendência à queda da taxa de lucro médio é uma contradição constituinte do modo de produção capitalista. À medida que se desenvolve o processo de acumulação de capital, a tendência é a classe capitalista investir cada vez mais capital em constante (maquinaria, instalações, matéria-prima etc.) do que em capital variável (gasto com salários, ou seja, força de trabalho). A esta relação, chama-se composição orgânica do capital. Assim, quanto maior a composição orgânica do capital, maior é o crescimento absoluto do capital, mas menor é seu investimento em trabalho vivo, ou seja, força de trabalho. Isto implica em menor produção relativa de mais-valor, em que pese seu crescimento absoluto. No longo prazo e considerando socialmente a produção, a tendência é este investimento relativamente menor em força de trabalho conduzir à queda da taxa de lucro médio, que

se desenvolve e a luta de classes que necessariamente implica. Assim, a transição de um regime de acumulação a outro, conformando a história da moderna sociedade capitalista, se configura, portanto, como a história da luta entre classe capitalista e classe operária, assumindo diferentes níveis de radicalidade e conflitos. Esta é a determinação fundamental. Obviamente que outras classes desprivilegiadas (camponeses, lumpemproletários etc.), bem como privilegiadas (burocracia, intelectualidade, latifundiários etc.) assumem importância dependendo do contexto histórico e geográfico onde se opera as tensões e conflitos. Da mesma feita, também grupos sociais e movimentos sociais passam a ter significado importante na dinâmica das lutas sociais, sobretudo após a segunda guerra mundial. Assim, compreender a dinâmica das lutas de classes e seu lugar nas mutações do capitalismo é processo complexo que remete à totalidade da sociedade capitalista, procedimento sem o qual qualquer análise implicará em reducionismos irreparáveis.

O capitalismo contemporâneo, ou seja, o regime de acumulação integral, caracteriza-se por um processo de valorização do capital baseado nas técnicas toyotistas de exploração do trabalho (sabendo que concretamente o mais comum são as empresas mesclarem técnicas – taylorismo, fordismo, toyotismo, fayolismo, volvismo, escola de relações humanas etc.), pela organização neoliberal do estado e por relações internacionais fundadas num oligopolismo transnacional e neoimperialismo. Toda uma literatura (como a citada em nota de rodapé anteriormente) descreve estes elementos. Não convém repeti-los. Vou somente indicar alguns pontos para sustentar nosso argumento.

A crise do regime de acumulação conjugado obrigou a classe capitalista em escala internacional a rearticular o modo de produção a permitir a retomada do aumento das taxas de crescimento (ou melhor, de acumulação de capital). Assim, as técnicas tayloristas-fordistas de organização do processo de trabalho foram sendo substituídas, ao longo da década de 1980 (nos países imperialistas) e a partir dos de 1990 (nos países subordinados) por estratégias toyotistas. Termos como *just in time*, *just in case*, *kamban*,

---

tendencialmente gera crises. Esta discussão foi inicialmente realizada por Marx, no livro 3 de O Capital. Cf. Marx (1983).

trabalho em equipe, circuito de controle de qualidade – CCQ, “trabalho flexível” etc. começam a ser empregados para designar estes novos processos de organização do trabalho. O que os analistas vem apontando é que tais técnicas significam, na verdade, um aumento da exploração da força de trabalho operária, o que implica em aumento da extração de mais-valor, estratégia necessária para dar um *plus* à acumulação de capital, que havia sido fortemente abalada pela crise de final dos anos 1960 e que se estendeu por quase toda década de 1970 (HARVEY, 1992). As várias técnicas toyotistas de exploração da força de trabalho implicam, entre outras coisas, em redução do efetivo operário. A introdução das tecnologias de automação, associadas a estas técnicas agrava o quadro. O que ficou mundialmente conhecido como “reestruturação produtiva” nada mais é que a substituição das técnicas fordistas pelas toyotistas (ou o que é mais comum, o seu amálgama). Isto, associado a outros processos, provocou no continente europeu e Estados Unidos um desemprego crônico, que até hoje vem se ampliando<sup>5</sup>. Também provoca naqueles que tiveram a “grande sorte” de ficar empregados, o aumento do controle (SANTOS, 2015), pressão, excesso de trabalho etc. doenças (como LER – lesão por esforço repetitivo, também psíquicas – depressão, *burnout* – um termo inventado para qualificar extremo sofrimento com as relações estabelecidas nos locais de trabalho etc.). Assim, a chamada reestruturação produtiva significou um aumento da exploração sobre os que ficaram empregados, um aumento do desemprego em escala mundial (o fim do sonhado pleno emprego europeu). Um aspecto a ser destacado com relação a isto foi o deslocamento de empresas em escala global. Na busca por maiores lucros, ou seja, em ampliar a exploração e devido aos mecanismos técnicos e tecnológicos suscitados pela chamada “terceira revolução industrial”, a mobilidade do capital ficou muito mais facilitada. Isto provocou em várias regiões industriais dos países imperialistas uma fuga enorme de capitais produtivos para outras áreas do globo. Pode-se citar, como fácil exemplo, o surgimento das maquiladoras no México, derivadas de empresas estadunidenses que se deslocaram para o país vizinho, deixando imensas áreas nos EUA se tornarem verdadeiros cemitérios industriais. Isto ocorreu em todo o chamado norte desenvolvido. Algumas áreas se desindustrializaram radicalmente, enquanto outras se

---

<sup>5</sup> Sobre isto, confira, por exemplo, o trabalho de Forrester (1997), Braga (2013), Dupas (2001) etc.

industrializaram, mas com um trabalho extremamente precário, salários baixos etc., permitindo ao capital um fôlego de algumas décadas, que parecem estar agora apresentando certo sinal de esgotamento.

Associado a esta reestruturação produtiva e como seu complemento necessário, para que o capital conseguisse se reerguer com eficácia, eram necessários processos associados. O estado integracionista (ideologicamente denominado estado de bem-estar-social) predominou na Europa e de forma bem mais precária nos Estados Unidos desde final da segunda guerra mundial. Baseado em algumas teses keynesianas, sobretudo no postulado de que o Estado deve realizar políticas macroeconômicas a fim de evitar crises, o Estado integracionista era baseado no que comumente se chama de compromisso fordista. Tal compromisso é baseado no tripé: empresa-estado-sindicatos (HARVEY, 1992). Esta parceria institucional garantiu durante algumas décadas grande desenvolvimento econômico e social em alguns países (Europa ocidental, EUA, Canadá etc.). Contudo, já em finais da década de 1960, este modelo começa a apresentar dificuldades de reprodução e a sensível “repartição de renda” percebida nos países imperialistas começa a ameaçar os estratosféricos lucros do grande capital. A forma estatal que garantia isto começa a ser alvo de reformas. Era necessário dismantelar este estado, dar mais “liberdade” às empresas para agirem de acordo com o “livre jogo das forças do mercado” para resolver o problema de queda nas taxas de lucro. Esta é a origem do estado neoliberal<sup>6</sup>.

Este estado reformado serve adequadamente aos interesses urgentes da classe capitalista: “flexibiliza” (ou seja, precariza) as relações de trabalho, retira recursos das chamadas áreas sociais (previdência, saúde, educação, segurança, saneamento etc.), que custavam bastante ao estado de bem estar social, e os transfere para o capital

---

<sup>6</sup> Como ressalta Viana (2009), não se deve confundir o estado neoliberal com a ideologia neoliberal. Esta surge já a partir dos anos de 1930 com o trabalho de Hayeck, mas é partir dos anos de 1940 e 1950 com Von Mises, Friedman etc., que ganha maior consistência. Contudo, eram ideias fora de época, pois a hegemonia ideológica era a keynesiana (bem como outras ideologias estatistas: bolchevismo, social-democracia, nazismo, fascismo etc.). Com a crise das condições sociais que davam vigência à ideologia keynesiana (o referido pacto fordista) e a necessidade de adequação do capital, reestruturação produtiva etc. era necessário reformar também a instituição estatal. A partir daí, as ideias dos neoliberais, consideradas excêntricas por décadas, passam a ser recuperadas, adaptadas etc. Ou seja, o estado neoliberal não é uma aplicação da ideologia neoliberal. Esta é que é recuperada, pois passa a ser adequada ao novo momento e aos interesses da classe capitalista.

(sobretudo financeiro, mas não somente, pois as frações produtivas do capital também são priorizadas), realiza políticas macroeconômicas a fim de estabilização financeira, cria regulamentações a fim de favorecer um certo “livre-cambismo” (para lembrar aqui uma expressão do século XIX para caracterizar a ideologia liberal) etc. Tais medidas eram inconcebíveis no anterior estado keynesiano, por isto ele teve de ser desmantelado. Em seu lugar, foi estabelecido uma nova forma de instituição estatal, comprometida com o “livre desenvolvimento das forças do mercado”, com a “liberdade do indivíduo”, com a “meritocracia”, um verdadeiro “estado mínimo”...

A implantação desta forma estatal nos países imperialistas foi traumática e os ideólogos e políticos (democratas, trabalhistas, social-democratas) são todos saudosos do antigo estado. Desemprego, desestabilização social, precarização do trabalho, insegurança quanto à assistência social, acesso à saúde, medo do futuro (pois incerto) são problemas que assolam as classes desprivilegiadas nos centros mais brilhantes e ricos do capitalismo, o que levou os ideólogos de lá a começarem a refletir sobre o problema, originando a ideologia da “exclusão social”. Um termo muito impróprio, pois não há ser humano excluído da sociedade. O que ocorreu na verdade foi um aumento considerável do “lumpemproletariado”<sup>7</sup>, aquilo que Marx (1988) chamou acertadamente de “super-população relativa”. Ou seja, aquela população à margem da divisão social do trabalho, que não consegue uma colocação adequada no que se chama mercado de trabalho. Que vive à sombra do consumo, do trabalho, da esperança de longo prazo, que planeja sua vida de refeição em refeição: “hoje almocei. Meu jantar é que é incerto...”. Assim vive o lumpemproletariado.

Esta classe foi aumentada exponencialmente no continente europeu e nos Estados Unidos com o intenso processo migratório que acomete estas regiões do globo. Se antes, ainda no regime de acumulação anterior, havia a possibilidade de assimilação sem grandes transtornos desta população “sobrante” (um conceito bem cínico), hoje, ela sobra em todos os aspectos e faz ressurgir na Europa os cortiços, os moradores de

---

<sup>7</sup> Confira sobre o processo de lumpemproletarização: (VIANA, 2009); (BRAGA, 2013).

rua em quantidade epidêmica. Faz ressurgir das cinzas da miséria as favelas<sup>8</sup> em Los Angeles, Nova York etc., essas novas Fênix do cinismo neoliberal.

Em uma palavra, o arco-íris do capitalismo superdesenvolvido não passa nos dias de hoje de uma grande miragem. Os potes de ouro estão lá, como afirma o dito popular. Contudo, só quem consegue chegar ao mítico “pé do arco-íris” e pegar os potes de ouro é uma imensa minoria de pessoas, oficialmente chamadas de “grandes empresas”, “trustes”, “cartéis” (todos personificados em seus acionistas, executivos, CEO’s)<sup>9</sup>.

Se o problema da miséria, da fome, da incerteza no futuro (tudo isto, obviamente, para as classes desprivilegiadas) se tornaram algo grave no centro do capitalismo mundial, para os países de capitalismo subordinado, essas imensas massas populacionais amontoadas na América Latina, na Ásia e na África, significou um aprofundamento de problemas nunca solucionados. Por estas paragens nunca houve um estado de “bem-estar-social”. Muito pelo contrário. Um dos sustentáculos do “bem-estar” da Europa, dos Estado Unidos, do Canadá, do Japão etc. foi a violenta exploração da classe trabalhadora e do meio ambiente nestas áreas. A história das multinacionais (hoje melhor denominadas transnacionais) denuncia esta realidade. Foi somente com a grande transferência de riquezas destes países durante os “30 gloriosos”, ou seja, dos anos 1940 a 1970, que foi possível o bem-estar naquelas áreas. Ao passo que os países que se industrializavam com o capital multinacional (México, África do Sul, Brasil, Argentina, Chile etc.) viviam em sucessivas ditaduras, “arroxos salariais”, crescimento de favelas em todos eles, pobreza, ameaça de desemprego constante, falta de assistência social etc. etc. etc. Se na Europa os autores falavam em “pleno emprego”, *well fare state*, na América Latina, falava-se em “marginalidade” (KOWARICK, 1975). Esta marginalidade nada mais é do que aquilo que os ideólogos de hoje na Europa e EUA estão chamando de “exclusão social”. Portanto, o que a reconversão capitalista provocou na Europa

---

<sup>8</sup> Para uma discussão sobre o problema global das favelas, uma excelente obra é Planeta Favela, de Mike Davis (2006).

<sup>9</sup> Para uma análise deste processo de aumento da desigualdade, sobretudo nos países de capitalismo central, um estudo que fez bastante barulho nos últimos anos é o de Thomas Piketty (2014). Apesar de todo o ruído em torno da obra, suas conclusões políticas são bastante ilusórias e idealistas (como veremos mais à frente). Contudo, a descrição do aumento da desigualdade com o capitalismo neoliberal é de se ter em conta.

após a década de 1980 é um problema crônico com o qual os países de capitalismo subordinado sempre conviveram. E convivem.

Contudo, a reestruturação produtiva, as reformas neoliberais e a intensificação da exploração internacional (via aprofundamento do oligopolismo transnacional) provocou um aumento destes velhos problemas, pois desestabilizou áreas que já eram instáveis do ponto de vista social. O que ficou conhecido como “ajuste estrutural”, ou seja, um pacote de reformas que os estados dos países de capitalismo subordinados eram (e são) obrigados a fazer para que Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e outras instituições multilaterais realizassem empréstimos, renegociações da dívida pública passa a ser rotina a partir da década de 1980. Ou seja, o estado neoliberal foi imposto aos países de capitalismo subordinado como parte da estratégia de exploração internacional característica do neoimperialismo e oligopolismo transnacional.

Neste ajuste estrutural, está embutido: privatizações, legislação aduaneira e outras que “flexibilizem” as fronteiras, “liberalização dos mercados”, exigência de *superávit* primário, ou seja, um compromisso que o estado vai pagar os empréstimos (isto quer dizer: corte na saúde, educação, infraestrutura, saneamento etc. etc. etc.). Toda esta situação nos países de capitalismo subordinado provocou situações de crise social de difícil solução.

É dentro deste quadro que estamos todos hoje. O eldorado no capitalismo central enferrujou. Não brilha mais. A ferrugem, parte constituinte da vida social no capitalismo subordinado se alastrou para todo canto, generalizando a catástrofe social. Pode parecer exagerada nossa afirmação. Queríamos que fosse. As estatísticas sociais da América Latina, África, Ásia, Oriente Médio nos impedem de mentir<sup>10</sup>...

Contudo, tal catástrofe é somente para um segmento da população, a imensa maioria. Para um pequeno grupo de pessoas, tais liberalizações dos mercados, estado mínimo, ajuste estrutural etc. foi efetivamente um grande negócio. Este é o alarme que os moderados, socialdemocratas, saudosos do antigo estado de bem-estar social

---

<sup>10</sup> Um panorama disto pode ser evidenciado em Harvey (2008), sobretudo o capítulo 4. Contudo, a obra de Chussodovsky (1999) é uma das que oferece um panorama muito bem documentado das implicações sociais do “ajuste estrutural” imposto pelo FMI, Banco Mundial, OMC etc. aos países de capitalismo subordinado.

sempre tocam para dizer os rumos que tomam a humanidade estão equivocados. Como atestam os estudos de Piketty (2014) e outros, a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres estão atingindo patamares semelhantes ao final do século XIX e início do século XX. O desastre social é pago, portanto, pela imensa maioria da população mundial, enquanto uma pequena parcela, minúscula, vive dias de nababo.

Este é o ponto a partir do qual quero considerar as estratégias de luta e qual o deve ser a estratégia revolucionária. Este mundo inseguro, cujo desemprego ameaça os que estão empregados, cujo desemprego esmaga aqueles que estão há muito tempo sem conseguir uma colocação no mercado de trabalho (e sabem que vão ficar muito mais tempo). Este mundo, cujas vagas de emprego, por parcas que sejam, acolhem aqueles que serão espremidos por 8, 10, 12 horas diárias em condições e ritmo de trabalho que remontam ao século XIX. Este mundo sem escapatória, pois nem a fuga para os países imperialistas (ricos) é mais garantia de emprego e estabilidade como pode ter sido há algumas décadas. Este mundo violento, no qual o assassinato é parte do cotidiano das famílias periféricas<sup>11</sup>. Este mundo que impede o indivíduo de fazer projetos, pois é necessário almoçar hoje. Este mundo sem utopia, mercantilizado, burocratizado, sufocante... é que temos que levar em conta numa análise dos processos de luta que ele necessariamente gera. E como parte destas lutas, qual a estratégia de classe e do bloco revolucionário visando fazer valer os interesses de classe do proletariado?

### **Blocos sociais e luta classes hoje**

Antes de passar propriamente à análise das lutas concretas já emergidas no atual regime de acumulação, consideremos dois autores que nos dão uma certa medida do desespero (FORRESTER, 1997) e do saudosismo com o desaparecido estado integracionista (PIKETTY, 2014).

Em 1996, Viviane Forrester escreveu um ensaio desolador. O momento da escrita é o auge do que ficou conhecido como “pensamento único”. O muro de Berlim havia

---

<sup>11</sup> Conferir o comovente estudo de Mir (2004), no qual relata as vítimas, sobretudo dos conflitos violentos com as forças policiais no Brasil. O jovem, homem, negro, da periferia luta as salas de “trauma” dos hospitais, vitimados por armas de fogo, quase sempre empunhadas pelas forças do estado.

caído há 7 anos, os principais países imperialistas já haviam implantado em seus territórios o estado neoliberal, os países de capitalismo subordinado estavam na década de 1990 sendo todos submetidos aos ajustes impostos pelos organismos multilaterais (FMI, BM, OMC etc.). Era a hegemonia absoluta da ideologia liberal, que tinha se lastreado nas reformas feitas na maior parte dos estados. Era o tempo do “fim da história”, “fim do proletariado”, “fim do socialismo”. Só o que restava ao mundo era aprimorar as recém criadas democracias neoliberais. É neste contexto que emerge o livro de Forrester (1997). O título é por demais ilustrativo: *O Horror Econômico*. Após pintar um cenário devastado, terra arrasada, flertando inclusive com uma possibilidade de eliminação física desta população “sobrante”<sup>12</sup>, muito bem definida por Braga (2013), Viana (2009) como lumpemproletariado, defende a autora:

Seria insensato esperar, enfim, não um pouco de amor, tão vago, tão fácil de declarar, tão satisfeito de si, e que se autoriza a fazer uso de todos os castigos, mas a audácia de um sentimento áspero, ingrato, de um rigor intratável e que se recusa a qualquer exceção: o respeito? (FORRESTER, 1997, p. 145).

Sim Viviane, é muito insensato esperar sentimentos tão nobres, como amor e respeito, vindos de *Wall Street*, da Bolsa de Londres, do conselho de administração da General Motors, Shell, Vale etc. É compreensível o desespero da autora, tendo em vista o momento em que escreveu. Contudo, é inadmissível que fiquemos neste altar de contemplação mórbida da desgraça. Os autores da catástrofe não serão eles mesmos, em nome do amor e do respeito, os responsáveis por concertar toda esta situação.

O livro de Piketty (2014), recentemente lançado, apresenta outro ponto de vista, não menos ilusório, embora carregado de realismo e pragmatismo. Diferentemente do texto de Forrester, o de Piketty abandona o tom ensaístico, que dá magia ao primeiro livro, e assume um formato de texto acadêmico, carregado de estatísticas, fontes

---

<sup>12</sup> Infelizmente o cenário pintado por ela se realiza de alguma maneira. Veja o caos migratório, que assassina milhares de pessoas todos os anos no Mar Mediterrâneo. Também, veja-se os campos de concentração na fronteira entre EUA e México para ilustrar este extermínio de pessoas que não servem mais para ser empregadas no mercado de trabalho. Forrester, entretanto, dizia que o perigo deste tipo de extermínio aconteceria se a democracia fosse substituída por uma nova era de fascismo e ditaduras. Contudo, o horror econômico está acontecendo dentro das democracias mais consolidadas do mundo. O apocalipse se realizou, não com trabalhadores nacionais, mas imigrantes; não numa ditadura, mas no estado democrático de direito.

oficiais, metodologia de análise de “dados” etc. Certamente a leitura não é tão atraente, mas os resultados do livro são interessantes.

A tese central é: a corrosão do estado integracionista iniciada após a década de 1970, associada a uma crise do capital a partir desta década, levou a um aumento da desigualdade no mundo inteiro, tanto entre pobres e ricos nos países de capitalismo central (objeto de análise de todo o livro), quanto entre países ricos e países pobres (tema somente tangenciado na obra). Todo o livro é para demonstrar com base em ampla documentação estatística esta tese, o que de fato ele comprova.

A última parte do livro é inteiramente dedicada a apresentar remédios para os problemas sociais típicos desta nova fase do capital: desemprego, corrosão dos direitos sociais (saúde, educação, previdência, seguridade social etc.), que segundo o autor devem ser administrados pelo estado. Não este que está aí, o estado neoliberal (causa da desgraça), mas um “estado fiscal”, social. A expressão estado fiscal é bem reveladora. Um estado social em pleno século XXI não pode ter as mesmas características do velho estado de “bem-estar-social”, de corte keynesiano (embora o autor demonstre ao longo do livro um saudosismo tremendo para esta forma estatal). O capital no século XXI não consentiria tamanho desatino.

Contudo, ele apresenta alguns elementos. Foi durante o século XX, sobretudo após a segunda guerra mundial, mas um processo que já se inicia às portas da primeira guerra, que há um aumento na arrecadação dos estados, recorrendo sobretudo à taxaço sobre a renda (lucros, salários, juros etc.) e taxaço sobre heranças. Estes mecanismos já existiam antes, mas eram muito baixos. É após a segunda guerra, que estes mecanismos fiscais se intensificam, chegando em alguns casos a mais de 90% sobre as grandes rendas. Tais processos, entre outros, permitiram aos estados arrecadação necessária para garantir uma certa distribuição de renda, via *well fare state*<sup>13</sup>. O que ele demonstra com ampla documentação é que durante os anos de 1970, 1980, 1990, 2000 este método de taxaço deixa de ser intenso como foi nos “30 gloriosos” (da década de

---

<sup>13</sup> O silêncio dele sobre o processo de exploração internacional é ensurdecedor. Com raras exceções quando fala da descolonização etc., este mecanismo de engordar os estados europeus e americano está fora do escopo de análise da obra, denunciando aí uma certa pobreza metodológica, que exclui a totalidade como recurso heurístico fundamental.

1940 a 1970). As reformas neoliberais são a consequência (ou causa) necessária. O estado fiscal social deixa de cumprir seu papel fundamental de distribuir renda garantindo melhores condições de vida à população trabalhadora, restando a esta parcela da população o “horror econômico”, para lembrar aqui a expressão de Forrester.

Como remédio, ele defende então: aumentar novamente as taxas sobre a renda (sobretudo as grandes rendas), as heranças (sobretudo as grandes heranças) e lança como proposta seu “imposto sobre o capital”. É bom que se diga que se trata de “imposto progressivo”, ou seja, que aumenta à medida que aumenta o tamanho do patrimônio. Afirma:

Como já vimos, a instituição ideal que seria capaz de evitar uma espiral infundável de aumento da desigualdade e também retomar o controle da dinâmica em curso seria um imposto progressivo global sobre o capital. Um instrumento como esse teria ainda o mérito de gerar a transparência democrática e financeira dos patrimônios, o que é uma condição necessária para a regulação eficaz do sistema bancário e dos fluxos financeiros internacionais. O imposto sobre o capital faria prevalecer o interesse geral em detrimento do interesse privado, preservando, a um só tempo, a abertura econômica e as forças da concorrência (PIKETTY, 2014, p. 459) (grifos meus).

Fiz questão de grifar estes trechos para chamar a atenção: a) evitar o aumento da desigualdade, não o seu fim; b) imposto progressivo significa que ele é maior quanto maior for o capital (o capital é, portanto, meramente patrimônio e não relação social de exploração); c) transparência democrática, regulação dos fluxos de capital. Isto a um liberal soa como violento. A um social-democrata, democrata, trabalhista, keynesiano etc. como necessário. A um revolucionário soa como canto de sereia, isca para peixe; d) prevalecer interesse geral em detrimento do privado. Como, se por definição, e o próprio Piketty defende a necessidade da propriedade privada, do mercado livre, embora regulado etc.? Em qual momento da sociedade moderna, com vigência dos interesses da classe dominante, houve a prevalência dos interesses coletivos, gerais em detrimento dos interesses privados (corporativos)? Até que se responda isto, a defesa dele é um grande *non sense*.

Assim, o grande objetivo deste imposto sobre o capital seria amenizar os problemas sociais gerados pelos excessos do capital a partir da crise do *well fare state*. O capital como relação social de exploração da classe capitalista sobre a classe operária está totalmente afastada da análise. O capital, como patrimônio, é algo dado, se Marx

analisasse tal livro, diria que Piketty é um fetichista, o que de fato é. Este algo dado é patrimônio. A questão é que como este patrimônio é gerado, ou seja, a partir da relação de classe e dos processos de exploração internacional, processos estes que estão fora do campo analítico do autor. Como se vê, o alarde que a esquerda brasileira fez em torno desta obra é completamente despropositado. As reservas de Piketty às grandes fortunas não o aproximam nem mesmo de um social-democrata. Todas as reformas que ele propõe se dão dentro dos quadros do atual regime de acumulação, visando unicamente reduzir os graves problemas sociais gerados pela reestruturação produtiva, pelas reformas neoliberais. Sua ideia de regular o capital é o centro de sua argumentação. Esta regulação deveria pensar um pouco mais nos desvalidos (aqui ele se aproxima bem de Viviane Forrester) através de reformas que permitam reconstruir um “estado fiscal”, arrecadando mais recursos junto às grandes fortunas e distribuindo-os via serviços sociais.

Como não existe luta de classes para ele, resta somente ser um iludido mesmo. O imposto sobre o capital permitiria maior democracia, pois criaria transparência sobre as informações fiscais das empresas e dos estados. Mas estas informações e transparência sem participação efetiva dos trabalhadores seria algo inútil. Conclui assim seu sistema de ilusões de “democracia econômica”:

Podemos afirmar que os assalariados e seus representantes não estão suficientemente a par das realidades econômicas da empresa. Sem uma verdadeira transparência contábil e financeira, *sem informação partilhada, não pode haver democracia econômica*. Por outro lado, *sem direitos concretos de intervenção nas decisões das empresas* (como os direitos de voto para os funcionários nos conselhos administrativos), a transparência não tem grande utilidade. A informação deve nutrir as instituições fiscais e democráticas; ela não é um fim em si. *Para que a democracia venha um dia a retomar o controle do capitalismo*, é necessário, em primeiro lugar, partir do princípio de que as formas genuínas de democracia e do capital estão e sempre estarão para ser reinventadas (PIKETTY, 2014, P. 554).

Um dos princípios elementares de toda organização burocrática, como são as empresas capitalistas, é o “sigilo burocrático”. A não ser que a empresa deixe de ser burocrática, ou seja, que a relação entre capitalista e operário, entre burocracia empresarial e classe trabalhadora deixe de existir (ou seja, a autogestão social, o comunismo), o sigilo burocrático não deixará de ser regra, pois é instrumento de dominação, de poder, controle. Suponhamos então que, num mundo bacana, legal (de amor e respeito, como deseja Forrester), houver maior transparência na informação

dentro das empresas e das empresas para com o estado, mas se isto não for acompanhado de um maior “direito concreto de intervenção nas decisões das empresas”, a transparência democrática será inútil. Para tanto, enfie lá uns dois ou três trabalhadores dentro do conselho de administração da empresa, para discutir com os executivos, os CEO’s, os interesses dos acionistas. É claro que os trabalhadores em tal conselho irão mudar, com seu voto, decisões que afetem diretamente o lucro dos acionistas, representados pelos seus executivos. Tamanho nonsense não viria nunca da boca de uma trabalhadora que serve cafezinho nas reuniões destes conselhos. Esta trabalhadora é, neste particular, muito mais sensata que o renomado economista Piketty.

Mas deixemos estas fantasias pra lá<sup>14</sup>. Há outras ainda a serem discutidas. Onde, então, poderão agir os trabalhadores e também, por que não, os desempregados, subempregados que são em número cada vez maior? A via liberal e burguesa, como vimos linhas atrás, não apresenta nada de real, concreto às classes desprivilegiadas (proletários, lumpemproletários, camponeses, serviçariado etc.).

A tese de Piketty nada mais é do que uma possibilidade estratégica do bloco dominante<sup>15</sup>, servindo, portanto, aos interesses da classe capitalista. A via neoliberal,

---

<sup>14</sup> Embora estes autores não tenham relação direta com a estratégia revolucionária, considere necessário fazer uma reflexão maior sobre o texto de Piketty, tendo em vista o barulho que ele gerou aqui no Brasil, convencendo muitos da justeza de suas afirmações. Grande parte do bloco progressista (partidos de esquerda, intelectuais progressistas, forças políticas, movimentos sociais populares etc.) se convenceu muito fácil das palavras deste autor. Como o bloco progressista interfere diretamente nas ações e lutas das classes desprivilegiadas, foi necessário desmontar tal discurso. Não analisamos o todo da obra, nem entramos em detalhes, pois foge ao escopo deste texto. Só destacamos os elementos que dialogam diretamente com a questão da estratégia e da luta de classes (termos que, obviamente, são inexistentes para o autor).

<sup>15</sup> Bloco social é definido da seguinte forma: “Assim, os blocos sociais estão indissolúvelmente ligados às classes sociais, mas eles não são a mesma coisa. A diferença entre os conceitos de classe social e bloco social reside no fato de que o primeiro expressa a classe em sua totalidade e ação espontânea e o segundo expressa seus setores mais organizados e conscientes, bem como a classe é uma unidade e o bloco é a reunião de mais de uma classe (e contando com suas subdivisões), realizando uma coalizção de forças. É por isso que o termo é “bloco”, pois é a reunião de um conjunto de forças que expressam de forma organizada e consciente determinadas classes sociais (VIANA, 2015a, p. 15). O autor identifica a existência de três blocos sociais: o bloco dominante, ligado aos interesses da classe capitalista, dominante; o bloco progressista, expressão dos interesses das classes auxiliares: burocracia e intelectualidade; o bloco revolucionário, expressão dos interesses de classe do proletariado. Claro que a relação entre blocos sociais e classes sociais é bem complexa e envolve entrelaçamento, indivíduos de uma dada classe que apoiam ações de outras classes dentro dos blocos

hegemônica hoje, é outra possibilidade também do bloco dominante. Portanto, passa longe de uma possibilidade real para as classes desprivilegiadas.

O bloco progressista tem algo a oferecer? O que se afirma hoje em dia em termos de luta de classes, organização, ação política, objetivos da luta etc.? O que o bloco progressista tem dito e feito? É importante trazer esta discussão, pois a tendência que tal bloco tem em amenizar os conflitos, contorná-los, levando-os para o campo da burguesia, aniquilando assim as experiências de lutas mais radicalizadas das classes trabalhadoras é uma ameaça real.

O bloco progressista (reformista), como sustenta Viana (2015) corresponde aos partidos de esquerda, intelectuais, forças políticas, organizações, tendências dentro dos movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais etc. Sua base social é a burocracia, intelectualidade, setores da juventude etc.. Seu discurso e práticas reformistas não podem ser negligenciados dentro de uma análise das lutas sociais na contemporaneidade. Seus efeitos ainda se fazem sentir, este bloco social interfere sobremaneira nos rumos das lutas sociais, por isto, analisá-lo criticamente é função primeira dos indivíduos, grupos e organizações (o bloco revolucionário) realmente interessados na superação da sociedade capitalista e afirmação a autogestão social.

A base social deste bloco é a burocracia e a intelectualidade, sendo a burocracia (partidária, sindical, de movimentos sociais, organizações etc.) a de maior relevo. Assim, a defesa destas organizações e da estratégia de conquista do poder estatal como forma de mudança das condições sociais das classes desprivilegiadas é um dos elementos mais problemáticos. Assim, não é incomum, entre intelectuais deste bloco, a defesa de retorno ao *well fare state*. Não foi à toa, portanto, que a tese de Piketty fez tanto barulho dentro da esquerda mundial e especialmente no Brasil. A ala mais moderada do bloco progressista, de caráter social-democrata, trabalhistas etc. abraçou rapidamente a tese do autor de *O Capital no Século XXI*. Outra ala do bloco progressista, a extremista, influenciada pelo bolchevismo (trotskismo, maoísmo...), embora mantenha em seu discurso a defesa do “socialismo”, “comunismo” (geralmente colocado como um

---

etc. Contudo, a determinação fundamental da existência de cada um é esta determinação de classe. Elemento a partir do qual os demais derivam.

objetivo distante a ser conquistado daqui a séculos), mantém em comum com a ala moderada sua defesa de conquista do poder estatal.

Estas ideologias (social-democracia e bolchevismo), as mais expressivas deste bloco, juntamente com suas organizações (partidos, sindicatos, movimentos sociais, ONG's) aglutinam em torno de si os interesses das classes desprivilegiadas, aparecendo como sendo soluções aos problemas destas classes. Efetivamente, os interesses que defendem não são os das classes desprivilegiadas, mas sim o da burocracia que é a classe forte e expressiva deste bloco social, pois responsável pela direção destas organizações. E os interesses de classe da burocracia não coincidem com os do proletariado e demais classes desprivilegiadas. Daí deriva que, do ponto de vista revolucionário, ou seja, proletário, as ideologias, organizações, indivíduos, discursos que partem deste bloco devem ser colocados sob escrutínio rigoroso.

Devido seu objetivo principal, conquista do poder estatal, ou pelo menos colocar representantes eleitos na esfera estatal, as ações deste bloco desviam a necessidade de luta e organização (de forma autônoma) da classe operária e demais classes para disputas de partidos, contendas eleitorais, escolha de políticos profissionais, se não os melhores, pelo menos os menos ruins etc. A via parlamentar, eleitoral é um grande entrave ao desenvolvimento da luta proletária, pois acaba levando os indivíduos, tendências dentro desta classe a desviar suas energias, ações para objetivos que não são os da classe operária, mas sim da burguesia e de suas classes auxiliares (burocracia e intelectualidade).

O estado é a principal instituição para a classe dominante fazer valer seus interesses de classe, implementando sua estratégia de classe. A entrada de parlamentares do bloco progressista nesta instituição não desvia seu rumo, pois o estado é um instrumento de dominação que defende os interesses de classe da burguesia e também da burocracia (governamental e estatutária). Deste modo, a ascensão a tais cargos muda muito mais o indivíduo ou partido que ascendeu ao poder do que propriamente os objetivos da instituição estatal. E no capitalismo contemporâneo, com a hegemonia neoliberal que caracteriza o estado, a ascensão aos cargos permite no máximo o estabelecimento de uma oposição moderada dentro do parlamento. Como se sabe, o sonho da oposição é ser situação. Sua crítica tem em mente

tal propósito. Por isto, assumir o leme do estado terá como única consequência fazer valer a hegemonia neoliberal que hoje organiza a instituição estatal na maioria esmagadora dos países. Esta não é, portanto, a estratégia real da classe operária e das demais classes desprivilegiadas.

Mas outra instituição que também atrapalha o desenvolvimento da luta proletária é o sindicato e suas centrais sindicais. Tais instituições, do mesmo modo que os partidos, colocam à frente do desenvolvimento da organização, da consciência, da autoeducação do proletariado, os interesses da própria instituição sindical, que implica na reprodução de seus dirigentes, os burocratas sindicais. Estas instituições, quanto maior, mais poderosas, mais tendem a ser conservadoras. Isto se deve ao fato de os burocratas sindicais não desejarem perder o poder, dinheiro, influência que adquiriram com a posse dos cargos. Os sindicatos, por definição, tem a função de negociar o valor da força de trabalho no mercado (seja diretamente com o patrão, seja com o estado). Esta sua função o coloca hoje como uma instituição dentro do jogo das instituições burguesas. Os sindicatos, embora falem em nome dos trabalhadores, defendem muito mais os interesses do próprio sindicato e, por conseguinte, dos burocratas sindicais, que não querem em hipótese alguma deixar os cargos. Em alguns casos, há direções sindicais que se perpetuam por décadas no poder, demonstrando os reais interesses que tais instituições mobilizam hoje. Se no século XIX e início do século XX, os sindicatos ainda tinham alguma possibilidade de radicalização, de mobilização real da classe trabalhadora, à medida que foram se tornando instituições reconhecidas, reguladas, financiadas legalmente com fundo dos trabalhadores e às vezes estatais etc., tal radicalidade desaparece<sup>16</sup>. No capitalismo contemporâneo, os sindicatos são instituições a serem combatidas, não melhoradas ou recuperadas.

O rompimento do chamado “pacto fordista”, fundado na tríade institucional: estado-sindicatos-empresas teve uma implicação importante para os sindicatos. Eles

---

<sup>16</sup> Em Maia (2016), demonstramos como a partir do regime de acumulação conjugado, os sindicatos perderam completamente a possibilidade de ser uma instituição vinculada aos interesses de classe do proletariado. No atual regime de acumulação, no capitalismo contemporâneo, os sindicatos se tornaram instituições contrarrevolucionárias, conservadoras, organizações que devem ser combatidas e superadas. Daí o total despropósito de algumas tendências anarquistas em recuperar hoje o “anarcossindicalismo” e o “sindicalismo revolucionário”.

faziam parte do jogo institucional, eram parte da estratégia de integração da classe operária onde predominou o *well fare state*. O estabelecimento do estado neoliberal, a reestruturação produtiva e a necessidade de aprofundamento do processo de exploração internacional (os ajustes estruturais que foram impostos aos países capitalistas subordinados) reorganizou o capitalismo em escala mundial após a década de 1980. As novas formas de organização do trabalho, o aumento do desemprego, da informalidade, dos chamados trabalhos precários etc. deslocaram ainda mais o significado dos sindicatos. As formas de luta que foram emergindo, sobretudo após a década de 1990, prescindiam em grande medida destas instituições, pois não se viam representados por elas. Voltaremos a isto mais à frente.

Assim, o bloco progressista, com suas estratégias, objetivos implementados por suas organizações (partidos e sindicatos), com suas ideologias justificatórias: social-democracia, bolchevismo etc. apresentam-se, no capitalismo contemporâneo, como claramente inimigas da classe trabalhadora. Assim, tais organizações e ideologias devem ser combatidas radicalmente. Não é possível, para um prosseguimento da luta de classes, sob hegemonia operária, haver qualquer possibilidade de aliança, colaboração com as organizações típicas deste bloco social. Todas devem estar sob escrutínio o mais rigoroso possível.

As estratégias desenhadas pelo bloco dominante são um desastre para as classes desprivilegiadas. As estratégias propostas pelo bloco progressista são um engodo para estas classes. O que resta então? Onde o proletariado e demais classes desprivilegiadas se organizarão? Qual objetivo e estratégias de luta desenvolver?

Tais perguntas só podem ser respondidas à luz das experiências históricas das classes trabalhadoras na contemporaneidade. É a partir deste terreno que podemos desenvolver elementos de uma estratégia revolucionária, que vise a superação da atual sociedade capitalista, única forma de dar fim aos problemas sociais gerados pelo capital. É dentro da análise destas lutas, das possibilidades, contradições e limites do bloco revolucionário e de toda a teoria legada pelos mais vivazes teóricos revolucionários que podemos pensar tal estratégia.

## **Bloco revolucionário e estratégia revolucionária hoje**

O regime de acumulação integral, gestado a partir da década de 1970, implementado nos países imperialistas após a década de 1980 e a partir de 1990 generalizando-se para quase todas as partes do mundo, já começa a perceber as primeiras lutas sociais mais radicalizadas a partir de 1990. Um regime de acumulação, como sustenta Viana (2009), é uma forma estabilizada, cristalizada da luta de classes, o que quer dizer que mesmo nos momentos de grande estabilidade social (constituição, generalização), a luta de classes não desaparece. Simplesmente ela se dá dentro de um quadro “normal” de desenvolvimento. É, contudo, nos momentos de desestabilização e declínio que estas lutas saem do quadro normal, cristalizado de luta de classes e vai se encaminhando para lutas mais radicalizadas, ameaçando a existência do regime de acumulação e nos momentos revolucionários, do próprio modo de produção capitalista<sup>17</sup>.

O conjunto de lutas mais ou menos radicalizadas que começam a se difundir pelo mundo inteiro, sobretudo a partir dos anos 2000 é algo considerável e seria impossível um inventário de todas elas nos limites deste texto. Este é, deveras, um trabalho a ser feito a várias mãos. Seleccionarei aqui algumas que tiveram e tem ainda significado para uma análise das possibilidades e limites das lutas sociais na contemporaneidade e como elas podem nos auxiliar a pensar uma estratégia revolucionária e qual o lugar do bloco revolucionário em sua elaboração e aplicação. Desnecessário dizer que os indicativos aqui pontuados sobre cada uma destas lutas não consiste em uma análise detalhada e minuciosa das mesmas. Pelo contrário, trata-se de notas para se pensar elementos para uma estratégia revolucionária.

No final da década de 1990, começa-se perceber os primeiros sinais de desestabilização do regime de acumulação integral e também lutas opositoras já são identificáveis. Uma delas, que se desenvolve dentro do capitalismo imperialista e que deixará marcas nas lutas subsequentes é o que ficou conhecido como Movimento

---

<sup>17</sup> Sobre os ciclos de constituição, consolidação e dissolução de um regime de acumulação, confira Viana (2015b).

Antiglobalização<sup>18</sup>. Como o nome indica, trata-se de um conjunto de movimentos sociais, coletivos políticos, indivíduos etc. que se mobilizam, geralmente em grandes manifestações. Tais manifestações se davam em eventos organizados por instituições multilaterais (FMI, OMC etc.), reuniões de cúpulas como G8 etc.

Uma das características deste movimento foi o uso da internet como forma de mobilização dos atos, organização das ações, comunicação dos protestos etc. Estratégia esta que já vinha sendo utilizada pelo EZLN no México de modo bastante intenso, tendo este influenciado inclusive ações do Movimento Antiglobalização. Outro elemento que se pode destacar é a pluralidade política de tal movimento, agregando anarquistas, autonomistas, bolcheviques, social-democratas, ONG's, partidos políticos, sindicatos etc. Isto já denuncia uma das dificuldades de tal movimento em estabelecer um projeto de nova sociedade, demanda que nem estava dada para o conjunto do movimento, com exceção de grupos e indivíduos em seu interior. Um elemento que se pode destacar do Movimento Antiglobalização é o aparecimento do Black Bloc, que empregava métodos violentos durante as manifestações. O Black Bloc<sup>19</sup>, que se afirma antiautoritário, nega decisões centralizadas, organizações burocráticas (como partidos políticos), colaboração com políticos profissionais etc. se torna forma de agir nas manifestações cada vez com maior significado. O auge, poderíamos dizer, do Movimento Antiglobalização, foram as manifestações contra o G8 em Gênova em 2001, que culminou no assassinato do militante Carlo Giuliani pelas forças repressivas, tornando-se uma espécie de símbolo do próprio movimento.

O Movimento Antiglobalização tornou possível, em meio à sua amplitude política e organizacional, fazer reemergir uma cultura contestadora, recuperando o anarquismo, conselhismo, luxemburguismo, autonomismo etc. Do ponto de vista organizacional, começa a criticar as organizações burocráticas, ensaia formas de decisão coletiva, pequenas experiências de auto-organização etc. Contudo, a própria base social do Movimento, que é muito ampla, eclética impede maiores avanços. Também, pode-se

---

<sup>18</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre o início e algumas características deste movimento, confira Giovanni (2007).

<sup>19</sup> Para uma discussão mais detalhada sobre o black bloc, confira: Dupuis-Déri (2014).

dizer, o fato de ser centrado em grandes manifestações opositoras ao G8, FMI etc., bem como os indivíduos, grupos, coletivos e movimentos que o constituem se dispersarem após os atos, ficando poucas possibilidades de continuidade da organização, tornam o Movimento efêmero e não-permanente, o que enfraquece, certamente suas possibilidades. Muitas questões colocadas e ensaiadas pelo movimento tiveram e ainda tem lugar até hoje em várias lutas.

As consequências sociais do avanço das políticas neoliberais, da reestruturação produtiva se fazem sentir muito fortemente nos países do bloco imperialista, conforme já demonstramos na primeira parte deste texto. Assim, aumento da pobreza, desemprego das populações periféricas destes países é algo notável. Contudo, este novo regime de acumulação, já na década de 1990 está também se irradiando para todas as partes do mundo, agravando também os problemas sociais nos países do bloco subordinado. Um dos resultados disto é um aumento sem precedentes dos fluxos migratórios da América Latina, África e Ásia para os países de capitalismo central. Estes migrantes ficam ainda em condições muito mais precárias do que os trabalhadores e desempregados nacionais. Este barril de pólvora começa a dar sinais. Em 2005, uma onda de protestos assola as cidades francesas e expande-se para outros com menor intensidade, como na Alemanha, por exemplo. As manifestações realizadas por esta população (imigrados, filhos de imigrantes nascidos na França, mas que são tratados como subcidadãos, jovens franceses empobrecidos etc.) caracterizam-se por destruição, quebra-quebra, queima de carros nas ruas. As chamas espalham-se como rastilho de pólvora chamando a atenção do mundo para a situação dos trabalhadores, desempregados, subempregados, tanto nacionais quanto imigrantes (sobretudo jovens). Um dos aspectos também a se considerar é a falta de projeto político mais consistente. Para além das manifestações espetaculares de força e destruição, que denuncia a situação desta população, pouco ou nada de propositivo, criativo, seja no médio ou longo prazo se precipitam de tais atos. Um grande limite das lutas neste contexto no caso francês.

Em 2018 e 2019 emerge novamente uma onda de manifestações na França, que ficaram conhecidos como Coletes Amarelos<sup>20</sup>. O estopim para o surgimento destas manifestações foi o aumento de um imposto que implicaria no aumento do preço dos combustíveis. Isto gerou uma onda de manifestações no país inteiro. À medida que as semanas se passavam, os protestos ao invés de arrefecerem, tornam-se mais amplos. As pautas vão se ampliando também e novamente os mesmos problemas aparecem: desemprego, emprego precário, baixos salários, situação deplorável de grande parte da população imigrante (e seus descendentes nascidos na França), falta de oportunidades etc. Mas novamente aparece a dificuldade de manter organizações permanentes, os protestos quase sempre são marcados por atos de depredação, quebra-quebra, enfrentamentos com a polícia. Algumas assembleias de base aparecem, diferentemente do movimento anterior, mas estas são minoritárias, não conseguem se expandir, nem muito menos tem tempo e força suficiente para estabelecerem articulações entre si. De qualquer forma, os Coletes Amarelos não desapareceram até o presente momento da cena política francesa, conseguindo ainda mobilizar manifestações nas principais cidades francesas.

Dois aspectos chamam a atenção nestes dois movimentos de manifestação na França: a) descrença na via institucional na resolução dos problemas sociais; b) recusa e conflito com as organizações burocráticas tradicionais: sindicatos, partidos políticos, políticos profissionais. Não que tais organizações deixaram de existir e nem participam das ações. Contudo, há uma clara recusa em amplos setores destes movimentos a tais organizações, em que pese novamente o caráter propositivo, criativo, a criação de organizações e ações permanentes nos bairros, locais de trabalho etc. seja também uma fraqueza destes movimentos quando se considera a questão do ponto de vista da emancipação humana e, portanto, da superação da atual sociedade.

Tanto os atos de 2005, quanto os Coletes Amarelos, estão presentes a espontaneidade típica das lutas populares, a imprevisibilidade do surgimento do

---

<sup>20</sup> A edição 139 de janeiro de 2019 do *Le Monde Diplomatique Brasil* apresenta uma coletânea de textos que dão uma certa dimensão do que foram tais protestos, seus dilemas, problemas de organização, expansão de pautas etc. Pode ser acessado no seguinte link: <https://diplomatique.org.br/edicao/edicao-138/>.

movimento, a impossibilidade de controle das ações pelo estado (seja via repressão ou cooptação). Trata-se de um conflito que não se resolve. A tendência são os Coletes Amarelos arrefecerem, mas a situação que gerou tal movimento vem, na verdade, se agravando, o que denuncia que novas ações ocorrerão em futuro não muito distante. Mas os manifestantes de 2005, de 2018/2019 terão acumulado experiência e a própria luta deixa sua memória, que pode ser recuperada em lutas futuras. Isto é o que geralmente acontece.

O processo de ajuste estrutural ocorrido na Argentina na década de 1990 foi extremamente agressivo. As privatizações geraram uma população permanentemente desempregada em situação social precária. A pobreza se alastrou pelo país no correr de uma década, agravando este problema que é crônico em todos os países latino-americanos. As “vilas-miséria” se ampliam no grande conurbano bonaerense, as cidades que tiveram por décadas sua economia e vida social fundada no papel da estatal YPF, viram as condições de vida da população decaírem rapidamente após a privatização. Isto no país inteiro foi um desastre para as classes desprivilegiadas. Operários viram-se sem emprego e sem a mínima possibilidade de retornar ao chamado “mercado formal de trabalho”. Este processo de lumpemproletarização ocorrido na Argentina (mas não somente lá) jogou a população em grande abandono, restando a ela encontrar sua própria forma de subsistência. É neste quadro que se desenvolve um movimento político que desestabilizou a vida política na Argentina por vários anos, o Movimento Piqueteiro<sup>21</sup>.

Formado basicamente por trabalhadores desempregados (o lumpemproletariado), movimentos sociais de várias tendências, organizações políticas de várias orientações. Contudo, novamente alguns elementos começam a se desenhar no desenvolvimento do Movimento e deles temos que tomar nota para se pensar as lutas sociais na contemporaneidade. O Movimento Piqueteiro recebe este nome em razão de uma de suas principais táticas de luta: o fechamento de rodovias. Alguns piquetes chegam a durar mais de 30 dias, demonstrando a força que o movimento atingiu no auge de suas ações, sobretudo em 2001. Tal estratégia de luta deve-se à

---

<sup>21</sup> Cf. Ferreiro (2007), Braga (2016)...

condição social da maioria esmagadora dos indivíduos que compõem o Movimento, lumpemproletários. Se não é possível fazer greve e parar a produção (pois fora dos locais de trabalho), para-se então a circulação de mercadorias e pessoas pelo território.

Mas além dos piquetes, um elemento que se desenvolveu nos vários anos de luta do Movimento Piqueteiro foram as assembleias de bairro. Assim, a partir dos locais de moradia, os trabalhadores passam a se reunir, discutir seus problemas, propor ações políticas para chamar a atenção para a situação em que se encontram. Estas assembleias assumem um caráter permanente. As reuniões periódicas permitem o desenvolvimento de um processo de autoeducação dos trabalhadores que estão diretamente envolvidos nestas ações. Assim, para além das ações espetaculares de confronto com as forças repressivas estatais, o desenvolvimento destas assembleias cria laços de solidariedade mais duradouros e formação política dos trabalhadores. Além disso, com o prosseguimento e permanência de tais ações, começa-se a se desenvolver relações entre as assembleias, criando-se “assembleias interbarriales”, que aglutinam delegados de vários bairros, articulando o movimento em escala mais ampla, sendo uma das ações mais amplas a realização em 2001 de duas Assembleias Nacionais Piqueteiras.

Da mesma forma que nos movimentos anteriores, trata-se de um movimento político amplo, no qual todas as forças políticas o disputam ou estão em disputa em seu interior. Contudo, novamente aparece a recusa dos partidos políticos, dos políticos profissionais, a desconfiança com as instituições do estado, uma relação conflituosa com os sindicatos. Novamente, percebe-se o desenvolvimento do movimento de modo espontâneo, descentralizado, eliminando a mediação política, ou seja, a própria população auto-organizada em suas assembleias realiza a discussão, a decisão e ela própria executa. A eliminação do intermediário político é um dos pontos altos ao se considerar o movimento piqueteiro, que apontou para formas políticas de auto-organização da classe trabalhadora, sobretudo, deu azo à ação política do lumpemproletariado. Eis um mérito do Movimento Piqueteiro. O lumpem é uma classe social que assume cada mais importância política, pois o capitalismo na era da acumulação integral é uma engrenagem de produzir desemprego e subemprego. Assim, qualquer estratégia revolucionária hoje tem que lidar de modo muito sério com o processo de lumpemproletarização, pois trata-se de uma classe que se amplia no mundo

inteiro e principalmente nos países de capitalismo subordinado. Eis aí um ponto onde necessariamente os sindicatos fracassam ao lidar com esta parcela cada mais numerosa da população trabalhadora. O desemprego em escala tão ampla é um dado da vida contemporânea que é inacessível às formas de “luta” típica dos sindicatos. A lumpemproletarização exige dos trabalhadores uma postura antissindical, pois os sindicatos tendem a se tornar cada vez mais corporativistas e isolados desta parcela da população.

Poderia citar aqui, de passagem, um conjunto de movimentos, manifestações, processos que caminham para esta mesma direção que apontamos até agora: as ações do EZLN a partir de 1994<sup>22</sup> e principalmente os acontecimentos de Oaxaca em 2007<sup>23</sup> (este muito mais amplo do que foi o levante de Chiapas, embora sem continuidade o tempo), alguns elementos da chamada Primavera Árabe em 2010 (espontaneidade, radicalidade, ações de massa), as manifestações de 2013 no Brasil<sup>24</sup>, bem como as lutas na educação com as ocupações de escolas e universidades em 2015 e 2016<sup>25</sup>, os Indignados na Espanha, as lutas radicalizadas na Grécia desde 2005, o Occupy Wall Street em 2011<sup>26</sup> etc. etc. etc. Os movimentos mais ou menos organizados, as perspectivas políticas mais ou menos radicais, as mobilizações mais ou menos massivas, os objetivos mais ou menos profundos etc. caracterizam esta plêiade enorme de movimentos, manifestações, organizações, tendências políticas. Não irei aqui detalhá-las. Contudo, alguns elementos já descritos nos permitem algumas considerações.

É dentro deste conjunto de lutas, neste contexto histórico marcado pelo capitalismo neoliberal que o bloco revolucionário deve constituir sua estratégia de luta. Para Viana (2015a), o bloco revolucionário está indissolúvelmente ligado ao proletariado.

---

<sup>22</sup> Cf. Anjos (2011).

<sup>23</sup> Breve relato desta experiência pode ser consultado em *O que foi a Comuna de Oaxaca?*, de Gilson Dantas, disponível em: [https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id\\_article=7375](https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=7375), acessado em 07/08/2019.

<sup>24</sup> Cf. Maia (2016), Judensnaider et. al. (2013)...

<sup>25</sup> Cf. Maia (2016), Campos, Medeiros, Ribeiro (2016)...

<sup>26</sup> Cf. Harvey et. al. (2012)...

É sua expressão política. Portanto, sua estratégia só pode ser aquela que leve à vitória do proletariado e à derrota da burguesia. Suas lutas, ações, concepções, discursos devem ser expressão dos interesses de classe do proletariado. Como já disseram Marx e Engels (1987), os comunistas não tem interesses à parte do proletariado. Pelo contrário, os comunistas expressam no campo político, teórico e também organizacional os interesses de classe do proletariado. Devem contribuir para que a classe operária realize seus interesses de classe. No capitalismo contemporâneo, o bloco revolucionário é composto por coletivos políticos, indivíduos politizados, intelectuais engajados, juventude, tendências revolucionárias dentro dos movimentos sociais populares, militantes etc., concepções políticas (anarquismo, autonomismo, marxismo Autogestionário). Tal bloco não tem interesses particulares. Ou expressam os interesses de classe do proletariado ou são expressão de outras classes: burocracia/intelectualidade (bloco reformista), burguesia (bloco dominante). Não há meio termo, nem possibilidade de coalização de classe. Qualquer estratégia que defenda coalização com elementos da classe dominante ou com as classes auxiliares devem ser questionados imediatamente.

O bloco revolucionário deve, portanto, ser elemento catalizador das lutas sociais. Assim, quanto mais bem formado teoricamente e mais bem preparado politicamente, mais o bloco revolucionário pode contribuir com o avanço das lutas sociais em geral e do movimento operário em particular. Deste modo, livrar-se de suas ambiguidades, sobretudo os elementos de sua ala semiproletária (alguns indivíduos e organizações anarquistas, autonomistas), que às vezes realiza um certo ecletismo com elementos do bloco progressista (ideologias, sobretudo o pós-estruturalismo), mas também organizacionais, como por exemplo, certas tendências do anarquismo visando recuperar um sindicalismo revolucionário que não tem mais lugar no capitalismo contemporâneo. Este ecletismo e falta de compreensão teórica mais aprofundada do capitalismo contemporâneo e das demandas que se impõem às lutas sociais hoje são empecilhos que podem atrasar ações mais desenvolvidas e radicalizadas do proletariado e demais classes sociais desprivilegiadas.

As lutas sociais que mais tiveram importância nas duas últimas décadas só muito secundariamente tiveram participação do movimento operário. Refiro-me ao fato de o

movimento operário entrar como classe independente, com suas organizações, práticas e ações dentro das lutas em curso. Que indivíduos proletários participem é inegável, contudo, não como classe operária. Este é um estágio em que as lutas sociais na contemporaneidade ainda não lograram êxito. O processo de reestruturação produtiva aniquilou tão fortemente o movimento operário, que até hoje ele ainda não se reergueu plenamente. É ainda hoje uma tendência. *Tal tendência é que deve ser reforçada pelo bloco revolucionário.* Com raras exceções (como por exemplo, experiências de fábricas recuperadas na Argentina e em outros lugares, em que o proletariado ameaçado de desemprego, busca agir por conta própria), a regra geral das últimas décadas é ainda marcada por recrudescimento do movimento operário.

As lutas se operam mais no conjunto da sociedade civil do que propriamente derivado da ação de classe do proletariado. Mas como sempre ocorre, a ação de classe do proletariado não vem de fora da classe. Nem mesmo o bloco revolucionário tem condições de fazer a classe, como totalidade, se movimentar politicamente. A *espontaneidade* como elemento decisivo na ação de classe do proletariado é a condição primeira da estratégia do bloco revolucionário<sup>27</sup>. Elementos ativos do bloco revolucionário podem contribuir para criar condições de emergência de formas organizativas do proletariado, mas é o proletariado quem deve criar suas organizações, suas ações e levar a cabo suas lutas.

Na sociedade civil e nas experiências descritas e citadas neste texto, a espontaneidade foi sempre o elemento irrecuperável. Elas são impossíveis até o momento que se tornam inevitáveis, já dizia uma pichação nos muros de Paris em 1968, referindo-se ao processo revolucionário. Contudo, aparecendo o movimento espontaneamente do terreno fértil da criatividade das lutas sociais, uma vez existindo,

---

<sup>27</sup> É necessário frisar, de qualquer forma, que como parte da estratégia do bloco revolucionário, independentemente da ação concreta da classe, há a necessidade de se fazer uma ampla luta cultural: crítica teórica das ideologias, produção de material mais consistente, mas acessível, visando atingir trabalhadores com menos tempo para estudo e menor formação, produção e divulgação de materiais políticos como panfletos etc., uma produção artística (música, teatro, poesia, contos, romances, cinema etc.) engajada e de qualidade. Esta luta cultural contribui, quando bem-feita e divulgada de modo acertado, com a criação de uma cultura contestadora em parcelas cada vez mais amplas das classes trabalhadoras, o que pode contribuir para a emergência de contestação e luta política concreta diretamente levada a cabo pelos trabalhadores.

tanto o bloco reformista, quanto o bloco dominante tentam, cada um a seu modo, capturar o movimento. Um dos papéis do bloco revolucionário é, deste modo, contribuir para que o movimento não seja cooptado, burocratizado, recuperado, sobretudo, por elementos do bloco reformista, que aparece com suas organizações (partidos, sindicatos) e ideologias (social-democracia, bolchevismo) a fim controlar, dirigir o movimento.

Deste modo, a crítica das organizações, das ideologias que caracterizam o bloco reformista é outro elemento central da estratégia do bloco revolucionário. Esta crítica deve-se dar tanto no campo da crítica teórica, quanto da propaganda junto ao conjunto da classe trabalhadora e também, quando for o caso, dentro das ações, organizações do próprio movimento.

O conjunto de levantes populares que se desenvolvem na contemporaneidade, em sua grande maioria ocorrendo fora da esfera do modo de produção, tem alguns pontos que devem ser mencionados a fim de compreender a estratégia revolucionária: a) crítica e recusa de participação na política institucional oficial, como o processo eleitoral, por exemplo, o que sempre coloca a questão da negação dos políticos profissionais, ou seja, dos intermediários políticos. Trata-se da população agindo por si mesma, sem mediações e representações; b) crítica e recusa de organizações burocráticas, principalmente os partidos políticos e os sindicatos. Em vários momentos destas ações concretas que descrevemos linhas atrás, é possível perceber uma recusa clara de tais organizações. Contudo, existe ainda a persistência destas instituições e em determinados momentos e movimentos elas conseguem ainda exercer influência sobre parcelas e às vezes a totalidade de determinadas ações. Aqui, portanto, se coloca muito claramente o papel do bloco revolucionário em demonstrar o caráter conservador de tais organizações. A defesa, por parte de vários movimentos contemporâneos de seu caráter apartidário (às vezes também antipartidário) denuncia esta tendência na contemporaneidade. Cabe ao bloco revolucionário reforçar esta crítica, ampliá-la, fundamentá-la teoricamente e divulgá-la em círculos cada vez mais amplos; c) recuperação e desenvolvimento da ideia de “ação direta”. Isto tem a ver com os elementos anteriores. Ação direta quer dizer exatamente isto, ou seja, ação dos trabalhadores por si mesmos, sem a intermediação de políticos profissionais (sejam eles

sindicalistas ou candidatos à próxima eleição); d) desenvolvimento de organizações e ações marcadas pela horizontalidade, decisão coletiva, ações descentralizadas. Isto evita a constituição de uma camada dirigente sobre o conjunto do movimento. Evitando assim o processo de burocratização, constituição de burocratas dirigentes separados e por sobre os trabalhadores; e) recuperação da teoria revolucionária (o caráter autogestionário da obra de Marx, os comunistas de conselhos, a concepção política revolucionária do luxemburguismo, elementos críticos do bordiguismo etc.), recuperação e desenvolvimento do anarquismo (em suas várias tendências e idiosincrasias), autonomismo etc. toda esta cultura contestadora, recuperada em alguns pontos, desenvolvida em outros foi realizada durante as últimas décadas, demonstrando que a tendência à revolução não é coisa de gente jurássica, perdida nos livros do séculos XIX e início do século XX. É tendência contemporânea.

Um último ponto que é necessário destacar, bem lembrado por Viana (2009), é a necessidade de retomada da utopia, pois qualquer movimento que não tenha em si uma dimensão utópica não consegue levar a cabo processos reais de mudança histórica. Estamos obviamente a falar daquilo que Bloch (2005) denominou de “utopia concreta”, ou seja, aquela que está em vias de se realizar. Qualquer forma de pensamento crítico hoje que exclua de seu escopo o possível, o outro que ainda-não-se-realizou, mas que está na vez de acontecer, deixa de ser crítico-revolucionário e cai na vala comum do realismo tacanho, do pessimismo oportunista, do niilismo burguês. A utopia concreta, como forma de pensamento racional que vislumbra no presente as tendências do futuro é condição para o processo revolucionário. Escusar isto, é retirar da luta a dimensão do humano que cria, constrói, projeta. Sem esta dimensão, a revolução não acontece, pois, dentro das condições históricas dadas, a revolução é edificação, elaboração, construção. Para se fazer isto, é necessário projetar, pensar para além do presente, mas enraizando racionalmente às tendências e condições dadas.

Para Bloch: “O marxismo, como ciência tendencial histórico-dialética, é, assim, a ciência do futuro mediada da realidade mais a possibilidade real-objetiva que está contida nela; tudo isto tendo como propósito a ação” (BLOCH, 2005, p. 281). Esta dimensão utópico-concreta torna o marxismo, como teoria da realidade existente e das tendências de que ela é prenhe, uma forma de consciência fundamental para as lutas

sociais. Desenvolver uma teoria da tendência, ou seja, da revolução adequada aos nossos dias é tarefa também do bloco revolucionário, sendo este texto somente uma parte de um projeto bem mais amplo gestado por vários grupos, indivíduos, intelectuais engajados etc.

Eis, pois, nossas tarefas. Mãos à obra!!!

## Referências

ANJOS, Diego Marques Pereira dos. *O regime de acumulação integral e as lutas de classes no México: emergência e interpretações acerca do EZLN*. Revista enfrentamento. Goiânia: ano 6, n. 10, jan./jun. 2011. Acesso em 07/08/2019, disponível em: [https://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/view/878/pdf\\_51](https://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/view/878/pdf_51)

BLOCH, Ernst. *O princípio Esperança*. V. 1. Rio de Janeiro: Uerj/Contraponto, 2005.

BRAGA, Lisandro. *A classe em farrapos: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos: Pedro & João, 2013.

BRAGA, Lisandro. *Repressão estatal e capital comunicacional: o bloco dominante e a criminalização do Movimento Piqueteiro na Argentina*. (tese de doutorado). Goiânia: UFG/Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2016.

CAMPOS, Antonia M; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

CHUSSODOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.

FERREIRO, Roi. *La lucha de clases en Argentina: entre la revolución proletaria y la recuperación burguesa*. Barba Ruiva, 2007.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.

GIOVANNI, Júlia Ruiz Di. *Seattle, Praga, Gênova: política anti-globalização pela experiência da ação de rua*. (dissertação de mestrado). São Paulo: USP/Departamento de Antropologia Social, 2007.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

- HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, David et. al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.
- JUDENSNAIDER, Elena et. al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MAIA, Lucas. *Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência das lutas autônomas no Brasil*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro 1. V. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Cartas filosóficas & O manifesto comunista de 1848*. São Paulo: Moraes, 1987.
- MIR, Luiz. *Guerra civil: estado e trauma*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- SANTOS, Cleito Pereira dos. *Trabalho, tecnologia, controle e disciplina no capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2015.
- VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. *Blocos sociais e lutas de classes*. *Enfrentamento*. Goiânia: ano 10, N. 17, jan/jul. 2015a.
- VIANA, Nildo. *Os ciclos dos regimes de acumulação*. In: *Territorial – Caderno Eletrônico de textos*, Vol. 5, n. 7, 20 de agosto de 2015b. Disponível em: <https://www.cadernoterritorial.com/news/os-ciclos-dos-regimes-de-acumulacao-nildo-viana/>, acesso em 06/08/2019.
- WACQUANTI, Löic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

### **Resumo**

O objetivo deste texto é realizar a crítica teórica do Movimento Passe Livre. A crítica prática já aconteceu, e resta agora expressar por meio das ideias o movimento real que gerou a série de derrotas políticas na história do MPL, enfatizando aqui a organização radicada na cidade de São Paulo. Nossa crítica terá um ponto de partida, ou melhor, uma determinada perspectiva de análise. Partiremos da constatação de que a história de luta do movimento operário revolucionário imprime novos termos para análise da realidade social no capitalismo. A exemplo de várias ideias (comunismo, autogestão, emancipação, igualdade, etc.), a palavra autonomia foi ressignificada, o que ocorreu ao longo das lutas revolucionárias do proletariado, daí que partindo da concepção de autonomia surgida da luta revolucionária podemos realizar a crítica teórica e revolucionária que expresse o movimento real de derrotas do embrião de lutas espontâneas e autônomas que estiveram na origem do MPL e que não tiveram força social o suficiente durante os acontecimentos da chamada Jornada de Junho de 2013. A ênfase da análise aqui recairá sobre o MPL-SP, mas tal avaliação pode ser estendida para a organização nos demais estados do Brasil.

### **Introdução – Autonomia de classe social e Autonomia de grupo social**

O autonomismo é a apologia da autonomia, e aqui iremos considerar o MPL-SP como organização autonomista e é a partir dessa constatação que realizamos a crítica do MPL-SP e do autonomismo. O guia condutor de nossa análise é a reflexão feita por Karl Jensen, no artigo A luta operária e os limites do autonomismo. O eixo da argumentação de Jensen é o de que o movimento operário revolucionário passa por três fases no desenvolvimento de sua luta contra o capital, a primeira, a fase espontânea, ocorre mesmo quando o trabalhador não tem consciência de sua ação de contestação,

---

<sup>1</sup> Militante do Movimento Autogestionário e professor do Instituto Federal Goiano – Morrinhos/GO.

e por isso suas ações são espontâneas, não planejadas, inconscientes. No segundo estágio, as lutas operárias encontram-se organizadas, tem certo planejamento, e são feitas de forma consciente, mas é uma consciência baseada na recusa, na negação, rejeitando as organizações e instituições de controle sobre os operários, mas ainda não é uma consciência revolucionária, expressa uma ruptura com o estágio anterior, mas que ainda não concretizou o avanço para a próxima fase das lutas do movimento operário revolucionário.

A última fase é a das lutas autogestionárias, que ocorre nas situações em que uma ação revolucionária se expressa numa consciência revolucionária. A crítica ao capital e ao Estado gera a formulação de uma consciência que projeta uma nova realidade social, consciência revolucionária que visualiza a transformação social radical como objetivo. Desde que o projeto de transformação revolucionária esteja sob hegemonia do proletariado, é possível que os estágios da luta operária se reproduzam em todas as classes e grupos oprimidos da sociedade capitalista (JENSEN, 2014).

Os estágios da luta operária revelam que o movimento revolucionário do proletariado se constitui num longo processo em que inicialmente os trabalhadores lutam sozinhos, depois lutam coletivamente por seus objetivos e contra o capital e seus representantes burocráticos, e somente no último estágio surgem as lutas autogestionárias, que generalizam a auto-organização e propõe uma nova sociedade com a abolição do Estado e do capital. A autonomia é um estágio de desenvolvimento posterior às lutas espontâneas, mas anterior às lutas revolucionárias, autogestionárias. Essa anterioridade revela que a autonomia ainda não desenvolveu todas as possibilidades, é um estágio em que a tendência é avançar, mas a ação da burguesia e das suas classes auxiliares (intelectualidade, burocracia, forças armadas) podem contrabalançar o avanço proletário. O autonomismo faz apologia desse estágio da luta operária, e não concebe a necessidade de radicalizar.

A tendência revolucionária dentro dos movimentos sociais também passa por esses estágios. Em que pese essa parte dos movimentos sociais ser reduzida e com poucos casos concretos ao longo da história, é perceptível a ocorrência de lutas espontâneas, lutas autônomas e lutas revolucionárias no seio do movimento feminino, do movimento negro, do movimento estudantil. E igualmente no interior da luta

operária, também no interior dos movimentos sociais surgem tendências, grupos, organizações que fazem a apologia do autonomismo.

O autônomo é assim sempre em relação a algo, ao passo que auto-organização é totalidade, é uma nova sociedade que surge. Autonomia são novas relações sociais que surgem em que um grupo ou organização que se liberta do domínio de outro grupo/organização. O autonomismo é o conjunto de ideias que defendem a autonomia. Estas ideias podem se resumir a projeções ideais (como na filosofia de Kant, Hegel), ou a interesses de classe, como expressam a autonomia burguesa ou a autonomia do proletariado em luta. Na auto-organização a dinâmica se produz através do controle ativo da vida social pelo conjunto da sociedade, e na autonomia está dado a recusa de ser controlado por outro. Quando a recusa é prática e consciente então existe a possibilidade para avançar ao estágio das lutas autogestionárias, que generalizam a auto-organização para o conjunto da sociedade.

Assim, consideramos a autonomia como uma condição real, concreta, ao passo que o autonomismo é um conjunto de ideias que defendem a autonomia, autonomismo como pensamentos a respeito de determinada realidade. Na perspectiva que adotamos, o autonomismo é limitado por não conceber a necessidade de avançar para o estágio final das lutas revolucionárias, exatamente, as lutas autogestionárias.

Portanto, a autonomia pode ser uma condição, uma situação real de rejeição do controle pelas instituições políticas do capitalismo, a autonomia também pode ser uma forma de organização, daí chamamos de autarquia quando a organização é independente em relação às outras organizações e instituições e não tem uma divisão entre dirigentes e dirigidos, ou, a autonomia pode ser também um conjunto de ideias que formam um projeto autonomista. Para a organização estudada, MPL-SP, o autonomismo é meio e finalidade, para nós é objeto de crítica, é limite que precisa ser superado, é uma determinada situação, que evoluiu de um estágio anterior, mas que ainda não conseguiu avançar para uma nova e mais desenvolvida situação, a auto-organização generalizada.

## O MPL em junho de 2013 e junho de 2013 no MPL

Em vinte dias de manifestações no mês de junho de 2013 o MPL-SP alcançou algo que não havia nem chegado perto nas mobilizações dos anos anteriores: a revogação do aumento das passagens e o direito ao passe livre estudantil. Entre os dias 06 e 20 de junho o MPL convocou manifestações de rua, até que no dia anterior, dia 19, o prefeito Haddad anunciou juntamente com o governador Alckmin a revogação do aumento das passagens. A última manifestação organizada pelo MPL-SP aconteceu para comemorar a revogação do aumento, a partir de então a organização decidiu por não mais convocar atos, afirmando que uma onda conservadora tomava conta das ruas, tal como noticiou o jornal Folha de São Paulo no dia 21 de junho<sup>2</sup>:

O Movimento Passe Livre anunciou hoje a suspensão de novas manifestações em São Paulo. Segundo um dos integrantes do grupo, que pleiteia tarifa zero nos transportes públicos, "grupos conservadores se infiltraram nas manifestações" e defenderam, ontem, propostas como a redução da maioria penal (FOLHA DE SÃO PAULO, 21 de junho de 2013).

Como pode acontecer de um “movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário” despertar uma onda conservadora na sociedade? Não foi em rejeição às suas ideias, pelo contrário, a julgar pelos cartazes das manifestações<sup>3</sup>, o que queriam os manifestantes, em sua maioria, era melhoria nos serviços públicos, combate a corrupção, contra a violência policial, etc. Como pode as manifestações começarem com o MPL e no seu final terem gestado o MBL<sup>4</sup>?

Na história do MPL-SP este é o período que monopoliza quase toda a bibliografia de artigos e teses, e para quem gosta da narrativa do suceder dos fatos há duas referências principais, que podem ser escolhidas como a “melhor narrativa” de acordo com a preferência ideológica do leitor, sendo “progressista” ou de “esquerda” tem o livro “Vinte centavos: a luta contra o aumento”, organizado pela socióloga Elena

---

<sup>2</sup>Ver também: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-21/mpl-encerra-protestos-reforca-origem-de-esquerda-e-diz-que-nao-e-antipartidario.html>

<sup>3</sup> Esta é a fonte de informações em maior quantidade sobre os protestos de junho, pois inacreditavelmente, além da imprensa, nenhuma outra voz se destacou e concentrou o protagonismo, sendo mais forte a participação individual e anônima, e não através de organizações e dos chamados “figuras públicas”.

<sup>4</sup> Movimento Brasil Livre, organização de direita e uma das principais defensoras do Estado Mínimo atualmente.

Judensnaider; já para quem se coloca na perspectiva “conservadora” ou de “direita” a narrativa em prosa de xingamentos escrita pelo assessor do presidente Jair Bolsonaro, o “analista político” Flávio Morgenstern, com o título “Por trás da máscara: do passe livre aos Black Blocs as manifestações que tomaram as ruas do Brasil”.

Como esta pesquisa se fez sob a perspectiva da crítica materialista temos elementos de discordância e de concordância com as duas obras e outras sobre este período, e utilizamos nossa crítica para apropriar-nos das ideias produzidas sobre aquele período; e ainda, defendermos a perspectiva de que junho de 2013 evidenciou o limite da mobilização que se reduziu à gratuidade nos transportes e que tal limite é produto das determinações da condição estudantil e da simplificação e fetichismo da ideia de autonomia, do autonomismo, retirando os elementos que a relacionavam com o projeto de transformação total da sociedade, o que, por sua vez, garantiu as bases intelectuais do que denominamos reducionismo passelivrista. Em nossa perspectiva, o autonomismo defendido pelo MPL é para justificar lutas especificistas, isto é, mobilizações que lutam por objetivos específicos, ao invés de contribuir para fomentar lutas universalistas, ou seja, mobilizações que se fundamentam no projeto de transformação social total.

O que aconteceu em junho de 2013? Por parte do MPL-SP o mesmo roteiro de atividades que faziam a vários anos: trabalho de base em escolas, manifestações de rua, panfletagem, participações em reuniões com governantes e audiências públicas, publicação de textos e artigos sobre a tarifa e o transporte em geral. A organização do MPL-SP sempre teve claro de onde vinha sua força e qual sua inspiração, a primeira, a mobilização da base estudantil, e a segunda, a crença na autonomia, na horizontalidade, no apartidarismo<sup>5</sup>.

Junho de 2013 começou em novembro de 2012 para o MPL-SP, mais exatamente no momento em que as notícias começaram a circular sobre o aumento previsto para o orçamento do ano seguinte. No dia 26/11 de 2012 a organização participa de audiência pública de discussão do orçamento, onde é divulgado que o governo vai cortar 300 milhões de subsídios, o que irá levar ao aumento da tarifa, embora o novo prefeito Haddad diz que vai tentar uma tarifa abaixo da inflação. No dia 28/11/2012 a organização

---

<sup>5</sup> Iremos aprofundar sobre as principais ideias do MPL-SP na seção seguinte.

faz uma manifestação alertando contra a medida de aumento das passagens. Sabemos deste ato pela participação de dois representantes do MPL-SP em entrevista ao jornal da TVT<sup>6</sup> (TV dos Trabalhadores, ligada ao PT). Os representantes do MPL-SP na entrevista informam sobre as justificativas do novo governo para o aumento, que comentamos mais acima, e um deles diz o seguinte: “se o povo for pra rua a gente consegue impedir que isso [aumento] aconteça”. Poucos meses depois, o MPL-SP consegue mobilizar manifestações massivas pela cidade de São Paulo.

Na semana seguinte, dia 02/12/2012 o MPL-SP organiza a “atividade aberta”, uma espécie de debate, com o tema “Porque lutar pelo transporte público?” buscando “discutir sobre como o sistema de transporte está organizado hoje” e “para conhecer o passe livre e um pouco mais sobre as lutas por transporte público nas cidades brasileiras”. No cartaz, várias imagens de manifestações pelo transporte no Brasil em diferentes épocas.

A dinâmica de mobilização do MPL-SP se repete: trabalho de base em escola, manifestações de rua, participação em encontros com autoridades governamentais. Até as mobilizações contra os aumentos das passagens se tornavam tradicionais em São Paulo, com os aumentos acontecendo no começo de ano, no período de férias escolar. Aconteceu de no começo do ano de 2013 o aumento ter sido prorrogado pelo prefeito Haddad a pedido da presidente Dilma Rousseff, como medida para não pressionar a elevação da inflação no primeiro semestre de 2013 (JUNDENSNAIDER, 2013).

Esta foi a primeira das várias atitudes dos gestores estatais que resultaram em mais impulso para a mobilização. Com o aumento durante o calendário acadêmico, as autoridades governamentais do momento (Haddad, Alckmin, Dilma) demonstraram desconhecimento político de algo que os estudantes já denunciavam a muito tempo, como se percebe nesta postagem de estudante anônimo no site do CMI no distante ano de 2005:

pensando que isso passaria despercebido e tentando "evitar" alguma mobilização (já que os estudantes estão em férias). Pois eles se enganaram!!! Se por um lado estamos um pouco longe de nossos companheiros estudantes,

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=A8iWtSaNV5g&t=1s>.

por outro, estamos com tempo de sobra para nos mobilizar e lutarmos pelo passe-livre (A, CMI, 2005).

As mobilizações contra o aumento foram conduzidas nos últimos anos em sua quase totalidade pela base estudantil secundarista e uma parcela bem menor de universitários. Além do desconhecimento da dinâmica do ano escolar que organiza os estudantes, a opção por não dialogar (gestão Alckmin), ou dialogar a favor do aumento (gestão Haddad), juntamente com a repressão intensificada, foram outras atitudes dos governantes que contribuíram para a “massificação” dos protestos.

Não houve grande diferença na dinâmica de mobilização do MPL-SP em 2013 em relação com os anos anteriores:

Neste período de 2005 a 2012 o MPL São Paulo testou e combinou diferentes performances e formas de organização no confronto político. Desta forma o movimento vivenciou diversas interações com os detentores do poder, com a polícia, com a mídia, com outros movimentos e com o público em geral. Foi com este vasto acervo de performances, formas de organização e experiências em interações que o MPL São Paulo começou a planejar o confronto político em 2013. (PINA, 2016, p. 70).

Tendo em vista o que apresentamos acima, consideramos equivocada a análise que coloca o “ciclo de protestos de 2013” como “expressão de um novo padrão de mobilização contestatória” tendo como base as alterações trazidas pelas TIC’s (Tecnologias de informação e comunicação), que se mostrou em 2013 como um movimento articulado em torno da rápida difusão de informações e de redes de sociabilidade acentuadas nos indivíduos, tendo em vista que as TIC’s contribuíram para a desarticulação das organizações partidárias e sindicais, por tornar desnecessária a participação formal em organizações para efetivar mobilização (SILVA, 2014)<sup>7</sup>.

Os seis protestos organizados pelo MPL-SP e as outras atividades: audiência pública, publicação de artigos, participação de debates e aulas públicas, colagens, panfletagens, eram uma repetição do padrão de mobilização adotado pelo MPL-SP. Uma diferença tática foi apontada pela organização: realizar uma jornada de mobilização menor e com maior intensidade (JUNDENSNAIDER, 2013), ao contrário das mobilizações anteriores que duraram cerca de três meses e com várias atividades. Outra diferença

---

<sup>7</sup> Desde o surgimento da organização, em 2005, a internet foi largamente utilizada pelo MPL, assim, a própria existência da organização utilizando-se das TIC’s desmonta tal argumento.

tática foi a de não formar uma “Frente Ampla” com outras organizações (em outros anos chamada de Campanha, Rede, Frente), geralmente pequenos partidos e organizações de bairro e estudantis (que por sua vez tinham membros dos partidos pequenos, considerados de extrema-esquerda), e também esta diferença, segundo o MPL-SP, afirmação que está na obra coletiva organizada por Elena Jundensnaider, teria dado “autonomia total” para o MPL-SP organizar e coordenar os atos (data, local, trajeto, conteúdo do panfleto, etc.) (JUNDENSNAIDER, 2013). Ou seja, as questões pontuais das atividades, sobretudo manifestações de rua, iriam ser decididas exclusivamente pelo MPL-SP, pois estaria “sozinho” e com sua base para as ações de rua, sendo a participação dos partidos de esquerda meramente na ação e não na organização das manifestações.

A primeira manifestação de 06 de junho reuniu alguns milhares de manifestantes, mas em número menor que os cinco mil que participaram da segunda manifestação, no dia 07 de junho. No dia 11 de junho aconteceu o terceiro ato, com quinze mil participantes, que triplicou em quantidade de pessoas. Todas essas manifestações foram finalizadas com a repressão policial. No dia 13 de junho aconteceu o quarto ato, com vinte mil pessoas, no quinto ato que aconteceu dia 17 de junho compareceram cem mil pessoas, reduzidas para cinquenta mil no sexto ato, dia 18 de junho de 2013 (JUNDENSNAIDER, 2103).

Em todas as manifestações o trânsito foi parado, panfletagens, tentativas de encontro com as autoridades governamentais e a acusação com alvo no MPL-SP e divulgada pela imprensa: “as manifestações trazem o caos para a cidade”, “tiram o direito de ir-e-vir do cidadão”, direcionadas pelos meios de comunicação e por seus representantes mais conhecidos.

Ao suceder de um ato para outro, os relatos de violência policial se multiplicaram e ganharam realismo com a presença de milhares de celulares filmando as manifestações. No Youtube são centenas de vídeos que sob diferentes ângulos registraram a repressão: de cima dos prédios, de dentro de bares e restaurantes, das calçadas, no meio das manifestações e, também, as filmagens dos meios de comunicação.

Na primeira etapa das manifestações de junho conduzida pelo MPL-SP, os meios de comunicação também exerceram seu poder através da violência “simbólica” contra o MPL-SP e as manifestações, em jornais como a Folha de São Paulo, com o seu editorial “Retomar a Paulista”, o jornal Estado de São Paulo com o “Chegou a hora do basta”, e em jornalistas como Arnaldo Jabor que em conhecido comentário no Jornal da Globo (no começo da madrugada) disse que as manifestações eram de vândalos que não valiam vinte centavos, pessoas com raiva da cidade:

Mas afinal, o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus! Não pode ser por causa de 20 centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível: ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs não. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis-molotovs, que ganham muito mal (JUNDENSNAIDER, 2013, p. 81).

O aumento das passagens no transporte contra qual o MPL-SP se organizava foi uma medida dos governos municipal, gestão Haddad controla os ônibus, e governo estadual, gestão Alckmin que controla o trem e o metrô. Geraldo Alckmin assumiu a postura de ignorar a reivindicação do MPL-SP, só se manifestando sobre as manifestações, defendendo-as, mas em contraposição ao vandalismo, e por isso sempre se expressou somente para justificar a repressão policial. O governo estadual ignorou a demanda de revogação dos aumentos, respondendo com repressão policial, ou simplesmente fingindo não ter acontecido nada, a partir do momento que as manifestações se tornaram massivas, exemplo desta conduta foi que no dia de maior repressão policial sobre as manifestações o governador se calou e finalizou suas atividades do dia com o seguinte comentário pelo twitter: “Parabéns a toda a população de Guaratinguetá pelos 383 anos da cidade. Boa noite a todos!”.

Provavelmente Alckmin teria ignorado e reprimido as manifestações por mais tempo, pois conforme lembrado na obra coletiva organizada por Jundensnaider, citando a informação exclusiva dada pela colunista de política Mônica Bergamo, durante a reunião de Alckmin e Haddad que decidiu pela revogação do aumento no dia 19/06, Alckmin teria dito o seguinte:

Minutos antes do anúncio de que reduziram as tarifas de ônibus e metrô, o governador Geraldo Alckmin disse ao prefeito Fernando Haddad que, caso o petista quisesse, ele estaria disposto a resistir à pressão e a manter o preço de R\$ 3,20. “A gente aguenta firme, juntos”. (JUNDENSNAIDER, 2013, p. 220).

Já o prefeito Haddad, do PT e com uma base eleitoral diferente do governador Alckmin, mantém uma postura dúbia em relação ao MPL, que com as primeiras manifestações chamou a organização MPL-SP para uma reunião, mas na recusa desta, e na permanência das manifestações de rua, passou a emitir comunicados na imprensa afirmando que o MPL-SP era intransigente e fechado para o diálogo (JUNDENSNAIDER, 2013). Na verdade, o MPL-SP não estava fechado para o diálogo, a organização sempre participou de reuniões com autoridades políticas, a questão era que a reivindicação era irredutível, a revogação do aumento, dialogando somente para se ter um meio prático para cancelar o aumento das passagens, foi esta a postura que a organização manteve durante toda a Jornada de Junho de 2013.

O prefeito buscava negociar tendo como recursos argumentos técnicos, tal como a municipalização de imposto para ampliar o subsídio às tarifas. Com a irredutibilidade da reivindicação do MPL-SP o prefeito encerrou a negociação e passou a fazer coro com o discurso repressivo dos principais meios de comunicação e do governo estadual (JUNDENSNAIDER, 2013).

### **Evolução histórica do MPL-SP antes da Jornada de Junho de 2013**

Quando em 2013 o MPL-SP iniciou mais uma jornada de mobilização contra o aumento já tinham se passado dez anos de experiências reivindicando melhorias e maior acesso ao sistema de transporte. E nestes dez anos, desde 2003, a dinâmica das mobilizações passou por experiências diferentes: em 2003, na “Revolta do Buzu”, em Salvador, a luta contra o aumento das passagens foi conduzida pela base estudantil que no processo de mobilização se opôs frontalmente às entidades estudantis; nas “Revoltas das Catracas”, em 2004 e 2005, na ilha de Florianópolis, a base estudantil mobilizada contribuiu para a emergência da Campanha pelo Passe Livre, embrião do MPL, desenvolvendo uma mobilização que tinha numa organização específica, a Campanha, o apoio e que se somou com a participação massiva da base. Já em 2013, além da organização específica, o MPL-SP, e da mobilização da base estudantil, tem-se o ineditismo de uma participação em massa de pessoas, sobretudo jovens, que nunca tinham participado dos protestos contra o transporte e que apoiando a mobilização

contra o aumento e contra a repressão policial foram participar de manifestações de rua, acrescentando novas reivindicações no movimento das ruas.

Quando os governos recuam e revogam o aumento o MPL-SP põe fim às manifestações. No dia 24 reúnem-se com a presidente Dilma, e ainda que tenham decidido não sorrir para a presidente durante o encontro como forma de demonstrar que não se tratava de uma reunião de amigos (informação obtida em entrevista), saem da reunião com o acordo de pôr fim às manifestações de rua com a revogação do aumento das passagens, o que efetivamente aconteceu.

Assim, acreditamos que a novidade da mobilização do MPL-SP não está na organização, e sim na “onda de manifestações” despertadas pelo MPL-SP. De fato, a jornada contra o aumento foi uma das mais rápidas na história da organização: foram dois protestos iniciais com a média de participação de manifestantes nos atos de rua dos anos anteriores, cinco mil pessoas, nos dias 06/06 e 07/06; no dia 11/06 o número de participante salta para quinze mil, e no dia 13/06 vai a vinte mil pessoas. Todos estes atos foram intensamente reprimidos pela polícia militar, e a cada repressão mais gente participou do ato seguinte. Essa relação é válida para os atos dos dias 17/06 e 18/06, manifestações com cem mil e cinquenta mil pessoas, respectivamente.

Nosso objetivo não é aprofundar no estudo das jornadas de 2013 (determinações, consequências, composição, dinâmica, agentes externos, etc.), e sim enfatizar na participação do MPL-SP durante este evento, buscando compreender como a experiência anterior do MPL-SP foi crucial para definir os resultados visíveis e invisíveis de junho de 2013. Sobre as manifestações de junho muita coisa foi apresentada e refletida, e o principal trabalho até agora é o de Lucas Maia (2014), mas outros apresentaram aspectos importantes, como a questão das mutações no capitalismo (TONET, 2014; ADOUE, 2014; VAINER, 2013), crise da política institucional (LIMA, 2013), situação dos jovens precarizados (BRAGA, 2013), condições de vida nas cidades (MARICATO, 2013; HARVEY, 2013). A crítica revolucionária a junho de 2013 começou com Lucas Maia e tende a avançar nos próximos anos.

No auge dos protestos de junho de 2013, o texto divulgado pelo pseudônimo “Blues Brother” e intitulado “Morto ao chegar – O que era e o que se tornou o

Movimento Passe Livre”<sup>8</sup> e divulgado na internet refletia sobre a história do MPL-SP, o desdobrar das manifestações e concluí:

Se a ideologia germinal que orientou a fundação do Movimento Passe Livre tivesse ganhado as ruas, teríamos hoje no Brasil um movimento de massas orientado pelos princípios do anarquismo social, ou seja, de esquerda (BLUES BROTHER, s/d<sup>9</sup>).

Segundo o autor, que assume a perspectiva conservadora, a onda de manifestações originada com o MPL-SP poderia tender tanto para a esquerda, quanto para a direita, no turbilhão das manifestações de 2013 esta é uma voz que quer tranquilizar alguns setores da sociedade: não há o que temer no MPL-SP. Nem toda forma de esboçar o pensamento na perspectiva conservadora é incoerente e desprovida de fundamentos reais, tal como é elaborado o pensamento no trabalho de Flavio Morgenstern. Blues Brother, que no texto diz ter sido militante do MPL-SP, mas veio a romper com suas ideias e mudando para o campo político do conservadorismo, relembra as origens e desenvolvimento da organização:

Mas a partir de Florianópolis o Passe Livre cresceu significativamente e nos anos seguintes conquistou cada vez mais adesão dentro dos ciclos tradicionais da esquerda. Houve concessões importantes que deram o formato que o movimento ganhou nos nossos dias. A primeira e mais importante foi uma abertura maior aos partidos e às organizações sindicais, embora o governismo tenha sido desde sempre rechaçado. Ainda assim persiste uma “hostilidade branda” contra as organizações partidárias – que ganhou força nos últimos dias. A extrema esquerda entrou na dança com militantes do PSTU, PCO e, posteriormente, do PSOL. Os dogmas libertários não tinham mais tanto valor quanto as questões pragmáticas para mobilizar a população e levar a pauta do Passe Livre ao conhecimento de todos.

---

<sup>8</sup> Utilizamos aqui a abordagem de Blues Brother por compreender que o questionamento que ele traz pode suscitar no pesquisador comprometido uma resposta sobre a transformação ideológica do MPL, e ir além da crítica conservadora sobre o MPL. Esta abordagem de utilizar outras visões sobre o grupo estudado encontra respaldo, como foi indicado por Nildo Viana, A pesquisa em representações cotidianas, como de acordo com o princípio metodológico do materialismo histórico de que os indivíduos não são avaliados pela consciência que têm de si (Marx), por isso Viana propõe a entrevista interpretativa inversa, buscando obter informações com grupos diferentes do que o estudado. Embora estamos nos referindo a um artigo, por analogia como fonte de informação, entendemos a validade da seguinte síntese de sua abordagem: “A entrevista interpretativa inversa tem o objetivo de ver uma versão oposta ou pelo menos diferente, fora do grupo entrevistado, ocupando outra posição nas relações sociais, ou seja, quando se trata de representações cotidianas sobre outro grupo ou atividade social, se entrevista pessoas deste outro grupo ou que realiza tal atividade visando ver as representações cotidianas destes sobre aqueles que foram entrevistados a seu respeito ou de sua atividade ou sobre si mesmos. Mas também no caso das representações cotidianas serem sobre suas próprias atividades, que, no entanto, serão percebidas de forma diferente por outros que não fazem parte do grupo que a exerce (VIANA, 2015, p. 127).

<sup>9</sup> O artigo de Blues Brother estava no site reaonaria.org mas este site foi retirado do ar.

(...) “O anarquismo tem costas largas e, como o papel, aceita qualquer coisa”, escreveu Chomsky na introdução do seu best-seller. O professor do MIT sempre defendeu uma fraternidade de esquerda “antiautoritária” para lutar por demandas comuns nas democracias ocidentais. De forma consciente ou não, o MPL é a concretização dessa crença: seu molde libertário foi alargado o suficiente para abrigar várias seitas da extrema esquerda, incluindo desde os trotskistas do PSTU até os socialistas antipetistas do PSOL. A flexibilização, que exclui apenas o cardápio de ideias da direita, abriu caminho para a deformação ideológica do movimento.

De fato, o MPL havia em suas origens definindo um modelo de organização:

O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc. (Carta de Princípios).

E os objetivos de médio e longo prazo:

O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade. Da mesma forma, a luta pelo passe-livre estudantil não tem um fim em si mesma (...) Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente (Carta de Princípios).

Com a Carta de Princípio, a organização se expressava afirmando um modelo de organização e objetivos que estariam alinhados com pontos essenciais do anarquismo, do autonomismo e dos denominados princípios libertários. E esta junção de ideias em comum levou a diversos analistas ao longo do tempo a entenderem o MPL através de seu próprio discurso, daquilo que eles próprios dizem. Mas havia algo no meio que não foi esclarecido na ordem do dia como deveria ter ocorrido, e na mesma Carta de Princípios se lê o seguinte a respeito da luta pelo passe livre:

Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público (dos trabalhadores e usuários).

Já na origem do MPL duas formas de compreender a questão do transporte se expressam: de um lado, reivindicar para ir além e formar parte do processo revolucionário, e, por outro lado, contribuir para transformar a atual concepção sobre transporte inserindo na lógica do público, gratuito e de qualidade, e fora da iniciativa privada.

Contudo, ao longo de vários anos estudiosos e mesmo análises de outras organizações não se atentaram para esta questão e reafirmaram, com base no discurso do MPL sua identidade com o movimento autonomista:

Pela própria trajetória de luta do movimento, defini como foco da pesquisa a forma como o movimento concilia a sua perspectiva autonomista de negação ao sistema capitalista e às formas tradicionais de organização política com a necessidade de diálogo com as instituições políticas. Ou seja, de que maneira lida com o dilema entre identidade e estratégia (BRITO, 2009, p. 43).

Ou com o “campo libertário”:

Entendemos o Passe Livre como parte do que chamamos de campo libertário, o que se expressa em seus princípios. Federalismo, horizontalidade a autogestão social são algumas das bases deste coletivo que subverte as regras do jogo político autoritário e neoliberal, bebendo da fonte da tradição libertária e organizada, mesmo sendo um movimento mais aberto em relação a outros que tem uma estrutura mais dura (Coletivo Anarquista Núcleo Negro, 2017, p. 92).

Ou a identificação simultânea com as ideias libertárias e autonomistas:

O Passe Livre no transporte coletivo, a partir de 2004, e especificamente o Movimento Passe Livre (MPL) a partir de 2005, se tornaram um atrativo campo de atuação política de uma juventude libertária e autonomista em diversas cidades brasileiras. (Continuando em nota de rodapé sobre o significado de juventude libertária e autonomista). Por “juventude libertária e autonomista” entendemos uma juventude que possui afinidades ideológicas ou práticas com o anticapitalismo e antiestatismo que caracterizaram o anarquismo histórico e/ou que possuem uma prática política autonomista, no sentido dado à autonomia por Castoriadis (1982): a regulação ou legislação por si mesmo, em oposição à heteronomia, a legislação e a regulação pelo outro; em suma, autonomia seria a capacidade de autogoverno (Liberato, 2006 apud Sousa, 2007, p. 84) (SOUZA, 2015, p. 138).

E também teve quem concluiu haver clara hegemonia anarquista no MPL-SP, em observação feita sobre o segundo encontro em Campinas, no ano de 2005, diz Leo Vinícius:

No Encontro de Campinas ficou nítida uma hegemonia anarquista, menos pela grande quantidade de anarquistas entre os militantes presentes do que pelos princípios e formas organizativas caras aos libertários, e tradicionalmente defendidas por eles, serem as de melhor aceitação e receptividade pelos jovens presentes como um todo, por refletir a vontade, o espírito e as próprias práticas desses jovens localmente (VINÍCIUS, 2006, P. 231).

Ou uma espécie de resgate e reunião de radicais da esquerda de épocas passadas, sobre uma “base” na “genealogia política libertária”:

O MPL adota uma perspectiva construída com base numa genealogia política libertária, que bebe no anarquismo do século XIX, no marxismo heterodoxo do início do século XX, nos movimentos contraculturais dos anos de 1960; nos movimentos autonomistas dos anos de 1970 e 1980, na Itália e Alemanha

(surgidos, estes últimos, do movimento estudantil radical e apartidário, também denominado extraparlamentar, na tradição alemã); no zapatismo e nos movimentos anti/alterglobalização (SARAIVA, 2014, p. 44).

Outros autores vão interpretar o MPL como um movimento de herança autonomista e marxista, tal como fazem Leo Vinícius (2006) e Spina (2016), dois acadêmicos com pesquisas de pós-graduação tematizando o MPL e com diferença de dez anos entre o trabalho de um e outro. Tanto de intelectuais, quanto de organizações políticas diferentes (grupos anarquistas, partidos políticos), o MPL é concebido como parte de um movimento mais amplo, que é vinculado ora ao anarquismo, ora ao autonomismo, ora às ideias libertárias e que forma parte do movimento juvenil contemporâneo.

O MPL é um movimento autônomo e juvenil, esta foi a interpretação unânime dos analistas e daqueles que se identificaram com a organização. Só uma interpretação destoa de todas apresentadas anteriormente, a de Morgenstern, que diz que o MPL-SP é uma organização suprapartidária; compreensível porque enquanto o MPL-SP permitiu a presença de partidos que apoiavam o passe livre possibilitou que estes fossem relacionados com o MPL; mas por outro lado, é desconsiderar a defesa do autonomismo pelo MPL, base do discurso e de práticas da organização, bem como a forma organizacional do MPL não é a forma de organização partidária. Assim, o mais necessário é compreender que a aceitação dos partidos políticos poderia ter sido apontada com um exame crítico para o conjunto das ideias do MPL, porém, a fragilidade explicativa do autor foi muito grande, sem saber explorar as contradições, ao contrário, assumindo as contradições do discurso.

Além das ideias, a prática anarquista, autonomista e libertária foi reivindicada dentro do MPL-SP, situação que aconteceu de forma mais organizada em São Paulo e Brasília e de forma mais difusa em Florianópolis, devido a peculiaridade local com a forte presença da organização Juventude Revolução Independente, tendência estudantil que estava rompendo com sua organização original, o PT, desde um tempo anterior ao surgimento da Campanha em 2004.

Leo Vinícius relata a passagem dos grupos antiglobalização para a construção do Comitê pelo Passe Livre em São Paulo. Vinícius registrou a trajetória política de indivíduos

anarquistas vinculados a FAO e a tendência especificista que se estruturava no Brasil de começo dos anos 2000:

Para Maurício, que participou do movimento antiglobalização em São Paulo, no qual, segundo ele, sua forma de ver política e cultura teria encontrado sua maturação (seu caminho na política se iniciou também pela contracultura, especificamente o punk rock), o movimento pelo passe-livre teria sua raiz nas diversas manifestações, publicações, centros sociais e coletivos que surgiram em torno do ano 2000, em meio ao movimento antiglobalização e na cola da Batalha de Seattle e da criação do CMI. Maurício não participa do MPL-São Paulo, mas seu entendimento parte não só do fato de vários militantes do MPL-São Paulo terem passado e até mesmo terem iniciado sua participação política através dos espaços autônomos (centros sociais) e das manifestações antiglobalização, mas também da percepção do MPL-SP como uma continuidade ou como portador de uma herança política (autonomista, libertária) do movimento antiglobalização (ou anticapitalista como ele o chama) (VINÍCIUS, 2006, p. 234).

No site do CMI também é possível encontrar algumas intervenções de indivíduos anarquistas buscando influenciar na organização do MPL:

PSTU Manipulando o Comitê do Passe Livre com a única intenção de cooptar novos jovens integrantes. Convoca-se a todos os Anarquistas, simpáticos ao ideal, autônomos, e todos aqueles que se opõem ao oportunismo do PSTU e acreditam e querem estar nesta luta, que compareçam às reuniões pelo Passe Livre em São Paulo (MAZAROPE, 2004).

Relacionando a crítica ao PSTU e promovendo a participação no processo de mobilização pelo passe livre para ampliar a presença anarquista:

Convocatória a todos os Jovens Estudantes Anarquistas, Simpatizantes do Ideal, Autônomos, todos aqueles que querem travar uma luta combativa pelo Passe Livre aos estudantes e trabalhadores desempregados. Está ocorrendo uma mobilização em vários estados do país de estudantes pelo Passe Livre.

Em São Paulo, as reuniões estão restritas e com pouca participação. Esta é uma luta importantíssima e de nenhuma forma pode ser desconsiderada. Todos nós devemos agir e participar desta luta que esta sendo levada pelo P\$TU da forma mais burocrática e crapulista, sem discussão nem orientação da base (ESTUDANTE AUTÔNOMO, SEM DIREÇÃO NEM VANGUARDA, 2004).

Pietro Ferrari, em artigo na primeira edição da Revista Protesta, do grupo que ele pertence, o Coletivo Anarquista Terra Livre, diz que:

O comitê conta com a participação ativa de anarquistas que entendem que garantir o Passe-Livre é necessário para uma melhoria imediata das condições de vida da parcela mais explorada da população e também que essa luta pode servir para a auto-organização e radicalização dos jovens a nível local e nacional (FERRARI, 2005, p. 30).

E no artigo “Análise anarquista do MPL”, de produção anônima, mas que deixa vestígios que indicam ser um membro do MPL da cidade de Brasília, diz que:

Para completar esta reflexão, pode-se fazer referência à Teoria das Jaulas de Noam Chomsky (2004) pois, sem dúvida, o Estado é uma instituição ilegítima do ponto de vista da representação popular, mas as empresas de transporte e o capital privado são ainda mais ilegítimas. Neste sentido, o Estado é passível de pressão popular, enquanto o capital privado se constitui de empresas tiranas que ficam mais distantes do campo de atuação do movimento social. Neste caso, reforçar o Estado construindo e aprovando Leis, Decretos e instrumentos de gestão participativa, não deixa de ser uma meta, dentro de um projeto anarquista. O Passe-Livre como movimento social pressiona o Estado para reforçar suas políticas de transporte público de qualidade em termos de metas, e exerce pressão por manutenção de políticas públicas, visando um projeto em essência anarquista (GNOMO, s/d).

Todas estas análises foram feitas por pessoas pertencentes ao MPL, e mesmo a tese de Leo Vinícius, é o resultado do trabalho de um indivíduo que atuou intensamente na organização. A atuação desses indivíduos, alguns orientados por outras organizações (sobretudo da FAO) indica a presença da corrente autonomista, anarquista, libertária dentro do MPL. Mas a existência de uma corrente não se confunde com a organização e por isso é necessário a compreensão conceitual do que é o MPL.

Para nós, todas estas definições são problemáticas, sejam as análises acadêmicas, as análises de organizações políticas, e inclusive a auto definição dada pelo MPL (nos documentos) e por seus membros. O MPL não é uma organização de um movimento político, como o são o movimento anarquista e autonomista, e sim uma organização derivada de um movimento social, mais especificamente do movimento estudantil (VIANA, 2016b). Além da distinção entre movimento político e movimento social se faz necessário compreender a distinção entre os vários tipos de movimentos sociais (situacionais, culturais ou biológicos), e ter clara a noção que o MPL é produto da mobilização estudantil pelo passe livre, o MPL é uma organização que foi constituída ao longo dos anos para atingir esse objetivo.

Os movimentos políticos (comunismo, anarquismo, liberalismo, nazismo) são movimentos de classes sociais, expressam os interesses de determinadas classes sociais, ao passo que os movimentos sociais são expressão de interesses de grupos sociais (VIANA, 2016), esta é a distinção crucial de ser feita e que torna possível a compreensão do vínculo do MPL-SP com o autonomismo, enquanto movimento social, e não do movimento político autônomo como expressão de mobilização do proletariado e outros grupos oprimidos, como ocorreu ao longo da história, sobretudo nos casos Italiano das décadas de 1950 e 1960, ou o movimento autônomo Português da década de 1970.

Enquanto expressão de um movimento social, o autonomismo é o conjunto de ideias que defendem a autonomia como modelo de organização, ao passo que enquanto movimento de classe, a autonomia é uma forma de luta concreta do proletariado e que tende a avançar para a transformação completa da sociedade, ao tempo em que o autonomismo tem sua dinâmica na própria organização autônoma sem criar um vínculo concreto com um projeto revolucionário de transformação. O autonomismo é a apologia das lutas autônomas, a autonomia é o processo concreto e a consciência desse processo, que avança ao apontar para um novo estágio, a auto-organização generalizada da sociedade.

Portanto, nestes termos, o MPL não pode ser um movimento anarquista, posto que este é um movimento político. Mas além, e o que mais nos interessa, nem mesmo as possíveis relações do MPL com o anarquismo resistem a um exame crítico desde a perspectiva de alguém que conhece do fundamental sobre a origem e o conjunto de ideias que se identificam com o anarquismo. O mais importante nesse momento é demonstrar que o MPL abandonou, ao longo de sua história, a influência original que teve com a atuação da corrente anarquista. Deste abandono permaneceu a convicção na “autonomia”, porém, seu limite como movimento estudantil, um movimento social e não movimento político, o limitou em determinadas atividades, como a necessária relação com o poder público para atingir seu objetivo, a gratuidade nas passagens para os estudantes, e a alta transitoriedade de membros devido à situação estudantil. Como se deu este abandono é o que precisa ser explicado.

### **MPL-SP e os limites do autonomismo**

No artigo “Movimento estudantil, dualidade reivindicatória e entrelaçamento reivindicativo” (2016b) Nildo Viana deu a contribuição germinal para compreender o MPL como produto do movimento estudantil, formando parte das novas organizações estudantis, que não estão limitadas ao espaço escolar e que relacionam interesses específicos do grupo de base, os estudantes, com interesses gerais e/ou universais, entrelaçando com os interesses de classe, geralmente dos trabalhadores. Estando submetidos ao processo de ressocialização através da escola, que entre as características é marcado pela subordinação e alienação estudantil (MARQUES & SILVA,

2018), por carências educacionais e institucionais, e pela composição policlassista, podendo incorporar a insatisfação de sua classe de origem no interior do grupo estudantil (VIANA, 2016b), por estas determinações emerge o movimento estudantil que pode ser caracterizado como “um movimento social constituído pelo grupo social estudantil, que articulam através de demandas referentes a partir da área educacional, além de ser marcado pela questão da transitoriedade, uma vez que a condição de estudante não é permanente” (CONCEIÇÃO, 2016, P. 86).

O motor do movimento estudantil são os interesses grupais, “articulam-se através de demandas referentes a partir da área educacional”, e estes podem até se tornar equivalentes ao interesse da classe de origem (2016a), mas o que determina é o interesse grupal na formação do movimento social. Diferentemente do movimento político, que tem uma composição social de classe e articula-se através dos interesses de classe (VIANA, 2016a), o MPL como organização derivada de um movimento social encontra-se limitado por esta determinação objetiva para poder expressar os interesses de classe além dos interesses grupais, e a demonstração desta limitação nos dá o MPL em uma avaliação sobre o fracasso do trabalho de base em bairros da periferia de São Paulo:

No trabalho comunitário era inevitável nos depararmos com as dificuldades presentes, tais como: a diversidade de interesses e necessidades dos moradores da região – as mobilizações se orientavam em torno de demandas imediatas, como a resistência à remoção de residências; a existência de mais organizações atuantes com projetos específicos – são associações comunitárias, partidos políticos, ONGs, tráfico de drogas; além do fato de várias pessoas, por vezes, precisarem escolher entre militar e trabalhar. Somado a isto, as distâncias prejudicavam o trabalho, uma vez que os militantes não moravam nestas comunidades e utilizavam o transporte coletivo para chegar nelas; também por não morar nelas, não possuíam os laços de pertencimento formados nestes bairros, e não era cogitado mandar um militante ir morar em um bairro para atuar ali politicamente. Todas estas dificuldades implicam, necessariamente, em resultados mais lentos, em uma mobilização menos intensa que a característica dos estudantes. Este trabalho em comunidades contribuiu para uma maior legitimidade do MPL perante a sociedade e para a formação política dos militantes, aprofundando a reflexão do movimento sobre a cidade (LEGUME & TOLEDO, 2011).

As dificuldades eram da ordem de inserção e permanência nos bairros de periferia. Consolidado o MPL, este passa a ter sua dinâmica própria, para além da mobilização estudantil, e nessa condição de organização, definem objetivos, ideias, atividades, etc. No meio estudantil atuam sob o reconhecimento da base estudantil, já

nas comunidades o meio estudantil não existe. A tentativa fracassada de “trabalho de base em comunidades” tem explicação na clivagem de dois mundos: o estudantil e o “popular”, e toda tentativa de aproximação dos dois só demonstra o quanto estão separados.

Limitado por sua base social, o estudante e sua condição, o MPL constitui a feição reformista-radical, sendo que no movimento estudantil as tendências estão bem claras: a conservadora, a progressista e a revolucionária (2016b). O reformismo radical do MPL é uma expressão da tendência progressista, que tinha elementos para avançar para a tendência revolucionária mas devido às escolhas conscientes da organização, reforçada pela limitação de sua base (a condição estudantil que é temporária, dependente da classe e submetida à rígida ressocialização via escolas e universidades), não conseguiu “ir além de si mesmo” e pautar reivindicações que “ultrapassem os limites do capitalismo”.

Sobre as escolhas duas foram cruciais para a história da formação do MPL: a vitória da concepção passelivrista, determinando como objetivo fundamental da organização a busca do passe livre; e a aceitação de partidos no interior da organização.

Na concepção passelivrista o MPL concebe o mundo do ponto de vista da catraca, por isso o objetivo de “libertar a vida das catracas”, garantir o “direito a cidade”. As forças que atuaram para a criação do MPL pensavam que a luta pelo passe livre estava relacionada com o objetivo maior de transformar a sociedade, daí a afirmação, “a luta pelo passe livre não pode ser um fim em si mesma”, esse era o pensamento de uma corrente que contribuiu para a criação e consolidação do MPL desde o ano de 2004. Porém, na criação do MPL enquanto organização específica sobre tal reivindicação estava o germe de algo novo e diferente no contexto da sociedade brasileira dos anos 2000. Uma organização específica pelo passe livre estudantil, ao consolidar-se como tal, o MPL tinha de necessariamente secundarizar e por fim abandonar os ideais presentes numa das correntes impulsionadora de sua criação, a autonomista, libertária, anarquista. O abandono concreto da perspectiva autonomista se materializou em 2013, com escolhas que reforçaram os limites da atuação do MPL como algo além de uma organização independente que busca o passe livre estudantil ou universal. O abandono

ideal ainda não efetivou-se pois discursivamente o MPL ainda defende a transformação revolucionária, tal como consta na Carta de Princípios, revisada em fins de 2013.

Desde o ano de 2005 o MPL-SP atuou em escolas da capital seguindo as diretrizes do documento Atividade Geradora do MPL-SP nas escolas. O texto foi elaborado por uma comissão específica para este fim, e ao final aceito por reunião geral da organização. O texto é muito parecido com um plano de aula planejado pelos professores, dividido em vários tempos até atingir o limite de quarenta e cinco minutos, uma aula de Ensino Médio. A atividade ocorria nas escolas depois de solicitada autorização da direção, em documento descrevendo a atividade, e com a disposição de algum professor de liberar sua aula, e geralmente era com um professor que já tinha tido algum tipo de contato com o MPL-SP.

Os membros do MPL-SP que passavam nas escolas tinham de apresentar a organização, passar lista de contato, um vídeo de até dez minutos, realizar a discussão, entregar panfleto, sublinhar nome dos mais interessados e marcar um novo encontro para depois das aulas, tudo em quarenta e cinco minutos. A parte principal da atividade tinha como objetivo, em até quinze minutos, elaborar um mapa da cidade a partir das necessidades cotidianas dos alunos (escola, casa, hospital, cinema, trabalho, etc.) e refletir sobre a presença das catracas: “o momento mais importante desta dinâmica é mostrar como o transporte (“ÔNIBUS”) liga todas essas atividades”. Com a dinâmica do mapa, a atividade geradora pretende levar a uma reflexão sobre a ideia de “público”:

A conclusão fundamental aqui é de que só existe educação pública de verdade se o transporte for público de verdade. Só existe saúde pública de fato se o transporte for público de fato. E só existe transporte público de verdade se não houver exclusão social, se todas as pessoas tiverem acesso a ele.

A base estudantil do MPL-SP sempre foi vista por todos os analistas e mesmo pelos membros da organização, contudo, nunca se chegou com clareza de que o MPL era uma expressão do movimento estudantil, manifestação das novas organizações estudantis, que relacionam os interesses grupais com interesses de classe (e raramente atuam instituições do espaço escolar), e por isso não se constituem como entidades estudantis (C.A., DCE, entidades estaduais e nacional, etc.). Movimento juvenil foi como praticamente todos os analistas definiram o MPL (VINÍCIUS, 2006; PONTE SOUZA, 2015;

SARAIVA, 2014), o que pela generalidade do termo mais facilmente encaixa com a percepção dessa organização como autonomista, libertária, anarquista.

Para se fazer ouvido por sua base estudantil o MPL passou a enfatizar o passe livre como determinante do acesso à escola e encontrou um meio estudantil receptivo, reforçado pelo resgate de ideias anarquistas que vinha sendo feitos por estudantes, muitos deles adeptos da contracultura (VINÍCIUS, 2006).

Exemplar da ênfase no passe livre, em detrimento dos objetivos de longo prazo (somar-se aos movimentos revolucionários, ultrapassar o capitalismo), é a aproximação do MPL-SP com o ex-secretário de Transporte Lucio Gregori, durante a gestão da petista Luiza Herondina. O projeto de Tarifa Zero defendido pelo MPL-SP é o mesmo que o elaborado pelo ex-secretário, baseado na municipalização dos impostos e gestão popular do sistema de transporte. Em diversas atividades de formação do MPL-SP Lúcio Gregori foi o convidado, e suas ideias foram divulgadas em vários materiais de formação da organização. Inclusive na Cartilha da campanha do Tarifa Zero realizada pelo MPL-SP, onde encontramos as seguintes ideias.

Na Cartilha da Campanha Tarifa Zero uma das primeiras frases em destaque é a seguinte: “uma cidade só pode existir pra quem pode se movimentar por ela” e a última frase uma das principais “palavras de ordem” do MPL-SP: “por uma vida sem catracas!”. O transporte é apresentado como fundamental para ter acesso a direitos, para circular pela cidade e acessar os “seus equipamentos de muitos tipos”: culturais, saúde e lazer, que ao lado da moradia e alimentação dignas são direitos fundamentais.

A concepção passelivrista é novamente sintetizada e reforçada no seguinte trecho:

A catraca que exclui as pessoas não está só no ônibus. A cidade está cheia de catracas, muitas delas invisíveis, que separam as pessoas da saúde, da educação, do esporte, do lazer, dos bairros vizinhos, do Centro. Toda a vez que vamos a algum lugar, esbarramos neste obstáculo concreto: a tarifa; sem falar nas dificuldades de locomoção devido à falta de linhas e dos ônibus lotados, o que isola cada vez mais grande parte da população nas periferias da cidade. Por isso lutar por um transporte verdadeiramente acessível, sem tarifa, é também lutar pelo direito à cidade (Cartilha Campanha Tarifa Zero).

E arremata: a “Tarifa zero mudaria tudo na cidade” (p. 14/15). Será que realmente na perspectiva do anarquismo, se a mobilização estudantil alcançar tal objetivo “mudaria

tudo na cidade”? Recusar uma mercadoria em específico, “o transporte é uma mercadoria”, relaciona-se com o objetivo de fim do Estado e da exploração capitalista, tal como defendido pelos principais pensadores e movimentos políticos anarquistas? Evidentemente não. E a raiz desta limitação encontra-se na diferença entre movimento político anarquista e movimento social estudantil. A mobilização do MPL é para por fim a uma única mercadoria, o transporte, e para isto reivindicam do Estado o controle sobre o sistema, portanto, mantém uma relação necessária com o Estado na busca de efetivar o caráter “público” do sistema de transporte. E nessa reivindicação não é contraditório o resgate de um projeto petista para a gestão do transporte, por sua vez, seria totalmente contraditório tal demanda vindo de um movimento político anarquista, que em todas as suas manifestações na história moderna objetivaram o fim do Estado e da sociedade de classes. Evidentemente que tendências do anarquismo se pautaram pela busca de objetivos reformistas dentro da atual sociedade, mas o fizeram na tentativa de relacionar objetivos imediatos com os objetivos de longo prazo, ou seja, relacionando com a transformação social total, o que se mostrou inexistente no MPL-SP.

Outra escolha problemática, do ponto de vista anarquista, autonomista e libertário que um dia esteve presente no MPL-SP, foi a de atuação e alianças com partidos políticos, o que não por acaso foi o motivo alegado para não mais convocar manifestações de rua em junho de 2013. O primeiro parágrafo da Carta de Princípios do MPL-SP diz: “O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário”. Analisado historicamente, encontramos aqui uma adição e uma vírgula que fizeram muita diferença, com o destaque ao apartidário que se sobrepôs ao ideal antipartidário da tendência anarquista que atuou na origem do MPL-SP. Na Cartilha da Campanha Tarifa Zero vem inscrito o seguinte:

A força desta jornada foi obtida por uma forte unidade na luta com movimentos sociais, entidades estudantis, grupos autônomos, trabalhadores dos transportes, partidos políticos e parlamentares. A partir deste consenso propiciado pela mobilização contra o aumento, o problema dos transportes em São Paulo foi trazido a público, permitindo que se pautasse de maneira ampla a reivindicação da Tarifa Zero, tanto na mídia quanto nas ruas (Cartilha da Campanha Tarifa Zero).

O reconhecimento da força da mobilização, pelo próprio membro do MPL, é visto com base na unidade entre grupos autônomos, entidades estudantis, partidos políticos

e parlamentares. Ao não rejeitar a participação partidária e mesmo parlamentar, o MPL-SP sintetiza aqui o seu tipo de reformismo radical<sup>10</sup>, que percorre das ruas até os espaços institucionais, contradição já apontada por Brito (2007) nas origens da organização.

Contudo, a situação nova que gerou o MPL precisa ser compreendida no que ela tem de próprio e nas rupturas que traz. Romper à lógica da mercantilização do transporte é um elemento; outro, é a tentativa de através da mobilização ampliar a organização e consciência do funcionamento da sociedade:

A efetivação do acesso à cidade em sua plenitude só pode ser obtida com a ampliação dos limites impostos à nossa mobilidade urbana e, para isto, é necessário que o transporte seja verdadeiramente público, ou seja, que todos possam usá-lo sem restrições. Evidentemente, o acesso aos diferentes espaços de uma cidade não irá fazer com que estes espaços sejam planejados e construídos pensando no bem-estar dos trabalhadores, mas este acesso permite a observação e a reflexão sobre este espaço, aclarando as contradições presentes na cidade (Cartilha Campanha Tarifa Zero).

Acontece que tal objetivo declarado pelo MPL foi secundarizado em relação ao objetivo fundamental, a gratuidade dos transportes, reforçada de um lado pelas ideologias que foram utilizadas para sustentar a reivindicação pelo passe livre: o direito à cidade, mobilidade urbana, o transporte como direito, foram ideias adotadas e recriadas pelo MPL para justificar a luta contra a tarifa<sup>11</sup>.

Feito o caminho de explicação do abrandamento das concepções do MPL-SP, retomamos aos acontecimentos de junho de 2013 que, na perspectiva histórica, agora demonstram o limite do MPL como organização reformista que por suas condições (situação estudantil e reducionismo “passelivrista”) tem de assumir uma feição

---

<sup>10</sup> O processo de formulação do conhecimento é muito instigante. A interpretação do MPL-SP como um tipo de “reformismo radical” foi feita durante nossa tentativa de reflexão. No processo de revisão deste trabalho, tivemos acesso a um novo texto de Nildo Viana, fazendo a crítica do que ele chama de “reformismo utópico” do autonomismo contemporâneo, que se baseia em fundir o reformismo, que é o abandono do projeto de transformação revolucionária da sociedade, com o utopismo, elaboração imaginária de uma nova organização social. Essa afirmação, reformismo utópico, é muito mais elaborada e clara do que a que anteriormente utilizamos, reformismo radical, mas acreditamos que a intenção da expressão que utilizamos é a mesma da expressão de Nildo, apresentar as ambiguidades do autonomismo contemporâneo, que se aproxima do reformismo e se distancia de um projeto concreto de transformação radical da sociedade. O artigo de Nildo Viana encontra-se disponível em <http://informecritica.blogspot.com/2017/02/o-reformismo-utopico-uma-breve-reflexao.html>

<sup>11</sup> É interessante observar que até a abordagem estética da luta contra a tarifa foi feita, na tentativa de ampliar o universo de ideias que fundamentam a perspectiva do passelivrista. Ver o artigo de Lucas Legume: A Catraca: uma questão estética.

confrontadora, de “pressão ao poder público”, tanto nas ruas, como nos espaços institucionais (BRITO, 2007). A redução de todas as reivindicações à questão da tarifa, ficou claro com a marginalização da organização durante a onda de manifestações que aconteceram nas ruas de São Paulo, e em diversas cidades brasileiras em junho de 2013. Envolvidos numa movimentação da sociedade o MPL-SP se mostrou impotente para “direcionar”, “influenciar”, “intervir” ou mesmo “politizar” as pessoas durante as manifestações. Em debate sobre “Anarquismo e Jornadas de Junho”, uma das principais militantes do MPL, Mayara, diz: “a gente não tem, não quer ter, o povo que faça o programa, que se foda!”.

Considerar como um movimento fascista e não ensaiar um enfrentamento numa perspectiva antagônica foi a consequência natural da ação do grupo que reduziu todas as suas reivindicações contra a tarifa e não soube esboçar apoio, precipitar ou contribuir para os movimentos revolucionários na sociedade, “de acordo com a conjuntura local” (Carta de Princípios).

Nem mesmo as práticas correntes da organização foram esboçadas durante junho de 2013. Tomemos como exemplo as “assembleias”, que sempre foram defendidas como o fundamento da participação de todos, horizontal e sem lideranças. Para além das manifestações de rua, o MPL-SP não aproveitou da situação para convocar assembleias populares, assembleias de bairro, assembleias de escolas e, assim, generalizar a participação e debate entre os interessados. A massificação das assembleias, ou sua popularização, teria contribuído enormemente para a politização, questionar pontos de vistas diferentes e assim avançar para “além de si mesmo”, como um dia se propôs. E nesse ponto, a organização teria de ter revisto pontos que ela trata como dogma, mas que revistos poderiam ter dado outra dinâmica aos acontecimentos: a) os jograis se mostraram insuficientes como recurso de participação ampliada, tendo em vista que sua dinâmica demorada e repetitiva trava qualquer possibilidade de debate; b) o veto ao uso de carro de som como medida salvadora contra os “personalismos e tentativas de direção” se mostrou um dogma que não soube trazer para si a responsabilidade da “massificação” dos debates. Esses dogmas, que se inspiram em ideologias pós-modernas que tratam a política na esfera “micro” e “individual” são

ideias ilusórias, modismos que não podem se repetir nos próximos movimentos que pensam em “ir além de si mesmos”.

É na perspectiva da crítica deste trabalho que interpretamos duas “palavras de ordem” do MPL: “vem pra rua, vem” e “a cidade vai parar”. A primeira representa a dinâmica praticista, da prática pela prática, presente não só no MPL, mas em várias organizações contemporâneas, para quem quanto mais prática mais “perto do objetivo”, mais “revolucionário” se é. E a segunda palavra de ordem se entende dentro do reducionismo passelivrista que estamos apontando no MPL, parar a cidade, interromper seu fluxo, é este o foco da visão de quem vê o mundo a partir do ponto de vista da catraca.

Ao reduzir o mundo à questão das tarifas o MPL não se movimentou no sentido de ir além de si mesmo como planejou em sua Carta de Princípios: “O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade”. O MPL-SP, mas algo que se pode generalizar ao MPL enquanto organização específica, não ultrapassa o seu limite de organização independente, mas que tem sua ação orientada para o estado, e ao limitar-se no objetivo do passe-livre limita o horizonte de sua ação ao estatismo, no sentido de que suas reivindicações se dirigem diretamente ao estado e dele dependem.

Com base nessa análise histórica e social que realizamos demonstramos que o MPL não é uma organização autônoma, no sentido do termo como movimento político, tampouco uma organização que pode ser definida como anarquista. O significado real da ideia de autonomia para o MPL quer dizer que a organização é independente, não sendo controlada por outra organização, mas sim uma organização própria, uma organização em si, com seus objetivos próprios, a gratuidade nas passagens. O MPL faz parte da nova onda de organizações estudantis autárquicas, como apontou Nildo Viana, ou seja, organizações que se definem por suas próprias normas.

MPL-SP reproduz as limitações do autonomismo, a apologia da autonomia e a falta de um projeto revolucionário de transformação da sociedade. A recusa de ser um partido não se traduz no combate aos partidos; a recusa em participar do Estado não se traduz em ações e ideias que contestem o Estado; permanece no nível da recusa, não

consegue avançar e ser propositivo, elaborar, propor um projeto de transformação total e radical da sociedade capitalista.

## Referências

ADOUE, Silvia B. Vai encarar? In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.139-146.

BRITO, Priscila. MPL: por uma vida sem catracas. In Revista Três Pontos. Vol. 6, nº 1, 2009.

Cartilha da Campanha Tarifa Zero. Movimento Passe Livre e outras organizações. São Paulo, 2011.

COLETIVO ANARQUISTA BANDEIRA NEGRA. As Lutas Sociais no Brasil e a Construção do Poder Popular. Disponível em <https://nucleonegro.noblogs.org/post/2014/01/22/as-lutas-sociais-no-brasil-e-a-construcao-do-poder-popular/> Acessado em 19/05/2017.

FERRARI, Pietro. O Movimento Passe Livre. In Revista Protesta. Ano 1, nº 1. São Paulo: Terra Livre, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. MPL acusa onda conservadora e suspende novas manifestações. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298903-mpl-suspende-novas-manifestacoes-em-sao-paulo.shtml> Acessado em 26/08/2018.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.

JENSEN, Karl. A Luta Operária e os Limites do Autonomismo. In Marxismo e Autogestão, Ano 01, Num. 02, jul./dez. 2014.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. Vinte centavos: a luta contra o aumento. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

LIMA, Venício. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.

LUCAS, Legume; TOLEDO, Mariana. O Movimento Passe Livre São Paulo e a Tarifa Zero. Disponível em <https://passapalavra.info/2011/08/44857/> Acessado em 26/07/2019.

MAIA, Lucas. As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Movimento Autogestionário. Goiânia: ano 9, N. 15, jan/jun. 2014.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.

MORGENSTERN, Flávio. Por trás da máscara: Do passe livre aos black blocs, as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2015.

PINA, Paulo. O Movimento Passe Livre de São Paulo: da sua formação aos protestos de junho de 2013. Dissertação. Pós- Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, 2016.

MPL. Manifesto e Convite para o I Encontro Nacional pelo Passe Livre. 16 a 18 de Julho de 2004 – Florianópolis.

MPL. Manifesto e Resoluções aprovadas no I Encontro Nacional pelo Passe Livre. 16 a 18 de Julho de 2004 – Florianópolis.

MPL. Carta de Princípios. Aprovada na Plenária Nacional pelo Passe Livre. 28 de Janeiro de 2005.

SARAIVA, Adriana. Movimento Passe Livre e Black Blocs: quem são os novos atores que emergiram dos protestos de 2013. In # Protestos Análises das Ciências Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

SILVA, Marcelo. #vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?. In CATANNI, Antono. # Protestos: análises das Ciências Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

SOUZA, Janice Tirelli. A Experiência Contemporânea da Política entre Jovens do Sul do Brasil. Clacso: 2015.

TONET, Ivo. Sobre as Atuais Manifestações. IN: As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massas no Brasil. GONÇALVES, Mauricio. (Org.) Recife: Projeto Espaço Socialista, 2014

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.

VIANA, Nildo. Os Movimentos Sociais. Curitiba: Editora Prismas, 2016a.

VIANA, Nildo. Movimento Estudantil, dualidade reivindicatória e entrelaçamento reivindicativo. VIANA, Nildo (org.) O Movimento Estudantil em Foco: Goiânia: Edições Redelp, 2016b.

VIANA, Nildo. A Pesquisa em Representações Cotidianas. Lisboa: Chiado, 2015

VINÍCIUS, Leo. Expressões Contemporâneas de Rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista. Tese. Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

## MARXISMO AUTOGESTIONÁRIO E LENINISMO: OPOSIÇÃO OU ANTAGONISMO?

Gabriel Teles<sup>1</sup>

*Seria correto deixar de dizer a verdade para agradar pessoas que continuam com as mesmas práticas políticas burocráticas, autoritárias, do leninismo e semelhantes? Ora, dizia um trotskista ingênuo, nós politicamente somos todos da mesma “família”! E acrescenta que nossas diferenças são apenas “táticas”! Isso é tão falso quanto o “marxismo” dos pseudomarxistas. O marxismo não é uma “família” e muito menos faz parte da família dos pseudomarxistas. O marxismo trabalha com a questão das classes sociais e não da família e sua diferença com o leninismo não é apenas tática, mas geral (Editorial da Revista *Marxismo e Autogestão*, n1. v.1, 2014).*

### Introdução

Desde a rebelião estudantil do maio de 1968, o Marxismo Autogestionário vem se desenvolvendo sob a esteira da dinâmica da luta de classes no interior da sociedade capitalista. Trata-se de um projeto político que possui como fundamento o projeto autogestionário (transformação da totalidade das relações sociais) e dá continuidade ao caráter revolucionário e radical do marxismo. Refere-se, então, da expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado em sua manifestação contemporânea, herdeiro do marxismo original da segunda metade do século XIX (Marx e Engels) e do comunismo de conselhos da primeira metade do século XX (Korsch, Pannekoek, Ruhle, Gorter, Mattick, Wagner, etc.), além de outros revolucionários, como Rosa Luxemburgo, Antônio Labriola, Makhaisky, Sylvia Pankhurst, etc.

No Brasil, ele aparece no final da década de 70 na obra e ação política de Maurício Tragtenberg, que contribui não só com o avanço da discussão sobre a autogestão, mas também com a divulgação e tradução de diversos militantes revolucionários esquecidos com a hegemonia leninista. Desde então, em nosso país, o marxismo autogestionário vem desenvolvendo, aprofundando e atualizando diversos elementos teóricos desta

---

<sup>1</sup> Militante do Movimento Autogestionário. Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (PPGS/USP). Contato: teles.gabriel@gmail.com

perspectiva e contribuindo para acelerar o acirramento da luta de classes. É especialmente com a recusa dos partidos políticos, sindicatos e demais organizações burocráticas no seio de diversos conflitos que o interesse pelo marxismo autêntico se apresenta a diversos indivíduos e coletivos que buscam a transformação social.

Podemos localizar tal interesse no movimento Antiglobalização no início do século XXI, as Manifestações de Junho de 2013, as Ocupações de Escolas pelos Secundaristas em diversos estados brasileiros, etc. Em todos essas manifestações e movimentos ocorreram a recusa pelas organizações burocráticas e a defesa da ideia e prática da auto-organização enquanto elemento fundamental para o processo de luta e formação. É o que podemos chamar de reemergência das lutas autônomas no Brasil (LUCAS, 2016). Mesmo que de forma ambígua ou eclética, a ideia da autogestão enquanto mudança radical emerge e se junta a outros indivíduos e coletivos que, periféricamente, já vinham contribuindo como a militância autogestionária no país. Dessa forma, o marxismo autogestionário já se consolida enquanto expressão teórica mas também como uma importante perspectiva política que encontra eco nas práticas políticas de estudantes, trabalhadores, desempregados, etc.

Uma questão importante que sempre aparece aos autogestionários é a relação com outras perspectivas políticas, tal como o anarquismo, autonomismo, leninismo, socialdemocracia, etc. A relação com essas diversas perspectivas é de colaboração ou combate? De aliança ou hostilidade? São perguntas que estão sempre presentes no imaginário de diversos militantes que ainda não conhecem, de forma aprofundada, a perspectiva autogestionária ou desconhecem as tradições e conflitos no interior do movimento operário e seus supostos apoiadores ou representantes.

A nossa resposta para essas perguntas depende, evidentemente, de qual perspectiva que estamos lidando. O anarquismo e o autonomismo<sup>2</sup> forma, em conjunto com o marxismo autogestionário, o bloco revolucionário que contribui para a luta

---

<sup>2</sup> É importante deixar claro que estamos falando do anarquismo e do autonomismo não dogmático e não eclético. Ou seja, do anarquismo revolucionário, anarcocomunismo, do autonomismo não eclético e reboquista, etc.

revolucionária no interior da luta de classes. Então a relação é de aliança, colaboração e contribuição.

A questão começa a se tornar mais difícil, para alguns militantes que ainda não tiveram a oportunidade de aprofundar sobre o tema, quando se observa a relação entre o marxismo autogestionário com outras perspectivas políticas que também se reivindicam como “marxista”, tal como o leninismo. Aqui, portanto, encontra-se o objetivo de nosso texto. **Qual a relação entre marxismo autogestionário e o leninismo?** Mesmo que se conheça pouco sobre a primeira perspectiva, está claro, nos escritos de diversos autores, que existe uma relação de conflito com a segunda. O dilema, no entanto, é saber quão profundo é este conflito. Para desvelar tal profundidade é necessário se debruçar, mesmo que de forma introdutória e sintética, se tal conflito se configura enquanto antagônico ou como oposição.

### **Oposição, antagonismo e perspectivas políticas**

Os substantivos *antagonismo* e *oposição*, nas representações cotidianas (“senso-comum”) se apresentam quase sempre, ilusoriamente, como sinônimos. Ou seja, aparecerem como duas palavras que expressam um mesmo significado. No entanto, o nosso entendimento aqui é que estas palavras expressam duas categorias que possuem significado radicalmente distinto. Uma ideia ou ação X pode entrar em oposição a uma outra ideia ou ação Y, mas não necessariamente são antagônicas.

Alguns exemplos concretos poderão nos auxiliar sobre essa questão: dois partidos políticos, um de esquerda e outro de direita, possuem divergências quanto às melhores políticas estatais a serem executadas pelo Estado. Aqui há um momento de oposição e não de antagonismo, já que apesar das divergências, há uma convergência que é a participação da disputa na democracia burguesa e da conquista do poder do Estado. O mesmo se pode dizer sobre o bloco dominante e o bloco reformista/progressista, já que apesar da competição, dos embates e disputas (oposição), o interesse geral e fundamental é o mesmo, que é a reprodução da sociedade capitalista. Assim, oposição implica uma divergência específica em meio a uma convergência geral.

Uma ideia ou ação é antagônica a outra quando ambas expressam perspectivas radicalmente distintas, inconciliáveis. Uma perspectiva que aponta para a transformação social, e que um dos seus elementos fundamentais é a abolição imediata do Estado, será radicalmente distinta daquelas perspectivas que buscam conquistar o poder do Estado (tanto partidos políticos de esquerda ou de direita). O bloco revolucionário é antagônico tanto ao bloco dominante quanto ao bloco progressista/reformista, o que implica a crítica radical a essas duas tendências. Por esse ângulo, antagonismo significa uma divergência radical simultaneamente específica e geral.

Tais distinções são cruciais para tomarmos consciência da dimensão do problema que é a relação entre as mais diversas perspectivas, tendências políticas e não cairmos na ingenuidade ou em alianças que podem ser, uma hora ou outra, extremamente problemáticas e limitadoras em momentos de acirramento dos conflitos sociais diversos.

### **Marxismo Autogestionário e Leninismo: expressões de classe distintas e antagônicas**

Seria um trabalho volumoso se resgatarmos todos os elementos tanto do marxismo autogestionário quanto do leninismo para apreendermos a relação entre essas duas perspectivas. Para os fins deste texto, focalizaremos a questão dos interesses de classe e o seu significado para a luta de classes no geral.

Karl Korsch, um comunista de conselhos que contribuiu para o desenvolvimento da teoria revolucionária, nos trouxe a melhor definição de marxismo que já apontamos páginas atrás: o marxismo é a expressão teórica e política do movimento revolucionário do proletariado (KORSCH, 1977). Tal definição é elaborada considerando a discussão realizada no *Manifesto Comunista* por Marx e Engels (2010), sobretudo quando estes autores colocam a relação entre os comunistas e o movimento operário:

Qual a relação dos comunistas com os proletários em geral? Os comunistas não são um partido à parte entre os outros partidos operários. *Seus interesses não são distintos dos interesses do conjunto do proletariado.* [...] Na teoria, têm, sobre o resto do proletariado, a vantagem de ter uma visão clara das condições, da marcha e dos resultados gerais do movimento operário [...] As proposições teóricas dos comunistas não se baseiam, de modo algum, em ideias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo. *São apenas a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se desenvolve diante dos olhos* (MARX & ENGELS, 2010, p. 51-52, itálico nosso).

Assim, o marxismo busca expressar os interesses de classe do proletariado autodeterminado (revolucionário). A partir desta perspectiva, o leninismo não pode ser considerado como uma “corrente” do marxismo, tal como é apresentado geralmente (“marxismo-leninismo”).

O leninismo é a sistematização ideológica da prática burocrática inicialmente por seu grande intelectual, Lênin, e posteriormente por outros intelectuais, que inclusive se colocam como opositores (tal como Trotsky e Stalin, gerando as correntes trotskistas e stalinistas) (TELES & SILVA, 2018; FERREIRA & TELES, 2017). Os principais elementos do leninismo entram em radicais divergências com as principais concepções do marxismo. Citemos uma das principais proposições do leninismo como exemplo dessa incompatibilidade, que é a ideologia da vanguarda (questão que está no coração do pensamento de Lênin e seus epígonos).

Um dos pressupostos da ideologia da vanguarda é que os trabalhadores, por conta própria, não possuem condições de chegar à consciência revolucionária, mas tão somente uma consciência sindical (ou *trade-unionista*). Tal assertiva é estruturada no livro *Que Fazer?*, escrito em 1902 por Lênin, onde aprofunda a tese kautskista da nulidade operária e da necessidade de uma vanguarda:

Dissemos que os operários não podiam ter consciência social-democrata. Esta só podia ser introduzida do exterior. A história de todos os países mostra que a classe operária, apenas com suas próprias forças, só está em condições de elaborar uma consciência *trade-unionista*, quer dizer, a convicção de que precisa de se agrupar em sindicatos, luta contra o patronato, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc. Em troca, a doutrina socialista nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas, elaboradas pelos representantes instruídos das classes possuidoras, pelos intelectuais (LÊNIN, 1973, P. 39).

Neste trecho, temos a retomada do argumento de Kaustky, que posteriormente apontará para a necessidade dos “portadores da doutrina socialista” introjetar no proletariado a consciência revolucionária.

Podemos elencar diversas consequências teóricas e práticas a partir da sistematização da ideologia da vanguarda em Lênin e que entram em franco antagonismo com o marxismo. O principal deles é a castração do caráter revolucionário do proletariado. O enunciado “*A emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores*”, escrito por Marx para a AIT (Associação Internacional dos

Trabalhadores), expressão máxima da teoria da autoemancipação proletária marxista, é esquecido, combatido e desfeito. Inclusive é o próprio Marx, em um texto criticando representantes do ainda nascente Partido Socialdemocrata Alemã (SPD), que antecede algumas críticas que os comunistas de conselhos farão as teses leninistas:

No que nos diz respeito, com todo o nosso passado, só nos resta um caminho a seguir. Há quase 40 anos colocamos em primeiro plano a luta de classes como o motor da história e, especialmente, a luta de classes entre burguesia e proletariado, como a grande alavanca da revolução social moderna. É-nos impossível, portanto, caminharmos juntos com pessoas que querem suprimir esta luta de classes do movimento. Quando fundamos a Internacional e formulamos em termos claros seu grito de guerra: “a libertação da classe operária será obra da própria classe operária”. Não podemos evidentemente caminhar com pessoas que declaram aos quatro cantos que os operários são muito pouco instruídos para poder emancipar a si mesmos, e que só a partir de cima eles podem ser libertados, pelas cúpulas, pelos filantropos burgueses e pequeno burgueses (MARX, 2014, p. 229).

A ideologia da vanguarda irá legitimar a manutenção da relação entre dirigentes e dirigidos, um dos principais mecanismos de controle e dominação da sociedade capitalista. Tal consequência não é mero caso. Aqui chegamos a um elemento importante e que torna-se um das explicações da incompatibilidade entre marxismo e leninismo: este último não expressa os interesses do proletariado mas sim de uma outra classe social, a burocracia (especialmente suas frações, no interior da burocracia civil, que buscam se autonomizar). Assim, compreendemos o leninismo como expressão ideológica de determinações frações inferiores da classe burocrática que se radicaliza na busca por se autonomizar e tomar o poder de Estado (TELES & SILVA, 2018). A cristalização desse processo é a ação contrarrevolucionária bolchevique na Revolução Russa de 1917.

O rápido exemplo dado aqui sobre a ideologia da vanguarda já aponta para esse antagonismo entre marxismo e leninismo, mas diversos outros aspectos poderiam ser colocados, especialmente na obra de Lênin, tais como a questão do período de transição inexistente em Marx e no marxismo (TELES & FERREIRA, 2017a); o elogio a divisão do trabalho via taylorismo (TELES & FERREIRA, 2017b); a concepção burguesa do materialismo mecanicista e a defesa da ideologia do reflexo (PANNEKOEK, 2004; KORSCH, 1973; ANJOS, 2004; FERREIRA, 2019); a questão do Estado (WRIGHT, 2015; ADAM 2015); o papel contrarrevolucionário de Lênin e do partido bolchevique no

contexto da Revolução Russa de 1917 (BRINTON, 1975; BARROT 2014; MATTICK, 2016; RUHLE, 2017; WAGNER, 2017); entre outros elementos.

Em síntese, podemos afirmar que o marxismo autogestionário e o leninismo possuem um franco e radical antagonismo postos por seus interesses de classes distintos e por expressarem projetos políticos distintos. A diferença aparece em nível teórico, metodológico, valorativo e de concepção. A questão, agora, é saber quais são as consequências desse antagonismo para a militância autogestionária.

### **As consequências do caráter antagônico entre Marxismo e Leninismo**

Qual o significado político e consequências práticas do antagonismo entre marxismo autogestionário e leninismo?

A primeira consequência é a não aliança com organizações que se reivindicam leninistas. Tal afirmação pode parecer óbvia, mas por incrível que pareça, ainda há indivíduos que acham ser possível uma aliança “tática” ou uma “unidade de esquerda” para combater um suposto “inimigo maior”<sup>3</sup>. Tal inimigo sempre é evocado para se criar tais alianças e unidades. As experiências revolucionárias, tal como a Russa, Alemã, etc., já mostraram o papel contrarrevolucionários que os militantes podem prestar ao ceder a esse tipo de falsa aliança. O que se cede são os princípios revolucionários, ficando à reboque de medidas e estratégia alheias e que emperram a hegemonia proletária no interior da intensificação da luta de classes.

Nas eleições brasileiras de 2018 esse processo ficou claro, a propósito da disputa entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), onde a falsa polarização burguesa aglutinou, do lado do bloco progressista, um conjunto de indivíduos e organizações anarquistas e autonomistas, que reivindicaram a unidade de esquerda com partidos liberais, socialdemocratas e leninistas para combater um suposto fascismo caso o Bolsonaro fosse eleito. Tal aliança, além de se mostrar infrutífera (já que Bolsonaro foi

---

<sup>3</sup> O “inimigo maior” sempre é evocado para se criar tais alianças e unidades. As experiências revolucionárias, tal como a Russa, Alemã, etc., já mostraram o papel contrarrevolucionários que os revolucionários podem prestar ao ceder a esse tipo de falsa aliança. O que se cede são os princípios revolucionários, ficando à reboque de medidas que acabam dificultando ou tornando impossível a radicalização dos trabalhadores.

eleito), demonstrou a fragilidade de determinados setores do bloco revolucionário em abrir de seus princípios, indo à reboque não só dos interesses do bloco progressista (a qual o leninismo compõe a ala extremista deste bloco), mas da própria dinâmica institucional burguesa (democracia, conquista do Estado, etc.).

Assim, a aliança não é apenas não bem-vinda como prejudicial ao próprio desenvolvimento das lutas dos trabalhadores e demais classes desprivilegiadas. Desde o marxismo original de Marx<sup>4</sup>, passando pelo comunismo de conselhos, até o marxismo autogestionário contemporâneo, o que se faz é a crítica a esse tipo de aliança. Um exemplo da recusa revolucionária dessa aliança pode ser vista, por exemplo, no panfleto produzido por Otto Ruhle, um comunista de conselhos fundamental para compreendermos a emergência da crítica ao leninismo. O panfleto, produzido na década de 40 no contexto da ascensão fascista, expressa qual a posição revolucionária se tomar diante a falsa polarização entre o fascismo e a frente democrática:

Não se trata de uma utopia, mas um aspecto de um desenvolvimento muito real na próxima época histórica que a Segunda Guerra Mundial está a introduzir. Concentrar a atenção neste desenvolvimento, contar com este processo – basicamente geral e profundamente revolucionário –, ajudá-lo a se fortalecer por meio de condutas e ações, defendê-lo contra obstáculos e distorções é a tarefa revolucionária com que nos confrontamos hoje. Na Segunda Guerra Mundial, ambas as frentes, tanto a democrática quanto a fascista, estão suscetíveis de serem derrotadas – uma militarmente, a outra economicamente. *Não importa de que lado o proletariado se coloque, estará entre os derrotados. Portanto, não deve estar com as democracias e nem com os totalitários. Para os revolucionários com consciência de classe, há apenas uma solução: romper com todas as tradições e vestígios das organizações do passado, varrer todas as ilusões com a época intelectual burguesa e realmente aprender com as lições de debilidade e desilusão sofridas durante a fase infantil do movimento proletário* (RUHLE, 2017 [1940], p. 01, itálico nossos).

A segunda consequência do caráter antagônico entre marxismo autogestionário e leninismo é a necessidade da crítica e do combate as ideologias não só de Lênin, mas também de seus epígonos. Um dos elementos do marxismo é a crítica desapiedada do existente<sup>5</sup>, ou seja, um projeto revolucionário, que visa uma sociedade radicalmente

---

<sup>4</sup> Lembremos da frase de nossa última citação de Marx: “É-nos impossível, portanto, caminharmos juntos com pessoas que querem suprimir esta luta de classes do movimento.”

<sup>5</sup> “Embora a construção do futuro e sua consolidação definitiva não seja assunto nosso, é ainda mais claro, no presente, o que devemos realizar. Refiro-me à crítica desapiedada do existente, desapiedada tanto no sentido de não temer os próprios resultados quanto no sentido de que não se pode temer os conflitos com aqueles que detêm o poder.” (MARX, 2008, p. 01).

distinta, deve combater e criticar todos os aspectos da velha sociedade. Assim, é necessário resgatar não só as críticas ao leninismo já efetuadas por diversos marxistas ao longo da História, mas também desenvolvê-las, atualizá-las e contextualizá-las. O marxismo autogestionário, desde o seu surgimento no final da década de 60.

A terceira consequência é a necessidade de denunciar as práticas burocráticas e as consequências contrarrevolucionárias do leninismo tanto no passado quanto no presente. A experiência soviética, desde a tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917, nos demonstra o quão nocivo pode ser o não combate e a não denúncia das medidas contrarrevolucionárias de organizações que se dizem contribuir com a luta proletária. O esvaziamento dos soviets (conselhos operários) ou o seu aparelhamento por sindicatos do partido bolchevique, o trabalho militar, a supressão e perseguição das dissidências e organizações revolucionárias críticas ao Estado Soviético, o esmagamento e o assassinato de trabalhadores, camponeses e revolucionários em Kronstadt e Makhno, são episódios e elementos importantes que precisam estar em nossa memória militante (TRAGTENBERG, 2007; SANTOS, 2008; BRINTON, 1975). Isto sem contar as experiências chinesas (maoísmo), cubana (castrismo), coreana, etc. É necessário demonstrar, explicitar e analisar que estas experiências, longe de possuírem caráter emancipador, se conformam apenas como formas diferentes de se reproduzir as relações sociais capitalistas (e o conceito de capitalismo de estado expressa bem essa distinção).

A quarta consequência é a necessidade de um diálogo crítico mas construtivo com militantes honestos (preocupados com a transformação social) que se reivindicam leninistas ou que estão em alguma organização, tal como partidos políticos “comunistas”, etc.

A hegemonia leninista se deu com a vitória do modelo russo na III Internacional em 1919, onde Lênin defende que a totalidade dos partidos comunistas deveriam seguir as diretrizes básicas do comitê central soviético, o que acaba sendo acatado pela grande maioria dos congressistas, animados, ilusoriamente, com a Revolução Russa de 1917<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> No entanto, esse processo não ocorreu sem antes existir a resistência de diversos revolucionários. Podemos ver em Gorter (1981) uma resposta à Lênin sobre essa questão, bem como em Pfemfert (2017). Citemos este último: “*Lenine pensa que a Terceira Internacional deve regular-se pelos estatutos*”

Assim, abre-se a possibilidade da bolchevização dos partidos comunistas no mundo e a luta cultural do leninismo para a sua hegemonia no interior do movimento operário. Isto traz consequências graves, já que o leninismo se torna o herdeiro do marxismo para a maioria dos indivíduos que buscavam conhecer a teoria revolucionária. Assim, o marxismo revolucionário é escamoteado e periférico, sobrevivendo com pequenas organizações e alguns intelectuais que formariam os integrantes dos comunistas de conselhos.

Nesse contexto, ao menos no Brasil, muitos indivíduos que buscam contribuir para uma mudança radical na sociedade ingressam em organizações leninistas iludidos com seu discurso pretensamente revolucionário, desconhecendo a sua história, interesses de classes, etc. Assim, é possível um diálogo com estes militantes que poderão, em alguns casos, avançar e contribuir com a militância revolucionária. Claro que quanto maior “poder” nessas organizações, ou seja, quanto mais alto estiver o indivíduo na hierarquia, mais difícil será convencê-lo ou dialogar. Assim, a relação com seus líderes é de combate, já que estes já estão com seus interesses de classe (controle, dirigência, etc.) cristalizados.

### **Considerações Finais**

O objetivo deste texto foi uma pequena contribuição para esclarecer a relação entre marxismo autogestionário e leninismo. Evidenciamos que esta relação se desenrola no caráter antagônico entre estas duas perspectivas políticas, o que expressa diferentes interesses de classes e diferentes projetos políticos inconciliáveis.

Assim, é correta a recusa na epígrafe do editorial da revista *Marxismo e Autogestão* quando o trotskista ingênuo afirma que um autogestionário faz parte da

---

*do Partido Comunista Russo (Bolchevique) e que o proletariado revolucionário de todos os países deve submeter-se à autoridade da “Terceira Internacional” e, portanto, às táticas dos Bolcheviques. Os Bolcheviques deveriam determinar as armas que o proletariado combatente do resto do mundo deve utilizar. E só aqueles proletários que obedecem incondicionalmente serão escolhidos para pertencer a esta associação mundial. Nos Princípios do Segundo Congresso da Terceira Internacional, Lenine formulou este postulado de um modo ainda mais claro: não só deu instruções gerais, mas também todos os detalhes de tática, de organização, e inclusive prescreveu o nome que deveriam assumir os partidos em todos os países. E para rematar: “Todas as decisões dos congressos da Internacional Comunista, assim como de seu Comitê Executivo, são vinculativas a todos os partidos filiados à Internacional Comunista.”*

mesma família que a dele. A exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões, já dizia Marx.

A superação teórica do leninismo já foi feita no início do século XX, mas a sua superação prática ainda torna-se um desafio aos militantes que buscam a emancipação humana via revolução proletária e se efetivará quando a crítica teórica se generalizar e tornar-se força material. Dessa forma, acreditamos que este texto cumpriu o seu objetivo de ajudar a clarificar melhor a relação entre marxismo autogestionário e leninismo. Trata-se agora de avançar na crítica não só ao leninismo, mas em todas as ideologias e perspectivas políticas que não colaboram com a luta dos explorados e oprimidos.

## Referências

ADAM, David. Marx e o Estado. *Marxismo e Autogestão*, ano 02, num. 03, jan./jun. 2015, p. 72-95. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9adam3>. Acessado em: 29/10/2017.

ANJOS, Diego M. P. dos. Lênin e o materialismo. *Marxismo e Autogestão*, ano 01, num. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: [redelp.net/revistas/index.php/rma/article/download/9anjjos2/115](http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/download/9anjjos2/115)>. Acesso em: 10 out. 2017.

BARROT, Jean. O “renegado” Kautsky e seu discípulo Lênin. *Marxismo e Autogestão*, ano 01, num. 01, jan./jul. 2014, p. 104-114. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/4viana2/110>. Acessado em: 29/10/2017.

BRINTON, Maurice. A Revolução Russa. *Marxismo e Autogestão*, ano 01, num. 02, jul./dez. 2014.

FERREIRA, A. C. ; TELES, Gabriel . Leninismo e dominação burocrática: os escritos de Lênin acerca do taylorismo. *Enfrentamento*, v. 22, p. 98-125, 2017.

FERREIRA, A. C. *Literatura e Sociedade nos Escritos dos anos 1930 de Georg Lukács*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFG, 2018.

FERREIRA, A. C.; TELES, Gabriel. Período de Transição ou Contrarrevolução Burocrática? Crítica ao Leninismo e seus Desdobramentos Históricos. *Enfrentamento*. Goiânia: ano 12, N. 21, jan./jun. 2017.

GOTER, Herman. Carta Aberta ao companheiro Lênin [1920]. In: TRAGTENBERG (Org.). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

KORSCH, Karl. La filosofía de Lenin. A propósito de la reciente crítica hecha por J. Harper (Pannekoek) del libro de Lenin “Materialismo y empiriocriticismo” [1938]. In: PANNEKOEK, Anton. *Lenin Filósofo*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1973. p. 147-158.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1977.

LÊNIN, Wladimir. *Que Fazer?* 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

MAIA, Lucas. *Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência das lutas autônomas no Brasil*. 1. ed. Goiânia: Edições Redelp, 2016. v. 1. 305p.

MARX, Karl. O Manifesto dos Três de Zurique. *Marxismo e Autogestão*. Ano 01, Num. 02, jul./dez., 2014. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/22marx2/128>.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. *Carta a Arnold Ruge. Carta dos Anais Franco-Alemães*. Marxists Internet Archive, abril de 2008. Acesso em: <<https://www.marxists.org/espanol/m-e/cartas/mog-43.htm>>

MATTICK, Paul. Lenine e a sua lenda. *Espaço Livre*, v. 11, n. 22, jul./dez. 2016, p. 81-92. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/570>. Acesso em: 29/10/2017.

PANNEKOEK, Anton. Lenin filósofo. In: GORTER, Herman; KORSCH, Karl; PANNEKOEK, Anton. *La izquierda comunista germano-holandesa contra Lênin*. Ediciones Espartaco Internacional, 2004.

PFEMPERT, Franz. *A Doença Infantil de Lenine e a Terceira Internacional*. Disponível em: <https://comunismo.wordpress.com/a-doenca-infantil-de-lenine/>. Acesso em: 29/10/2017.

RUHLE, Otto. *A luta contra o fascismo começa pela luta contra o bolchevismo [1939]*. Disponível em: <http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/luta-contra-o-fascismocomeca-pela-luta.html>. Acesso em: 29/10/2017.

RUHLE, Otto. *Qual posição tomar?* Passa-Palavra, 2017 [1940]. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2017/07/113838/?>>.

SANTOS, Leonel. A Revolução Russa e Contrarrevolução Bolchevique. IN: TELES, Gabriel & SILVA, Rubens Vinícius da. *Crítica marxista ao leninismo*. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2018.

TELES, Gabriel; SILVA, Rubens Vinícius da (Org.) . *Crítica marxista ao leninismo*. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2018.

TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. 1. ed. São Paulo, Editora UNESP, 2007.

WAGNER, Helmut. *Teses sobre o bolchevismo [1933]*. Disponível em: <https://comunismo.wordpress.com/teses-sobre-obolchevismo/>. Acesso em: 29/10/2017.

WRIGHT, Chris. Contra “O Estado e a Revolução”, de Lênin. *Marxismo e Autogestão*, ano 02, num. 03, jan./jun. 2015, p. 176-192. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9ewright3>. Acessado em: 29/10/2017.

A reflexão a seguir expressa a posição do Movimento Autogestionário - MOVAUT sobre o Future-se, projeto do governo Bolsonaro que objetiva reformar as Universidades Federais (UFs) e os Institutos Federais (IFs). Expressa sobretudo nossa posição diante dos processos de resistência que podem emergir a partir dos cortes orçamentários feitos na educação, da implementação do *Programa Future-se* e outras políticas que possam vir a ser implementadas.

Aqui apresentamos nossa perspectiva sobre a questão da educação e do chamado “ensino superior” no modo de produção capitalista. Percorremos criticamente o projeto *Future-se*, entendendo-o como projeto educacional do neoliberalismo discricionário no Brasil. Ao final, estabeleceremos as linhas gerais das lutas que precisamos construir para a abolição do Future-se, em particular, bem como do modo capitalista de educação em geral.

O Movaut é um coletivo autogestionário que vem atuando há cerca de trinta anos. Nossa perspectiva vai da radicalidade da análise, o movimento de escrutínio às raízes do capitalismo, para a radicalidade das formas de luta que levam à sua abolição. Nossa análise funda-se na perspectiva de classe do proletariado como classe autodeterminada, o que implica em outros vínculos como o materialismo histórico-dialético, a luta de classes como pressuposto da análise e ação política, que a realidade existente não deve ser somente criticada, nem melhorada, mas sim superada.

### **Capitalismo e escolarização**

O capitalismo consiste num modo específico de exploração do trabalho que visa a acumulação de capital. A relação de exploração se dá entre burguesia e proletariado, as duas classes fundamentais do modo de produção capitalista. Do trabalho do

proletariado há a extração do mais-valor, necessário para a acumulação de capital e a ampliação dos negócios e dos lucros da burguesia.

Tendo em vista a relação de exploração do trabalho que sustenta o capitalismo, podemos afirmar que somente ingênuos ou ideólogos do capital apresentam a educação como neutra ou desinteressada. A concepção de que escolas e universidades ensinam e praticam ciência, seja para a preparação e o conhecimento dos fundamentos das diferentes profissões, seja para pesquisas científicas que revelam verdades da natureza e da sociedade, num caminho contínuo de avanço e progresso, oculta, estrategicamente, a orientação política que é atribuída ao poder centralizador do estado (braço institucional e agente do capital, da burguesia).

Não existe escola e universidade públicas, dado que as decisões que estruturam as instituições não são resultado da sociedade civil: toda instituição de educação é burguesa, dado que ou é propriedade do estado, ou é propriedade da burguesia. Escolas e universidades são resultado dos interesses da burguesia. A chamada escola pública e as universidades modernas surgiram historicamente como instituições necessárias à reprodução do capital: elas permitem a formação adequada à divisão do trabalho e às relações de produção capitalistas. Por isso que os ideólogos do capital se esforçam para apresentá-la como neutra ou desinteressada.

As decisões que a burguesia toma sobre a educação são auxiliadas por outras duas classes: classe intelectual e classe burocrática. Elas contribuem para a concretização do interesse central da burguesia: a acumulação de capital, ou seja, a dominação sobre os trabalhadores produtivos para a extração do mais-valor. Nesse sentido, para a reprodução do capital, torna-se necessário, de um lado, a preparação técnica do proletariado ao trabalho produtivo e, por outro lado, a preparação intelectual, mediante conhecimentos científicos e inculcação de valores e concepções burguesas, naqueles que serão seus auxiliares: a classe intelectual e a classe burocrática. Por classe intelectual entendemos os trabalhadores improdutivos (no sentido de que suas atividades concretas não geram mais-valor, mas são necessárias para tal), que produzem e reproduzem ideias, valores e crenças. Já a classe burocrática é aquela que atua nas atividades de administração e gestão de instituições, como o estado, as empresas,

partidos políticos, sindicatos, igrejas etc. Temos então, de modo sintético, a essência da escolarização no capitalismo: preparação de quadros técnicos para o trabalho produtivo, o proletariado, e preparação de quadros intelectuais para auxiliarem na exploração destes: os intelectuais e os burocratas.

Esta é a determinação fundamental, mas outros elementos também compõem a totalidade que é o modo capitalista de educação, como desenvolvimento das instituições educacionais (Ministério da Educação, secretarias estaduais e municipais de educação, escolas, universidades etc.), que produzem indivíduos atrelados a elas (burocratas, professores, estudantes, demais trabalhadores das instituições etc.); produção e reprodução cultural (científica, técnica, artística, filosófica etc.) no interior da sociedade, via de regra confirmando as ideologias dominantes etc. Isto, contudo, não é isento de conflitos, pois as contradições de interesse em geral e de classe em particular existentes no conjunto da sociedade também se reproduzem nas instituições educacionais. A luta de classes, portanto, não é algo restrito ao modo de produção (burguesia X proletariado). Ela se reproduz na sociedade em sua totalidade e as instituições educacionais não estão de fora disto. Existe uma luta de classes na escola.

### **Universidade e lutas de classe**

O antagonismo entre as classes fundamentais, proletariado e burguesia, caracteriza o modo de produção capitalista e não poderia ser diferente: são as lutas entre interesses antagônicos que transformam a sociedade, que movimentam as mudanças e lhes dão sentidos diversos. As lutas de classe atravessam a sociedade e se fazem presentes nas instituições. O caso que nos interessa aqui é a universidade. Neste sentido, desenvolveremos sinteticamente dois aspectos das lutas de classe em relação às universidades ou ao chamado “ensino superior”: a função da universidade na acumulação de capital e as relações entre formação profissional, consciência de classe e lutas de classe.

Como desenvolvido de modo sintético acima, a preparação da classe intelectual e da classe burocrática é realizada no interior das universidades. A classe intelectual

toma forma pela divisão do trabalho que se distribui, por exemplo, nos setores da engenharia, do direito, da medicina, das comunicações e da economia. A classe intelectual produzirá as ideias e as técnicas necessárias à continuidade da acumulação de capital, seja como pesquisadores financiados pelo estado e/ou pelas empresas, seja como professorado, ou as duas funções ao mesmo tempo. A classe burocrática terá o preparo administrativo para ocupar as funções burocráticas, ou seja, de gestão, de controle no estado e nas empresas e nas demais instituições da sociedade civil (partidos, igrejas, sindicatos etc.). A universidade é o local no qual serão inculcados tanto os conhecimentos necessários para tais atividades, quanto os valores e posições políticas necessárias à sua sustentação ideológica. *Nesse sentido, a universidade reproduz as ideologias do mérito e da hierarquia, da neutralidade científica e do progresso técnico, da justiça burguesa e das políticas sociais reformistas.*

Dependendo da conjuntura política e sendo a gestão do estado disputada entre bloco dominante e bloco progressista, algumas características das universidades podem mudar, o que gera muita confusão sobre os contornos do ensino superior e grandes equívocos, como a tese da possibilidade de uma “universidade popular”. As disputas entre bloco dominante e progressista alteram a composição de universidade em detalhes como programas de pós-graduação e financiamentos de pesquisa, contudo, permanece a essência: formação de quadros burocráticos e intelectuais.

Alguns setores do proletariado e do conjunto das classes desprivilegiadas e seus filhos ingressam na universidade com o peso do sistema escolar que os precarizou desde o começo do processo: os cursos com menores relações entre candidatos e vagas, ou pelas políticas microrreformistas, como financiamentos de cursos em instituições privadas ou cotas sociais e raciais. Essa é uma das expressões da luta de classes no ensino superior. A própria dinâmica de acesso. Outra expressão se dá pelos conflitos internos.

Sendo a universidade uma instituição burocrática, ou seja, amarrada ao poder estatal e ao poder burocrático em sua organização interna, na qual a própria classe intelectual disputa cargos e funções para concretização de interesses de suas frações, como reitorias, pró-reitorias e direções de institutos e cursos, bem como estrutura seu poder sobre os estudantes a partir dos exames e controle de frequência, poder individual

e status, há variadas formas de conflito e, sobretudo, de união e fortalecimento de solidariedades entre estudantes. Na esfera mais cotidiana, ocorrem as relações de camaradagem e união contra o poder abusivo de professores e burocratas. Além do cotidiano, estabelecem-se, na experiência com as práticas de poder, formas de resistência e de luta, desde as mais tradicionais e burocratizadas, como os centros acadêmicos e diretórios, passando pelo movimento estudantil e suas variadas composições partidárias, até relações mais próximas da autonomia e lutas autogestionárias, como grupos de estudos desvinculados de partidos políticos (geralmente do bloco progressista), bem como lutas específicas em relação a moradia, alimentação, transporte, métodos de ensino, currículos de cursos, etc.

A luta também se expressa no plano cultural, pois há a existência de intelectuais engajados, estudantes e organizações estudantis que produzem intelectualmente materiais de interesse político e teórico. Assim, o antagonismo de classe presente na sociedade expressa-se também em algumas produções intelectuais, que por sua vez também tem ressonância nas lutas políticas concretas.

Há também a existência de ação política concreta da classe intelectual e do conjunto dos trabalhadores administrativos. Estas lutas corporativas, via de regra não saem das reivindicações imediatas (reajuste salarial, plano de carreira, mudança em legislação que interfere nas condições de trabalho etc.). Por isto são em sua esmagadora maioria, lutas iniciadas, conduzidas e encerradas pelas instituições sindicais. E tendem a acabar como começam: das cúpulas sindicais para as sub-cúpulas do MEC e secretarias de educação. São muito poucos os exemplos que fogem a isto.

A luta na universidade pode trazer, pelas memórias e experiências das lutas estudantis (e em poucos momentos e lugares, conseguindo também abarcar trabalhadores destas instituições em lutas mais radicais e amplas, que as meras reivindicações corporativas), a construção de formas de consciência mais avançadas na luta de classes. A vida cultural no interior da universidade tem a função clara da reprodução do modo de pensar burguês. O modo capitalista de educação é uma produção e reprodução cultural deste modo de pensar. Contudo, como sempre há antagonismo de interesses e lutas inevitáveis, as universidades constituem locais

estratégicos para o que o bloco revolucionário se desenvolva e se fortaleça. Sendo a juventude o período da vida em que o capitalismo traz uma série de contradições, entre suas promessas e falsas concretizações, há margem para a radicalização, seja no sentido do entendimento aprofundado das relações de exploração e dominação, seja no sentido do avanço das lutas de classe rumo à autogestão social.

### **Universidade e estado: políticas e programas educacionais**

As universidades no Brasil, historicamente, cumpriram um papel de educar os indivíduos oriundos das classes privilegiadas. Os cursos com mais prestígio e que possibilitam uma melhor inserção no mercado de trabalho são dominados na sua totalidade por jovens oriundos das classes privilegiadas. Aos jovens vindos das classes desprivilegiadas, a opção de curso superior se restringe aos cursos menos prestigiados nas instituições públicas, cujo relação candidato/vaga é bem menor, às vezes havendo mais vagas que candidatos ou então buscar uma vaga em uma instituição privada, geralmente recorrendo a programas estatais para ajudar a custear o valor das mensalidades.

As instituições privadas tiveram uma expansão enorme no Brasil a partir da década de 1990, ao mesmo tempo as instituições públicas tiveram um aumento, bem menor em comparação com as instituições privadas. Desde a década de 1990 tivemos governos que seguiram as políticas de orientação neoliberal, que em síntese defendem a redução dos gastos sociais, do tamanho do Estado e proporcionar maior liberdade (liberdade para o capital, é bom que se diga). O discurso neoliberal contrasta com a prática neoliberal que reduz gastos com saúde e educação ao mesmo tempo que aumenta o financiamento para o grande capital via BNDES ou na forma de socorro a instituições falidas como o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – PROER, que salvou bancos falidos, entre várias outras possibilidades, como empréstimos a juros muito baixos etc.

Os governos dos Partido dos Trabalhadores deram sequências às políticas neoliberais no Brasil. O PT não introduziu no Brasil, como dizem seus defensores, um

estado de bem-estar social. Muito significou a implementação do “comunismo”, “bolivarianismo”, “socialismo”, como os históricos críticos afirmam. A vigência dos governos petistas coincidiu com um crescimento econômico considerável, isto garantiu durante os dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma Rousseff, uma estabilidade fiscal, que começou a apresentar dificuldades após 2013. Além deste aspecto, um outro é fundamental. Enquanto os mandatos de Fernando Henrique Cardoso se caracterizaram pela implantação do estado neoliberal no Brasil, fazendo reformas, cortes e acordos internacionais com FMI, Banco Mundial, OMC etc., caracterizando um neoliberalismo discricionário, os governos petistas reformulam alguns aspectos das políticas neoliberais, estabelecendo um neoliberalismo neopopulista. O impedimento de Dilma Rousseff em 2016 e entrada de Michel Temer e em seguida de Bolsonaro, significam a retomada do neoliberalismo discricionário no Brasil.

#### *Programa de Financiamento Estudantil - FIES*

O financiamento estudantil passou por reformulações e em 2001 foi criado o FIES, esse programava visava financiar o acesso ao ensino superior de estudantes de baixa renda, que não passavam nas universidades públicas. Esse programa que teve o ingresso de 33 mil alunos em 2018, chegou 732 mil em 2014, hoje conta com 82 mil novas matrículas. Além da redução de número, o programa conta com 58% de inadimplência em 2018, com 522 mil estudantes devendo o financiamento, o que em valores equivale a 13 bilhões.

Se por um lado, o ensino nas universidades e faculdades privadas é inferior ao oferecido nas universidades públicas, as notas dos exames na média demonstram isso, um aluno oriundo dessas instituições acaba tendo menos oportunidades no já restrito mercado de trabalho. Os atuais dados de desemprego oficiais de 13 milhões, número que deve ser muito maior, em decorrência da crise econômica, da precarização das relações de trabalho efetivadas pela reforma trabalhista, demonstram que estudar não significa uma qualificação do trabalhador e sua inserção no mercado de trabalho.

## *Reuni e Prouni*

Desde a década de 1990 há uma grande expansão do ensino superior no Brasil dados do MEC mostram que em 1995 existiam no país 210 instituições públicas com 700 mil alunos, ao mesmo tempo que as instituições privadas representavam o número de 684 com 1 milhão de alunos. Os mesmos dados mostram que em 2014 existiam 298 instituições públicas com 1,9 milhão de alunos e 2070 instituições privadas com 5,8 milhões de alunos. Nota-se sem dificuldade que a expansão do ensino privado foi amplamente superior ao público. Isso se deve ao fato dos governos se adequarem as políticas econômicas impostas pelo FMI, que em essência buscam conter os gastos públicos e destinar recursos para saldar as dívidas com as instituições financeiras ao custo da redução de gastos sociais como saúde e educação.

Os governos do PT, a despeito de toda propaganda sobre a criação de universidades públicas criaram programas como o prouni que destinado a alunos oriundos de escolas públicas seguia mesma lógica de financiar o ensino privado.

Nas universidades públicas o reuni visava uma ampliação do número de vagas, como também visava uma maior quantidade de aluno por professor, visando a eficiência, o mesmo discurso da iniciativa privada. Ampliação do número de vagas através da abertura de cursos noturnos, meta de 90% de conclusão de cursos e ampliação do quadro de professores e servidores técnicos administrativos. Dados do MEC em 2018, demonstram que foram investidos metade dos recursos prometidos, o que significa que na prática houve um aumento do trabalho docente. O programa visava adequar a universidade para uma sociedade mais flexível, com saberes voltados para as novas tecnologias, algo que se assemelha ao programa do atual governo.

## *Future-se*

Depois da queda dos governos petistas, temos a eleição de Jair Bolsonaro, que colocou um contabilista para chefiar o ministério da educação e que tem como mandachuva no governo o ministro da economia Paulo Guedes, um ultra neoliberal formado em Chicago que também é investidor de grupos privados de educação.

Dentro dessa lógica o atual governo lança o programa future-se que tem como meta melhorar a educação superior no Brasil através de medidas que até hoje surtiram o efeito contrário. Esse programa tem três eixos básicos, que são os pontos fundamentais para que os supostos objetivos sejam alcançados.

Eixo 1: Governança, gestão e empreendedorismo. Em sintonia com o discurso neoliberal para o governo a gestão das universidades é muito ruim, muito burocratizada e que impede essa gestão de ser, aos olhos do governo, mais eficiente. Para tal o governo propõe a parceria com OS (organizações sociais) que são empresas privadas que recebem recursos públicos para administrar as instituições e, amparadas pela reforma trabalhista que permite a terceirização da atividade fim, significa na prática que os professores não serão concursados e logo a OS terá mais poder tanto para contratar como para demitir. Isso vai piorar o já precário quadro as instituições públicas, de falta de recursos, de pessoal de estrutura para o funcionamento, uma vez que os recursos serão divididos com a administração da OS.

Eixo 2: Pesquisa, desenvolvimento e inovação. Seguindo a lógica descrita acima o governo identifica que o conhecimento produzido nas universidades tem pouco valor para o mercado. O que o governo pensa claramente é que o que for produzido na universidade deve ter utilidade para o mercado, daí que o mesmo busca reduzir o investimento em cursos de humanas que tem pouca utilidade, na visão do governo, para o mercado. Criar centros de pesquisa, promover marcas e produtos, fomentar a arrecadação de receitas próprias e, buscar parceria com instituições privadas que poderão ser as financiadoras das instituições. O discurso da modernização, mascara o objetivo que é a precarização das instituições públicas de ensino, uma vez que a iniciativa privada investe pouco em pesquisa, basta ver os dados da produção acadêmica das instituições de ensino privadas.

Eixo 3: Internacionalização. Nesse eixo o governo propõe que sejam implementadas medidas visando melhorar o intercâmbio das instituições trazendo professores reconhecidos de fora bem como intercâmbio dos melhores alunos, acreditando que a parceria com as empresas as instituições de ensino receberiam

recursos por consultorias, exploração de direitos de patentes, prestação de serviços como estudos, dentre outras.

O programa future-se distingue-se dos anteriores pela clareza com que propõe a privatização do ensino público. Os governos anteriores, que claramente financiaram a expansão do ensino privado, tinham o discurso de que o objetivo era a expansão e melhoria do ensino público. O atual governo abandona esse discurso, coloca-se totalmente favorável a um modelo de educação privatizado.

Avançando nossa reflexão, devemos nos debruçar em questões das lutas internas às universidades e institutos federais. Três questões emergem: 1. Como setores da classe intelectual e da classe burocrática dessas instituições tendem a receber o Future-se?; 2. Quais ações o governo federal utilizará para concretizar o Future-se?; 3. Como as lutas estão se configurando e como devemos nos posicionar?

A classe intelectual e a classe burocrática são compostas por frações de classe, ou seja, posições decorrentes de suas atuações na divisão social do trabalho. Esse fato ora coloca as frações mais próximas do bloco dominante, ora mais próximas ao bloco progressista. Isso significa que as frações mais próximas do bloco dominante podem ter posições favoráveis ao Future-se. Nesse caso, a classe intelectual ligada à chamada área de ciência e tecnologia, produzida e reprodutora dos interesses de classe da burguesia. O Future-se promete rendimentos a esses pesquisadores caso alcancem os resultados (ou seja, concretizem os interesses científicos e políticos) das empresas que porventura venham a injetar recursos nas universidades e nos institutos. Não podemos deixar de lado que a aproximação com empresários para captação de recursos já é lugar comum nas universidades, com as políticas de criação e desenvolvimento de parcerias via fundações, incubadores e empresas de estudantes. A ideologia do empreendedorismo se faz presente no cotidiano das universidades e dos institutos federais.

Quanto à classe burocrática, a adesão ao Future-se parece menos provável, sobretudo quanto aos grandes gestores das universidades e institutos, sempre mais próximos do bloco progressista, sobretudo pelas mais recentes composições de governos federais, ou seja, pela hegemonia do PT, e também porque são pessoas que

orientaram suas trajetórias numa mescla entre atuação em sindicatos e cargos dirigentes a partir de suas instituições de origem. Tais gestores são professores que estruturaram carreiras burocráticas de longa data. Há todo um investimento pessoal e de classe em suas trajetórias. Como o Future-se acentua o deslocamento da administração dessas instituições por organizações sociais, (OSs), isso significa o desmonte de seus projetos pessoais e de fração de classe. Nesse momento, as entidades que aglutinam os reitores de universidades e institutos, respectivamente Andifes e Conif, ou seja, seus locais por excelência de debate e decisão sobre caminhos de ação, estão a criar as estratégias e, portanto, decisões sobre se aproximar dos sindicatos, caso decidam pela recusa integral ao projeto, ou aproximação ao governo federal, caso decidam pela luta por mudanças no Future-se – sobretudo, pelo interesse em retirar as OSs do projeto. Nesse momento, a classe burocrática tenta ao máximo uma aproximação com estudantes e trabalhadores da educação em geral. Mas não podemos nos enganar: o inimigo do meu inimigo não é, necessariamente, meu amigo. Isso significa que a manutenção de suas posições de classe como burocratas da educação consiste em seus objetivos centrais, ou seja, vão jogar com esse interesse central, mas criando outros tipos de discursos, como defesa da autonomia institucional, científica, pedagógica.

As estratégias do governo federal e das frações de classe que o apoiam são bem claras, basicamente duas: de um lado, pressionam as universidades e institutos com a prerrogativa de que aqueles que se não aderirem ao Future-se não serão forçados ao ingresso, contudo, ficarão com seus recursos anuais estagnados ou reduzidos progressivamente. Por outro lado, os estrategistas do governo federal sabem que precisam de vitórias eleitorais nas universidades e nos institutos para a consolidação do Future-se. Então, estão a criar núcleos nessas instituições, para que, independente do resultado das eleições internas para reitores, haja sempre na lista de candidatos um afinado com o governo. Desse modo, há legalidade para que o poder executivo decida que o perdedor das eleições seja o gestor de determinada universidade ou instituto. Essa ação possui duas consequências: uma mais imediata, que consiste na luta pela implantação do Future-se, e outra de médio prazo, que objetiva a criação e o fortalecimento de vínculos do poder executivo com frações da classe burocrática e

intelectual dessas instituições, ou seja, faz parte da luta do bloco dominante diante das raízes que o bloco progressista criou nas universidades e nos institutos.

As ações que devemos, enquanto bloco revolucionário, desenvolver nesse cenário serão expostas no próximo tópico.

### **Luta de classes, blocos sociais e estratégia revolucionária**

Diante do colocado até agora, cabe perguntar: se as instituições de ensino podem se constituir em espaços de luta, de resistência, por que não estão ocorrendo formas de luta à altura dos ataques que vem sendo desferidos pelo governo em tais instituições? Existe alguma possibilidade de que a resistência consiga fazer frente ao atual governo, em particular, bem como ao estado e ao capital, em geral? Lutas isoladas ao campo da educação são suficientes para fazer frente ao atual governo? As lutas desenvolvidas nas instituições de ensino podem contribuir para um processo de desencadeamento de formas de resistência em outros setores da sociedade? E, por último, quais formas de luta são mais adequadas?

Responder à questão de o porquê de não se verificarem levantes nas instituições de ensino, mesmo diante do conjunto de cortes, reformas etc. que precarizam ainda mais as instituições de ensino, não é tarefa fácil e envolve compreender as múltiplas determinações de tal processo. Durante os governos Lula e Dilma, houve expansão da rede federal (universidades e institutos), mas isto foi feito mediante precarização do trabalho, das condições de ensino etc. Nos dois mandatos de Lula, mas sobretudo no segundo, a resistência esteve muito mais vinculada a setores do movimento estudantil e poucos professores que se colocaram contra o REUNI nas universidades. Nos Institutos Federais, que estavam em constituição e implantação não houve grandes mobilizações. Isto permanece no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Em seu segundo mandato, a situação se modifica. O processo de reprodução ampliada do capital (o chamado crescimento econômico) apresenta índices de estagnação consideráveis, o problema fiscal de estados, municípios e União se agrava. Os cortes nos gastos públicos se

intensificam. A educação, como de praxe, tem grande parte de seu orçamento cortado já em 2015.

Em 2016, ocorre o impedimento de Dilma Rousseff. As políticas de austeridade se intensificam, pois ocorre uma transformação no estado brasileiro: sai-se do neoliberalismo neopopulista (durante os governos petistas) para um neoliberalismo discricionário (Temer e Bolsonaro). Aprova-se a lei do teto de gastos durante o governo de Michel Temer, a reforma do ensino médio etc. Durante o governo Bolsonaro, os cortes se intensificam e se radicalizam, mudanças vão sendo propostas a todo momento, sendo o tal do Programa Future-se a última cartada contra a educação. Última, por enquanto...

Durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, houve greves nas universidades federais e institutos federais em 2011, 2012. No segundo mandato, antes do impedimento, houve duas greves, uma em 2014 e outra em 2015. Por que, diante das políticas austeras de Michel Temer e Bolsonaro para a educação, ainda não se viu um movimento nacional de greve? Todas as greves nacionais na educação federal são convocadas pelos sindicatos das categorias. Durante os governos do PT, havia um *modus operandi* comum. O sindicato, em suas assembleias nacionais, compostas em sua maioria por membros das diretorias das seções locais, deflagram uma greve, geralmente com uma pauta extensa, que incorpora os problemas reais e motivadores da greve (corte na educação, aprovação de legislação danosa ao setor, falta de investimentos etc.). Mas também, juntamente com esta pauta motivadora, uma outra, de caráter “sindical”, ou seja, corporativista, é também aprovada: reajuste salarial, plano de carreira etc.

Após aprovada a greve e a extensa pauta na assembleia nacional da categoria, o segundo passo é a adesão das universidades, institutos federais. Assembleias locais são realizadas e os campus vão aderindo ou não ao chamado da diretoria nacional. Assim, o movimento de greve vai crescendo durante algumas semanas. O terceiro passo é o estabelecimento de uma mesa de negociação, geralmente com funcionários do terceiro escalão para baixo, que não tem nenhum poder real de decisão. Mas os sindicalistas, entrincheirados atrás de ofícios, memorandos, propostas e contra-propostas levam a greve assim por meses a fio. Neste lugar de “negociação”, eles são peritos. Conhecem

os caminhos burocráticos do MEC, os nomes com quem devem conversar, os parlamentares a quem pedir auxílio etc. Enquanto este teatro se desenrola no MEC, os campus parados se esforçam para fazer alguma mobilização local, manifestação, atividades com os alunos, ocupação de reitoria, assembleias periódicas etc. À medida que o tempo passa, tais ações vão ficando cada vez mais precárias, mais esvaziadas. Não é incomum que deixem de acontecer totalmente, momento em que somente se aguarda o retorno às atividades cotidianas, ao fim da greve, após uma assembleia nacional da categoria para aprovar o encerramento da paralização.

Com poucas variações, é este geralmente o itinerário. Ao final, os burocratas sindicais, que estão em intenso trabalho de negociação com os burocratas de baixo escalão do MEC, chegam a um acordo “vitorioso” para dar bom termo à greve. À extensa pauta inicial, os pontos de negociação são reduzidos. Via de regra, fica-se no limite de meros reajustes salariais, com intenção de repor inflação. Nada mais que isto. Inclusive, a pauta mobilizadora da greve foi esquecida na negociação (por exemplo, cortes na educação, condições precárias dos campus etc.). E como conclusão, o sindicato anuncia que a greve foi vitoriosa, pois conseguiu-se um reajuste de 5,3% (exemplo hipotético, que expressa relações reais), dividido em três suaves parcelas. À exceção dos sindicalistas e alguns poucos professores e administrativos, a grande maioria de trabalhadores e estudantes amaldiçoa a greve e prometem a si mesmos que nunca mais participarão de nada. Até o próximo momento de mobilização, claro.

Este foi sempre o comportamento do PT diante das greves na educação. Depois que Temer assumiu o poder e no prosseguimento também o governo de Bolsonaro, os ataques à educação continuam, mas os sindicatos silenciam. A resposta a isto ainda precisa ser investigada, mas talvez tenham um tratamento pior do que nos governos petistas, que resistiam à criação das mesas de negociação, contudo, eram brandos quanto às greves, não lutando contra o movimento, deixando-o arrefecer por sua própria dinâmica de desgastes com o tempo. Se não existe este canal burocrático de negociação, eles teriam que fazer a luta real, concreta, nas ruas, mobilizando os estudantes, professores. Isto é por demais difícil. Também, podem temer a perda de controle sobre o movimento, pois à medida que trabalhadores, estudantes se colocam

em ação, pode ser que o movimento vá para campos e reivindicações que vão além do que esperam os sindicatos e neste momento eles tem que se colocar claramente como trava e isto gera desgastes. Independentemente da explicação, o fato é que os sindicatos estão assustados e com recursos cada vez menores, com o fim do imposto sindical, e não estão respondendo à altura dos ataques.

Outros elementos poderiam ser acrescentados: a) a corrente de opinião “anticomunista” em defesa do governo Bolsonaro inibe as ações dos sindicatos; b) a existência de grupos organizados dentro das instituições de ensino em defesa de pautas conservadoras, coisa que não se demonstrava há até poucos anos, como MBL etc.; c) apoio de seguimentos importantes da população ao atual governo Bolsonaro, o que enfraquece as lutas contrárias ao governo; d) o antipetismo como um componente importante na cena política brasileira atual, que estigmatiza toda forma de resistência, luta a identificando com o Partido dos Trabalhadores (uma infeliz herança deixada pelo PT) etc. Certamente todos estes elementos estão envolvidos na luta hoje em dia, mas a determinação fundamental é a nulidade dos sindicatos.

Diante do descrito, existe alguma possibilidade das lutas no campo da educação fazerem frente ao governo, ao estado em geral e ao capital? Só existe uma forma de responder esta questão: na luta concreta, prática. A verdade é que o estado brasileiro, em nome da “responsabilidade fiscal” está esvaziando, precarizando ainda mais a tão precária educação brasileira. Ao que tudo indica, ele não vai parar, pois nenhuma força se colocou ainda como crítica real. A oposição existente no Congresso Nacional é fraca, numericamente sem importância e politicamente inexpressiva. Os partidos de esquerda, que estão nesta oposição dentro do parlamento estão perante o conjunto da sociedade em descrédito, e, na verdade, estão de olho nas próximas eleições. Os sindicatos, como, demonstramos, estão imobilizados, impotentes diante das mudanças.

*O que resta então? O imobilismo? A apatia e resignação? A reclamação diária pelos corredores das instituições de ensino? Não! Podemos desejar mais!!!*

O primeiro ponto a precisar com maior rigor é o modo de generalização das lutas, pois é óbvio que qualquer luta realizada de maneira local não terá qualquer efeito. Uma

greve em uma única universidade ou instituto federal, por importante que seja, é inútil diante do governo. O pressuposto é, portanto, sua generalização. Duas maneiras concretamente se colocam como possibilidade: a) centralizada e controlada pelas instituições sindicais; b) espontânea e descentralizada.

a) A alternativa centralizada e controlada pelos sindicatos já parece se desenhar no horizonte e uma possibilidade real de emergir novo movimento de greve nas instituições federais de ensino. E isto pode se alastrar também para a esfera estadual e municipal, mas não é aqui nosso assunto, por enquanto. Se isto ocorre, a postura do governo pode se dar de duas maneiras: ou se comporta como os governos petistas, criando um canal de negociação ou se porta de maneira mais intransigente, não reconhecendo o movimento. Esta última parece ser a maneira como ele se comportará. Diante disto, resta ao conjunto dos trabalhadores e estudantes realizarem ações que façam o governo recuar: manifestações, ocupações, paralização de rodovias, ocupação do MEC e secretarias de educação etc. Conhecendo o perfil político dos trabalhadores da educação federal, tal postura parece pouco viável. Resta os estudantes. Estes não são sindicalizados. Por definição, estão fora dos sindicatos, não deliberam sobre a greve. Embora possam também estar sob o controle das burocracias das instituições estudantis oficiais (UNE, UEE, UBES etc.). Em algumas situações, pode haver coalizão entre as categorias, em outras não. Se o padrão comum das greves anteriores se mantiver, a tendência é esmorecer mais rapidamente, pois o governo começará a judicializar as ações (ao que tudo indica, o MEC já está preparando uma cartilha para “cidadãos, estudantes e professores” contra a possível greve “político-partidária” que se alinha em futuro próximo).

b) A alternativa descentralizada e espontânea é impossível de prever, pois seu caráter espontâneo a torna uma incógnita. Contudo, ela é uma tendência, tendo em vista as experiências recentes no país. Por exemplo, as ocupações de escolas estaduais em Goiás e São Paulo em 2015. Em 2016, o mesmo processo ocorre em quase todo o país, com grande destaque para São Paulo e Paraná. Por motivações diferentes, o mesmo processo de luta se concretizou, demonstrando uma certa continuidade e comunicação histórica das lutas. Nas ocupações de 2016, contra a aprovação da PEC dos cortes de

gastos, também as universidades, além de institutos federais foram ocupados. Mas note-se que aqui os trabalhadores se comportaram como meros apoiadores, sendo basicamente um processo iniciado e conduzido por estudantes. Contudo, o caráter descentralizado, espontâneo, sem direção definida, sem eleição de representantes, sem instituições constituídas etc. deram às ocupações um elemento difícil de controlar. Em alguns casos chegaram a algumas vitórias: em Goiás e São Paulo em 2015, por exemplo. Em 2016, o processo foi mais difuso e no final das contas a PEC foi aprovada.

c) Isto nos leva a uma terceira constatação. Na luta contra o atual governo, mesmo nos anteriores também, uma ação restrita a um determinado setor será bem ineficaz, mesmo adquirindo certa amplitude. Se a luta se restringir a uma ou outra categoria, como educação, Correios, saúde etc., sem atingir outros setores estratégicos (transportes urbanos, circulação de mercadorias, esfera produtiva etc.), a tendência a um esvaziamento e perda da luta é bem real e concreta.

Está demonstrado, sem luta, resistência, por parte dos trabalhadores da educação, juntamente com os estudantes, que são também diretamente afetados pelas reformas, qualquer possibilidade de travar o processo em curso ou de fazer o governo recuar é nula. O jargão que ficou conhecido nos últimos anos é aqui assumido como verdade: “somente a luta muda a vida”. Contudo, não se trata de qualquer luta, nem de qualquer forma de encaminhar a luta. Os meios tradicionais (sindicais e partidários), devido os interesses destas burocracias, torna bem difícil o encaminhamento da luta. De outra parte, outra classe social presente nas instituições universitárias e institutos federais, a classe intelectual, devido seus valores, concepções, interesses enfraquece sobremaneira a luta no interior destas instituições. Apesar de as ações governamentais contra a educação atingir a todos indistintamente.

Assim, se houver um processo de generalização da luta segundo o primeiro processo, ou seja, centralizado e controlado pelos sindicatos, a luta do conjunto dos trabalhadores, deve se dar no intuito de não permitir que a greve ou qualquer outra forma de luta que se desenhe, fique exclusivamente nas mãos das burocracias sindicais. Um pressuposto para isto é a entrada dos estudantes, que não garante nada, mas pelo

menos permite uma maior heterogeneidade. Sem isto, ficará difícil encaminhar de modo radical as lutas no âmbito da educação.

Se a segunda via se confirmar, ou seja, um processo de luta descentralizado e espontâneo, a necessidade será a de manter o processo de luta ao longo do tempo, bem como consolidar a unificação das categorias (professores, administrativos, terceirizados, estudantes), mesmo reconhecendo aqui a fragilidade social dos trabalhadores terceirizados. Mas eles são interessados diretos também no que está em curso, pois os cortes e reformas estão implicando em demissões de considerável número destes trabalhadores. Com toda a dificuldade que isto implica, esta é a possibilidade real de fazer o processo se estender.

Ou seja, estrategicamente, os setores mais avançados politicamente das instituições (em todas as suas categorias), devem ter em mente que a luta se desenvolverá por um ou outro meio aqui descrito. Uma terceira tendência se coloca também, a mescla de ambas as possibilidades. A luta pode começar pelos meios tradicionais e burocráticos e ao longo do processo avançar e novas ações transcorrerem no espírito da luta à revelia dos sindicatos. Também, a luta pode começar espontânea e descentralizada e ao longo do processo, ser engolida pelas instituições que geralmente se mobilizam nesses momentos de ação espontânea. Tudo faz parte da luta.

As instituições burocráticas (sindicatos, federações sindicais, partidos políticos de esquerda, instituições estudantis – UNE etc.) vem se mostrando cada vez mais incapazes de conduzir o processo de luta. Veja as últimas manifestações, chamadas *tsunamis da educação*. A primeira surpreendeu o país inteiro. A segunda foi também considerável, mas reduzida já à quase metade. A terceira foi risível e no país inteiro o número foi pouco expressivo, bem como os discursos partidários e a bandeira do bloco progressista (sindicatos, partidos políticos de esquerda, intelectuais de esquerda etc.) se colocou muito claramente: a luta pela educação estava condicionada à libertação do ex-presidente Lula. Aí se vê os interesses eleitoreiros destes partidos quando entram nas mobilizações. A quarta manifestação foi mais patética ainda e este caráter partidário e eleitoral ficou explícito à última potência.

Portanto, a estratégia do bloco revolucionário nesta luta não pode ser outra: a) se a luta começa pelos sindicatos, é necessário arrancar deles a condução do processo, o que não é fácil de ser executado, mas pode ser disputado, conforme colocamos acima; b) em todas as categorias (estudantes, terceirizados, professores, administrativos) realizar uma ampla luta cultural a fim de demonstrar os limites intransponíveis das ações sindicais e partidárias; c) para, a partir daí, sugerir, contribuir para que setores destas categorias desenvolvam formas de auto-organização: comitês, grupos de estudo, de discussão, de ação etc. estes são embriões de ações futuras, caso haja um processo espontâneo de ascensão das lutas, podendo tais organizações serem pioneiras num processo de ascensão das lutas; d) e, em havendo um efetivo processo de generalização e expansão das lutas, inserir-se, interferir em seus rumos, lutar contra o processo de burocratização e cooptação realizado pelas instituições sindicais e partidárias.

É necessário seguir o curso concreto de desenvolvimento das lutas. Via de regra, passa pelos seguintes estágios: 1) lutas espontâneas. São aquelas que ocorrem no nível cotidiano, expressa a recusa das relações estabelecidas, mas opera geralmente num plano individual. É o estudante que mata aula sem motivo aparente, o professor que adoece diante das relações de trabalho, o operário que discute com o gerente de seção. Estas lutas expressam uma recusa, mas não afirmam outra coisa em seu lugar. Não aparecem no plano discursivo e dificilmente saem do plano individual; 2) lutas autônomas. Quando chegam neste momento, os trabalhadores, estudantes etc. já saíram do nível das lutas espontâneas, já estão em grupos organizados, já criaram uma discursividade sobre a luta, já elencaram bandeiras de luta. Mas sobretudo, neste estágio, já houve um rompimento com suas burocracias sindicais, partidárias, instituições estudantis etc. Os trabalhadores, estudantes já agem por si mesmos, sem a mediação da representação política. Foi neste estágio que as ocupações de escola chegaram em suas lutas, bem como as lutas pelo transporte que precederam 2013 e que expressaram de maneira real naqueles grandes protestos; 3) o terceiro estágio, Autogestionário. Neste momento da luta, poucas vezes alcançado na história, somente nos momentos revolucionários, apresenta-se a possibilidade de rompimento com a sociedade estabelecida. As lutas autogestionárias apresentam também, além da recusa

da atual sociedade capitalista, um projeto alternativo de mundo, ou seja, tem também, além de uma organização revolucionária, uma consciência revolucionária.

Deste modo, concretamente, o bloco revolucionário deve contribuir para que as lutas espontâneas, este descontentamento generalizado se radicalize e se torne organizado, mas organizado autonomamente (de maneira horizontal, sem burocracias dirigentes, de forma independente de partidos, sindicatos, empresas, estado, políticos profissionais etc.). E no processo de luta, contribuir para que tais organizações não se burocratizem, mas que, pelo contrário, avancem para níveis cada vez mais radicais, a fim de se apontar no horizonte da história não só fazer o governo Bolsonaro ou qualquer outro recuar, mas sim, superar toda e qualquer forma de estado, bem como do capital que lhe dá razão de ser, podendo assim, fundar um outro modo de educação, que seja fundado na autogestão generalizada do conjunto das relações sociais.

Para complementação e desenvolvimento das teses aqui apresentadas, sugere-se os seguintes textos:

#### *Blocos sociais*

VIANA, Nildo. Blocos sociais e luta de classes. Revista Enfrentamento n. 17. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/view/960/830>.

#### *Neoliberalismo discricionário e neoliberalismo neopopulista*

MAIA, Lucas. A PEC 55 e o neoliberalismo discricionário no Brasil. Revista Despierta n. 3. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rde/article/view/500/455>.

VIANA, Nildo. A PEC 241/55 e as políticas de austeridade. Disponível em: <https://marxismoautogestionario.blogspot.com/2016/11/a-pec-24155-e-as-politicas-de.html>.

## A CONSCIÊNCIA EM MARX

Alessandro Macedo<sup>1</sup>

### Introdução

A questão da consciência é uma das temáticas mais complexas dentro da teoria marxista. A ação de detratores e epígonos da obra de Marx, (LENIN, 1978; PLEKHANOV, 1990; STALIN, 1982; etc.), imprimiu nesse conceito um caráter abstrato e metafísico, sendo muitas vezes confundido com teoria do conhecimento. A imposição de elementos da ideologia positivista do conhecimento, tal como conhecemos, sujeito, objeto, empírico, “sujeito cognoscível”, “objeto cognoscente”, dentre outros termos problemáticos, mostra a necessidade de expressarmos uma consciência correta da teoria da consciência tal como desenvolvida por Marx.

A questão da consciência aparece em vários pontos em sua obra, no entanto, os textos intitulados *Manuscritos econômicos-filosóficos* (2004 [1844]), marcam sua ruptura com a filosofia hegeliana e, portanto, são expressão de uma consciência teórica livre dos embaraços abstratos e metafísicos herdados de Hegel. Embora a questão da consciência já aparecesse nesses textos, foi somente a partir de *A ideologia alemã* (2009[1846]), obra conjunta com seu amigo e colaborador Friedrich Engels, que ele apresenta sua teoria da consciência derivada de uma concepção materialista da história. Assim, ao analisar o ser humano a partir de suas relações sociais, ou seja, o processo de vida real que o indivíduo contrai para produzir sua vida material, ele também produz sua forma de ver e entender o mundo em sua volta, ou seja, sua consciência. Dessa forma, buscaremos refletir como os indivíduos, determinados social e historicamente, desenvolvem sua consciência a partir de seu processo de vida real.

### A relação entre ser e consciência

---

<sup>1</sup> Militante do Movimento Autogestionário.

A tese apresentada por Marx de que, “*a consciência é nada mais que o ser consciente*” (MARX e ENGELS, 2009, p. 31) nos remete a uma outra questão. O que constitui esse ser consciente? Sabemos que os seres humanos, diferentemente dos outros animais, não encontram na natureza os meios acabados para sua sobrevivência. Desse modo, estão em plena desvantagem em relação aos demais animais, primeiramente pela sua constituição corpórea e sua força física, ou seja, o ser humano é um animal frágil perante as forças naturais. Nesse sentido, ele precisa desenvolver meios de intervir na natureza, no sentido de garantir sua própria sobrevivência.

Assim, ao desenvolver formas inteligentes de intervenção para compensar sua desvantagem física, isso o coloca de maneira vantajosa frente aos demais animais, uma vez que nesse processo ele se autocria, humanizando a natureza e, conseqüentemente, a si mesmo. O meio pelo qual ele realiza essa intervenção é o trabalho. Porém, não se trata do trabalho tal como desenvolvido no modo de produção capitalista. O capital, ao se apropriar do trabalho, o transformou em uma atividade alienada e degradante, trazendo sofrimento e alienação para o trabalhador, (MARX, 2004). O trabalho ao qual Marx se refere como constituinte da natureza humana é um trabalho que edifica o ser humano, uma vez que ele se reconhece em sua atividade, tendo em vista que ele tem total domínio sobre o processo produtivo, ao mesmo tempo em que tem acesso ao produto por ele criado.

Portanto, para Marx e Engels (2009, p. 24) “A premissa de toda história humana é, naturalmente a existência de seres humanos vivos”. Isso significa que o ser humano é um ser social e biológico, e que, portanto, precisa satisfazer um conjunto de necessidades biológicas consideradas fundamentais, sem as quais, ele não pode subsistir como ser humano. Entretanto, o ato de produzir esses meios necessários à sua sobrevivência constitui-se, na verdade, como sendo a produção de sua própria história, ou seja, o mundo humano, e a consciência que se tem dele, assim:

O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2009, p. 40).

Desse modo, podemos compreender que a natureza do ser humano é constituída social e historicamente e que o trabalho é a categoria central na constituição do seu ser social. Logo sua consciência emana do seu processo de vida real.

No entanto, essa consciência à princípio é a consciência do próprio meio natural que o cerca, que constitui a realidade concreta do qual ele faz parte, juntamente com outros animais.

A consciência, naturalmente, começa por ser apenas consciência acerca do ambiente sensível *mais imediato* e consciência de conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo que se vai tornando consciente de si; é, ao mesmo tempo consciência da natureza, a qual em princípios se opõem aos homens como poder completamente alienado, todo-poderoso e inatacável com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e pelo qual deixam amedrontar como animais ; é, portanto, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) (MARX; ENGELS, 2009, p. 44, *grifos dos autores*).

Portanto, isso não significa que em um determinado período da história humana a consciência deixou de ser social, porém significa que o desenvolvimento da consciência se dá a partir do desenvolvimento de relações sociais que o indivíduo contrai juntamente com outros indivíduos em determinado período histórico marcado por uma determinada fase social, no sentido de produzir sua vida material.

Assim, Marx faz uma conexão direta entre o processo de vida real dos indivíduos e as representações que esses indivíduos fazem dessa mesma realidade. Nesse sentido, tais representações são expressões do condicionamento feito pela sua posição na divisão social trabalho, ou seja, a forma como o indivíduo se insere na produção de sua vida material e pelas estruturas políticas e jurídicas vigentes em um dado período histórico.

Dessa forma, “a produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagens da vida real” (MARX; ENGELS, 2009, p.30). Isso significa que todas as criações sociais tais como, política, religião, filosofia, ciência, estado, etc., ou seja, o conjunto das representações sociais, são produtos das relações sociais reais, desenvolvidas por seres humanos reais de carne e ossos. Essas categorias não possuem nenhuma autonomia fora da realidade social, são criações humanas e correspondem a determinado estágio de desenvolvimento da produção e das forças produtivas,

mediadas por valores e interesses de seres humanos reais determinados social e historicamente (Marx; Engels, 2009).

Nesse sentido, a consciência realmente só pode ser o ser consciente, mesmo que tal consciência seja uma consciência deformada, não deixa de ser expressão real da contradição da qual ela emerge. Isso também demonstra que “ser e consciência” são indivisíveis, toda consciência que o indivíduo tem do mundo e dele mesmo é produto das relações sociais reais, seu processo de vida, sua posição na divisão social do trabalho, sua classe social etc. Verifica-se então a impossibilidade de a consciência ser uma aquisição externa dos indivíduos, ou produto do mundo das idealizações tal como em Hegel, ou de abstrações metafísicas postuladas pelos teóricos do conhecimento (LOCKE, 1999; HESSEN, 1980, 2017, p. 117). No entanto, Marx chama a atenção para as formas de consciência e suas possibilidades a partir do desenvolvimento da divisão social do trabalho e da evolução do modo de produção.

Efetivamente, a partir do momento que surge a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, as ideias tendem a ganhar autonomia, como se elas não fossem produtos das mentes de seres humanos reais. Assim, essa inversão da realidade pode expressar algo sem realmente ser expressão do que representa. Surge então a ideologia (MARX; ENGELS, 2009). A ideologia se caracteriza por ser uma forma de consciência ilusória que visa inverter a realidade e pode aparecer em forma de filosofia, teologia, ciência, etc. Assim, surge o especialista no trabalho intelectual, ou seja, o ideólogo, produtor de ideologia. Mas se a consciência é o ser consciente, ou seja, é uma unidade indissolúvel, o que leva determinados seres humanos a expressar uma consciência que não seja expressão correta da sua realidade. Portanto:

(...) é evidente que, em todos esses casos, essas representações são a expressão consciente – real ou ilusória – das suas relações e atividades reais, da sua produção, do seu intercâmbio, da sua organização social e política. A suposição oposta só é possível quando se pressupõe, além do espírito dos indivíduos reais e materialmente condicionados, ainda um espírito a parte. Se a expressão consciente das relações reais desses indivíduos é ilusória, eles nas suas representações, colocam a realidade de cabeça para baixo, e isso, por sua vez, é uma consequência do seu modo de trabalho material limitado a das relações sociais limitadas que deles resultam. (MARX; ENGELS, 2009, p. 30).

Outro elemento de fundamental importância na teoria marxista, que remete a questão da consciência, é a questão das classes sociais.

A sociedade dividida em classes sociais distintas e marcada pelo antagonismo entre as classes sociais fundamentais (burguesia e proletariado, no caso do capitalismo), pressupõe a coexistência de valores, interesses, concepções antagônicas. Marx e Engels, ao tratar da questão das classes sociais, deixaram claro que a classe detentora dos meios de produção em um determinado período histórico também detêm o domínio da produção da vida espiritual, ou seja, das formas de consciência. Em outros termos equivaleria dizer que “as ideias dominantes são as ideias da classe dominante” (MARX; ENGELS, 2009, p. 67). Isso significa que se os indivíduos fazem representações equivocadas e ilusórias da sua realidade, do seu ser no mundo, é porque os mesmos estão inseridos em relações sociais contraditórias, instauradas pela divisão social do trabalho, pela divisão da sociedade em classes, pela instituição da propriedade privada dos meios de produção, o que possibilita a dominação de uma classe por outra.

Desse modo, devido à hegemonia das ideias da classe dominante e suas formas ilusórias de consciência, os indivíduos tendem a reproduzir uma consciência falsificada da realidade, da qual eles fazem parte. Isso ocorre porque não é do interesse da classe dominante mostrar a verdade por trás das relações sociais de produção, que no capitalismo são relações de exploração. No entanto, os intelectuais representantes da classe dominante, vão “construir sistemas filosóficos, amplas doutrinas políticas, concepções científicas e teológicas, em alto grau de complexidade” (VIANA, 2017, p.149), para omitir os reais interesses da burguesia, ao mesmo tempo em que apresentam um conjunto de valores como sendo oriundos da vontade geral.

Assim, podemos compreender que a ideologia é uma forma de consciência ilusória. No entanto, não se trata de uma falsificação qualquer, ou seja, a criação de ideologias por parte dos ideólogos, não é algo que brota do nada, a ideologia também possui uma base real, que é a consciência dos próprios ideólogos. Ou seja, os ideólogos, ao produzirem ideologias, também partem de seu processo de vida real, valores, sentimentos, concepções, classe social, etc. Nesse sentido, o caráter ilusório da ideologia é apenas uma de suas características, sendo que ela também é uma forma de consciência. Porém é uma consciência falsa, que visa inverter a realidade, sustentada por sistemas complexos de pensamentos, produzida por intelectuais especializados no trabalho intelectual.

Nesse sentido, os ideólogos, procuram se autonomizar da realidade, como se fossem apenas representantes de ideias e concepções teológicas, científicas e filosóficas, que existem independente da vontade dos indivíduos, tal como leis universais, deus e outras especulações metafísicas.

Entretanto, retomando a tese inicial de que a consciência é nada mais que o ser consciente, ou seja, que a consciência é expressão do processo de vida real do indivíduo, significa entender que a formação da consciência pessoal é produto das relações reais que esse indivíduo contrai e reproduz socialmente. No entanto, as formas de consciência social são produtos de relações sociais mais amplas, que abarcam o conjunto da sociedade. Marx deixou isso bem claro em uma célebre passagem do *prefácio da contribuição da crítica da economia política*:

O resultado geral a que cheguei é que uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos pode ser formulado, resumidamente assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações sociais determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica, política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é consciência dos homens que determina seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2009, p. 49).

Portanto, aqui Marx afirma que a consciência é um produto social, que é condicionada pelo modo de produção da vida material. No entanto, essa mesma passagem, aponta para a possibilidade de uma consciência correta da realidade. Mas como chegar a uma consciência correta da realidade, se os sistemas de conhecimentos dominantes, na verdade, não passam de formas ilusórias que visam falsificar a realidade? A teoria da consciência de Marx nos remete a sua teoria da história, ou seja, ao materialismo histórico e ao método dialético. O método dialético, como recurso heurístico, possibilita compreender a realidade em sua totalidade, ou seja, a síntese de múltiplas determinações históricas e sociais, e com isso chegar uma consciência correta da realidade (VIANA, 2017).

Entretanto, partir do método dialético, para entender a realidade histórica e social, significa partir da perspectiva de uma classe social que, neste caso, é o proletariado, pois a classe proletária é a única classe social a quem interessa uma

consciência correta da realidade. Ademais, partir da perspectiva do proletariado, significa partir de valores, sentimentos, posições, interesses, inerentes a realidade dessa classe, ou seja, o processo de vida real da classe proletária. O processo de vida real do proletariado remete ao modo de produção capitalista, bem como sua superação. Isso significa o fim das ilusões e da falsa consciência.

## Referências

- FROMM, Erich. *O conceito marxista do homem*. Rio De Janeiro: Zahar, 1976.
- HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. Coimbra: Armênio Amado, 1980.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LÊNIN, W. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.
- LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- MARX, Karl. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- PLEKNAHOV, Georg. *Princípios Fundamentais do Marxismo*. São Paulo: Global, 1990.
- STÁLIN, Joseph. *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*. São Paulo: Global, 1982.
- VIANA, Nildo. *Karl Marx: a crítica desapiedada do existente*. Curitiba-PR: Prismas, 2017.
- VIANA, Nildo. *A consciência da história: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

## JOSÉ PAULO NETTO E A DEFINIÇÃO NÃO MARXISTA DE MARXISMO

Aline C. Ferreira<sup>1</sup>

De modo superficial, a visão que se tem sobre o marxismo está relacionada ao leninismo. Um dos elementos que pode explicar isso é o processo contrarrevolucionário empreendido pelo Partido Bolchevique na Rússia, que, em outubro de 1917, tomou o poder para si, desmantelando a auto-organização dos trabalhadores (isto é, os soviets)<sup>2</sup>. A partir do estabelecimento da União Soviética, que se autodenominava como socialista, houve a difusão ao redor do mundo da ideia de que ocorrera de fato uma transformação social naquele país, assim como defendido por Marx. A partir da Terceira Internacional, grande parte dos Partidos Comunistas existentes passaram por um processo de bolchevização e começou-se a seguir uma cartilha partidária para difundir ideias de Lênin e principalmente Stálin. Marx, quando abordado, era subsumido a estes dois últimos autores<sup>3</sup>.

No entanto, o dito socialismo da União Soviética não tinha relação com aquilo que Marx defendia como transformação social, que, no caso, significa a emancipação da humanidade. Houve, na realidade, uma distorção do pensamento de Marx, inclusive com a atribuição de definições que não provêm de suas ideias – como a ideia inventada por Lênin (2017) de que o socialismo seria um período de transição para o comunismo, em

---

<sup>1</sup> Militante do Movimento Autogestionário – Núcleo São Paulo. E-mail: allinex3@gmail.com

<sup>2</sup> Este processo de desmantelamento da auto-organização dos trabalhadores russo é abordado de forma detalhada por Brinton (1975).

<sup>3</sup> No caso do Brasil, cf. essa discussão em Konder (2009). Relembremos, no entanto, que este autor deve ser lido de maneira crítica, já que suas bases intelectuais são leninistas. A *nível descritivo*, por meio da descrição de determinados fatos históricos da recepção de Marx ao Brasil, sua pesquisa é bastante interessante por demonstrar como as ideias de Marx chegaram completamente deformadas ao Brasil, a partir das lentes do PCB. Marx, aliás, raramente era lido pelos militantes do partido. Em suas próprias palavras: “As realizações de Lenin pareciam bem mais adequadas a suscitar entusiasmo do que as complexas reflexões de Marx. Começou a se generalizar a convicção de que não tinha sentido procurar em Marx algo que não tivesse sido genialmente traduzido na ação pelo leninismo” (KONDER, 2009, p. 151-152).

que o Estado ainda existiria e seria comandado por um partido político<sup>4</sup>. Assim, marxismo é definido por Lênin da seguinte maneira:

O *Marxismo* é o sistema das ideias e da doutrina de Marx. Marx continuou e completou as três principais correntes de ideias do século XIX, que pertencem aos três países mais avançados da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês, ligado às doutrinas revolucionárias francesas em geral (LÊNIN, 1979, p. 15).

Tal definição é mecanicista, separando as ideias da realidade social concreta, como se marxismo fosse simplesmente uma junção de ideias, algo destoante da preconização de Marx e Engels (2007) de que as ideias não existem de forma isolada, mas são oriundas da realidade concreta. Desse modo, “leninismo” ou “marxismo-leninismo” tornou-se, equivocadamente, quase um sinônimo de “marxismo”. No entanto, há autores que questionam essa relação, evidenciando um antagonismo entre as duas concepções.

Resgatando o método dialético de Marx, Korsch (1977) define marxismo como expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado. Essa definição possui certa semelhança com Lukács (2012) de *História e consciência de classe*, tal como já demonstramos em outro trabalho (FERREIRA; TELES, 2018). Ademais, esta definição é melhor fundamentada por Viana (2008, 2014). Contudo, tal perspectiva sobre o marxismo proveniente de Korsch (1977) é antagônica não apenas à definição de Lênin, mas também à de intelectuais contemporâneos que concebem o marxismo como “marxismos”. Esse é o caso de José Paulo Netto (1993). Assim, o presente texto tem como objetivo analisar, de maneira crítica, o que este autor concebe por marxismo.

Em *O que é marxismo* o autor argumenta que “A hipótese de um marxismo único, puro e imaculado remete mais à mitologia política e ideológica do que à crítica racional” (NETTO, 1993, p. 8-9). Ao longo do pequeno livro, Netto (1993) nos mostra como essa ideia de um marxismo único remete a uma construção sectária empreendida pelo stalinismo, na União Soviética, onde tudo o que fosse contrário ao Partido era automaticamente rotulado como “pequeno burguês”, dentre outros adjetivos

---

<sup>4</sup> O termo correto para se referir a URSS seria “capitalismo de Estado” (TRAGTENBERG, 2007; VIANA, 1993), não “socialismo”.

pejorativos. Portanto, quando ele descreve este marxismo como único, puro e imaculado, ele está se remetendo ao stalinismo (uma das vertentes do bolchevismo).

Netto (1993) identifica a gênese desse “marxismo” dogmático na Segunda Internacional, que originou uma visão economicista e positivista, principalmente a partir de Kautsky e Plekhanov. O “marxismo”, para esses ideólogos, era uma ciência. Mas “ciência” não no sentido totalizante, assim como concebido por Hegel e Marx, mas no sentido mais restrito possível, quase como sinônimo de ciências naturais. E, na verdade, essa visão remontaria às últimas obras de Engels, tornando-se um dos legados da Segunda Internacional para o “marxismo”.

E, assim, ainda de acordo com Netto (1993), com o stalinismo, aquilo que foi sistematizado na Segunda Internacional de forma dogmática tornou-se uma ideologia de Estado a fim de legitimar o poder de Stálin. Desse modo, “Já nos anos 30, o marxismo está *institucionalizado*: investido como ideologia oficial do Estado autocrático stalinista, ele se torna uma linguagem e uma estratégia de poder” (NETTO, 1993, p. 50-51). Ou seja, a “Terceira Internacional” teria institucionalizado aquilo que foi criado na “Segunda Internacional” com o acréscimo das “contribuições de Lênin”, mas conforme os interesses políticos da época de Stálin (NETTO, 1993).

No entanto, a definição de marxismo de Lênin (e a base de sua ideologia do reflexo) provém diretamente de Kautsky, constituindo um desenvolvimento do pensamento deste. Nesse sentido, podemos considerar que o leninismo é um subproduto do kautskismo (BARROT, 2014), sendo que o leninismo compreende não apenas as ideias de Lênin, mas também as suas continuidades (com alguns elementos diferentes) por Stálin (e o stalinismo) e Trotsky (e o trotskismo). Assim, “[...] as divergências profundas do bolchevismo no terreno organizativo não resultam de concepções diferentes, mas da aplicação dos *mesmos princípios* em situações políticas, econômicas e sociais diferentes” (BARROT, 2014, p. 106).

Netto (1993) defende que o “marxismo” entendido de forma dogmática é algo consolidado pelo stalinismo, cuja gênese é a Segunda Internacional; no entanto, ao mesmo tempo, o autor “redime” Lênin, ao argumentar que o problema não estaria na ideologia deste russo, mas na leitura e aplicação que Stálin fez dela em determinado

contexto político. Portanto, a argumentação de Netto torna-se um pouco desconexa, pois as ideias de Lênin são fruto das mesmas ideias concebidas a gênese do dogmatismo stalinista, provenientes de Kautsky e Plekhanov.

Ainda de acordo com Netto (1993), o momento de ultrapassagem do marxismo-leninismo visto como única expressão do marxismo teria surgido em meados dos anos 1950, surgindo revisionismos de influência social-democrata ou o desenvolvimento a partir do resgate crítico dos escritos de Marx.

Simetricamente à crítica da autocracia stalinista, surge um duplo movimento que configura a crise do marxismo-leninismo, seu corolário ideológico: ou seus herdeiros, decepcionados, abandonam a tradição revolucionária que vem de Marx para empreender um novo revisionismo, reencontrando o velho caminho reformista proposto pela social-democracia, ou se armam – com uma releitura crítica de Marx – para enfrentar o marxismo-leninismo, acertar as contas com ele e ultrapassá-lo criticamente.

Essa última alternativa (para a qual contribuiu, sem dúvidas, trabalho de estudiosos de Marx afastados do movimento comunista), desenvolvendo-se dos finais dos anos 50 aos dias de hoje, instaura um renascimento da reflexão comprometida com Marx e rompe com a ilusão (e/ou a pretensão) da existência de um marxismo, único, conclusivo, “puro” (NETTO, 1993, p. 60-61).

No entanto, essa visão do autor é também questionável e inclusive incoerente com a sua própria preocupação em mostrar como o marxismo não é singular, mas plural. Ao falar sobre esta “ultrapassagem” apenas após os anos 1950, Netto (1993) apaga toda a história de divergência e embate político contrário a Kautsky, Lênin, Stálin e Trotsky. A impressão passada ao leitor é a de que não houve embates às concepções de Kautsky, nem, posteriormente, às de Lênin – *na época em que eles próprios viviam*. Rosa Luxemburgo, por exemplo, além de não partir de uma visão mecanicista da realidade, escreveu textos questionadores aos bolcheviques, como um texto crítico à Revolução de Outubro (LUXEMBURGO, 2011). Questionamentos estes que não se limitaram meramente a uma discussão política, mas também teórica (na verdade essas duas coisas não estão dissociadas).

Além disso, sequer há a menção aos comunistas de conselhos que não apenas teorizavam sobre os conselhos operários pura e simplesmente, mas também sobre a teoria de Marx, apontando divergências com a ideologia leninista, como se pode compreender a partir da discussão trazida em *Lênin filósofo* pelo conselheiro Anton Pannekoek (2004). Esta obra é de 1938, mas Pannekoek já discutia de maneira crítica com

as concepções leninistas anteriormente, bem como os demais comunistas de conselhos, como Paul Mattick, Otto Rühle, Helmut Wagner, dentre outros (MAIA, 2016). Além de outros intelectuais considerados “esquerdistas” por Lênin, como a comunista inglesa Sylvia Pankhurst. E, ainda, nem precisaríamos mencionar o próprio Karl Korsch (1977) e a sua anticrítica a *Marxismo e filosofia* de 1930.

Assim, ao mesmo tempo em que Netto (1993) defende a existência de vários marxismos, o autor simplesmente se esquece de debates e expoentes tão importantes como os citados acima<sup>5</sup>. Mas, para além disso, há outros problemas em sua definição. De acordo com o autor, o marxismo visto de forma plural se justificaria pela existência de um “[...] espectro muito rico em matizes e variações” (NETTO, 1993, p. 70) a partir do legado de Marx. Desse modo, Netto (1993) concebe o marxismo como algo aberto, em processo de constituição que deve ser constante, mesmo porque a totalidade é infinita. E isso é também defendido por Korsch (1977), mas de uma maneira diferente. Isso porque Netto (1993) deixa de explorar de forma mais consistente um elemento fundamental: o *critério* para considerar determinada obra ou autor como marxista. Como garantir que determinado escrito é coerente com os princípios defendidos por Marx? Qual o critério que se utiliza para saber se há uma distorção do pensamento de Marx? Todos aqueles que se utilizam, em algum nível, dos escritos de Marx seriam marxistas?

Netto (1993) nos aponta uma direção para esses questionamentos, mas, em nossa perspectiva, de uma forma um pouco superficial e, portanto, insatisfatória. Além disso, ele realiza uma distinção a qual não concordamos, que seria aquela entre a obra de Marx (denominada por ele como obra marxiana) e a obra da tradição marxista (NETTO, 1993).

---

<sup>5</sup> Entendemos que no livro *O que é marxismo* – o qual estamos tomando como base – a preocupação do autor não é realizar uma discussão aprofundada sobre o assunto, mesmo porque o pequeno livro faz parte de uma coleção destinada a escritos introdutórios sobre assuntos “básicos” das ciências humanas (Coleção Primeiros Passos, da editora Brasiliense). No entanto, não estamos “exigindo” uma discussão *aprofundada* sobre o assunto, que, de fato, fugiria do propósito do pequeno livro. Mas consideramos que a omissão à *menção*, no mínimo, de determinados autores e discussões já revela deficiências que partem de uma perspectiva específica (e predominante) que se tem, equivocadamente, do marxismo – o leninismo, onde Lênin é visto como um continuador das obras de Marx, o que discordamos, como é possível perceber ao longo de nossa argumentação.

Em poucas palavras: a obra de Marx (que chamamos de *marxiana*) forneceu a base para inúmeros desenvolvimentos (as *correntes marxistas*) que, no seio de um bloco teórico-cultural diferenciado (a *tradição marxista*), oferecem tratamentos complementares, alternativos e/ou excludentes para os problemas que se foram e vão colocando no mundo burguês e nas suas ultrapassagens revolucionárias. Se se rotula esta tradição de “marxismo”, corre-se o risco de perder de vista a sua enorme **heterogeneidade** – porque, se existem fios condutores que a identificam enquanto uma tradição, existem igualmente, e com a mesma relevância, **componentes que peculiarizam** as numerosas propostas que a compõem (NETTO, 1993, p. 76-77, negritos nossos).

Esta distinção não nos parece adequada justamente pelo fato de que, enquanto expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado, o marxismo constitui uma teoria “aberta” no sentido tanto da historicidade, quanto de que a totalidade é infinita, e por isso é necessário desenvolver a teoria marxista cada vez mais. As obras de Marx constituíram o pontapé inicial e o papel dos marxistas é o de continuá-las e desenvolvê-las, tanto devido às modificações históricas da sociedade, quanto devido às lacunas ou elementos poucos desenvolvidos pelo próprio revolucionário alemão. Portanto, em nossa perspectiva, não faz muito sentido separar essa expressão teórica entre “marxiano” e “marxismo”, por isso utilizamos apenas este último termo.

Ademais, ainda em relação à última citação direta de Netto, partimos do pressuposto de que os marxistas se utilizam, de maneira coerente, da teoria e método de Marx, partindo de aspectos importantes como: a não separação entre consciência e seres humanos; a percepção de que tudo passa pelas relações sociais, em que os seres humanos modificam a natureza e a si mesmos; a luta de classes como um elemento essencial; a perspectiva do proletariado, pelo fato de esta classe social ser aquela que carrega os interesses da emancipação da humanidade; etc. Isso porque é apenas dessa maneira que se consegue expressar teoricamente o movimento revolucionário do proletariado, tendo como horizonte a transformação social. Portanto, não tem como haver essa *heterogeneidade* mencionada por Netto.

Essa perspectiva que defende a existência de vários marxismos é oriunda da própria perspectiva leninista que separa ser e consciência e, assim, separa marxismo e proletariado, como é perceptível no texto de Lênin (1979) *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. Lênin e o leninismo não expressam o movimento

revolucionário do proletariado, mas sim os interesses da classe burocrática<sup>6</sup>. Em nossa perspectiva, não há uma separação entre ser e consciência, nem entre marxismo e proletariado. Portanto, não é possível existir vários marxismos.

Há a possibilidade de haver *peculiaridades*, não no sentido colocado pelo autor, mas no sentido de focalização em determinados assuntos. Por exemplo, devido à própria divisão do trabalho que tem se intensificado cada vez mais na sociedade capitalista, é bastante raro que os intelectuais consigam versar sobre vários temas que permeiam a sociedade. Por isso, é comum que existam aqueles que dedicam a sua trajetória intelectual mais em determinados temas do que em outros. Assim, podem existir diferentes focalizações: marxistas que estudam mais sobre movimentos sociais, outros sobre trabalho, educação, questão da mulher, e assim por diante. Mas a grande questão é que essas focalizações devem estar atreladas à *essência do marxismo* e à utilização do método dialético.

Desse modo, se um pesquisador parte da perspectiva marxista, ele, necessariamente, terá de se utilizar dos conceitos e categorias marxistas. Não por uma questão de sectarismo, mas de coerência interna de seus argumentos. Isso não significa que deve haver um descarte de tudo aquilo que não é marxista. Na verdade, a ideologia, ou seja, a falsa consciência sistematizada (MARX & ENGELS, 2007), não se define por ser uma “mentira” ou algo completamente invertido em relação à realidade; ela tem momentos de verdade, já que pretende apresentar esta realidade (ainda que a inverta) e por isso é convincente.

---

<sup>6</sup> Entendemos a classe burocrática como uma classe auxiliar da burguesia, que possui autonomia relativa dentro da sociedade capitalista. Nesse sentido, “há uma predeterminação (a reprodução do capitalismo) da qual ela não pode escapar, sob pena de substituição ou abolição. Então ela deve cumprir sua função e por mais que tente se autonomizar e defender seus próprios interesses, a burocratização ou mesmo a substituição da burguesia como classe dominante, isso deve ser feito conjuntamente com a busca da reprodução das relações de produção capitalistas. Nesse sentido, é necessário entender que a burocracia é uma classe auxiliar da burguesia (VIANA, 2012). Ela exerce a atividade de controle social para a reprodução das relações de produção capitalistas, o que significa reprodução da classe capitalista e da acumulação de capital.” (VIANA, 2015, p. 270). Desse modo, Lênin não expressava os interesses do movimento revolucionário do proletariado, mas sim os interesses da classe burocrática. Primeiro, da classe burocrática partidária, especificamente do Partido Bolchevique que possuía a intenção de tomada do poder estatal (conseguindo efetivá-la) e, depois, da classe burocrática estatal cujo interesse era a perpetuação do poder na União Soviética.

Então é possível, por exemplo, tomar alguns elementos estudados pelo sociólogo Max Weber sobre arte e *assimilá-los criticamente* a partir da teoria e método marxistas. Ou seja, não estamos falando em *misturar* as categorias weberianas com as categorias marxistas (isso teria como resultado uma colcha de retalhos), mas sim assimilar, a partir do método dialético, aquilo que Weber descreveu sobre arte<sup>7</sup>.

Nesse sentido, partindo de uma perspectiva criteriosa (e não sectária) sobre o que define o marxismo, reiteramos que não temos concordância com a ideia de Netto (1993) sobre a existência de vários marxismos. Reafirmamos nossa perspectiva de que o marxismo deve estar vinculado à expressão da realidade a partir da perspectiva do proletariado enquanto classe autodeterminada, sendo este o critério para determinar o que é marxismo e o que não é. Assim, estamos de acordo com Viana quando afirma que

O marxismo posterior não é definido por simples referência às ideias de Marx e sim por manter o seu caráter de expressão teórica do movimento operário. Para descobrir isto se usa o mesmo procedimento adotado em relação ao marxismo original. Assim, abre-se espaço para a superação da ideia da existência de vários “marxismos” e cria-se um critério materialista para se definir quais indivíduos e correntes podem ser considerados marxistas (VIANA, 2008, p. 91).

Desse modo, a perspectiva de José Paulo Netto sobre o que é o marxismo não é marxista, já que não tem como pressuposto a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado, mas sim a ideia de existência de diferentes “correntes” que podem ser consideradas “marxistas” pela simples vinculação a algumas ideias de Marx. Assim, o autor não parte de nenhum critério claro e que tenha como pressuposto a perspectiva do proletariado.

## REFERÊNCIAS

BARROT, Jean. O “renegado” Kautsky e seu discípulo Lênin. *Marxismo e Autogestão*, ano 01, num. 01, jan./jul. 2014, p. 104-114. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/4viana2/110>. Acesso em: 29 out. 2017.

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

---

<sup>7</sup> Isso foi realizado por Viana (2007).

FERREIRA, Aline C.; TELES, Gabriel. A Definição Marxista de Marxismo em Georg Lukács e Karl Korsch. *Revista Espaço Livre*, Goiânia, v. 13, n. 25, p. 7-18, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/798/685>. Acesso em: 06 mai. 2019.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1977.

LÊNIN. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global Editora, 1979.

LÊNIN, Vladímir Ilich. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MAIA, Lucas. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2016.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 8ª ed., 1993.

PANNEKOEK, Anton. Lênin filósofo. In: GORTER, Herman; KORSCH, Karl; PANNEKOEK, Anton. *La izquierda comunista germano-holandesa contra Lênin*. Ediciones Espartaco Internacional, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. *A revolução russa*. São Paulo: Unesp, 2007.

VIANA, Nildo. *A Esfera Artística: Marx, Weber, Bourdieu e a Sociologia da Arte*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

VIANA, Nildo. A Essência do Marxismo. *Marxismo e Autogestão*, ano 01, num. 02, jul./dez. 2014, p. 24-37. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/4viana2/110>>. Acesso em: 29 out. 2017.

VIANA, Nildo. Burocracia: forma organizacional e classe social. *Marxismo e Autogestão*, ano 02, num. 03, jan./jun. 2015, p. 265-285. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jviana3/297>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

VIANA, Nildo. O capitalismo de estado da URSS. *Revista Ruptura*, ano 1, num. 1, Maio de 1993. Disponível em: <<http://informecritica.blogspot.com.br/2011/03/o-capitalismo-de-estado-da-urss.html>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

VIANA, Nildo. *O que é marxismo?* Rio de Janeiro: Elo Editora, 2008.

## AS IDEOLOGIAS

Anton Pannekoek<sup>1</sup>

Toda luta social é também uma luta de ideias, de concepções, de pensamentos. Por outro lado, é deste modo que esta luta começa, assim como é desta forma que ela continua.

O ser humano se distingue dos animais por sua consciência, pelo pensamento e ação conscientes. Em geral, a reflexão e a deliberação precedem às suas ações. Mas o ser humano não escapa, sem dúvida, ao fato de que suas ações estão determinadas pelas necessidades de sua existência e marcadas por seus contatos com o mundo exterior, do qual ele extrai seus meios de subsistência, isto é, todo o necessário para manter sua vida. Contudo, no ser humano, a influência do mundo exterior – transmitida por meio dos sentidos – se exerce por um rodeio: assume em primeiro lugar a forma de um conhecimento, de uma compreensão; pensamentos, imagens mentais, conhecimento e compreensão determinam posteriormente sua vontade e seus atos.

Todavia, nem tudo ocorre exatamente desta maneira. Não é uma diferença tão contundente entre o ser humano e o animal; como algumas modificações, o que vale com respeito a um, vale também com respeito ao outro. Como ocorre em todos os organismos, a maior parte das ações cotidianas do ser humano se realiza automaticamente; constituem uma reação imediata às impressões exteriores ou derivam de costumes assimilados desde a infância, e não realizam intervenções explícitas ao cérebro. E nem sequer todas as ações que os seres humanos realizam de modo não automático são objeto de profunda reflexão, nem decididas por uma dedução consciente a partir da experiência. Tudo o que os seres humanos viveram, tudo o que conheceram influi sobre seu espírito, mas frequentemente sem que eles sejam

---

<sup>1</sup> Tradução de Rubens Vinícius da Silva e revisão de Matheus Almeida, militantes do Movimento Autogestionário. Este texto é o Capítulo 1, do livro 3 – *O Pensamento*, da obra *Os Conselhos Operários*, de Anton Pannekoek, publicado pela primeira vez em 1946. A versão ora apresentada foi traduzida do link <https://www.marxists.org/espanol/pannekoek/1940s/consejosobreros/15.htm> e a revisão efetivada mediante a comparação desta com a tradução realizada pela Editora Zero, publicada em 1977.

conscientes; tudo isso se acumula em forma de experiência, determina suas opiniões e suas atitudes vitais: domina seu subconsciente. E, mais tarde, tudo isso reaparece rapidamente na forma de ações espontâneas ou de opiniões intuitivas, que não se baseiam em nenhum raciocínio explícito, mas que são admitidos de imediato, sem dúvida nem vacilação. Porém, além destas intuições, o ser humano conhece também o pensamento consciente. Cada vez que deve escolher sob a ação de influências contraditórias ou no curso de transformações e de lutas, cada vez que vacila ou dúvida, cada vez que se dá conta de que a ação foi espontânea, irrefletida, põe-se a pensar de modo consciente. E reúne as imagens mentais e as ideias que desenvolve em tais ocasiões, comparando-as entre si e terminando por fazê-las tomar uma forma coerente, a forma de um sistema de ideias, de uma ideologia.

A ideologia de um ser humano é parte de sua concepção do mundo. Esta concepção do mundo é uma soma, uma prática vital, certa atitude frente à existência e aos outros seres humanos, que se manifesta de maneira inconsciente em todos os seus atos, em todos os seus hábitos; é uma visão da sociedade do trabalho que é encontrada novamente sob uma forma mais consciente em suas ideias, suas concepções sobre o direito, suas opiniões políticas, sua religião. Na vida prática, o ser humano se dá conta de que o que em geral é útil e necessário é o que ele considera bom e que a maneira como deve se comportar em suas relações com os outros seres humanos é o que designa com o nome de costume e moral. O ser humano realiza esta experiência de maneira mais ou menos consciente, e esta consciência depende da amplitude dos conhecimentos que têm das forças mais ou menos gerais, e com frequência muito poderosas, cuja ação não pode prever, mas que determinam sua sorte. Está na natureza do espírito humano considerar como essencial e permanente o que vê que se repete da mesma maneira em intervalos regulares, pois somente a partir disso pode calcular e determinar suas ações posteriores. É a partir da experiência vital que se formam noções acerca do que é em geral (e, por conseguinte, de modo essencial e permanente) bom, mau, justo, moral. Assim se formam as ideias gerais sobre as forças que dominam o mundo, que decidem acerca da vida e da sorte do ser humano, do passado e do futuro, dos objetivos e do sentido da vida. E todas estas noções se desenvolvem e se reúnem, constituem uma ideologia, a qual se manterá sólida enquanto o modo de produção (e, por conseguinte,

as formas de existência das quais ela provem) seja bom e permaneça sem mudanças durante um bom tempo. Mas então a ideologia se converte num conjunto de verdades intocáveis, sagradas, e se petrifica. Isso não impede que estas verdades continuem sendo ensinadas à juventude, que sejam apresentadas como a herança espiritual da sabedoria de seus antepassados, que seja exigido que estas lhes sejam impregnadas, para com isso se adaptar de modo mais rápido e fácil à sociedade vigente.

Mas a sociedade se desenvolve e, no curso dos séculos recentes, com uma rapidez cada vez maior, as formas de trabalho se modificam. As relações entre os seres humanos, sua atitude com relação ao trabalho, à Natureza, à sociedade, às forças superiores que os dominam, também evoluem. E isto determina uma evolução dos pontos de vista acerca da vida e do mundo. Nascem novas noções nas mentes e (o que é mais importante) as velhas concepções tradicionais entram em conflito com as ideias novas, que são ordenadas numa concepção de mundo inteiramente nova. Quando a burguesia nasceu, teve de enfrentar as velhas concepções de solidariedade social (fidelidade e vassalagem ao senhor, obrigações com as corporações) e as novas ideias sobre a liberdade do indivíduo e o desenvolvimento da personalidade (livre disposição da vida e da própria sorte, reivindicação dos direitos humanos e dos cidadãos). E nesse caso não se tratava de algumas ideias novas e isoladas, mas sim prática e fundamentalmente de um conjunto de novas leis e de novas instituições indispensáveis para a satisfação das novas necessidades sociais. Justamente para instaurá-las foi que começou a luta. Tanto a necessidade que alguém experimenta como o objetivo que se fixa (e que estão na origem da luta por uma mudança na política e no direito e de onde tiram suas forças) estão ancorados na prática. Mas os objetivos que os seres humanos querem alcançar praticamente na política e o direito somente são vistos como uma consequência das ideias novas.

Assim, a luta para edificar uma nova sociedade, um novo modo de produção, assume a forma de uma luta de ideias, de uma luta entre concepções de mundo. E a concepção nova não está ligada, para seus partidários, a uma aplicação prática, e, portanto, limitada: aparece-lhes como uma verdade absoluta, sempre boa e definitivamente geral. Mas em que pese isto, não se trata de uma abstração estéril. As ideias novas brotam como uma flor fresca e plena de seiva, a partir de uma realidade

bem viva... E a nova concepção de mundo se mostra frente à velha ideologia, completamente esterilizada, transformada numa espécie de objeto sagrado, que pretende ser a verdade absoluta, imutável, e que busca utilizar sua autoridade para impedir todas as modificações, não obstante necessárias, das instituições sociais. As velhas ideologias são verdades de ontem, hoje petrificadas, que se opõem à verdade nova, pois continuam considerando a si mesmas como a verdade absoluta e, conseqüentemente, eterna.

No curso do desenvolvimento das sociedades humanas, a luta de uma classe para estabelecer um novo modo de produção foi sempre, simultaneamente, uma luta para fazer triunfar novas ideias gerais. E aos olhos dos seres humanos esta luta aparece com frequência como uma simples luta ideológica. Para a burguesia, tratava-se de uma luta entre uma nova concepção do Direito e da liberdade, e a doutrina antiga, que se apoiava sob a religião e sob uma forma específica da solidariedade social. Mas não se esquecia, naturalmente e nem por um instante, do verdadeiro conteúdo material: os objetivos econômicos. No decurso da Revolução Francesa, por exemplo, a burguesia se aplicava – e esta era a questão mais importante – à instauração de leis que garantissem as liberdades que lhe permitiam exercer suas atividades, restringindo, quando necessário, a liberdade dos demais (por exemplo, dos trabalhadores), destruindo as instituições feudais que travavam sua liberdade de ação. Mas a realização destes objetivos práticos aparecia como a aplicação de novos princípios gerais, que nesse momento eram concebidos como uma verdade prestigiosa.

Este revestimento ideológico sob o qual se dissimulavam os interesses de classe voltaremos a encontrar no século XIX, mas mais difícil de conhecer porque ele então é misturado às consignas do passado, inteiramente abstratas, porque a luta da classe burguesa diminuía em intensidade. Mas nas ocasiões em que esta luta seguia sendo suficientemente intensa como também para dominar a sociedade, os partidos políticos expressavam claramente os interesses em luta. Em que pese os princípios, as consignas pelas quais se referiam seus programas, haviam tomado a forma de ideias gerais e abstratas, se referiam a concepções de mundo, ademais completamente divergentes. Os liberais representavam a burguesia, e mais particularmente a burguesia industrial: reivindicavam a liberdade, o acesso ao conhecimento, o progresso. Os conservadores

representavam os latifundiários e a riqueza do antigo mundo: junto com os partidos cristãos, pequeno-burgueses e camponeses, exigiam a manutenção da autoridade, promoviam a obediência, defendiam a fé e a tradição. Junto a eles os socialistas (portavozes dos operários), falavam da teoria de Marx, da abolição de toda exploração pelo desenvolvimento da luta de classes. Todos se batiam em nome da verdade, da realidade de suas ideias gerais e abstratas; apoiando-se sobre o modo de vida de sua própria classe, estavam convencidos de ter razão, e em tudo isto o fundamento econômico, a essência profunda, o verdadeiro fim da luta, permanecia em segundo plano.

Além disso, havia outra diferença bastante característica entre a classe dominante e a classe explorada. Para a burguesia, localizada à cabeça por obra do desenvolvimento econômico, em plena posse de seu poderio, dona do futuro, a ideologia e a prática estavam em perfeita harmonia. Sabia perfeitamente assegurar a defesa de seus interesses, fazendo o exercício prático de seus princípios. Por outro lado, para a pequena-burguesia não havia saída: primeiro a burguesia começou por instalar o capitalismo, e uma vez estabelecida esta sociedade, a pequena-burguesia precisou se submeter à competição, conheceu os fracassos e se tornou incapaz de resistir à burguesia. É por isso que sua ideologia não podia ser senão uma teoria abstrata, e cujo caráter abstrato iria se acentuando até isolar-se completamente do mundo real. Enquanto aos operários, que formavam uma classe nascente, a luta ideológica era apenas uma parte de sua lenta e progressiva tomada de consciência daquilo que eram. A classe operária acabava de se formar a partir de elementos arruinados da pequena-burguesia e do campesinato, os quais traziam consigo as crenças e as convicções de seu ambiente familiar. Lentamente, sob a influência de seu novo modo de vida, tornaram-se receptivos a novas ideias, adotavam novas concepções que expressavam sua nova situação e seus novos interesses de classe. Mas enquanto a luta política se dedicava principalmente à ideologia, estes eram apenas princípios gerais, uma luta entre uma tradição que continuava apreciando a ideias novas que aceitavam hesitando e que, em consequência, fazem progressos extremamente lentos.

Hoje a ideologia se transformou num fator de peso na luta de classes. Para a classe dominante é muito importante limitar esta luta ao terreno ideológico. Com efeito, todas as tradições, todo o poderio das antigas fórmulas, todos os hábitos de

pensamento atuam então em seu favor, porque impedem aos operários considerar a nova situação sem prejuízos. A força dos operários, ao contrário, resulta de uma compreensão clara das novas realidades da vida. As antigas ideologias unem aos seres humanos e os opõem em grupos que nada têm que ver com as diferenças de classe e os interesses reais da vida. Exploradores e explorados se encontram assim em uma mesma Igreja, em um mesmo partido, em uma mesma nação, e se comportam como estrangeiros e inimigos frente a outras Igrejas, partidos e nações, que também agrupam exploradores e explorados. Os operários só poderão empregar todo o seu poderio se realizarem sua unidade de classe, por cima e contra estas divisões do passado. Mas os operários não formam uma massa homogênea, com um pensamento uniforme. Suas origens, seu passado, fazem com que haja diferenças religiosas e políticas no seio da classe operária. Enquanto os operários estiverem divididos (em disputas sobre questões de religião, de liberalismo, de anarquismo, de socialismo), carecerão de força. É por isso que a classe dominante, guiada por seu instinto, trata de manter esta divisão, apresentando as diferenças ideológicas como algo de importância primordial. E tais diferenças são de imediato (ainda que estejam privadas de todo apoio real e remontem ao passado) colocadas em primeiro plano para quebrar a unidade dos operários. A unidade da classe operária só pode se reforçar quando toda a atenção se dirija até à realidade e os operários dediquem-se em sua grande e única tarefa: a transformação econômica da sociedade. Devem fazer com que a produção fique sob seu controle, devem converter-se em donos de seu trabalho e de seus meios de trabalho, antes de poder produzir a opulência para todos: é uma tarefa prática, que não tem nada que ver com as ideologias tradicionais, quaisquer que sejam. Os interesses práticos e as necessidades da vida: estas são as forças que impulsionam os operários a se associarem e formarem finalmente uma sólida unidade.

A classe operária que luta por sua libertação se encontra numa situação mais favorável que as classes que antes lutavam pelo poder – por exemplo, a burguesia –, porque tem a possibilidade de compreender claramente a origem das ideias e das ideologias. Com efeito, o domínio das forças sociais exige que os seres humanos tenham se tornado eles próprios os donos de todas essas forças, e que, por conseguinte, compreendam-nas. O domínio prático, real, está indissolivelmente ligado ao domínio

intelectual e espiritual. A ciência da qual eles dispõem ensina que não é a consciência que determina o ser, mas sim que é a sociedade quem determina a consciência. O pensamento não se antecipa à realidade<sup>2</sup>, senão que é uma consequência desta última. E isto não somente no sentido de que apenas a sociedade, as relações entre os seres humanos na vida e no trabalho, podem fazer nascer o desejo, a ideia e a vontade de mudar o trabalho e a sociedade, mas que também no sentido de que as necessidades práticas imediatas forçam a atuar e a reagir, a efetuar uma avaliação simples do que é útil e realizável, e que isso influencia na valoração que alguém pode fazer de seus próprios atos. Na luta pela economia nova, pela organização da produção pelos próprios produtores, é que se podem abandonar todas as diferenças ideológicas. Não há nada que fazer aqui. A força dos operários não consiste em tratar de ganhar seus camaradas em favor de ideias abstratas acerca das quais podem estar ainda divididos, mas sim de ganhá-los para ideias sociais práticas sobre as quais todos devem ter uma mesma opinião.

Mas esta prática mesma, esta maneira de lutar, não deixa de influir sobre as velhas ideologias; e justamente porque não se ocupa delas. Precisamente porque as velhas ideologias estão fora da vida prática, que é o mais importante, essas ideologias perdem sua força. Ainda que sejam herdeiras de um passado longínquo, não deixaram de ser utilizadas na prática: o operário pobre encontrava frequentemente, na sua miséria, uma ajuda espiritual e material no seio da comunidade religiosa; ademais, quando ao ser submetido à opressão do empresário todo-poderoso, via-se reduzido à impotência e privado de todo direito cívico, pôde encontrar um certo apoio nos filantropos e políticos burgueses radicalizados, que levavam à sério o ideal da liberdade burguesa. Mas quando os operários começam a lutar por si mesmos, tudo muda.

---

<sup>2</sup> Nota dos tradutores: Embora Pannekoek nesta passagem se refira à consciência como resultado da realidade atual, o próprio desenvolvimento do marxismo enquanto expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado atesta que existe a possibilidade de, no processo de desenvolvimento teórico (que por sua vez tende a avançar com o avanço das lutas proletárias), haver uma consciência antecipadora das transformações da realidade, da constituição de uma nova realidade, tal como autores como Ernst Bloch defendem. Assim, o marxismo é a consciência portadora do futuro, pois além de expressar os interesses históricos da classe potencialmente revolucionária de nosso tempo – o proletariado – pode fazê-lo também por não ter compromisso algum com a manutenção da sociedade capitalista. Isso implica dizer que a luta cultural (“ideológica”, nos termos usados por Pannekoek) significa sustentar, desenvolver e aprofundar tal consciência futurista (isto é, antecipadora) mesmo em momentos de estabilização da luta de classes.

Aprendem a ter confiança em sua própria força, quer dizer, na força da comunidade e da solidariedade. Veem que suas condições de vida determinam seu verdadeiro ser; que a causa de sua miséria é uma certa estrutura econômica; que a abolição desta miséria requer uma revolução econômica, e que esta é viável; veem que as causas materiais que determinam realmente suas vidas e as forças que atuam e se dão conta de que eles podem dominá-las. As antigas formas de pensamento (sejam as relacionadas com um poder superior que dirige o mundo, ou que promovam a ideia de uma liberdade abstrata e magnífica) não servem de nada. Herdadas do passado, estão inteiramente fora da prática real e predominante na vida dos operários: não são utilizadas nem utilizáveis nos problemas que levantam em seu trabalho, em todas as dificuldades que levantam as decisões a serem tomadas e que neste momento ocupam toda sua atividade consciente. Subsiste ainda um pequeníssimo lugar de sua consciência onde se mantem uma recordação do costume antigo, mas isto já não tem nada que ver com a vida, viva e ativa. Um órgão corporal se atrofia se não é utilizado, se torna impotente, se esgota e, a longo prazo, termina por desaparecer: o mesmo ocorre com as formas de pensamento não utilizadas.

Eis aqui como morrem as velhas ideologias. Entretanto, se o objetivo é acelerar este processo natural (seja pela repressão ou pela proibição), chega-se de fato a dar-lhe uma vida nova, porque se promovem de novo os velhos argumentos, volta-se a repeti-los, o que equivale a fazê-los reviver, pois estes argumentos encontram na sobrevivência do passado bases bastante concretas as quais se aderir. Mas quando reina uma atmosfera onde a consciência pode se desenvolver livremente, assim como a discussão – atmosfera tão importante para uma classe que ascende como a atmosfera de opressão e de censura para a classe dominante que declina – as velhas ideologias são impotentes para impedir o desenvolvimento de novas ideias que nascem na mente dos seres humanos.

A transformação do modo de produção não exige nada mais, a partir do ponto de vista geral, que uma compreensão clara e nítida da utilidade e da necessidade de instaurar novas formas de trabalho e de propriedade. Mas estas novas formas significam uma revolução tão profunda do mundo inteiro, que exigem uma luta mundial que ponha em jogo todas as forças e toda a paixão dos seres humanos. É nesta luta, que apresenta

tantas dificuldades nas decisões a tomar, que implica escolhas de máxima importância, na tensão que cria a ação, nos problemas que suscita a construção nova, nas discussões onde se revelam tantas divergências profundas entre as opiniões, que o pensamento se vê estimulado, que aponta para conclusões cujo alcance é cada vez maior, que as ideias cada vez mais fundamentais vão sendo formuladas. Então florescem milhares de ideias novas. E estas ideias terminam por se unir num conjunto coerente: então nasce uma nova concepção do mundo. Mas não se trata de uma teoria completa, fechada, que deva reinar como um novo sistema de pensamento ou inclusive ser imposta pela força. Pois nesta atmosfera de desenvolvimento sem fronteiras, onde aparecem sem cessar impulsos sempre novos, novas maneiras de sentir e de pensar, somente se observa um crescimento espontâneo, um florescimento da atividade espiritual dos seres humanos: a vida espiritual se enriquece, a atitude frente à vida se torna mais harmoniosa. No extremo oposto da escravidão espiritual na qual as gerações anteriores acreditavam que deviam se enclausurar para preservar sua segurança, abre-se um caminho; a partir desta liberdade espiritual que é indispensável para resolver os problemas sociais, toda uma infinidade de formas de vida cultural, sem travas, tal como se desenvolve irresistivelmente uma planta quando se muda de um lugar escuro ao sol pleno. E esta mudança corresponde também a uma mudança econômica que não é imposta por uma ordem vinda do exterior, mas que é resultado da autodeterminação da Humanidade trabalhadora que, em completa liberdade, regula o modo de produção segundo sua própria concepção.

No começo, quando os operários se encontram ainda esmagadoramente subjugados sob o jugo capitalista, experimentam uma vida sentimental nova que nasce da solidariedade no trabalho e na luta. É uma solidariedade que se forma e que deve ser cada vez mais reforçada a partir da experiência que cada um faz, e que mostra que quando alguém permanece isolado é impotente frente ao capital, e que justamente é somente esta solidariedade que dá forças suficientes para obter condições dignas de vida. E na medida em que a luta se endurece, que exige mais de cada um, quer dizer, que se transforma numa luta travada para que a classe operária obtenha o controle da sociedade e do trabalho, domínio do qual dependem a vida e o futuro, a coesão entre os trabalhadores (cuja ausência acarretaria a derrota e a destruição) deve se transformar

numa unidade indestrutível, na qual cada um se coloca a serviço de todos e se sacrifica pela comunidade. Surge então um caráter inteiramente novo: o sentimento social, e este sentimento se estende para toda a classe e domina tudo: extingue o antigo egoísmo do mundo burguês. É o nascimento balbuciante do novo ser humano.

Mas este caráter não é inteiramente novo. Em outras épocas, no amanhecer do mundo, as tribos, onde existiam formas comunistas primitivas de trabalho, conheciam um sentimento intenso de solidariedade. O indivíduo estava inteiramente ligado à tribo; não era nada fora dela. É por isso que, durante suas ações, sua pessoa deveria desaparecer diante do interesse e da honra de sua tribo; instintivamente todas as forças individuais se punham a serviço da comunidade. Mas nessa época o ser humano estava ainda pouco evoluído e a Natureza fazia dele um membro da tribo e nada mais, ligado estreitamente a esta base natural. Desde então, os seres humanos se dispersaram, separando-se uns dos outros; se transformaram em produtores independentes que trabalhavam no interior de pequenas empresas. O sentimento de solidariedade então declinou: logo cedeu lugar a um poderoso individualismo que quer que o indivíduo seja seu próprio dono e o objeto central, ao qual se vinculem todos os interesses e sentimentos. Este poderoso sentimento da personalidade, que representa um novo tipo de consciência, se desenvolveu durante séculos de produção burguesa. E não desaparecerá nunca, porque quando os trabalhadores dominarem as forças produtivas e se tornarem donos delas, os produtores desenvolverão sua personalidade e a consciência que possuem numa medida jamais alcançada. Aparecerá então um novo caráter, que irá realizar a fusão entre a personalidade individual e o sentimento comunitário. Sem dúvida, no período burguês o ser humano foi um ser social; mas de forma inconsciente, disfarçado sob afirmação orgulhosa de sua personalidade e de sua independência. Mas agora se desenvolverá a consciência de que existe coerência entre a sociedade e o ser humano, consciência que enriquecerá e aperfeiçoará a concepção que este tem do mundo. Em princípio, isso ocorre de modo instintivo: e na prática toma a forma de uma espécie de sentimento, o da fraternidade entre todos os membros da Humanidade; mas também ocorre de modo consciente e no plano teórico, nesta compreensão clara da maneira em que todas as forças que determinam a personalidade resultam de uma interação entre o indivíduo e a sociedade.

O sacrifício entusiasta do indivíduo pela salvação de sua classe (do qual a revolução operária nos dá exemplo) tampouco é uma coisa nova. Podemos ver tais sacrifícios no curso das revoluções passadas: por exemplo, no caso das revoluções burguesas. O entusiasmo inflamado, a audácia heroica, o sacrifício sem vacilações por novas ideias – em realidade, pelos interesses fundamentais da comunidade de classe – fazem destes períodos – como, por exemplo, a Revolução Francesa ou mais tarde a reunificação italiana com os exércitos de Garibaldi – os momentos mais bonitos da história burguesa. Levados às nuvens pelos teóricos que viveram mais tarde, cantados pelos poetas, estes são períodos magníficos, mas para sempre passados. Pois, na prática, a sociedade burguesa, que resultou destas revoluções, estabeleceu a dominação do Capital, com a oposição entre a riqueza mais insultante e a miséria mais sórdida, com a perseguição do lucro como atividade essencial dos burgueses, a carreira como meta da vida dos intelectuais, em poucas palavras, o reino do egoísmo, e sua decepção é uma diferença fundamental entre o nascimento da burguesia e a luta da classe operária que acaba de começar. Para a burguesia o sentimento de solidariedade era somente uma necessidade temporária, que não valia mais do que no período da conquista do Poder (e cedeu seu lugar a uma luta encarniçada e destrutiva de uns contra outros). Para a classe operária o sentimento de solidariedade que nasce na luta por sua libertação é o fundamento de uma produção comum, que além do mais reforça e exalta tais qualidades.

Desde o momento em que o novo modo de produção se instala solidamente, a vitória é obtida ou aparece no horizonte, nasce um novo sentimento que muda e renova toda a concepção da vida. É o sentimento de que a vida está assegurada. A Humanidade se vê enfim liberta da preocupação permanente que representava a manutenção da vida. Durante todos os séculos passados a vida nunca não esteve garantida; inclusive durante os períodos de prosperidade temporária, por detrás da ilusão de um bem-estar permanente ficava no fundo do subconsciente uma inquietude em relação ao futuro. Esta inquietude, que pesava gravemente sobre o desenvolvimento do livre pensamento e travava o desenvolvimento de todas as forças espirituais, caracterizou durante séculos a atividade cerebral. Nós, que ainda nos encontramos sob sua influência, não podemos imaginar como sua desapareção mudará a concepção da vida. Junto com a

angústia desaparecerão as ilusões que ontem serviam ao ser humano para diminuir esta angústia. Todas as velhas ideologias que no passado cercavam como uma armadura a vida intelectual e sentimental do ser humano, se fundirão como a neve no sol da primavera. Em seu lugar florescerão a consciência e a certeza de que o ser humano é verdadeiramente dono de sua existência e de sua sorte, de que a ciência é acessível a todos e trabalha pelo bem-estar de todos, e florescerá também esta beleza intelectual que é uma concepção universal do mundo.

Para a classe operária, o processo de declínio das velhas ideologias coincide com a tomada gradual de consciência da tarefa que lhe aguarda, com o crescimento natural de sua unidade e de sua força. Por conseguinte, não é necessário fazer um estudo detalhado da ideologia e de sua influência sobre a luta de classes, como se fosse uma força independente. Mas a situação é totalmente distinta quando se trata de outras classes e não da classe operária: para as classes burguesas, que ainda vivem e trabalham na esfera da pequena empresa e do pequeno Capital, a vida espiritual é, sem dúvida, de um tipo completamente burguês e está determinada pela ideologia burguesa. É certo que a prática econômica destas classes está submetida à defesa de seus interesses materiais reais, mas na expressão de sua política se trata apenas de concepções de outra época e de velhos “slogans”. É porque são tão facilmente uma presa para o grande Capital, que sabe utilizá-las para manter a dominação capitalista. Tanto para a pequena burguesia como para o campesinato a propriedade individual é sagrada; e este ponto de vista domina todas as suas ideias: sem contar que, além do mais, está reforçado pela religião. Soma-se a isto o fato de que os intelectuais e os pequeno-burgueses se encontram do lado do grande Capital e se opõem à classe operária cada vez que apelam a seu ideal, a sua ideologia nacionalista.

Como pode ser que estas classes atuam contra seus reais interesses? As ideologias e os princípios expressam o que há de essencial e de geral nas experiências vividas e nos interesses que alguém defende. Trata-se de interesses permanentes de toda a classe em seu conjunto, que se expressam numa forma abstrata, idealizada, e que podem entrar em conflito com os interesses temporários de certas pessoas ou com as conclusões que estas podem extrair de uma experiência particular. As ideologias e os princípios ocupam assim o lugar mais elevado na consciência humana: os interesses

personais, as obrigações temporárias, todas estas pequenas contingências devem lhes dar a passagem. Isto explica o papel conservador das ideologias na luta social. O grande Capital pisoteia os interesses dos pequeno-burgueses e dos camponeses? É-lhes dito que seus interesses pessoais e contingentes devem ser sacrificados no altar dos princípios sagrados e eternos, para o maior bem da ordem moral e universal, a qual prescreve a obediência e o respeito pela propriedade privada. Ou então, se proclama que para a grandeza da Pátria, para a causa da Nação, nenhum sacrifício é grande o bastante. Este papel da ideologia (que consiste em evitar uma transformação fundamental do mundo) só pode ser combatido de forma eficaz examinando a opressão que hoje reina e a luta que se desenvolve contra ela a luz do desenvolvimento geral, e tendo em conta os grandes interesses; dito de outro modo, utilizando o conhecimento da sociedade. Mas as classes aqui examinadas aceitarão tais conclusões? Não irão ceder sobretudo a um cego fanatismo, forma na qual expressam as velhas ideologias que querem obstruir o caminho do progresso?

Com efeito, a História nos ensina que frequentemente, durante os períodos revolucionários, o fanatismo – com frequência bastante religioso – de massas de seres humanos pobres e estúpidas foi utilizado pelos antigos dominadores para impedir todo o progresso, e que esta força reacionária só podia ser vencida ao preço de pesados sacrifícios e de muitas vítimas. Os relatos históricos somente nos conservaram “slogans” apaixonados, destinados a inflamar cada uma das partes em luta, a empurrá-las ao sacrifício, ao ódio do inimigo: Liberdade, Pátria, Rei, Religião. E se descobre com tristeza que não era apenas uma cegueira fanática que se opunha ao progresso e defendia certos interesses, pois a nova ordem e as novas vias lesaram de fato gravemente (e inclusive conduziram à irremediável infelicidade) àqueles que viviam segundo os velhos hábitos. A história burguesa não poderia dizer explicitamente que a finalidade das revoluções burguesas era instalar uma forma nova - frequentemente mais desapiadada - de exploração, que conduzia as classes mais débeis à derrota e à miséria. É por isso que o que à primeira vista pode parecer uma adesão fanática e imbecil às velhas ideologias, mostra-se posteriormente como uma intuição justa do fato de que as coisas novas não eram de todo boas: como um protesto espontâneo contra a nova opressão.

É por isso que se pode perguntar se os ensinamentos acerca do papel das ideologias que é possível extrair das revoluções passadas são muito úteis para a futura revolução operária. Esta não desembocará em uma nova dominação de classe nem em uma nova forma de exploração e opressão. A transformação da sociedade que fará das classes produtoras donas da produção é uma libertação coletiva que se estende a todos os seres humanos: somente as classes exploradoras serão atacadas e em seus interesses de exploradores. Tal é a diferença fundamental entre a revolução operária futura e as revoluções burguesas do passado.

Naturalmente, isto não quer dizer que se deva conservar a ilusão de que se poderá evitar uma luta entre a classe pequeno-burguesa e a classe operária. A pequena burguesia também será lançada à luta; trará para si tudo o que possui como armas e bagagens espirituais, que estão dominados por dogmas fixos, modos de pensamento burguês, velhas ideologias, e que permanecem na ignorância completa do funcionamento da sociedade. Assim como a classe operária somente chegará à unidade e à compreensão clara de seus fins através de um longo período de luta no qual fará sua autoeducação, a pequena burguesia só compreenderá onde reside seu verdadeiro interesse (frente ao grande Capital) passando por um período de aprendizagem, de penosas experiências e de cruéis decepções. E já será muito se permanecer imparcial na luta entre a classe operária e o grande Capital, sem se comprometer cegamente ao serviço deste último. Com efeito, a razão de sua maneira de pensar perseguirá com frequência objetivos falaciosos, que não correspondem ao desenvolvimento social necessário; e também terá que lutar muito contra isso. E uma vez mais se verá que no terreno da luta ideológica, onde determinadas doutrinas se enfrentam contra outras, as velhas ideologias recuperam seu vigor porque se promovem os velhos argumentos, agudizam-se as contradições por causa da incompreensão, o que faz com que a luta seja ainda mais amarga. Contudo, se uma propaganda metódica desentranha claramente a realidade social, mostra onde estão os interesses econômicos, insiste na coesão do mundo do trabalho e faz ver que o desenvolvimento deste pode conduzir a uma verdadeira comunidade dos trabalhadores; e se, por outra parte, a prática dos operários coincide com esta propaganda, e se existe uma verdadeira comunidade de interesses, nascerá então a consciência dessa comunidade: a classe operária, classe que se encontra

à frente do desenvolvimento e que representa o futuro, vencerá, por si só, o poder da ideologia partindo da realidade, em todos os seus atos e em todas as suas teorias.

## QUAL POSIÇÃO TOMAR?

Otto Rühle<sup>1</sup>

A Segunda Guerra Mundial tem apresentado graves e fatais problemas ao movimento operário socialista. Novamente, ele se depara com uma situação semelhante à que o antigo movimento trabalhista se confrontou no início da Primeira Guerra Mundial. Existe o perigo de que os erros que trouxeram desgraça para a social-democracia se repitam.

A questão que se coloca hoje para nós é se o slogan de Liebknecht: “O inimigo está em casa!” continua válido para a luta de classes agora como era em 1914. Quando Liebknecht expressou seu slogan as condições da luta de classe eram relativamente simples. Na Alemanha, por exemplo, o governo semifeudal foi, sem dúvida, considerado um inimigo maior do proletariado do que os governos democráticos da Entente. Hoje, também, o governo fascista da Alemanha é aparentemente um inimigo mais perigoso dos trabalhadores do que a Inglaterra. O slogan de Liebknecht teria hoje uma validade ainda maior para a classe proletária alemã do que tinha em 1914.

Apesar disso, parece que hoje os trabalhadores nos países democráticos enfrentam uma situação diferente. A democracia burguesa os confronta na sua luta pela emancipação política e econômica. No entanto, estando em guerra com os Estados totalitários, principalmente com o fascismo alemão, as democracias não podem ser consideradas o arqui-inimigo do proletariado.

Devido à estrutura política e à mecânica de sua luta de classes, os países democráticos são forçados a conceder certas liberdades ao proletariado, o que lhe permite continuar a lutar à sua maneira. Nos países totalitários isso já não é possível. No quadro da ditadura, mesmo quando se autodenomina socialista, o proletariado não tem liberdades, nem direitos, nem possibilidades de lutar suas próprias lutas. Não há dúvida

---

<sup>1</sup> Comunista de esquerda alemão, Otto Rühle (1874-1943) escreveu este artigo em 1940, durante seu exílio no México. Publicado pela primeira vez na revista estadunidense editada por Paul Mattick, *Living Marxism* (v. 5, n. 2, outono de 1940), “Which side to take?”, traduzido coletivamente pela Resistência Autonomista (RA) e revisado pelo Passa Palavra.

de que o totalitarismo é o inimigo maior, mais perverso e perigoso do proletariado. Assim, parece então que o slogan de Liebknecht perdeu validade para o proletariado nos países democráticos.

Perante esta situação, os movimentos proletários dos países democráticos mudam de foco e deixam de lado a luta contra a democracia enquanto ela se empenha numa guerra contra os países totalitários, numa grande cruzada contra o seu inimigo: o monopólio, o fascismo, o bolchevismo – o sistema totalitário em geral.

É esta conjuntura que origina a atual confusão, debate e controvérsia no interior do movimento operário. Contudo, para entender as atuais mudanças táticas é necessário ter algum conhecimento da conjuntura anterior à mudança de política em 1914. Leis, princípios, programas e slogans possuem validade transitória, são determinados historicamente por fatores de tempo, contextos e circunstâncias, e devem ser vistos dialeticamente. Assim, o que pode ter sido a tática errada de então, pode ser correta hoje, e vice-versa. Vamos aplicar isso à mudança tática atual.

Quando, em 1914, a Social-Democracia Alemã capitulou ao Kaiser e votou a favor dos créditos de guerra, o proletariado de todo o mundo classificou esse ato como uma vergonhosa traição ao socialismo. Até então, tinha sido uma política estabelecida dos socialistas nos parlamentos a de se oporem às dotações militares. No caso dos créditos de guerra foi dado como certo que os socialistas agiriam de acordo com a política estabelecida. Portanto, quando os socialistas votaram os créditos de guerra, romperam uma tática estabelecida e traíram um princípio estabelecido.

Este ato foi generalizadamente condenado e suscitou disputas acaloradas dentro de todo o movimento socialista. Os oportunistas o justificaram com o argumento de que trocavam “canhões por reformas sociais”. Os radicais, por outro lado, instaram a uma luta mais vigorosa contra o governo para transformar a guerra em guerra civil e preparar a luta final – a revolução que se aproximava.

Para as correntes atuais essa luta perdeu o significado, principalmente porque os partidos socialistas e os funcionários parlamentares perderam o significado em muitos países. E naqueles países onde eles ainda são tolerados, suas vozes se tornaram mera tagarelice. Ou não são consultados se irão apoiar a concessão de créditos de guerra, ou eles mesmos são seus defensores mais firmes. Sem deliberação e sem luta eles estão do

lado de seus governos. Se antigamente eram aliados da burguesia, agora eles são seus servos e lacaios, sem estarem minimamente conscientes de seu papel de traidores. Na Inglaterra, França, Holanda, Noruega, Suécia, Finlândia, Bélgica, Suíça e Checoslováquia – na verdade em todos os lugares – os socialistas estavam e estão à margem da burguesia. E os “comunistas” – outrora os mais ferozes críticos e opositores dos social-democratas, para quem eles inventaram o termo “social-fascista” – inclinaram-se para a burguesia antes mesmo de sua degeneração política e traição que culminou na capitulação a Hitler e ao fascismo.

Como explicaremos essa mudança? É porque todos os representantes do socialismo e do comunismo se tornaram patifes e canalhas? Assumir isto seria muito simplista. Não importa quantos malandros e canalhas possam existir entre eles, a razão para esta mudança é mais profunda. Deve ser procurada na mudança das organizações partidárias, nos tempos que mudaram. Essas mudanças se tornaram evidentes e óbvias. O antigo movimento social-democrata surgiu durante a primeira fase da era capitalista, a qual se pode denominar de fase do capitalismo privado (*laissez-faire*). Foi daí que a social-democracia recebeu o impulso que a originou, as condições para seu crescimento, a estrutura de suas organizações de massas, o campo, a tática e as armas para suas lutas. Sua substância era derivada da substância do sistema em que viveu e lutou, e que esperava derrotar. Embora tentando ser o oposto, não poderia ajudá-lo, mas ser como ele em todos os sentidos.

Este sistema entrou em sua última fase com a Primeira Guerra Mundial. É agora uma luta de vida ou morte contra a nova fase ascendente, que descrevemos como Capitalismo de Estado. Assim como o primeiro encontrou sua expressão ideológica e política no liberalismo e na democracia, o segundo encontra sua expressão no fascismo e na ditadura. A democracia era a forma estatal do capitalismo ascendente, da luta contra o feudalismo, o monarquismo e o clericalismo, revelando todos os poderes individuais para a vitória e ascensão do sistema econômico capitalista, do ambiente social e do legado cultural da ordem burguesa. Este período ascendente terminou há muito tempo. A democracia torna-se cada vez mais insuficiente e insustentável para o capitalismo atual, pois os interesses capitalistas não podem mais viver e crescer sob ele. Eles exigem novas condições sociais e políticas, uma nova ideologia e uma nova forma

estatal – um novo aparato dominante. A fase democrática é descartada e demolida para que o fascismo possa tomar o seu lugar. Pois apenas sob o fascismo o capitalismo de Estado pode se desenvolver e prosperar.

Quando a democracia deixa de ser a forma estatal válida e dominante, também cessa o movimento que dela recebeu seu ímpeto, direitos e forma de existência. Não pode continuar a viver com seu poder próprio. Parlamentarismo, máquina partidária, métodos de organização autoritários e centralizadores, técnica de agitação e propaganda, estratégia militar, tática de compromissos, racionalizações e ilusões metafísicas e irracionais – tudo isto a social-democracia recebeu do rico arsenal da burguesia. Tudo era parte integrante, carne da carne, do mundo burguês-democrático-liberal. E porque tudo isso terminou, o movimento desmoronou, tornando-se uma sombra de sua antiga forma. Ele só pode se debater e gemer sob a capa do manto rasgado e esfarrapado da democracia moribunda até que chegue sua própria morte.

O capitalismo privado – e com ele a democracia, que está tentando salvá-lo – é obsoleto e segue o caminho de todas as coisas mortais. O capitalismo de Estado – e com ele o fascismo, que lhe abre o caminho – está crescendo e conquistando poder. O velho se foi para sempre e nenhum exorcismo funciona contra o novo. Não importa o quanto possamos tentar reavivar a democracia, ajudá-la mais uma vez a ficar de pé sobre suas pernas, fazê-la respirar um sopro de vida, todos os esforços serão fúteis. Todas as esperanças de uma vitória da democracia sobre o fascismo são ilusões crassas, toda crença no retorno da democracia como uma forma de governo capitalista vale apenas como astuta traição e covarde autoilusão. Aqueles líderes trabalhistas que hoje estão do lado das democracias e tentando conquistar as organizações de trabalhadores para esse lado, apenas fazem o que seus governos particulares e os funcionários em geral estão fazendo. Ou seja, recrutando trabalhadores, sem-teto e emigrantes desesperados para seus exércitos e lançá-los nas frentes de batalha contra os fascistas. Estes oficiais de recrutamento voluntário, mercenários das democracias, são cavalheiros tão refinados quanto aqueles sequestradores que fornecem navios de morte com marinheiros escravizados. Cedo ou tarde, até mesmo as democracias serão forçadas a livrar-se deles, pois fica cada vez mais óbvio que os governos democráticos não desejam uma guerra real e séria contra o fascismo. Não proporcionaram ajuda real à Polônia. Nenhuma

tentativa séria foi feita para salvar a Finlândia. Enviaram soldados mal armados para a Noruega. Assinam pactos econômicos com a Rússia, cúmplice e seguidora a serviço de Hitler. Tudo o que eles estão fazendo é calculado para forçar a Alemanha a ficar em uma posição tão difícil e insustentável a ponto dela se dispor a entrar em uma parceria de negócios capitalista-fascista que permitirá ambos os lados escravizar o mundo inteiro. Ambos os métodos de governo ficam a cada dia mais semelhantes. Que democracia real havia na Checoslováquia? Na Polônia? Que democracia os refugiados espanhóis e outros emigrantes encontraram na França onde todos os direitos humanos e a dignidade humana foram lançados aos cães? Quão democrático é o governo do capitalismo monopolista nos EUA? Toda a democracia está praticamente morta. E todas as esperanças dos trabalhadores de reanimá-la através de seus esforços são pura ilusão. As experiências da social-democracia austríaca, alemã e checoslovaca não são suficientemente assustadoras? É este o desastre do proletariado que estas organizações obsoletas, baseadas em uma tática oportunista, fizeram com que ele se tornasse indefeso contra o ataque do fascismo e perdesse sua posição própria no corpo político do tempo presente, deixando de ser um fator histórico da época atual. Foi varrida para a montanha de esterco da história e apodrecerá lado a lado com a democracia e com o fascismo, porque a democracia de hoje será o fascismo de amanhã.

A expectativa na revolta final do proletariado e sua libertação histórica não surge dos miseráveis remanescentes de velhos movimentos nos países ainda democráticos e menos ainda dos frangalhos das tradições partidárias que se espalharam pelo mundo afora na emigração. Também não surge de noções estereotipadas de revoluções passadas, independentemente de acreditar nas bênçãos da violência ou na “transição pacífica”. Antes, a expectativa vem dos novos estímulos e impulsos que animarão as massas nos Estados totalitários e os forçarão a fazer sua própria história. A autoexpropriação e a proletarização da burguesia pela Segunda Guerra Mundial, a superação do nacionalismo pela abolição de pequenos Estados, a política mundial do capitalismo de Estado baseada em federações estatais, a difusão do conceito de classe até promover um interesse majoritário pelo socialismo, a mudança do eixo de gravidade da forma tipicamente *laissez-faire* da competição burguesa para a inevitável socialização do futuro, a transformação da luta de classes de categoria abstrata-ideológica para uma

categoria prática-positiva-econômica, a ascensão automática dos Conselhos de Fábricas como desdobramento da autogestão do trabalho enquanto reação ao terror burocrático, a exata e racional regulação e orientação das atividades e condutas humanas por meio da abolição do poder impessoal, inconsciente e cego da economia de mercado – todos esses fatores podem nos tornar conscientes da enorme explosão de energias libertadas quando o primitivo, mecânico, cruel e brutal coletivismo social apresentado pelo fascismo for finalmente superado.

Ainda não enxergamos por quais meios o fascismo será superado. Contudo, nos parece razoável sustentar que a mecânica e a dinâmica da revolução sofrerão mudanças fundamentais. O conceito tradicional de revolução deriva principalmente desse período que viu a transição do mundo feudal ao burguês. Este conceito não será válido para a transição do capitalismo ao comunismo. O efeito e o sucesso da revolução podem ser percebidos a partir do fato de que a atual coletivização forçada, que agora está rompendo seus grilhões burocráticos, desenvolve sua própria dinâmica em direção a maiores e mais amplos equilíbrio, consolidação e essência. A depuração final deve conduzir a uma orientação baseada no princípio da liberdade, igualdade e fraternidade, para que o livre desenvolvimento de cada indivíduo se torne a pré-condição para o livre desenvolvimento de todos.

Não se trata de uma utopia, mas um aspecto de um desenvolvimento muito real na próxima época histórica que a Segunda Guerra Mundial está a introduzir. Concentrar a atenção neste desenvolvimento, contar com este processo – basicamente geral e profundamente revolucionário –, ajudá-lo a se fortalecer por meio de condutas e ações, defendê-lo contra obstáculos e distorções é a tarefa revolucionária com que nos confrontamos hoje. Na Segunda Guerra Mundial, ambas as frentes, tanto a democrática quanto a fascista, estão suscetíveis de serem derrotadas – uma militarmente, a outra economicamente. Não importa de que lado o proletariado se coloque, estará entre os derrotados. Portanto, não deve estar com as democracias e nem com os totalitários. Para os revolucionários com consciência de classe, há apenas uma solução: romper com todas as tradições e vestígios das organizações do passado, varrer todas as ilusões com a época intelectual burguesa e realmente aprender com as lições de debilidade e desilusão sofridas durante a fase infantil do movimento proletário.

## MULHERES MEMBROS DO PARLAMENTO<sup>1</sup>

Sylvia Pankhurst<sup>2</sup>

Sylvia Pankhurst argumenta que a eleição de mulheres para o parlamento não vai superar a falência da política parlamentar<sup>3</sup>

O retorno de nove mulheres para o Parlamento marca um avanço na opinião pública. Finalmente, as pessoas têm percebido que as mulheres são pessoas com todos os atributos humanos, e não apenas algumas delas. Além disso, as pessoas perceberam que as mulheres possuem direitos iguais aos homens para tomarem parte nas condições sociais em que vivem.

Este país<sup>4</sup> não foi o primeiro a admitir mulheres à igualdade política com os homens: outros países precederam-nos na admissão de mulheres ao Legislativo, e nós ainda não alcançamos a igualdade política pelos direitos ao voto aqui na Inglaterra. No

---

<sup>1</sup> Publicado em *Worker's Dreadnought* ("O Encouraçado dos Trabalhadores"), no dia 15 de dezembro de 1923. Retirado do site Libcom. Cf.: <https://libcom.org/library/women-members-parliament-sylvia-pankhurst>. Traduzido por Felipe Andrade.

<sup>2</sup> [N.T.] Estelle Sylvia Pankhurst (1882-1960) foi uma das principais representantes da esquerda extraparlamentar na Inglaterra, ao lado de Guy Aldred e outros. A sua posição antiparlamentar e adesão ao grupo Federação Socialista Operária fez com que ela rompesse com o bolchevismo ao longo de sua trajetória, sendo depois um dos alvos da crítica de Lênin, em seu panfleto *Esquerdismo, doença infantil do comunismo?* (1920). Em um dos periódicos coordenados por Pankhurst em sua vida, denominado *Worker's Dreadnought*, haviam críticas à NEP (Nova Política Econômica) e ao fortalecimento do capitalismo de estado na Rússia. A partir disso, Pankhurst aproximou-se cada vez mais da concepção que colocava os soviets (conselhos operários) como centro de sua concepção política, aproximando-a da produção teórica da esquerda germano-holandesa (Gorter, Pannekoek etc.), que teve alguns dos seus textos reunidos no periódico *Worker's Dreadnought*, o qual foi depois editado pelo Grupo Comunista de Trabalhadores e que durou até 1924, data em que o periódico e o grupo foram fechados. A respeito de mais informações sobre a autora, conferir: <http://informecritica.blogspot.com/2011/01/o-marxismo-de-sylvia-pankhurst.html>.

<sup>3</sup> Traduzido por Felipe Andrade, militante autogestionário. Agradeço a colaboração e a revisão de Luiz Fernando de Oliveira, graduando em Letras/UFG.

<sup>4</sup> [N.T.] Nesse trecho, Pankhurst refere-se à Inglaterra que regularizou o voto feminino em 1918. Antes dela, houve a regularização do voto feminino na Nova Zelândia (1893), na Finlândia (1907), entre outros países.

entanto, as mulheres deste país indicam o caminho para a igualdade política e legal. É interessante observar que as barreiras legais para a participação das mulheres no Parlamento e nestas eleições não foram removidas, até que o movimento para abolição do Parlamento recebesse o forte encorajamento de testemunhar a derrocada do Governo Parlamentar na Rússia e a criação dos Sovietes<sup>5</sup>.

Aqueles eventos na Rússia evocaram uma resposta em todo o mundo, não somente entre a minoria que acolheu a ideia do Comunismo Soviético, mas também entre os partidários da reação. Estes não estavam de forma alguma, alheios ao crescimento do Sovietismo quando decidiram popularizar a velha máquina parlamentar dando a algumas mulheres, tanto os votos, como o direito de serem eleitas.

A eleição para o Parlamento é sempre muito mais uma questão da força da máquina partidária do que das qualidades do candidato. Um arcanjo seria derrotado nas urnas se ele não tivesse um partido forte por trás. A maioria dos eleitores vota sem ter ouvido ou visto o candidato, que, na verdade, desempenha um papel menor nas eleições. No entanto, havia indubitavelmente algum preconceito a ser superado nas primeiras mulheres candidatas; o que agiu como um peso contra elas, desequilibrando o que, de outra forma, teria sido a força normal do partido por de trás delas.

Esta eleição é a primeira na qual os eleitores votaram pelo sucesso das candidatas mulheres sem qualquer consideração pelos méritos delas. Lady Astor, a Sra. Wintringham e a Sra. Phillipson<sup>6</sup> entraram no Parlamento simplesmente como representantes de seus maridos. Este fato, de um ponto de vista democrático, foi

---

<sup>5</sup> [N.T.] Os soviets podem ser traduzidos como *conselhos operários*. Estes emergiram pioneiramente em 1905 na Rússia, como forma de auto-organização do movimento operário, engendrado através da sua luta e com caráter de classe proletário. É preciso lembrar que os soviets foram constituídos em fevereiro de 1917, o que gerou um “duplo governo” na Rússia nos meses seguintes: ao lado do governo de Kerensky, coexistiam os conselhos operários. Em outubro de 1917, o governo parlamentar de Kerensky foi derrubado, deixando aberto o espaço para a radicalização dos conselhos operários. No entanto, o que ocorreu após outubro de 1917 foi um golpe de estado instaurado pelo partido bolchevique, o qual foi criticado duramente por Sylvia Pankhurst após a sua adesão ao grupo “esquerdista” (Pannekoek, Gorter, Otto Rühle etc.) criticado por Lênin. Cf. *Capitalismo ou Comunismo para a Rússia?*, traduzido pelo Passa Palavra: <https://passapalavra.info/2017/09/115059/>.

<sup>6</sup> [N.T.] Lady Astor foi a primeira mulher na história da Inglaterra a assumir um lugar no Parlamento, em 1919, mas não a primeira eleita. Constance Markiewicz foi a primeira mulher eleita para o Parlamento Inglês, mas não pôde assumir o posto. Logo depois dela, a sra. Wintringham e a sra. Phillipson foram eleitas, nos anos de 1921 e 1923, respectivamente.

particularmente questionável no caso do Lorde Astor<sup>7</sup>, uma vez que ele recebeu a voz de governar o povo através de ambas as Casas do Parlamento.

As mulheres que entraram no Parlamento no lugar de seus maridos não introduziram políticas originais, nem anteciparam o que seus sucessores farão. Elas foram nomeadas candidatas e foram eleitas para representar certos partidos e, em sua maioria, seus atos parlamentares seguiram aqueles de seus colegas homens no partido, pois caso contrário, o partido as expulsaria.

A maioria dessas dificuldades, e as mais sérias delas, não podem ser remediadas dentro do sistema. A maioria delas também não pode ser mitigada sem alterar as condições econômicas; e lá, uma vez que, a política geral do partido certamente se intromete, a mulher do partido será chamada para segurar as rédeas como um homem do partido, caso ela se afaste dos planos partidários.

No entanto, acerca das dificuldades especiais das mulheres e em questões especialmente relacionadas ao sexo, as mulheres membros dos vários partidos podem, às vezes, mostrarem-se um pouco atrás do padrão geral de seu partido, aderindo em alguns aspectos ao que veio ser geralmente considerado como o programa aceito do feminismo. É assim considerado porque foi adotado por certas mulheres das classes média e alta, que eram em sua época mais ou menos avançadas, embora limitadas e preconceituosas em muitos aspectos. Porém, elas eram de personalidade enérgica e construíram um movimento refletindo sua concepção do que deveria ser o status legal de seu sexo e principalmente de sua classe. Esse programa é, em muitos aspectos, retrógrado e, em todos os aspectos, incompatível com o Socialismo<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> [N.T.] Lorde Astor ou Waldorf Astor foi um político que se casou com Nancy Astor (Lady Astor) em 1906. Waldorf serviu a Câmara dos Comuns em 1919, até que depois da morte do seu pai, ele se tornou um Lorde e assumiu uma cadeira na Câmara dos Lordes. Assim, depois da cadeira ser deixada vaga por Waldorf, sua esposa Nancy assumiu seu lugar no mesmo ano de 1919.

<sup>8</sup> [N.T.] É preciso ter em vista que Sylvia Pankhurst iniciou a sua trajetória política lutando pelo direito ao voto feminino, ao lado da mãe e irmã, Emmeline e Christabel, respectivamente. Após determinado período, quando aderiu ao grupo Federação do Oeste de Londres (1913), ela tornou-se comunista, radicalizando a sua posição e entrando em conflito com a concepção feminista e “sufragete” de sua família. A crítica ao feminismo, por um lado, e ao bolchevismo, por outro lado, explica, em partes, a marginalização de Sylvia Pankhurst ao longo da história. Cf.: Sylvia Pankhurst e o Esquerdismo Inglês, Nildo Viana (2010). <https://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/603/544>.

Não se deve esperar que brotem novas políticas no Parlamento; a atmosfera lá é árida, a vida é estupidificante para o pensamento. Na melhor das hipóteses, os Membros do Parlamento prosseguem a política que adotaram antes de entrarem ali, ou recuperam algumas vibrações ou movimentos que estão acontecendo do lado de fora. O Parlamento é uma instituição decadente: ele será superado com a substituição do sistema capitalista pelos soviets industriais, quando a produção, a distribuição e o transporte passarem das mãos do capitalista para uma gestão conjunta da população. Por conseguinte, cada ramo da indústria será administrado por aqueles que estão envolvidos nisso.

As mulheres não podem, como também os homens, colocar a virtude na instituição parlamentar decadente: ela pertence ao passado e deve desaparecer.

Uma vez que as deficiências legais especiais das mulheres na política foram em grande medida removidas, embora não totalmente, tornou-se inevitável que houvesse pouca diferença entre a mulher na política e o homem na política. Isso é como deveria ser.

A mulher política profissional não é nem mais, nem menos desejável que o homem político profissional: quanto menos o mundo tiver, melhor será para nós. O futuro que queremos é aquele em que não haverá mais um grupo de pessoas cujo trabalho é governar ou ouvir os discursos dos governantes e seus fantoches. Nem mais passar horas e horas esperando para registrar seus votos, fracionados entre interesses que levam para as rédeas dos partidos.

Os soviets, sob o Comunismo, servirão para a administração dos serviços da comunidade, e não para continuar a guerra partidária que é inevitável para a sociedade atual, porque é baseada na competição e na dilaceração da guerra de classes. Para as mulheres, como também para os homens, a esperança do futuro não passa pela reforma Parlamentar, mas no Comunismo livre e nos soviets.

# **MANIFESTO DOS ANTIPARLAMENTARES ALEMÃES PARA O PROLETARIADO DE TODO O MUNDO (1921)<sup>1</sup>**

KAPD

Camaradas! Proletariados!

## **Origens do KAPD<sup>2</sup>**

Em 5 de Dezembro de 1920, o Partido Operário Comunista da Alemanha (KAPD) foi reconhecido como um Partido simpatizante da Terceira Internacional. O KAPD e seu programa está em oposição direta ao VKPD (Partido Comunista Unificado da Alemanha) formado em novembro de 1920 pela esquerda do USPD (Partido Social-Democrata Independente da Alemanha) e pelo antigo SPARTAKU-BUND (KPD – Partido Comunista Alemão), e que pertence à Terceira Internacional como uma seção integralmente reconhecida. O KAPD está também em completa oposição com as táticas da Terceira Internacional, como mostrado nas “Teses do Segundo Congresso”. O KAPD vê nestas táticas o perigo do terrível oportunismo puro e simples; o perigo de um oportunismo que conduzirá a Revolução para a lama e, portanto, que se provará desastrosa para a própria Rússia.

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em 29 de janeiro de 1921. Traduzido a partir da versão em inglês disponível em <https://www.marxists.org/subject/left-wing/gik/1938/workers-councils.htm#h40>

<sup>2</sup> O KAPD surge no momento em que a Revolução Alemã (1918/1921) começava a entrar em declínio. Fundado em maio de 1920, o KAPD se desenvolve como uma dissidência do KPD – Partido Comunista Alemão (formado quase inteiramente pelos antigos membros da Liga Spartakus, da qual Rosa Luxemburg foi a mais eminente membro). Este, por sua vez, é dissidência do USPD – Partido Social-Democrata Independente da Alemanha. Por último, este é a dissidência do antigo SPD – Partido Social-Democrata da Alemanha, formado ainda no século XIX e o principal responsável pelas linhas políticas da II Internacional. O mesmo que votou os créditos de guerra do Parlamento Alemão em favor da Primeira Guerra Mundial. O KAPD declara em seu programa, escrito por Otto Ruhle, que “não é um partido no sentido tradicional”, ou seja, não se trata de uma organização burocrática, cujo objetivo é a conquista do poder estatal. Deriva daí elementos de sua estratégia: a) destruição dos partidos políticos e do parlamentarismo como um todo; b) destruição dos sindicatos pois são organizações burocráticas que reproduzem o modo de produção capitalista; c) defesa radical das organizações de empresa e dos conselhos operários como estratégia de organização, ação e luta do proletariado.

O KAPD surgiu de uma antiga oposição dentro do Spartakus-Bund (KPD). A executiva da KPD, com a ajuda da Rússia, prosperou. É a mais forte e maior seção do Partido, e o espírito do parlamentarismo ganhou seus líderes Levi, Thalheimer, Kickert e outros, sob a influência de Radek e Bronski.

Todos os meios foram usados para destruir o KAPD. Mesmo assim, ele ganhou na força e foi necessário ser reconhecido pela Terceira Internacional como Partido simpatizante, com direito de ter uma representação consultiva permanente na Executiva.

### **A Grandeza da Terceira Internacional**

O KAPD, que sempre reconheceu a grandeza fundamental da ideia básica da Terceira Internacional e a necessidade de unir-se com a Rússia Soviética, está determinado a combater o oportunismo, unindo todas as forças da oposição para uma luta persistente dentro da Terceira Internacional, acompanhado com uma minuciosa revisão das Teses em um senso revolucionário marxista como seu próximo objetivo.

A nossa visão completa está disponível na *Carta Aberta ao Camarada Lenin*<sup>3</sup>. Nós também devemos nesta conjuntura, levantar os seguintes pontos essenciais que, no entanto, não poderão ser discutidas e justificadas em detalhes: na Europa Ocidental, nós temos em contradição com o Oriente predominantemente agrário, outras condições de produção, e conseqüentemente, outras condições de classe e uma diferente estrutura espiritual. A Europa Ocidental está dominada pelos interesses do capital financeiro e por um Capital que mantém o gigante proletariado em uma escravidão espiritual e material, e que, assim, une toda a classe burguesa e pequeno-burguesa. Isto força as massas proletárias para uma ação independente pela qual a revolução poderá somente ser alcançada por uma organização industrial e pela abolição do parlamentarismo.

---

<sup>3</sup> Este texto foi traduzido em parte para o português e está disponível na coletânea organizada por Maurício Tragtenberg na década de 1980 (TRAGTEMBERG, Maurício (org.). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981). A última parte da carta de Gorter a Lenin, dedicada a discutir o “Oportunismo da III Internacional” não consta na versão organizada por Tragtenberg. O texto integral, em espanhol, pode ser lido em: GORTER, Herman, KORSCH, Karl, PANNEKOEK, Anton. *A esquerda germano-holandesa contra Lênin*. Madrid: Spartaco Internacional, 2004.

#### **Pontos de Diferença<sup>4</sup>**

A Terceira Internacional acredita que a revolução na Europa Ocidental seguirá a linha da Revolução Russa.

O KAPD acredita que a revolução na Europa Ocidental se estabelecerá e seguirá suas próprias leis.

A Terceira Internacional acredita que a Revolução na Europa Ocidental será capaz de seguir as políticas de compromisso e aliança com pequenos camponeses, pequenos burgueses e até com partidos burgueses.

O KAPD acredita que isto é impossível.

A Terceira Internacional acredita na inevitabilidade (durante a Revolução) da separação e divergência entre os burgueses, pequenos burgueses e pequenos camponeses.

O KAPD acredita que os burgueses e os pequenos burgueses formarão uma frente unida contra o proletariado até o final da Revolução.

A Terceira Internacional subestima o poder da América do Norte e do Capital Ocidental.

O KAPD formula suas táticas de acordo com este grande poder.

A Terceira Internacional não reconhece o poder dos Bancos e dos Grandes

---

<sup>4</sup> Estas diferenças apontadas aqui entre a perspectiva revolucionária do KAPD e em relação às teses da III Internacional são amplamente desenvolvidas na *Carta Aberta* de Gorter. Este texto é uma ácida resposta ao panfleto de Lênin “*O Esquerdismo: doença infantil do comunismo*”. Gorter fustiga Lênin e a III Internacional por impor as táticas da revolução russa aos revolucionários da Europa Ocidental. Trata-se, segundo argumenta a *Carta Aberta*, de contextos históricos bem distintos, o que inviabiliza o uso das mesmas estratégias e táticas de luta. Gorter sustenta que tal estratégia, defendida por Lênin em seu panfleto é, na verdade, puro oportunismo, pois este desejava ver os grandes partidos reformistas, os grandes sindicatos e centrais sindicais dentro da III Internacional e, portanto, subordinados ao Partido Comunista Russo. A limitação de Gorter, em que pese sua crítica acerbamente acertada, é em não identificar ainda o caráter de classe presente na estratégia defendida por Lênin. A estratégia bolchevique é burocrática (blanquista, golpista) e não proletária, como é a do KAPD. Esta não identificação do caráter de classe deve-se, obviamente ao contexto histórico. Com o passar do tempo, o bolchevismo foi desmascarado como uma ideologia da burocracia e o Partido que lhe dá base, como uma organização burocrática, logo, contrarrevolucionária

## **Negócios, que une toda a classe burguesa.**

O KAPD, por outro lado, constrói suas táticas de acordo com este poder unificante do Capital.

Não acreditando na capacidade do proletariado da Europa Ocidental de ficar em pé por si só, a Terceira Internacional negligencia o desenvolvimento espiritual e intelectual deste proletariado, que em todas as esferas é, depois de tudo, ainda impregnado com a ideologia burguesa e escolhe táticas que permitem a manutenção da escravidão e subordinação às ideias burguesas.

O KAPD escolhe suas táticas com o principal objetivo de libertar o espírito do proletariado.

Devido ao fato de a Terceira Internacional não basear suas táticas na libertação do espírito, nem na unidade dos partidos burgueses e pequenos burgueses, mas sim em compromissos e “cisões”, permitiu a existência dos velhos sindicatos e ainda se esforçam para recebê-los dentro da Terceira Internacional.

O KAPD, cujo primeiro objetivo é a libertação do espírito, que acredita na unidade da burguesia, reconhece que os sindicatos devem ser destruídos, e que o proletariado requer armas melhores do que o Sindicato Geral dos Trabalhadores na Alemanha.

Pelas mesmas razões que a Terceira Internacional permite que o Parlamentarismo permaneça, por estes mesmos motivos o KAPD abole o parlamentarismo. Isto arranca o mal pela raiz.

Devido ao fato de que a Terceira Internacional não acredita que a libertação do espírito é o fundamental na Europa Ocidental, e não acredita que a Burguesia tem uma frente unida na revolução, aceitam massas em suas pastas sem averiguar se eles são realmente comunistas, sem demandar deles táticas que podem provar que eles são comunistas e não somente massas.

O KAPD deseja formar partidos em todos os países que são constituídos somente por comunistas, e que formulam suas táticas de acordo.

Portanto, as massas da Europa Ocidental são para a Terceira Internacional, os meios; para o KAPD, elas são os fins. Através dessas táticas (que foram certas na Rússia)

a Terceira Internacional adotou a política de líderes. O KAPD, por outro lado, conduz uma política de massas.

Camaradas, proletários. O KAPD mantém a crença que todas estas questões são vitais para a revolução proletária.

No meio de fevereiro haverá uma reunião do KAPD na qual as táticas da Terceira Internacional receberão atenção especial.

Você está cordialmente convidado a participar, nós lhe imploramos para comunicar este convite aos seus membros.

Com os cumprimentos comunistas,

O Partido Operário Comunista da Alemanha.



**MOVIMENTO  
AUTOGESTIONÁRIO**

**<http://movaut.net>**

**<http://www.enfrentamento.net/>**